

The background of the cover is an abstract artwork. It features a dark grey horizontal band at the top. Below this, the background is a complex composition of vibrant colors: red, orange, yellow, and green, interspersed with large, expressive black ink strokes and splatters. The overall effect is one of dynamic energy and artistic expression.

TERRITÓRIO DE INCERTEZAS E ESPERANÇAS

ORGANIZADORAS

Rosana M. P. B. Schwartz | Jane Botelho Fernandez | Mirtes de Moraes

TERRITÓRIO DE INCERTEZAS E ESPERANÇAS

**Rosana M. P. B. Schwartz
Jane Botelho Fernandez
Mirtes de Moraes
(Organizadoras)**

Rosana M. P. B. Schwartz
Jane Botelho Fernandez
Mirtes de Moraes
(Organizadoras)

TERRITÓRIO DE INCERTEZAS E ESPERANÇAS

São Paulo
e-Manuscrito
2021



e-Manuscrito

www.emanuscrito.com.br

emanuscrito@uol.com.br

Tels: (11) 5978-4547 / (11) 97171-3871

CNPJ: 18.353.444/0001-76

SCH399t Schwartz, Rosana M. P. B. (Org.)

F363t Fernandez, Jane Botelho (Org.)

M827 Moraes, Mirtes de (Org.)

Território de incertezas e esperanças. Rosana M. P. B. Schwartz;
Jane Botelho Fernandez; Mirtes de Moraes (Orgs.).
São Paulo: e-Manuscrito, 2021.

230 p

ISBN 978-65-86723-21-2

1. Incertezas 2. Esperança 3. Território 4. Interdisciplinaridade
5. História Cultural

CDD 300

CDU 314/316

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Angela Maria Roberti Martins (UERJ)
Prof. Dr. Antonio Castillo Gómez (UAH/Madrid)
Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA)
Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC/SP)
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)
Prof. Dr. Fernando de Sousa (CEPESE/Portugal)
Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)
Profa. Dra. Glaura T. Nogueira Lima (UFTM/MG)
Prof. Dr. Henrique Alonso Pereira (UFRN)
Prof. Dr. Iranilson Burity (UFCEG/PB)
Profa. Dra. Iara Beleti (UNICAMP)
Prof. Dr. João do Prado F. de Carvalho (UNIFESP)

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF/MG)
Prof. Dr. Luis Balkar Peixoto Pinheiro (UFAM)
Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISANTOS)
Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES)
Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (UFCE)
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)
Profa. Dra. Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)
Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves (UECE)
Prof. Dr. Vitorio Capelli (UNICAL/Itália)
Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Todos os direitos reservados à e-Manuscrito.

Copyright © 2021 Rosana M. P. B. Schwartz; Jane Botelho Fernandez; Mirtes de Moraes (Orgs.)

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da e-Manuscrito.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editores responsáveis: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Capa: Paulo Leonel Gomes Vergolino

Prefácio

“Território de incertezas e esperanças” é um livro muito atual e importante que reúne artigos apresentados como resultado de uma das pesquisas do Grupo de pesquisa CNPq - História da Cultura, Sociedades e Mídias, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em virtude da pandemia de Covid-19 e das fragilidades humanas que foram evidenciadas nesse período, de mais de um ano, em razão dela, destacadamente pela medida sanitária de isolamento social, indispensável para a preservação de vidas, tornou-se necessária a busca de respostas positivas, em especial, para dar continuidade aos processos educativos diante de tantas mudanças avassaladoras nas vivências humanas, somadas à manutenção de problemas já existentes.

Tais efeitos marcam a vida tanto no plano individual como no plano coletivo por dores e sentimentos que são inerentes aos seres humanos, como o afastamento de muitas das pessoas das relações interpessoais, seja pelo isolamento social ou, muito mais sentido e grave, pelas inúmeras mortes e pelo luto que delas decorre, gerando muitas vezes uma necessidade ainda maior de isolamento e introspecção, alterando ainda mais as experiências vividas por cada um de nós.

Diante de tanta mudança e dor que tem afetado o ânimo ou os melhores sentimentos do bem viver é que os autores se ocuparam de tratar do tema do “Território de incertezas e esperanças”, especialmente pelo reforço da cultura do cuidado, com o conseqüente afastamento da cultura da indiferença, do descarte de pessoas, do cancelamento, entre outras, sobretudo em nosso Estado que tem por fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

O cuidado deve ser entendido como um valor jurídico da maior importância, uma vez que se trata de instrumental capaz de dar efetividade aos direitos humanos fundamentais, destaque-se, dotados de universalidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e outras características que os individualizam, dão-lhes o necessário reconhecimento e enaltecem a vida com dignidade.

Nesse contexto, de territórios marcados pela cultura do cuidado e conseqüente busca do bem comum, que são construídos os capítulos do presente livro, os quais buscam afastar as incertezas e trazer a esperança e convergem para o exercício da cidadania e da vida digna. A abordagem se divide em três blocos e seus respectivos capítulos, apontando também para questões que, apesar da pandemia, permaneceram, como o tráfico de pessoas, a intolerância e a violência, as relações de trabalho e as

discussões sobre o Estado e o governo que afetam a coletividade e as individualidades pelas incertezas.

Mas há também o território das esperanças, que aparece especialmente pela Educação e pelas práticas educativas que criam essa perspectiva positiva de vida, mesmo nesse contexto tão desfavorável. As práticas colaborativas para o exercício do magistério, as vivências e os relatos dos professores durante a quarentena e a contação de histórias para crianças cumprem esse papel de aproximação da vida com dignidade, minimizando comportamentos que só resultam em vulnerabilidades. Somente por meio da Educação e de suas práticas formais e informais alcança-se a autonomia e a posse da própria existência com dignidade, o que integra, com certeza, o território das esperanças.

Lúcia Helena Polleti Bettini

Sumário

Apresentação.....	09
 Territórios fronteiriços da América do Sul: violência e tráfico de mulheres e meninas durante a pandemia de Covid-19.....	 11
Rosana M. P. B. Schwartz André Ribeiro de Passos Arruda João Clemente de Souza Neto	
 O Luto simbolizado: de gravuras na Idade Média para fotos do Instagram na contemporaneidade.....	 31
Bruno Chagas Raszeja	
 A nova direita e o tecnopopulismo: como a polarização político-social e a desinformação impactaram o combate ao coronavírus no Brasil.....	 49
André Ranieri Queiroz	
 O vírus como dispositivo biopolítico de distanciamento socioeconômico e socioemocional em tempos de pandemia e pandemônio.....	 63
Wesley Espinosa Santana	
 Entre extremos: algumas considerações sobre violência, tolerância e respeito em um contexto pandêmico.....	 77
Vanessa Zinderski Guirado	
 Pinturas que evocam silêncio - ações que buscam a escuta: relações entre Hopper e a violência doméstica em época de coronavírus.....	 97
Mirtes de Moraes	
 Território e trabalho: paradoxos na pandemia.....	 111
Jane Botelho Fernandez	
 A contação de histórias para crianças nos territórios da internet.....	 133
Isabel Orestes Silveira Laíza Maria Guedes dos Santos Flávio Lima Ponzio	

História e arte na pandemia - Uma experiência didática em tempos de quarentena.....	151
Enio Everton Vieira	
Democracia, infância e educação em tempos de pandemia.....	173
Érica de Souza Paixão	
Docência na pandemia: ouvir professores como ação colaborativa em tempos de crise.....	195
Kézia Costa de Oliveira Rocha Carvalho	
Thatiana Francelino Guedes Pineda	
Ensinar e aprender em tempos de pandemia.....	213
Sheila Cristina Silva Aragão Caetano	
Jovanka Mariana de Genova Ferreira	

Apresentação

*“Escrevo para compreender.”
(José Saramago)*

2020, mal o ano se iniciou e os jornais noticiavam casos de um novo vírus, na região de Wuhan, na China. A leitura se refaz a partir de imagens catastróficas comparadas às cenas de distopia nas ficções cinematográficas. Novos casos são noticiados, na Itália, Espanha e França. O risco de contaminação pelo vírus é enorme, classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como emergência internacional. Depois de alguns meses, um caso chega ao Brasil e se prolifera rapidamente entre os estados. Enquanto os números de casos de contaminação e morte sobem, várias medidas de prevenção são tomadas, a principal delas, o isolamento social ganha grande repercussão na luta contra a pandemia. Ficar em casa torna-se a palavra de ordem, assumida num universo de responsabilidade e de solidariedade.

Frente a esse universo de instabilidade e desafios, este livro organiza um conjunto de textos que analisam diferentes formas de se tratar espaços, lugares e territórios e suas relações subjetivas. O livro tem em sua tessitura o resultado de muitas horas de profunda introspecção, aliada a práxis realizadas através da arte, do compartilhar de histórias e do cuidar, ressignificando a cultura do cotidiano vivenciado por pessoas com os mais diferentes tipos de sofrimento, bem como a força de resiliência até então nunca vista nas últimas gerações.

O livro vem para marcar uma experiência mundial com o cuidado glocal: visão global para uma ação local. Afinal, de repente entramos nas casas das pessoas e diversas pessoas entraram em nossas casas através de plataformas como Zoom, Meet etc., tornando possível a continuidade da vida em todas as suas dimensões. É importante ressaltar o quanto a tecnologia e a ciência em todas as esferas estão sendo um importante canal de viabilização da continuidade da vida cotidiana. Por tudo isso, oferecemos um espaço de anotações e interações para quando você, leitor, sentir necessidade de anotar e até mesmo se tornar coautor deste livro. São anotações que poderão ficar apenas com você, ou, caso deseje, será possível entrar em contato com o autor específico ou com uma de nós, organizadoras – sinta-se à vontade! Escrevemos para compreender e desejamos que essa leitura lhe proporcione um tempo fecundo e inspirador sobre o território de incertezas, mas que a esperança prevaleça!

“Território de incertezas e esperanças” é resultado de pesquisas dos integrantes do Grupo de pesquisa CNPq - História da Cultura, Sociedades e Mídias, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Anualmente são publicados livros e artigos em

periódicos nacionais e internacionais de impacto com o intuito de possibilitar o compartilhamento em redes de pesquisa nacionais e internacionais das reflexões individuais e coletivas dos autores.

Este volume é um caminhar reflexivo nos territórios das incertezas e esperanças contemporâneas diante da fragilidade humana frente à pandemia de Covid-19. Aborda, de um lado, o empenho e a superação intensificados na busca de alternativas de sobrevivência diante das sombras da doença e da morte e, por outro lado, as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais visíveis e invisíveis.

Composto por 12 artigos que visam promover reflexões acerca da superação e do empenho já existentes, mas que, por ocasião da inundação da Covid-19 na qual todos fomos submergidos, emergiram ainda mais, devido à necessidade de buscar alternativas em um tempo recorde e dar continuidade aos processos educacionais.

No primeiro bloco temos a reflexão sobre o tráfico de pessoas e os deslocamentos humanos nas regiões fronteiriças da América do Sul, por Rosana M. P. B. Schwartz, André Ribeiro de Passos Arruda e João Clemente de Souza Neto; o luto simbolizado, por Bruno Chagas Raszeja; e as relações entre Estado e formas de governabilidade, nos artigos de André Ranieri Queiroz e Wesley Espinosa Santana.

Num outro bloco, os artigos de Vanessa Zinderski Guirado e Mirtes de Moraes, com questões relacionadas à (in)tolerância, ao respeito e formas de violência. Jane Botelho Fernandez destaca a questão do território das relações de trabalho.

E no último bloco temos artigos relacionados ao universo da educação: o artigo composto por Isabel Orestes Silveira, Laiza Maria Guedes dos Santos e Flávio Lima Ponzio busca articular a questão da contação das histórias para crianças; Enio Everton Vieira relata sua experiência didática e docente em tempos de quarentena; Érica de Souza Paixão retrata uma pesquisa com professores da rede pública com o intuito de verificar as dificuldades que esses profissionais e alunos enfrentam neste período de quarentena; as autoras Kézia Costa de Oliveira Rocha Carvalho e Thatiana Francelino Guedes Pineda escrevem sobre ouvir professores como ação colaborativa em tempos de crise; e Sheila Cristina Silva Aragão Caetano e Jovanka Mariana de Genova Ferreira refletem sobre “ensinar e aprender em tempos de pandemia”.

Boa leitura!

*Mirtes de Moraes
Rosana Schwartz
Jane Botelho Fernandez*

Territórios fronteiriços da América do Sul: violência e tráfico de mulheres e meninas durante a pandemia de Covid-19

Rosana M. P. B. Schwartz¹
André Ribeiro de Passos Arruda²
João Clemente de Souza Neto³

A população mundial durante o ano de 2020 vivenciou transformações sociais, econômicas e culturais negativas em decorrência da disseminação da síndrome respiratória Covid-19, doença que acometeu todos os segmentos sociais do Brasil e do mundo. Objetivando conter essa doença com características acentuadas de transmissibilidade, morbidade e mortalidade, parte significativa dos países, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde, determinaram o isolamento social ou a restrição do convívio social cotidiano, o uso obrigatório de máscaras, a higienização frequente das mãos e fecharam suas fronteiras internacionais. Essas recomendações foram implementadas de acordo com as políticas de saúde de cada governo/país. Os efeitos imediatos foram, por um lado, a redução da superlotação nos hospitais na primeira onda da pandemia, mas, por outro lado, a redução da produtividade, desemprego, permanência maior dos homens nos espaços privados, aumento do índice de gravidez indesejada, abusos sexuais, violência, inseguranças e descontrole nas regiões fronteiriças.

De acordo com os relatórios internacionais das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNDOC - ONU), a histórica violência de gênero, a dinâmica de exploração do trabalho análogo à escravidão e o tráfico de pessoas nos territórios de cruzamentos cresceram durante a pandemia de Covid-19.

A agência UNDOC, das Nações Unidas, com sede em Viena, desde 2002 é encarregada de auxiliar os países-membros na prevenção de delitos, tráfico de pessoas, terrorismo internacional

¹ Historiadora, socióloga e professora. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte, Cultura e História, e líder do Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídias da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: rmpbs@uol.com.br

² Cientista social, professor e jornalista. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do Grupo de Pesquisa em História da Cultura, Sociedades e Mídias e do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: andredearruda@gmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte, Cultura e História, líder do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do Socius (Universidade Técnica de Lisboa), do Instituto Catequético Secular São José (ICA) e da Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa, São Paulo - SP, Brasil. E-mail: j.clemente@uol.com.br

e movimentação de indivíduos nas regiões fronteiriças. Conta com 21 escritórios e cerca de 600 especialistas distribuídos pelo mundo. Sua Plataforma de Ação está baseada em três pilares: “investigação e análise das denúncias, projetos de cooperação técnica sobre o território e apoio aos programas de erradicação de comércio de entorpecentes”. As práticas executadas em cada um desses eixos resultam em relatórios internacionais elaborados pelos integrantes das comissões e delegados das convenções nacionais e internacionais.

Entre as convenções internacionais destaca-se a de Palermo (referendada pela Assembleia Geral da ONU, em 2003), contra o crime organizado transnacional. Palermo está estruturada em três eixos: “Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças; Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea; Contra a Fabricação e Tráfico de Armas de Fogo.” Com relação ao **Protocolo de Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas**, em especial mulheres/meninas e crianças, os relatórios destacam que esse documento é o primeiro instrumento local, nacional e global juridicamente elaborado com definição consensual do que é tráfico de pessoas. Sua importância consiste em propiciar convergências no que diz respeito aos entendimentos sobre o que se considera infrações penais nas legislações nacionais e organização de mecanismos de ações de cooperação internacional eficazes para investigação de casos de tráfico de pessoas.

O Protocolo relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea centra-se na prevenção e no combate ao contrabando de migrantes por organizações criminosas e sua proteção. Enquanto o **Protocolo Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo** objetiva prevenir, combater e erradicar a fabricação e o tráfico de armas de fogo nas regiões fronteiriças. Os três protocolos se triangulam.

Este capítulo apresenta parte da pesquisa desenvolvida pelos autores sobre as Convenções, Tratados e Protocolos da ONU sobre o tráfico de pessoas. Centraliza-se em dez relatórios da Convenção de Palermo - Nações Unidas para Drogas e Crime (UNDOC - ONU), sobre a mercantilização de mulheres e meninas por tráfico sexual nas regiões fronteiriças sul-americanas no ano de 2020.

A categoria de análise Gênero: uma perspectiva da História Cultural

As bases teórico-metodológicas da História Cultural sob a perspectiva da categoria gênero sustentaram o exame dos relatórios. A análise sob essa perspectiva contribuiu para o entendimento sobre as estruturas sociais, culturais e ideológicas presentes na violência contra a mulher e a construção e desconstrução de

conceitos abstratos e universais gravados na própria categoria mulher/menina de forma relacional e geracional.

Nesse sentido, a historiografia exibe três correntes teóricas com entendimentos diferentes sobre as causas da violência contra a mulher/menina. A primeira centra-se na dominação masculina e baseia seus argumentos nos estudos da construção da condição feminina de inferioridade em comparação com a condição masculina. Essa inferioridade foi justificada pelas ciências médicas/biológicas, que distinguiram os diferentes corpos em capazes e fortes ou incapazes e fracos dentro da divisão sexual do trabalho. Essa concepção “naturalizou” a superioridade masculina, autorizou a dominação sobre as mulheres/meninas e, conseqüentemente, perpetrou a violência.

A segunda corrente, defendida por Saffioti (1987), aponta a dominação patriarcal. O patriarcado é compreendido pela perspectiva feminista e marxista, atravessada pelas questões que envolvem a sociedade de classes, ou seja, pela exploração econômica do homem branco, abastado e adulto sobre as mulheres. Nesse sentido, a violência contra a mulher seria fruto da socialização machista conservada pelo sistema capitalista. As relações de poder desiguais nos espaços público e privado entre homens e mulheres estabelecem como destino natural das mulheres a sua submissão e exploração pelos homens (SAFFIOTI, 1987, p. 150).

A terceira corrente, abordada nas pesquisas de Gregori (1993), relativiza a relação dominação versus vitimização e desvela que a violência contra a mulher não se pauta somente na dualidade entre opressor e oprimido, associados respectivamente a ação destruidora ou ação passiva. De forma ambígua, as mulheres ora se sentem indispensáveis no cuidar, na maternidade e no casamento, ora se ressentem da sua falta de liberdade. Desse modo, muitas vezes inclusive por medo, reproduzem e reforçam os papéis de gênero, cooperando para a reprodução da violência entre os parceiros (GREGORI, 1993, p. 166).

Os papéis de gênero reforçam a cultura machista e a exploração das mulheres/meninas pelo crime organizado nas fronteiras. Ao analisar as narrativas expressas nos documentos perceberam-se identificações sobre o perfil das vítimas: mulheres jovens e crianças em situação de deslocamento territorial, de extrema pobreza, sequestradas ou comercializadas pelos próprios parentes.

Desde os anos 90, os estudos de gênero, além das problematizações sobre a dominação masculina ou patriarcal, passaram a observar os corpos como documentos, carregados de subjetividades, imaginários, construções histórico-sociais e econômicas. A comercialização dos corpos femininos na América

do Sul, além das questões apontadas, é advinda do processo civilizatório e das relações de poder.

A História Cultural aponta o corpo como uma categoria-chave conectada à sociedade, a valores, comportamentos, visões de mundo, expressões culturais e econômicas. Corpo foi concebido como documento em constante movimentação e dotado de diferenças, assim, sua natureza não pode ser concebida de forma linear, imediata e desconectada da sua identidade (SCHWARTZ, 2015). Nessa perspectiva, os discursos de corpo transmitem mensagens e são testemunhos diretos ou indiretos do passado/presente, de uma memória, de comportamentos construídos por conjuntos de circunstâncias, crenças, costumes e relações imaginárias (MERLEAU-PONTY, 1996).

A estrutura patriarcal presente nos territórios da América do Sul, com aspectos socioculturais predominantemente judaico-cristãos, com base no maniqueísmo de oposições binárias estruturantes, exploração, processo de miscigenação involuntário e a formação de uma sociedade de castas raciais rígidas, marcou os corpos femininos daqueles territórios até a contemporaneidade. As regras sociais impostas pelo colonizador/dominador estão presentes na banalização da exploração do corpo das mulheres e das meninas, na violência doméstica na vida cotidiana, no abuso sexual e, evidentemente, na criminosa mercantilização sexual. (SCHWARTZ, MATOS, BORELLI, 2017)

A História Cultural traz ainda para essa discussão as temporalidades em história, as permanências, ou seja, as múltiplas formas como o passado se mantém e repercute diretamente no presente. Reinhart Koselleck (2006) afirma que as continuidades são recriações dos valores, da cultura de tempos passados em outro espaço de tempo e territórios.

Territórios e fronteiras

A geografia fronteira da América do Sul, composta por grandes extensões territoriais, acessos fluviais e terrestres, cidades-gêmeas e caracterizada pela ausência ou ineficiência de controle de entradas e saídas, mantém as longas temporalidades culturais vivas e oportunizam a manutenção da violência contra as mulheres/meninas. Fronteira é um “lugar” facilitador de saída e entrada que se torna um entre-lugar de encontros e desencontros humanos em processo dinâmico de resignificação cultural. São categorizadas por: região geográfica da fronteira, faixa de fronteira, zona de fronteira, linha de fronteira e cidades-gêmeas que fazem limite com país ou território vizinho cuja sede se localiza no limite internacional ou na linha de fronteira. Essas cidades vivenciam processos migratórios constantes, possibilitando, por um lado, o

processo de integração regional, mas, por outro, o tráfico de drogas e de pessoas.

A fronteira terrestre brasileira, também denominada de “fronteira seca”, dada sua extensão e suas especificidades culturais, étnicas, econômicas e políticas, é vulnerável aos crimes transnacionais.

A análise dos documentos/relatórios internacionais da Convenção de Palermo aponta que nesse território os crimes transnacionais são justapostos e interseccionam: violações sexuais, contra o meio ambiente, contrabando de animais, armas, drogas, pessoas e narcotráfico. Os dez textos apresentam essa inter-relação e a crescente expansão das organizações transnacionais criminosas, ligadas ao tráfico de drogas e ao tráfico de migrantes, especialmente de mulheres e meninas, nos cruzamentos fronteiriços da América do Sul – Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai e Brasil. Destacam que as fronteiras com maior incidência de redes de tráfico de mulheres/meninas migrantes são a venezuelana, com destino a Trinidad e Tobago até a Colômbia, a colombiana, em Rumichaca, a argentina, em Águas Blancas, e a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Assim, o tráfico pode ser nacional ou internacional, ocorrer de um lugar para outro, de um estado da federação para outro dentro do território nacional, dentro do mesmo estado ou entre países distintos.

No caso brasileiro, para o enfrentamento do tráfico transnacional de pessoas, foi criado o Plano Estratégico de Fronteiras, aprovado pelo Decreto nº 7.496/2011, com o intuito de reforçar a presença do governo brasileiro nos 15.719 km de extensão de fronteira terrestre com países e territórios vizinhos. Esse plano integra os Ministérios da Justiça, Fazenda e Defesa e também está alinhado com o combate do tráfico interno de pessoas, realizado dentro de um mesmo estado da federação ou de um estado para outro dentro do território nacional.

Os documentos nacionais revelam macroações para esse enfrentamento:

- A realização de diagnóstico do tráfico de pessoas com foco na região de fronteiras;
- O estabelecimento de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrantes;
- Capacitação de agentes locais;
- Capacitação para o atendimento às mulheres e meninas vítimas de violência de qualquer ordem.

Todas as formas de violência contra as mulheres/meninas vêm sendo debatidas desde a Declaração e Programa de Ação de Viena (1994), em particular o assédio e as derivadas de preconceitos sociais, étnicos/raciais e culturais. Os conjuntos de documentos

dessa conferência consagraram a democracia, o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais como conceitos interdependentes, mas que se reforçam conjuntamente. Reconheceram que os direitos humanos não possuem hierarquia, que os direitos humanos da mulher e da menina são inalienáveis, integrantes e indivisíveis dos direitos universais, ou seja, que todos os direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, civis, entre outros, possuem o mesmo valor e estão inter-relacionados. Reafirmaram a igualdade de direitos entre homens e mulheres e manifestaram preocupação com relação às diversas formas de discriminação e abusos. Consideram uma aspiração de todas as nações alcançar uma ordem internacional baseada no respeito à igualdade de direitos e à proteção (SCHWARTZ, 2012).

A Organização das Nações Unidas - ONU, desde a década de 1960, vem manifestando preocupações sobre as diversas formas de violência às quais as mulheres e meninas são expostas cotidianamente e, desde os anos 90, sobre o tráfico dos corpos femininos em deslocamento territorial devido a guerras, conflitos armados e pobreza extrema. A violência⁴ sistemática contra as mulheres e meninas foi condenada, exortando os Estados a observarem o Direito Humanitário Internacional (SCHWARTZ, 2017).

Uma série de outros documentos são constantemente elaborados nacional e internacionalmente pelas diversas agências na tentativa de criar relatorias que esclareçam e propiciem mecanismos de defesa para essas mulheres e meninas. Em sua maioria, são resultantes das convenções locais, regionais e nacionais, agendas e plataformas de ações dos Estados-membros da ONU.

Os estudos de gênero transversalizam esses documentos e colaboram para a compreensão de que *“violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico”* (CIDH, 1994) Essa violência tem caráter estrutural e, considerando-a como estrutural, pela complexidade dos meios e modos de analisá-la e problematizá-la, a Conferência de Beijing em 1995 foi considerada marco teórico e prático para o apontamento de estratégias de sua desconstrução.

Os 10 documentos internacionais da Convenção de Palermo - Nações Unidas para Drogas e Crime (UNDOC - ONU) salientam a relevância da aplicação das estratégias da Plataforma de Ação de Beijing:

⁴ O pedido pela Conferência à Assembleia Geral das Nações Unidas de aprovação do projeto da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher só recebeu aprovação em 1º de dezembro de 1993, pela III Comissão da Assembleia Geral. E somente no 50º período de sessões da Comissão da ONU, que foi designado um Relator Especial sobre a Violência Sobre a Mulher.

- Fortalecimento de redes educacionais que potencializam mudanças nos valores e práticas sexistas e racistas em todos os setores da vida pública e privada no mundo;
- Democratização da informação e do conhecimento com vistas na proteção dos direitos humanos; construção de novos paradigmas na configuração das relações interpessoais e sociais e na relação entre os Estados e as sociedades; implementação de instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e garantia da igualdade de gênero e informações por meio dos veículos de comunicação nacionais e internacionais sobre a exploração sexual, violência doméstica e tráfico dos corpos femininos.

Destacam ainda que os deslocamentos não legalizados ou não regularizados das mulheres/meninas em decorrência da extrema pobreza e de conflitos em seus territórios de origem são fenômeno multidimensional.

Tráfico de pessoas

A definição de “tráfico de pessoas” encontra-se no Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional - Protocolo de Palermo. Caracteriza-se pelo recrutamento, transporte, transferência e abrigo de pessoas por meio do uso de força, sequestro, rapto, coerção, ameaça, engano, abuso de poder ou pagamentos para o propósito de exploração sexual ou trabalho forçado. Para fins de exploração, incluem-se prostituição, exploração sexual, remoção de órgãos e práticas semelhantes.

O contrabando de migrantes é um crime que envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado no qual não tenha nascido ou seja residente. Salienta-se que o contrabando termina com a chegada do migrante em seu destino, enquanto o tráfico de pessoas envolve, após a chegada, a exploração da vítima pelos traficantes.

A temática que discute tráfico de mulheres/meninas carece de aprofundamentos. Os documentos/relatórios quantitativos e/ou qualitativos são elaborados por organismos internacionais e organizações não governamentais com discursos oficiais impregnados das identidades dessas instituições. As pesquisas acadêmicas utilizam esses documentos e diagnósticos nacionais com dados oficiais sobre as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (ONU, 2000) e o Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (ONU, 2003) definem como tráfico de pessoas:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos. (ONU, art. 3º, 2000)

A convenção, aprovada pela resolução 55/25 da Assembleia Geral de 15 de novembro de 2000, tendo sido aberta à assinatura para os Estados-membros em 12-15 de dezembro de 2000, e entrando em vigor em 29 de setembro de 2003, foi aprovada pelo Brasil em 12 de março de 2004 (UNODC, 2021).

No ano de 2004, o Brasil tornou-se signatário não somente da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e do Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, como também do Protocolo relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea. Esses dois últimos tratam-se dos primeiros instrumentos globais, juridicamente vinculantes, com uma definição consensual sobre o tráfico de pessoas, o que teve por finalidade contribuir e facilitar a tipificação das infrações penais nas leis nacionais, possibilitando a cooperação entre os países signatários para a prevenção, a investigação e o combate aos crimes de tráfico de pessoas, protegendo os direitos dos migrantes contrabandeados e prevenindo sua exploração (UNODC, 2021).

A partir de então, o Estado Brasileiro vem atuando contra o tráfico de pessoas no Brasil mediante a elaboração de um conjunto de práticas, normativas e fundamentos orientadores da atuação; a mudança da legislação brasileira sobre o tema com medidas de prevenção à violação dos direitos e garantias fundamentais, de forma a difundir informações por meio de campanhas nos mais diversos veículos e plataformas de comunicação; e o estabelecimento de políticas públicas com o intuito de garantir a proteção das vítimas, reforçando a garantia de direitos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. Os principais países de captação são Colômbia, México, Paraguai, República Dominicana e Venezuela. Argentina, Brasil e Chile estão entre os principais destinos.

A participação do Brasil nas redes internacionais do tráfico de pessoas, segundo levantamento do Ministério da Justiça, beneficia-se do baixo custo operacional, de boas redes de comunicação, de bancos, portos e aeroportos e da facilidade de entrada em países sem a necessidade de visto, entre outras características de favorecem o trânsito internacional. Elaborado na esfera do projeto

implementado com o UNODC, o estudo do Ministério da Justiça apurou que os estados que se encontravam em situação mais grave eram Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, por serem os principais pontos de saída do país, e Goiás, onde acontece o aliciamento, principalmente no interior do estado, o que se acredita que ocorra pela preferência das organizações criminosas pelo biotipo local, atraente aos clientes europeus (DIAS, 2005, p. 19).

Ainda segundo o estudo, entre as principais causas do tráfico estão os fatores circunstanciais favorecedores do fenômeno (DIAS, 2005), que fornecem um quadro das formas de violência às quais as vítimas desses crimes podem vir a ser submetidas, entre eles:

- a globalização, pela erosão de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais resultantes de programas de ajustes estruturais e do consequente empobrecimento, perda dos lares e conflitos internos, particularmente afetando as mulheres;
- a pobreza, que submete as vítimas à ação dos traficantes pela necessidade de sobrevivência e falta de perspectiva;
- a ausência de oportunidades de trabalho, comprometendo os meios de subsistência a curto e médio prazos e a perspectiva de ganhos, levando as vítimas aos traficantes;
- discriminação de gênero, pela percepção da mulher como objeto sexual, não como sujeito de direitos, favorecendo as formas da violência sexual e a percepção do homem como provedor emocional e financeiro, numa relação hierárquica de poder;
- instabilidade política, econômica e civil em regiões de conflito devido às guerras civis, conflitos armados e violência urbana, afetando mulheres e crianças, vulneráveis aos abusos sexuais e trabalhos domésticos forçados por parte de grupos armados;
- a violência doméstica de ordem física, psicológica e sexual, gerando um ambiente insuportável, impelindo à situação de rua ou a moradias precárias;
- emigração indocumentada, meio pelo qual as pessoas saem de seu país de origem e intentam adentrar o país de destino sem passar pelos procedimentos legais, visando melhores condições de vida e trabalho, colocando-se em alto grau de vulnerabilidade, podendo ser submetidas a crimes como o contrabando de imigrantes e ao tráfico de pessoas;
- turismo sexual, que coloca mulheres ou adolescentes dos locais turísticos sob interesse dos turistas sexuais, que, ao retornar aos seus países, procuram os agenciadores de maneira a intermediar o envio da mulher ou adolescente ao seu encontro, sob o disfarce de um casamento ou relação estável (as vítimas podem ser submetidas ao confinamento nos seus locais de destino ou ao mercado local de sexo);

- corrupção de funcionários públicos quando estes aceitam suborno de traficantes, de modo a facilitar a passagem das vítimas pelas fronteiras, ou os mesmos participam das redes de tráfico;
- leis deficientes, inadequadas ou desatualizadas, acarretando dificuldade no combate ao tráfico pela ausência de equilíbrio das normas nacionais, excessiva burocracia e morosidade do judiciário, além da possibilidade de maior vulnerabilidade das vítimas em países com regras imigratórias mais rigorosas, deixando-as à mercê das redes criminosas.

Durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (01/01/2003 a 01/01/2011) foi promulgado o Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (BRASIL, 2004), a ser executado tal como seu conteúdo original, sujeito à aprovação do Congresso Nacional, entrando em vigor na data de sua publicação.

Nas Disposições Gerais consta a relação com a Convenção das Nações Unidas, e em conformidade com esse acordo as infrações seriam estabelecidas, com destaque aos objetivos do Protocolo de “a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos”. Além disso, estabelece as definições de agência da infração, vítimas e perpetradores da infração; o âmbito da aplicação do Protocolo na prevenção, investigação e repressão às infrações quando forem de âmbito transnacional e envolverem grupo criminoso organizado, bem como a proteção às vítimas das infrações; a criminalização, na adoção de medidas cabíveis, legislativas e jurídicas; a assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas, visando resguardar sua privacidade e a confidencialidade dos procedimentos judiciais, assim como garantir a devida informação sobre os procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis, além das demais formas de assistência, como alojamento, aconselhamento, assistência médica, psicológica, material, oportunidades de emprego, educação, observância às necessidades específicas das crianças, garantia de segurança física e possibilidade de indenização. As demais disposições seguem abordando os pontos daquilo a que se dispõe o Estado Brasileiro no sentido de contemplar os demais preceitos do Protocolo de Palermo (BRASIL, 2004).

Durante a presidência de Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/08/2016), foram publicados Relatórios Nacionais sobre o Tráfico de Pessoas, referentes aos anos de 2005 a 2011, 2012 e 2013,

elaborados numa cooperação entre a Presidência da República e o Escritório Contra Drogas e Crime das Nações Unidas, com participação da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação e da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Os relatórios avançam ao mostrar a coordenação de diferentes instâncias do poder público no combate ao tráfico de pessoas, numa estrutura construída a partir das resoluções do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.

O Relatório apresenta as fontes oficiais capazes de produzir informações sobre o tema, seus objetivos, seus conceitos acerca do tráfico de pessoas e sua forma de levantamento e utilização. Os principais órgãos que possuíam, à época, as informações relacionadas ao tráfico de pessoas eram aqueles pertencentes ao campo da justiça e da segurança pública, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), através do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Departamento de Estrangeiros (DEEST/SNJ), a Defensoria Pública da União (DPU), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Ministério Público do Trabalho do Ministério Público Federal (MPT/ MPF), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

Havia também outras instituições que, mesmo não sendo do campo de justiça e segurança, possuíam uma série de informações relevantes sobre tráfico de pessoas, devido à sua atuação institucional. Eram elas a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE), a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/TEM) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social (DPSE/SNAS/MDS), a Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

As informações organizadas pela pesquisa e contidas nos relatórios consistiam na atualização do conceito internacional de tráfico de pessoas e sua aplicação no contexto brasileiro; na tipificação dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas na legislação brasileira; na metodologia de medição do tráfico de pessoas no Brasil, relativa à coleta de dados, análise, interpretação e demais procedimentos de pesquisa; estatísticas criminais no Brasil

e seu sistema de registro e coleta de dados da Segurança Pública e da Justiça Criminal; informações acerca da rede de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas. Também apresentou a análise dos dados de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil com a previsão de número de vítimas, o perfil da vítima, indiciados e presos, ocorrências, operações, inquéritos policiais e processos distribuídos.

Além dos “Achados”, que concluem tratando da predominância do tráfico internacional de brasileiros e brasileiras para finalidade de exploração sexual; informações sobre países onde foram encontrados mais brasileiros e brasileiras vítimas de tráfico de pessoas; informações sobre o tráfico interno de pessoas; números sobre inquéritos e ocorrências; destaque para o perfil predominante das vítimas, em sua maioria mulheres na faixa etária entre 10 e 29 anos, sendo o maior número de recrutadoras, cerca de 55%, do sexo feminino. Tais informações constam no relatório de 2011 e são reforçadas por dados do relatório de 2012, que demonstra que a grande maioria das vítimas detectadas, e que procurariam pela rede de atenção à saúde, seriam mulheres jovens, com maior porcentagem de pretas e pardas, ressaltando que o percentual de vítimas crianças e adolescentes viria caindo ao longo dos últimos três anos – período anterior a 2012. Os relatórios de 2012 e 2013 trata sobre novas instâncias agregadas à rede de combate ao tráfico, consistindo também em novas fontes de informação.

O relatório de 2013 apresentou os dados separadamente por instituição, buscando relacionar informações das diferentes instituições. A análise das informações procurou seguir as categorias de tráfico de pessoas definidas na Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas: Dados da Vítima; Dados do Traficante; Experiência do Tráfico; Procedimentos/Encaminhamentos dos Órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; e Crimes Correlatos ao Tráfico de Pessoas.

Importante lembrar o documento Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011), elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, que contém reflexões e diretrizes sobre a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, que passam por uma ampliação, a partir de 2003, incluindo ações integradas como normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à construção de redes e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Ampliação essa presente em diferentes documentos e leis publicados nesse período, como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento

à Violência contra as Mulheres, entre outras políticas significativas (BRASIL, 2011).

A publicação *“Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos”*, fruto da parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e o IEDC - Instituto de Estudos de Direito e Cidadania, propôs apresentar o alinhamento das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto 5.948, de 26 de outubro de 2006. Elaborada em duas partes, *“Tráfico de pessoas e a justiça global”* e *“Enfrentamento ao tráfico de pessoas e suas modalidades: o olhar para a proteção das vítimas”*, visou fortalecer a compreensão da temática do tráfico de pessoas na perspectiva da proteção e da promoção de direitos humanos.

Por meio de instituições como o Ministério Público e a Polícia Federal (PF), o Brasil começou o combate ao crime organizado relacionado ao tráfico de pessoas, que até 2010 já se encontrava presente em pelo menos 520 municípios brasileiros. As organizações que comandam o tráfico de pessoas só perderiam em lucratividade para as de tráfico de drogas e de armas, segundo a Polícia Federal. As vítimas, uma vez aliciadas, perdem o contato com a família e, quando conseguem voltar, não querem denunciar por vergonha e também por medo de sofrer represálias dos integrantes do esquema no Brasil (NUNES, 2014).

Entre 2007 e 2010, o Ministério da Justiça repassou R\$ 3,275 milhões para a criação ou instalação de 13 núcleos de enfrentamento ao tráfico nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, tendo o foco primário no acolhimento das vítimas e o secundário no aumento da rede de apoio existente, visando também contemplar as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, com núcleos e postos voltados para o combate ao tráfico de pessoas (NUNES, 2014).

O Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas: dados 2014 a 2016, publicado sob a presidência de Michel Temer (31/08/2016 a 31/12/2018), mantém estrutura e proposta semelhantes às dos relatórios anteriores, apresentando o Marco Legal e Conceitual, nacional e internacional, sobre o tráfico de pessoas, trazendo as estatísticas do período sobre o tráfico e seu enfrentamento, além da metodologia de construção do relatório. O documento é fruto de pesquisa conjunta entre o governo brasileiro (Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Políticas de Justiça e Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) e órgãos das Nações Unidas (UNODC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Unicef).

O relatório é apresentado com a intenção de sistematizar os dados de enfrentamento ao tráfico de pessoas no período de

2014 a 2016, cujo objetivo principal seria o de analisar os dados secundários, especialmente os coletados e disponibilizados pelas instituições que fizeram parte da construção da Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas (BRASIL, 2016). O relatório não apresenta tabelas comparativas entre os dados colhidos nos períodos anteriores – 2005 a 2011, 2012 e 2013 –, justificando-se pelas mudanças na forma de coleta dos dados ou do registro dos mesmos no período, o que impossibilitaria a comparação, assim como as diferenças conceituais entre as instituições. O relatório se detém, portanto, aos dados do período de 2014 a 2016 apenas.

Nesse ponto os períodos de coleta de dados entre o relatório brasileiro e o relatório das Nações Unidas aproximam-se, permitindo fazer comparações e leituras com relação aos cenários brasileiro, sul-americano, latino-americano e global.

Segundo o *Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas*, divulgado em 2018 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2018), as vítimas identificadas no mundo em 2016 foram da ordem de cerca de 25 mil, em 97 países atingidos, com número médio de vítimas por país em torno de 254 pessoas. A nível global os países vêm detectando e reportando maior número de vítimas, assim como um maior número de condenações de traficantes de pessoas, o que pode ser tanto resultado da maior capacidade de identificação das vítimas como do aumento do número de vítimas do tráfico.

Nos 15 anos que antecedem a publicação da pesquisa, foi detectado o aumento do número de vítimas domésticas, ou seja, vítimas do tráfico no seu país de origem. Para além do tráfico nacional e sub-regional, os países mais ricos dominam a tendência de serem destino das vítimas traficadas de origens mais distantes. Europa Ocidental e Meridional e países do Oriente Médio registram proporções consideráveis de vítimas traficadas de outras regiões.

A maioria das vítimas detectadas são mulheres e meninas, respectivamente 49% e 23%, sendo o tráfico para exploração sexual a forma mais detectada. O tráfico de pessoas do sexo feminino para exploração sexual, tanto mulheres como meninas, prevalece nas áreas onde a maioria das vítimas é detectada – Américas, Europa, Ásia Oriental e Pacífico. Na América Central e no Caribe, mais meninas são identificadas como vítimas de tráfico para exploração sexual, enquanto que as mulheres são mais comumente detectadas como vítimas dessa forma de exploração em outras sub-regiões (UNODC, 2018).

Pelo menos 2,5 milhões de migrantes foram alvo de contrabando, tendo sido gerado volume de cerca de 7 bilhões de dólares para os criminosos do tráfico de pessoas. Esse crime e suas formas de violência atingem os mais vulneráveis que, em

situações dramáticas, deixam seus países de origem em busca de refúgio em outro. Segundo o relatório da UNODC (2018), muitos dos fluxos migratórios incluem crianças desacompanhadas ou separadas, podendo estar particularmente vulneráveis a dolos e abusos por parte de criminosos. Em 2016, quase 34 mil crianças desacompanhadas e separadas chegaram à Europa.

O relatório da UNODC (2018) reforça que a atual legislação sobre tráfico de pessoas no Brasil abrange todas as formas de tráfico indicadas no Protocolo sobre Tráfico de Pessoas da ONU. A infração específica que criminaliza o tráfico de pessoas entrou em vigor no Brasil em 2016. Antes de setembro de 2016, diferentes aspectos do tráfico eram cobertos por diferentes formas de legislação.

No ano de 2016 foi introduzida no Brasil a lei 13.344 de 6 de outubro de 2016, que trata do tráfico interno e internacional de pessoas e dispõe sobre a sua prevenção e repressão, bem como sobre medidas de atenção às vítimas. O enfrentamento por meio do pacto federativo se torna essencial na atuação para reprimir esse tipo de crime. Em seu artigo 14, a referida lei institui o Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no dia 30 de julho, quando são feitas campanhas e divulgações para a toda a população buscando conscientizar a sociedade sobre a existência desse crime e a necessidade de ser combatido por todos.

Mas, para haver a proteção dessas vítimas, a Lei 13.344/16 traz a seguridade em seu capítulo IV:

CAPÍTULO IV DA PROTEÇÃO E DA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS Art. 6º A proteção e o atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas compreendem: I – assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde; II – acolhimento e abrigo provisório; III – atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status; IV – preservação da intimidade e da identidade; V – prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais; VI – atendimento humanizado; VII – informação sobre procedimentos administrativos e judiciais. (BRASIL, 2016)

No recorte sobre a América do Sul, o Relatório Global (UNODC, 2018) demonstra a queda do número de casos de tráfico de pessoas registrados entre 2014 e 2016, assim como a queda no número de suspeitos, detidos ou advertidos por tráfico de pessoas no mesmo período. O relatório da UNODC revelou que a maioria das vítimas são mulheres e meninas, representando 72% dos casos. Outros 21% são homens e 7% meninos (2018).

Considerando o total de casos globais, de acordo com os dados da UNODC, 72% das mulheres eram vítimas de tráfico para o fim de exploração sexual, 21% para trabalho forçado e 7% para

outros fins. Entre as meninas, 83% eram vítimas de tráfico para exploração sexual, 13% para trabalho forçado e 4% para outros propósitos.

Os dados obtidos pela MMFDH apontam as denúncias mais registradas durante o ano 2018: são de tráfico interno para fins de exploração sexual (16,9%) e internacional para fins de exploração sexual (8,1%). Entre as vítimas, 53,1% são do sexo feminino.

O atual governo, de Jair Bolsonaro (01/01/2019...), lançou *O Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas*, em 2020, a partir do Ministério da Cidadania, da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e da Secretaria Nacional de Assistência Social. Segundo sua apresentação:

O combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas deve abranger várias iniciativas que enfrentem as múltiplas causas e as consequências dessas situações: prevenção do aliciamento e do retorno a essa situação; conscientização e informação sobre o trabalho decente; educação e preparação para o mundo do trabalho; fiscalização das propriedades; responsabilização dos autores; atendimento às pessoas resgatadas, promovendo acesso à direitos, enfrentando os efeitos negativos dos direitos violados; estruturação de coleta de dados; legislação específica; dentre outras ações que contribuam para erradicar essas situações. (BRASIL, 2020)

Trata também do trabalho integrado entre as instituições e serviços de proteção, com acesso a benefícios e cadastros de beneficiários, e estabelece o Disque 100 para denúncias anônimas de trabalho escravo e/ou tráfico de pessoas, com discagem gratuita.

A revisão bibliográfica realizada detectou que entre os anos de 2000 e 2012, no Brasil, foram realizadas pesquisas de campo conduzidas principalmente pela/pelo:

- Secretaria Nacional de Justiça (2005);
- Secretaria Nacional de Justiça & Organização Internacional do Trabalho (2007);
- Secretaria Nacional de Justiça;
- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime;
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude;
- Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes no Aeroporto Internacional de São Paulo.

Salienta-se que, ao nos debruçarmos sobre os dez documentos do Protocolo de Palermo e documentos complementares, foi considerado o modo de apresentação dos conteúdos, sua historicidade, sua natureza, os vocabulários, os enunciados, os tempos verbais, ou seja, a linguística do discurso carregada de

signos e a sua natureza de documental oficial – Organização das Nações Unidas (ONU).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5948.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.948%2C%20DE%2026,ao%20Tr%C3%A1fico%20de%20Pessoas%20%2D%20PNETP>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social. **O Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, 2020.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas: dados de 2005 a 2011**. Brasília, 2012.

_____. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. **Tráfico de pessoas:** uma abordagem para os direitos humanos. Organização de Fernanda Alves dos Anjos et al. 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas:** dados de 2012. Brasília, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas:** dados de 2013. Brasília, 2014.

_____. Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas:** dados 2014 a 2016. Brasília, 2017.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Belém do Pará, 09 jun. 1994.

DIAS, Claudia Sérvulo da Cunha (Coord.). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.** Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2005.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NUNES, Nilton de Souza Vivan. Tráfico de Pessoas na América Latina. **Revista Prolegis.** 31 jul. 2014. <<https://prolegis.com.br/tr%C3%A1fico-de-pessoas-na-am%C3%A9rica-latina/>>. Acesso em: 04/04/2021.

ONU. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus Protocolos – Convenção de Palermo. 2000-

2003. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html#:~:text=of%20national%20authorities.-,The%20Protocol%20to%20Prevent%2C%20Suppress%20and%20Punish%20Trafficking%20in%20Persons,definition%20o-n%20trafficking%20in%20persons>>. Acesso em: 04/04/2021.

_____. Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011. ONU, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Governo Federal. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/relatorio-nacional-sobre-trafico-de-pessoas_dados-de-2005-a-2011.pdf>. Acesso em: 05/04/2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHWARTZ, R. M. P. B. **Uma Carta para todos**: os Direitos Humanos também são Direitos das Mulheres. Vol. 1, 1ª ed. Cotia: Macmillan, 2012.

_____; MATOS, M. I. S.; BORELLI, Andrea. **Gênero, terceiro setor e desenvolvimento**: quebradeiras – uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaquais. Vol. 1, 1ª ed. São Paulo: Verona, 2015.

_____. **Beijing, muito mais que palavras**: a IV Conferência Mundial sobre a Mulher da Organização das Nações Unidas - ONU. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2017.

UNODC. **Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas**. Publicação das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TiP/Publicacoes/TiP_PT.pdf>. Acesso em: 05/04/2021.

_____. **Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**: marco legal. 2021. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>>. Acesso em: 04/04/2021.

O Luto simbolizado: de gravuras na Idade Média para fotos do Instagram na contemporaneidade

Bruno Chagas Raszeja⁵

A cultura ocidental foi fortemente impactada pela cultura greco-romana. Na Grécia antiga as divindades eram descritas nos mitos como possuidoras de afetos, assim como os mortais encarnados. De acordo com a compreensão grega, as divindades Caos, Gaia e Eros eram os primórdios da existência, assim como na tradição judaico-cristão, na qual se descortina um Deus onipotente que engendra a humanidade, princípio de tudo, ortografado em Gênesis. Caos gerou descendentes, um deles era Nix, à noite. Nix, por sua vez, gestou os gêmeos Thanatos, a morte, e Hipnus, o sono. A deusa Afrodite emerge com auxílio do titã Chronos, que livrou Gaia de Urano por meio da castração. As gotas de esperma de Urano que caíram sobre o mar germinaram Afrodite, personificação da venustidade, progenitora de Eros, o amor, e Hímeros, o desejo. (GIORA, GUIMARÃES, 2014)

Giora e Guimarães (2014) explanam que “Thanatos” para os gregos é decodificado como oposição à vida. A morte seria uma travessia, e não um fim. Segundo Costa (2019) na Grécia os cadáveres eram posicionados com o rosto direcionado para o leste, além disso, os pertences eram depositados juntamente com o corpo.

Costa (2019, p. 36) relata que, por meio do estudo de vasos mortuários, foi possível detectar dois momentos relevantes nos funerais gregos: a *phóthesis* e a *ekphoral*. No primeiro, o cadáver era submetido a um processo para prepará-lo e purificá-lo. O corpo era banhado e óleos eram aplicados. Ademais, o cadáver era enroupado e exposto. No segundo momento, o corpo era transladado em cortejo de sua residência para a necrópole.

Costa (2019, p. 36) explica que a prática de enterrar os cadáveres na cultura dos gregos era observada nos costumes dos romanos. Famílias financeiramente abastadas enterravam os seus mortos em locais fora da cidade. Os mortos sepultados possuíam identificação com o nome e a data da morte. Aqueles que não gozavam de fortuna recorriam à cremação dos cadáveres, e as cinzas eram postas em urnas. As catacumbas também serviam para depositar os cadáveres de cristãos e judeus na época do Império Romano, pois havia a crença na ressurreição. Após a legitimação

⁵ Psicólogo e Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura, ambos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Psicanalista membro do Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Colaborador do Programa Ambulatorial do Jogo do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPQ-HCFMUSP). E-mail: brunoraszeja@hotmail.com

do cristianismo como religião do Império Romano, os mártires foram extraídos das catacumbas.

A autora expõe que o cristianismo era hegemônico na Idade Média, e a igreja católica comandava a vida cotidiana dos indivíduos. Celtas, godos, visigodos e vikings foram cristianizados, ação religiosa que antecedeu a luterana. Nos séculos X e XI, o morto passa a ser responsabilidade da igreja católica, e os cerimoniais funerários contraem configurações cristãs. (COSTA, 2019, p. 40) A “descristianização” da morte ocorre, entre outros fatores, por conta do sistema capitalista. A partir desse momento, o corpo adquire o valor de força de trabalho. (FOUCAULT, 1981 apud COSTA, 2019, p. 44)

No século XV, na Idade Média, segundo Huizinga (2010), a morte era vivenciada cotidianamente e,

Anteriormente, a religião também havia pregado seriamente a constante preocupação com a morte, no entanto os tratados religiosos do começo da Idade Média atingiam apenas aqueles que já tinham se retirado do mundo. Foi só a partir do surgimento das ordens medicantes que a pregação popular tornou-se larga, a advertência se estendeu a um coro ameaçador que ressoava pelo mundo com a persistência do tema de uma fuga. (HUIZINGA, 2010, p. 221)

O autor explana que, no fim do período medieval, a morte passou a ser simbolizada por meio de ilustrações na madeira, assim como por meio das palavras discursadas de um pregador. Essa morte simbolizada assimilou a ideia de deterioração. Nas melodias a morte emerge de três formas: a primeira indagando “Onde estavam todos aqueles que outrora encheram o mundo com a sua glória?”, a segunda trazendo a feiura da deterioração do corpo humano e a terceira, sobre a morte que leva qualquer indivíduo, não importando o seu status quo. Sendo que a primeira forma, por meio da qual a morte faz sua aparição nas melodias, está presente no mundo islâmico e cristão. (HUIZINGA, 2010, p. 221)

Huizinga expõe que no século XVI os túmulos ostentavam figuras de corpos humanos em estado de putrefação, além disso, relata que:

A forte aversão pela putrefação do corpo terreno explica o grande valor que se atribuía aos corpos intactos de alguns santos, como Santa Rosa de Viterbo. Uma das glórias mais preciosas de Maria foi o fato de seu corpo ter sido poupado da decomposição terrena em virtude de ter ascendido aos céus. (HUIZINGA, 2010, p. 229)

Huizinga (2010) relata sobre uma prática de preparação de corpos de pessoas importantes que morriam longe do local no qual residiam, o ritual envolvia espedaçar o corpo do morto e, em seguida, cozinhá-lo para que a carne se desprendesse dos ossos. Depois

de cumprir com esses procedimentos, os ossos eram endereçados dentro de uma mala para que pudessem ser sepultados, e a carne e as vísceras permaneciam no local no qual o indivíduo tinha falecido. Essa prática vigorou nos séculos XII e XIII, e houve um momento de proibição papal em 1299 e em 1300, pois o papa Bonifácio XIII encarava essa prática como abominável. No século XV esse ritual era praticado ainda por indivíduos ingleses em solo francês, e cadáveres de pessoas ilustres receberam esses procedimentos, tais como Eduardo de York, Michael de la Pole, conde de Suffolk, Henrique V e William Glasdale.

A figura da morte havia séculos aparecia nas representações plásticas e literárias sob mais de uma forma: como cavaleiro apocalíptico arremessando-se intempestivo sobre um grupo de pessoas jogadas no chão, como megera com patas de morcego estendidas para baixo, como no Campo Santo em Pisa, o esqueleto com a foice, ou com o arco e flecha, por vezes indo em uma carruagem puxada por bois ou ainda montada num boi ou numa vaca. Porém a figura personificada da morte não satisfazia a fantasia. (HUIZINGA, 2010, p. 230)

A morte na Idade Média, como desvelou Huizinga (2010), era vivenciada intensamente no cotidiano, mas, ao longo da história, segundo Giddens (2012), a morte foi relegada ao ocultamento nas sociedades modernas, sendo que nas sociedades não industrializadas e em épocas passadas, como exposto anteriormente, a morte não foi cindida da vida cotidiana. Na modernidade a morte saiu da intimidade do núcleo familiar e foi institucionalizada em hospitais e asilos. (ARIÈS, 1965 apud GIDDENS, 2012, p. 236)

Giddens (2012) traz a obra *"The Loneliness of the Dying"* para refletir sobre a morte:

A postura em relação a morrer e à imagem da morte em nossas sociedades não pode ser compreendida inteiramente sem referência a essa relativa segurança e previsibilidade da vida individual e à expectativa da vida correspondentemente maior. A vida fica mais longa, e a morte é postergada. A visão da morte e de pessoas mortas não é mais lugar comum. É mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida. (ELIAS, 1985 apud GIDDENS, 2012, p. 236)

O autor explana que Norbert Elias relaciona o ocultamento da morte, característico da modernidade, com a maior longevidade. Além disso, Giddens (2012) relata que há outra característica que salta aos olhos nas sociedades modernas: a negação e a postergação desse fato intrínseco à vida. É erigida uma verdadeira guerra defensiva contra as hostes do envelhecimento e da morte, e a jovialidade adquire valor considerável, o que acarreta uma busca por manter-se jovem. Atualmente o mercado oferta inúmeras alternativas para esse intento, como no caso da indústria de cosmiatria, que comercializa inúmeros produtos antienvelhecimento, procedimentos

cirúrgicos, academias fornidas de sofisticados equipamentos de ginástica e suplementação vitamínica. Obviamente, não são todos que têm a consciência de que esses procedimentos são atos defensivos contra um fato imperioso da vida: a finitude. (BAUMAN, 1992 apud GIDDENS, 2012, p. 236)

Giddens (2012) observa que houve transformações nas formas de lidar com a morte e o luto, apontando para o aspecto informal atualmente, em comparação com as formas que existiram no passado. Ademais, traz o quão os funerais, por exemplo, tornaram-se personalizados. O autor aponta também para as homenagens que se deslocaram do tradicional cemitério para as estradas, quando alguém falece em um trágico acidente de trânsito.

Ariès (2014, p. 770) explana que a morte começou a ser eclipsada aos poucos nas décadas de 1930 e 1940 e se difundiu na década de 1950. Com o desenrolar do século XX, a doença tornou-se um fardo para ser vivenciado no âmago da residência familiar e, entre outros fatos que influenciaram, a ideia de assepsia contribuiu para que o ser humano ficasse mais frágil em lidar com essas questões, sendo que no início do século XIX era possível observar a doença na cotidianidade. O hospital torna-se um espaço físico no qual é possível depositar o doente insuportável para os familiares, local da “morte solitária”.

Costa (2019) faz uma reflexão mencionando a psicanalista Maria Julia Kovács (2003), explanando que no passado não havia uma cisão rígida entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, e relata que:

A ideia de um mundo de certa forma povoado de almas do além, interferindo e se relacionando com os vivos, está presente nas mitologias, nas obras literárias e nas superstições – da Antiguidade nos chegou, por exemplo, a função da carpeideira, mulheres que recebem dinheiro para “chorar” os mortos, ajudando a promover a comoção pela partida do ente querido. Por essa razão temia-se a morte súbita e a impossibilidade de preparação cerimonial, especialmente o “encomendar” da alma do defunto. (KOVÁCS, 2003 apud COSTA, 2019, p. 38)

A autora relembra um fato histórico relevante que impactou a relação dos seres humanos com a morte, apontando para a peste no continente europeu, que dizimou uma quantidade significativa de indivíduos. Consequentemente, o encargo de sepultar os familiares mortos pela peste foi deslocado para o Estado, que, por sua vez, organizava formas informais para dar um fim nesses cadáveres. Os abastados financeiramente eram depositados em covas comuns e os miseráveis, postos em locais distantes das cidades. (COSTA, 2019, p. 39)

Segundo Santos (2018), no século XIX, Joseph Nicéphore Niépce, Louis Jacques Daguerre e Henri Talbott forjaram a fotografia, sendo que a forma do daguerreótipo foi amplamente

utilizada, possibilitando o preenchimento do campo que a pintura dominava. A pintura era a única maneira de retratar e imortalizar alguém antes da invenção da fotografia, e era apenas acessada pelos indivíduos abastados. Surgiu então o *post mortem*, costume fotográfico observado no século XIX e parte do século XX no qual a morte emerge nas fotografias. No século XIX a mortalidade infantil era expressiva, e a fotografia era uma forma de consolar os familiares.

Santos (2018) relata que as fotografias não eram disponibilizadas e observadas por pessoas de fora do âmbito familiar, e poderiam ser ofertadas como lembrança para pessoas que eram próximas aos familiares. Quando o morto era um bebê, e não possuía registro fotográfico em vida, o *post mortem* era uma forma de assegurar a memória desse bebê para que não caísse no esquecimento. Essa prática demandava agilidade por parte dos familiares e do profissional que iria fotografar o morto, pois os corpos que não eram submetidos ao processo de embalsamamento logo sofriam alterações, o que afetaria o resultado na fotografia.

O ato de fotografar os mortos acompanha a tradição originária nas pinturas memoriais funerárias. Todavia, estas pinturas memoriais, reservadas às famílias mais abastadas, mesmo *post-mortem* retratavam as pessoas como em vida, algo que se buscou em alguns padrões da fotografia memorial, através da criação de cenários e de cenas que pudessem inserir o morto ainda na realidade dos vivos. Em algumas fotografias, todavia, temos uma visão clara de que a pessoa retratada está morta, sendo ela posta em caixões ou rodeadas por flores. (SANTOS, 2018, p. 4)

Santos (2018) explana que animais de estimação também eram fotografados no *post mortem*, o mais comum era o cão, porém havia outros, tais como pássaros e gatos. Com o desenrolar do tempo, transformações ocorreram ao longo da história. Giddens (2012), por exemplo, observa os avanços que ocorreram nas tecnologias da comunicação:

O impacto desses sistemas de comunicação tem sido estarrecedor. Em países com infraestruturas de comunicações mais desenvolvidas, os lares e escritórios hoje têm várias conexões com o mundo externo, incluindo telefones (tanto linhas fixas quanto celulares), televisão digital, por satélite e a cabo, correio eletrônico e internet. A internet emergiu como o instrumento de comunicação de crescimento mais rápido já desenvolvido – por volta de 140 milhões de pessoas ao redor do mundo usavam a internet em 1998, e estima-se que mais de um bilhão de pessoas a usava em 2007. (GIDDENS, 2012, p. 104)

Giddens (2012) afirma que a utilização da internet e dos celulares vem contribuindo para o aceleração da globalização, sendo que há um crescente número de sujeitos que recorrem ao

uso dessas tecnologias para estabelecer uma “interconexão”. Não houve apenas um alargamento na possibilidade de estabelecer contato com outras pessoas espalhadas pelo globo terrestre, mas também é possível observar a facilitação do envio de informações sobre indivíduos e fatos que ocorreram em lugares distanciados.

Aprobato (2018) se refere à rede social Instagram como uma forma de compartilhar fotos e vídeos instantaneamente entre usuários com interesses em comum ou não. Além disso, lembra a possibilidade da utilização de filtros nessas fotografias e o compartilhamento delas em outras redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*, por exemplo. O Instagram foi originado por Kevin Systrom e Mike Krieger, e disponibilizado no mês de outubro de 2010. Em abril de 2012 esse aplicativo possuía 100 milhões de usuários. Por meio dessa ferramenta tecnológica é possível compartilhar fotos e vídeos sobre episódios da vida para familiares, amigos ou qualquer outra pessoa – 16 bilhões de fotos foram postadas até agora. (HU, MANIKONDA, HAMBHAMPATI, 2014 apud APROBATO, 2018)

No Instagram há a possibilidade de efetuar uma pesquisa de um tema específico por meio de uma palavra-chave juntamente com a *hashtag* preposta. A “#luto” no dia 3 de maio de 2020 exibia 1.428.835 fotos postadas, e no dia 5 de setembro de 2020 exibia 1.555.760 fotos publicadas. É relevante esclarecer que não são todas essas fotos de pessoas falecidas, porém representam um número expressivo nesse total. Outras palavras-chave que podem chamar a atenção de quem pesquisa são “#lutoeterno”, que no dia 24 de maio de 2020 exibia 129.649 publicações, e no dia 5 de setembro de 2020 exibia 134.672.

O número sofre alterações diariamente, e vem crescendo exponencialmente. Obviamente, como já dito anteriormente, as fotos *post mortem* da era vitoriana eram mantidas entre os familiares do morto, e não exibidas para estranhos. Na contemporaneidade, no Instagram há um “cemitério virtual” engendrado, no qual fotos de pessoas que já morreram estão postadas (fotos de momentos nos quais esses indivíduos e até mesmo animais de estimação ostentavam vida). Caso o perfil da pessoa seja público, a imagem postada pode ser acessada por estranhos do mundo todo. Seria uma repetição de um comportamento da época vitoriana, quando se registrava o luto por meio da fotografia, mas agora com a diferença de que não mais fica circunscrita na intimidade do enlutado, ou seria um novo fenômeno sociocultural?

Como observa Machado (2016), há um cemitério no ciberespaço desde o ano de 2004 no Brasil, e o livro “*A morte midiaticizada*” (2015) foi fruto de um estudo pioneiro no país da Dra. Renata Ribeiro, no qual buscou articular a morte com algo extremamente contemporâneo, a internet. O estudo se voltou para as redes sociais *Orkut* e *Facebook*.

Kallas (2016), em seu artigo “*O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise*”, expõe as transformações socioculturais que vêm ocorrendo. Além disso, traz em sua reflexão o quão esse novo contexto afeta a subjetividade humana. Há uma mudança no tapume entre o público e o privado, sendo que o privado era mais delimitado no passado. Hoje a intimidade é exibida no Instagram por meio de fotografias e vídeos instantaneamente, até mesmo a morte e o luto agora são exibidos e compartilhados para uma plateia dar os seus “likes”.

Ao longo da história, houve a eclosão da peste no continente europeu, o que acarretou uma nova forma de lidar com a morte e o luto. Em dezembro de 2019, na China, o novo coronavírus foi referido. (CONTANTINI et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020; HO et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020) Segundo a Organização Mundial da Saúde (2020, apud CREPALDI et al., 2020), o vírus rapidamente alastrou-se e alcançou outros países, contaminando e dizimando seres humanos. Perante o avanço do vírus, a organização decidiu adjetivar a situação como “pandemia” no dia 20 de março de 2020.

Uma pandemia consiste em um fenômeno que dizima um número expressivo de seres humanos em pouco tempo, trazendo inúmeras consequências psíquicas. (TAYLOR, 2019 apud CREPALDI et al., 2020) Tais consequências foram ampliadas ainda pelas medidas seguidas para auxiliar no combate ao rápido alastramento do vírus, como limitar as viagens e manter o distanciamento social. (WANG et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020; FERGUSON et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020)

A interação é relevante no processo de despedida de alguém que está prestes a falecer. (LISBOA, CREPALDI, 2003 apud CREPALDI et al., 2020) Nesses momentos é instigada a confabulação entre os familiares, a comunhão de momentos gratificantes vivenciados ao longo da vida, o agradecimento e o pedido de perdão. Essa interação fomenta qualidade para quem está falecendo e para os familiares. (LISBOA, CREPALDI, 2003 apud CREPALDI et al., 2020; SCHMIDT et al., 2011 apud CREPALDI et al., 2020)

É fundamental a comunicação verbal e a não verbal nesses processos ritualísticos envolvendo a morte. Quando a verbalização é insuficiente, o não verbal é relevante para expressar algo que se ambiciona comunicar ou não pode ser dito. (LISBOA, CREPALDI, 2003 apud CREPALDI et al., 2020) A pandemia impôs obstáculos nos processos ritualísticos de falecimento, pois interfere na interação direta com aquele que está em estado terminal e em isolamento, dificultando diálogos. (PARTTISON, 2020 apud CREPALDI et al., 2020; WANG et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020; WEIR, 2020 apud CREPALDI et al., 2020)

Velórios e enterros foram proibidos ou limitados por conta da pandemia de Covid-19, e costumam ser impactados quando há uma pandemia. Eventos ritualísticos que podem auxiliar no processo de elaboração do luto. (SCANLON, MCMAHON, 2011 apud CREPALDI et al., 2020) Essas alterações tendem a tornar o processo de luto mais desafiante, principalmente se os familiares encararem que o morto não recebeu os tratos ritualísticos que merecia. (INGRAVALLO, 2020 apud CREPALDI et al., 2020)

“Esse cenário não é novo, pois a realização de rituais funerários também foi restrita em outras pandemias, como a de influenza H1N1 e a de Ebola.” (TAYLOR, 2019 apud CREPALDI et al., 2020; VICTOR, AHMED, 2019 apud CREPALDI et al., 2020) Atualmente, com o impacto da pandemia de Covid-19, em países como Estados Unidos e Singapura há transmissão ao vivo ou gravação de funerais. (HERNANDEZ, BERMAN, 2020 apud CREPALDI et al., 2020; WANG et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020)

Essas novas formas de lidar com a morte e o luto não substituem os tradicionais procedimentos ritualísticos funerários, mas podem auxiliar no adeus àquele que partiu e no apoio recíproco, mesmo que seja por meio da virtualidade. (INGRAVALLO, 2020 apud CREPALDI et al., 2020) É relevante expor que não são todos que podem ter acesso a esse tipo de ferramenta tecnológica, pois há quem não possua internet, *smartphone* ou computador. Há quem também possua dificuldades de manipular esse tipo de instrumento tecnológico, como por exemplo o idoso. (SCHMIDT et al., 2020 apud CREPALDI et al., 2020)

Observável para quem tiver o interesse de averiguar, o luto está inserido na rede social Instagram, e possui um antes e depois do caos pandêmico. Essa rede social pode oferecer uma forma de simbolizar o afeto e viabilizar um ritual simbólico que não pôde ser realizado nos modos tradicionais (variando conforme a cultura de cada sociedade) devido aos impactos que a pandemia gerou em muitos países espalhados pelo globo terrestre. Os números descortinados e cotejados em datas distintas ao longo do período de quarentena podem indicar que a “#luto” em fotos no Instagram foi uma maneira de lidar com o sentimento de luto diante da perda de entes queridos e/ou amigos por conta da Covid-19.

Ao longo da história, alguns hábitos nos rituais funerários se mantiveram, como por exemplo a possibilidade de enterrar os cadáveres, presente desde a Grécia antiga até os dias de hoje. Em contrapartida, há costumes que são característicos da contemporaneidade, como por exemplo postar uma foto na rede social Instagram de algum amigo e/ou familiar que faleceu. A Sociologia, a Antropologia e a História são disciplinas científicas

que trazem a possibilidade de ter acesso às formas de organização das sociedades ao longo do tempo.

Atualmente, pode haver uma explicação quando se pergunta para alguém sobre o motivo da postagem. Alguns podem argumentar, entre outras justificativas, que foi uma forma de homenagear o morto. Como a psicanálise compreende o laborioso processo de luto, levando em consideração os fatores psíquicos? Como a psicanálise compreende o luto contemporâneo que é exibido na rede social Instagram? Freud (2011) inicia o seu texto “*Luto e melancolia*” explanando:

Via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc. Sob as mesmas influências observamos, em algumas pessoas, melancolia em vez de luto, e por isso suspeitamos que nelas exista uma predisposição patológica. Também é digno de nota que jamais nos ocorre ver o luto como um estado patológico e indicar tratamento médico para ele, embora ocasione um sério afastamento da conduta normal da vida. (FREUD, 2011, p.171-172)

Freud expõe que o luto é digerido no decorrer do tempo e adverte que interrompê-lo não é propício. A melancolia pode se descortinar mediante uma consternação, com a interrupção do interesse do indivíduo pelo mundo no qual está inserido. A capacidade para amar desaparece e a autoestima fica prejudicada. Essa autoestima prejudicada emerge com admoestações vindas do próprio sujeito e desferidas contra ele mesmo, “pode até chegar a uma delirante expectativa de punição” (FREUD, 2011, p. 173).

O autor explana que a diferença entre o luto e a melancolia é que no luto não há prejuízo na autoestima, como ocorre na melancolia. Além disso, lança a seguinte indagação aos leitores de suas laudas ortografadas: “Em que consiste o trabalho do luto?” (FREUD, 2011, p. 173) Quando o objeto amado deixa de existir, demanda do sujeito que a libido investida no objetivo perdido seja extraída, o que causa contestação por parte do sujeito. Essa contestação pode gerar um distanciamento da realidade. Após o término do labor do luto, que ocorre aos poucos, o sujeito elabora a perda. (FREUD, 2011)

A melancolia, que pode ser ocasionada por uma perda do objeto, assim como o luto, pode também ser gerada por uma perda de “natureza ideal” (FREUD, 2011, p. 174). Há ainda situações nas quais não é possível detectar com precisão o que foi perdido, e o autor expõe outra característica da melancolia que não é encontrada no luto:

Esse caso poderia apresentar-se também quando a perda que ocasionou a melancolia é conhecida do doente, na medida em que ele sabe quem, mas não o que perdeu nesse alguém. Isso nos inclinaria a relacionar

a melancolia, de algum modo, a uma perda de objeto subtraída à consciência; diferentemente do luto, em que nada é inconsciente na perda. (FREUD, 2011, p. 175)

Freud volta a abordar a questão da autoestima do melancólico, explanando que, enquanto o enlutado perde o interesse pelo mundo circundante, o melancólico fica com o próprio Eu empobrecido, pois há açoitamentos contra o próprio indivíduo. Ou seja, uma constante autodepreciação. Na melancolia as reprovações feitas contra o objeto amado se voltaram contra o próprio sujeito, pois o melancólico fica identificado com o objeto amado perdido. “Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu, e a partir de então este pôde ser julgado por uma instancia especial como um objeto, o objeto abandonado.” (FREUD, 2011, p. 181)

Freud (2011) explica que esse abandono do objeto amado pela identificação faz parte de moléstias narcísicas. A melancolia possui características do luto, no que se refere à perda do objeto amado, e da regressão. O autor expõe que a melancolia não fica circunscrita a episódios de perda envolvendo a morte de alguém, e que há um conflito ambivalente presente no melancólico. Açoitamentos são dirigidos contra esse Eu que se encontra identificado com o objeto, esse Eu que se vinga do objeto original.

O autor aponta nas cinco laudas finais de seu texto para alguns casos nos quais é possível observar episódios de mania na melancolia, relatando que não são todos os melancólicos que apresentam esses episódios. Além disso, expõe: “Outros exibem a regular alternância de fases melancólicas e maníacas que levou à proposição de uma loucura cíclica.” (FREUD, 2011, p. 187)

Freud (2011) esmiúça a temática da mania, expondo que é um estado de excitação. Ademais, aponta o seguinte:

Todas essas situações se distinguem pelo ânimo elevado, pelos sinais de descarga de uma emoção jubilosa e por uma maior propensão a todo tipo de ação, exatamente como a mania e em absoluto contraste com a depressão e a inibição que há na melancolia. Podemos arriscar a afirmação de que a mania não é senão um triunfo desse tipo, com a diferença de que nele permanece oculto ao Eu aquilo que superou e sobre o que está triunfando. (FREUD, 2011, p. 188)

Além disso, o autor explana que, quando alguém está em mania, há uma superação do Eu referente à perda do objeto ou “o luto devido à perda, ou talvez o próprio objeto” (FREUD, 2011, p. 188). Há nas laudas finais uma observação do próprio Freud dizendo que a questão deixa muitas dúvidas. Klein (1996, p. 305), autora pós-freudiana, em seu texto “*Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*”, diz: “[...] pretendo examinar os estados depressivos em sua relação com a paranoia, de um lado, e com a mania, de outro”.

Klein (1996) menciona Freud e Abraham para falar brevemente da melancolia nas laudas iniciais de sua produção textual. Explica que há a perda do objeto real ou algo que se assemelhe a isso, e que há uma colocação do objeto perdido dentro do ego do sujeito, como já relatado por Freud anteriormente. Ademais, expõe que, “No entanto, devido a um excesso de impulsos canibalescos no indivíduo, essa introjeção fracassa e a consequência é a doença” (p. 305).

Klein (1996) expõe sobre a mudança, conforme o desenvolvimento humano se desenrola, de ansiedades, mecanismos de defesa e relações objetais. O ego que antes se relacionava com objetos parciais, agora se relaciona com objetos totais. Essa nova posição permite que o ego sinta a perda do objeto amado como um todo. Além disso, a autora observa que, quando o indivíduo se identifica de forma mais total com aquele objeto bom e amado, há um crescimento do desejo voraz por esse objeto, consequentemente, é reforçada a introjeção. O ato de incorporar o objeto é repetido, pois há o medo de perdê-lo por conta do canibalismo e dos perseguidores que estão povoando o mundo interno.

A autora aponta outro fator que influencia o aumento da introjeção: a fantasia de que o objeto bom e amado possa ser mantido em segurança em seu mundo interno. Porém, há no interior do sujeito perigos que ameaçam o bom objeto amado. O sujeito se identifica com os objetos, quer protegê-los, mas é incapaz. (KLEIN, 1996)

Ao se identificar totalmente com o objeto, o ego não abandona seus antigos mecanismos de defesa. De acordo com a hipótese de Abraham, a aniquilação e a expulsão do objeto – processos típicos do nível anal anterior – dão início ao mecanismo depressivo. Se isso for verdade, minha noção de uma ligação genética entre paranoia e a melancolia fica confirmada. (KLEIN, 1996, p. 307)

Klein relata que, juntamente com o aumento da introjeção, há outro mecanismo muito relevante, o de reparação. O sujeito identificado com esse objeto que ama é impelido a restaurá-lo, por conta dos ataques sádicos desferidos contra o mesmo. A autora expõe sobre um período de transição entre a “incorporação parcial do objeto para a sua incorporação total” (KLEIN, 1996, p. 308). Além disso, observa a formação de um superego arcaico a partir da introjeção desses primeiros objetos, o que facilita compreender a severidade do melancolizado. (KLEIN, 1996)

É preciso uma identificação mais completa com o objeto amado e um reconhecimento mais completo de seu valor para que o ego perceba o estado de desintegração a que o reduziu, e continua a reduzir. O ego então se depara com a realidade psíquica de que seus objetos amorosos estão num estado de dissolução – em pedaços. O desespero, os

remorsos e a ansiedade oriundos dessa constatação estão por trás de várias situações de ansiedade. (KLEIN, 1996, p. 311)

O sujeito identificado com um objeto total e real sente-se culpado. Primeiramente há a identificação com o objeto parcial, e posteriormente com o objeto total. Essa identificação se baseia num vínculo libidinal. A culpa, o remorso e a responsabilidade para manter íntegro o objeto amado são elementos que a autora observa no amor. Ademais, Klein relata que, no caso do paranoico, há também introjeção do objeto inteiro, porém a identificação com este não é atingida plenamente ou, caso alcance essa identificação total, não consegue mantê-la. A autora afirma que o desconforto da posição depressiva o faz voltar para a posição paranoica. (KLEIN, 1996, p. 312-313)

Freud afirma que a mania está calcada nos mesmos conteúdos da melancolia e, na verdade, é uma maneira de fugir desse estado. Gostaria de sugerir a hipótese, porém, de que na mania o ego procura fugir não só da melancolia, mas também de uma condição paranoica que ele não consegue dominar. A dependência torturante e perigosa em relação aos objetos amados impele o ego à busca de liberdade. (KLEIN, 1996, p.318)

Klein (1996) descortina a onipotência como característica principal da mania e, além disso, aponta para outro mecanismo defensivo, o de negação. A negação que vem de um período no qual o sujeito tenta se defender contra os perseguidores e as ameaças provenientes do id. Como já exposto anteriormente, o sujeito encontra-se em um conflito, pois não quer abrir mão dos objetos bons internalizados e procura escapar da dependência deles e fugir daqueles que são maus. A onipotência como forma de controle dos objetos, pois dessa forma é negado o medo deles e para repará-los. Relata que a mania assume infindável maneira de se manifestar, e diz o seguinte:

Isto é, os objetos eram mortos, mas como o sujeito era onipotente, ele acreditava ser capaz de chama-los imediatamente de volta à vida. Um dos meus pacientes falava desse processo como “mantê-los em animação suspensa”. (KLEIN, 1996, p. 319)

A autora relaciona outras características da mania, citando a depreciação e o desprezo do objeto. Nas laudas finas de sua produção textual, faz uma síntese de suas compreensões, dizendo que, quando a criança inicia a introjeção de objetos totais, começa a experimentar culpa e remorso, consequência da ambivalência e da angústia “em torno da morte iminente dos objetos amados externos e internalizados – ou seja, num grau suave e reduzido os mesmos sofrimentos e sentimentos que encontramos totalmente desenvolvidos no adulto melancólico” (KLEIN, 1996, p. 327).

Klein (1996) faz algumas observações sobre as diferenças, obviamente, entre a criança e o adulto melancolizado, dizendo que as condições são distintas. Além disso, relata que, caso a criança não consiga o estabelecimento do objeto bom dentro do seu mundo interno, essa situação de perda emerge com sentido similar ao observado no indivíduo melancólico.

Antes de prosseguir essa reflexão, é relevante esclarecer algumas diferenças entre o pensamento freudiano e o kleiniano acerca do luto, da melancolia e da mania. Para Freud a mania está calcada na melancolia, já para Klein a mania é uma forma defensiva de lidar com a angústia da posição depressiva. O sujeito na posição depressiva experimenta a perda do objeto total, e uma possível forma de lidar com o luto é recorrer às defesas maníacas. Como bem observam Vertzman e Coelho Junior (2019), para Klein as defesas maníacas estão também presentes na saúde mental, na reparação e, além disso, no luto. Ou seja, diferentemente de Freud, que observava a mania presente em alguns casos de melancolia, Klein percebia a mania no luto habitual também. Klein legou uma seminal contribuição aos estudos sobre o luto e a melancolia na psicanálise pós-freudiana, deixando conspícuo que a mania não está circunscrita apenas na melancolia.

O psicanalista Hinshelwood (1992) explana que a desolação da posição depressiva é vivenciada por toda a vida humana, e que ela, em grande parte dos indivíduos, depara-se com formas defensivas. Destaca a relevância da defensividade em hipomania e mania, e afirma que em menor grau são estados que estão presentes em todos os seres humanos. Ademais, desvela as seguintes formas defensivas contidas na mania: a primeira é a negação da realidade psíquica; a segunda é a depreciação, pois o sujeito não consegue renunciar os objetos e quer fugir da dependência que tem deles, recorrendo à negação da importância desses objetos; a terceira forma defensiva maníaca é o controle – o sujeito se empenha para controlar esses objetos, pois dessa forma lida com o medo que tem deles, e para poder fazer reparação. O autor observa que essas formas de defesa na mania são empregadas contra “as penosas consequências da dependência em objetos bons e amados e as consequências igualmente penosas de tal dependência” (HINSHELWOOD, 1992, p. 291).

Em um texto intitulado “*A psicanálise e o sofrimento psíquico na atualidade: uma contribuição a partir de Melanie Klein e D. Winnicott*” (2017), o Prof. Dr. Luis Claudio Figueiredo levanta uma questão extremamente intrigante, sobre uma cultura maníaca, na qual as defesas maníacas são empregadas coletivamente e individualmente. O autor diz: “Em qualquer circunstância, o triunfo maníaco é o avesso da depressão e marca o desprestígio

do sofrimento, da dor, do fracasso, da fragilidade, da solidão, das frustrações e humilhações, das angústias e das agonias.” (p. 29)

Segundo Figueiredo (2017, p. 29), há em nossa sociedade contemporânea uma ideologia do desprestígio, e existem vários mecanismos para combater “o tédio, a apatia, a melancolia e a desvitalização”. Ademais, menciona não apenas que existe uma evitação das mortes na coletividade, mas também que foi forjada uma máscara de “pseudovitalidade” para elas. O autor deixa claro para os leitores que esse termo “pseudovitalidade” foi arquitetado pelo psicanalista Heinz Kohut. Figueiredo (2017) em seu texto cita algumas manifestações contemporâneas nas quais é possível observar a “pseudovitalidade maníaca”, tais como: o *workaholic* na atmosfera profissional, nas baladas, em momentos de lazer, nas redes sociais e em outros mais. O autor, no desenrolar de seu texto, relata que:

Se nossa caracterização da cultura atual como uma “cultura da mania” fizer algum sentido, precisamos levar em consideração o “fundo depressivo” sobre o qual e contra o qual tal cultura se instala com seu duplo movimento para cima e para fora, o movimento ascensivo e a fuga para a realidade externa. (FIGUEIREDO, 2017, p. 30)

O luto exibido na rede social Instagram eclodiu antes do caos pandêmico. Esse cemitério erigido na virtualidade traz fotos de indivíduos que já faleceram. Porém, as fotos exibidas foram tiradas quando esses indivíduos estavam vivos. O morto, na realidade, aparece com vida por meio da fotografia no Instagram. Um exemplo que é facilmente observado por quem tiver o interesse de averiguar é uma foto de Santa Terezinha, que morreu em 1897, tirada no decorrer de sua vida, que emerge no Instagram com movimentação – ela pisca os olhos e articula a boca, como se estivesse viva. A partir de uma reflexão feita por meio do texto kleiniano e das questões levantadas pelo Prof. Dr. Luis Claudio Figueiredo, emerge a pergunta: ao expor uma foto do morto quando estava vivo no Instagram, seria uma forma defensiva maníaca de lidar com a morte?

É possível conjecturar, com base nos textos expostos, que na fotografia há a possibilidade de perpetuar a imagem de quem morreu, uma espécie de triunfo sobre a morte, pois é ela quem extrai o indivíduo da convivência com os demais e traz a deterioração da imagem concreta desse indivíduo, que desaparece do globo terrestre e do campo visual de todos que estavam ao seu redor. O poder da imagem, que antes pertencia à vida e à morte, agora com a fotografia passa para as mãos do ser humano. A deterioração que a morte traz do corpo feito de carne e osso é triunfada por meio da fotografia, que traz a possibilidade de ter uma imagem real capturada para a eternidade. Ao triunfar com a fotografia que exhibe

vida, há a negação onipotente da existência da morte, ante o medo que ela pode gerar e o quão ela desvela o desamparo humano.

A depreciação da morte volta-se contra a sua iminência, pois nas sociedades modernas o ser humano exalta a imagem que exhibe vida e jovialidade e se empenha em fugir da dependência intrínseca que tem com a morte, uma vez que, por exemplo, diariamente há morte de células em nosso corpo para que outras tantas possam nascer, sem contar as inúmeras mortes simbólicas que ocorrem ao longo da existência humana, ambas essenciais para a manutenção da vida. Ao triunfar sobre a morte por meio da perpetuação da imagem que ostenta vida, seu valor é diminuído, pois ela fica em segundo plano.

Ao passo que a imagem é perpetuada, o controle é exercido, a morte não mais detém o poder da imagem de quem ela ceifou, pois o indivíduo a imortalizou por meio da fotografia. Onipotentemente, é conferida vida a quem morreu na concretude, mas uma vida no plano simbólico – a imagem que é perpetuada pela fotografia e exibida para os demais no Instagram. Para trazer mais elementos para essa reflexão sobre um hábito sociocultural contemporâneo numa óptica psicanalítica, cabe observar a ponderação de Zimerman (1999, p.185): “Em culturas primitivas, era proibida a tomada de fotografias, pois a imagem (alma) ficaria presa e imóvel no retrato.”

Talvez esse recorte, “o luto exposto na rede social Instagram”, possa servir de reflexão sobre as sociedades na modernidade e sua possível dificuldade de lidar com a morte, com o luto, com a melancolia, com o fastio, com o desamparo, com o corpo que se deteriora ao longo do tempo e, principalmente, após a morte. No Instagram o morto emerge com vida na fotografia, há quem poste frequentemente fotos do ente querido falecido em momentos em que ostentava vida, ou ainda fotos de santos da Igreja Católica com movimentação, como se estivessem vivos de fato e interagindo com quem observa. Obviamente, a análise que se faz neste texto é apenas mais uma hipótese que pode ser descortinada sobre um fenômeno sociocultural, não se desconsiderando outras formas de interpretá-lo.

Huizinga (2010) traz em seu estudo os corpos incorruptíveis dos santos da Igreja Católica, citando Santa Rosa de Viterbo e apontando o quão aversivo era para a população naquela época lidar com a deterioração dos corpos após a morte. Ademais, expõe sobre a extraordinária glória da Virgem Maria, que ascendeu aos céus de corpo e alma, não vivenciando a morte e, conseqüentemente, a putrefação do corpo.

Com a invenção da fotografia no século XIX, Santos (2018) aponta para a prática *post mortem*, por meio da qual era possível imortalizar a imagem de quem falecesse. Algumas fotos trazem indivíduos mortos, mas aparentando vida. A defensividade contra

a morte parece que circula nesses distintos momentos históricos, com a perpetuação da imagem seja por meio das artes plásticas, do embalsamamento ou da fotografia. Além disso, Giddens (2012) e Ariès (2014) expõem o quão a morte foi ocultada/negada nas sociedades modernas.

Com a pandemia de Covid-19, houve uma mudança significativa no cenário sociocultural. Os rituais tradicionais funerários foram impactados diretamente e sofreram alterações. Em alguns países existe até a possibilidade de transmissão ao vivo ou gravação desses rituais para que os familiares e/ou amigos possam dizer adeus para os seus entes amados.

Freud (2011) deixa claro que o luto é uma reação perante a perda de uma pessoa significativa que deve ser vivenciada sem interrupções. Novas formas de lidar com o luto e a morte não substituem as tradicionais, mas podem auxiliar. Os números cotejados em diferentes datas ao longo da quarentena de fotos de pessoas falecidas publicadas no Instagram podem descortinar uma hipótese que já foi exposta anteriormente, a de que essa ferramenta tecnológica serviu para que familiares e/ou amigos pudessem se despedir simbolicamente de seus mortos na virtualidade.

Esse contexto não é novo, em outros momentos no decorrer da história houve um impacto sobre rituais funerários, como por exemplo, segundo Costa (2019), durante a peste no continente europeu, que aniquilou uma boa parcela da população. Além disso, houve também a pandemia de influenza H1N1 e a de ebola.

Encerrando as reflexões feitas com base teórica acerca de um comportamento sociocultural antes e durante a pandemia de Covid-19, cito um trecho de um antropólogo francês, extraído de um capítulo intitulado “A crise contemporânea e a crise da morte”:

O instante plenamente sentido, sem falhas, sem fendas, sem desdobramento, expande-se numa volúpia vitoriosa. Zaratustra, deitado no chão da sua montanha, conhece a embriaguez da alegria, que por seu turno conhece a eternidade. “A alegria quer a eternidade de todas as coisas, quer a eternidade profunda.” Com efeito, o instante extático destrói passado e futuro, só se conhece a si mesmo, parece esmagar, aniquilar o tempo, e por isso mesmo a morte. Reencontra a imortalidade do “id”. (MORIN, 1970, p. 273)

REFERÊNCIAS

APROBATO, Valéria. Corpo digital e bem estar na rede Instagram – um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo, v. 38, n. 95, dez. 2018.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

COSTA, Cristina. **Luto, Ritos e Memória**: a experiência da dor da perda humana no passado e no presente. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

CREPALDI, Maria Aparecida; SCHMIDT, Beatriz; NOAL, Débora da Silva; BOLZE, Simone Dill Azeredo; GABARRA, Letícia Macedo. Terminalidade, morte e luto na pandemia de Covid-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 37, jun. 2020.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. A psicanálise e o sofrimento psíquico na atualidade: uma contribuição a partir de Melanie Klein e D. Winnicott. **Caderno de psicanálise – SPCRJ**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 25-36, 2017.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011 [1917].

_____. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos** (1914-1916). Vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIORA, Regina; GUIMARÃES, Magda. O mito de Thanatos na sociedade contemporânea. **Trama Interdisciplinar**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 119-132, dez. 2014.

HINSHELWOOD, Robert. **Dicionário do pensamento kleiniano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KALLAS, Marília. O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. **Reverso**. Belo Horizonte, v. 38, n. 71, jun. 2016.

KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação** - e outros trabalhos - 1921-1945. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MACHADO, Renata. Mídia e morte na contemporaneidade: construindo cemitérios em redes sociais. **Revista M**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 231-239, jun. 2016.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Lisboa: Europa-América, 1970.

SANTOS, Amanda. Fotografia post-mortem: variações de estilos de fotografias vitorianas. **XVI Seminário de História da Arte**. Rio Grande do Sul, v. 1, n. 7, 2018.

VERTZMAN, Julio; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Mania: um bairro pouco visitado. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan./abr. 2019.

ZIMERMAN, David. **Fundamentos Psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed, 1999.

A nova direita e o tecnopopulismo: como a polarização político-social e a desinformação impactaram o combate ao coronavírus no Brasil

André Ranieri Queiroz⁶

Introdução

Em meados dos anos 80, Darcy Ribeiro (1986, p. 1) escreveu que o papel dos cientistas é trabalhar com o óbvio. “Deus é muito treteiro”, disse o antropólogo, “faz as coisas de forma tão recôndita e disfarçada que se precisa desta categoria de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar a obviedade do óbvio”. As palavras escritas por Darcy retratavam um Brasil repleto de mitos que buscavam introjetar no imaginário social supostas obviedades propagadas pelos grupos hegemônicos. Obviedades que tinham por finalidade, segundo o autor, convencer a sociedade, entre outras coisas, de que os pobres não viveriam sem os ricos, os negros seriam inferiores aos brancos e o brasileiro supostamente seria um povo de segunda classe. Uma estratégia tão bem estruturada que rendeu elogios do próprio antropólogo a essa eficiente elite, competente, “façanhuda”, que faz coisas tão admiráveis e únicas que merece “não apenas nossa admiração, mas também nosso espanto”. (RIBEIRO, 1986, p. 3)

O objetivo aqui, no entanto, não é dizer se Darcy estava certo em 1986 ou se as mesmas problematizações se aplicam aos dias atuais, mas utilizar a ciência para tentar mostrar mais uma vez o óbvio. É nesse ponto que as próximas páginas buscarão atentar. Mais especificamente, em como a retórica da nova direita global, associada ao tecnopopulismo, gerou barreiras especialmente sólidas no combate ao coronavírus e como essa conjuntura influenciou as questões de saúde pública no Brasil.

Este capítulo pretende se apoiar metodologicamente na história do tempo presente para desenvolver uma reflexão em torno dos acontecimentos de um período histórico que ainda está em andamento. Buscamos nessa reflexão localizar rupturas e permanências do passado que se apresentam de maneiras diversas no presente e que, eventualmente, podem ter contribuído para a racionalidade político-social que estamos experimentando. Uma mentalidade que desafia a verdade, que cria realidades alternativas, que valoriza a demagogia, que divide, que polariza e que se apoia em nossos medos mais profundos.

A racionalidade atual não só desafia as questões sociais, o Estado e a política tradicional como encontra no confronto ideológico

⁶ Mestrando bolsista no Programa Educação, Arte e História da Cultura (PPG/EAHC) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Bacharel em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). E-mail: ranieri.andre03@gmail.com

sua força motriz e tem nas novas tecnologias o ambiente perfeito para se propagar. Porém, essa racionalidade não se satisfaz com disputas virtuais, ela se manifesta cada vez mais intensamente em nosso cotidiano. A forma como esse confronto afetou diretamente o debate público durante o caos pandêmico que se iniciou em 2020 é um exemplo importante de sua materialidade.

Ascensão de uma nova direita com aspirações autoritárias

Na última década, as democracias liberais do ocidente têm convivido com a ascensão de forças políticas de extrema-direita. Um cenário que se manifesta de várias formas: “[...] neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o *Brexit* conduzido pela xenofobia alimentada por tabloides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no leste europeu e, é claro, o trumpismo.” (BROWN, 2019, p. 9) Isso sem levar em conta a escalada bolsonarista no Brasil. Um movimento difícil até de ser categorizado: “[...] autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita?”, questiona Wendy Brown (2019, p. 10).

Para tentar compreender a ascensão desse nacionalismo autoritário, segundo Brown (2019), é preciso retornar para 2008, quando o mundo passava por uma intensa crise global. Nos Estados Unidos, uma massa trabalhadora da classe média branca se sentia desamparada pelo Estado, que estaria privilegiando certas minorias através de ações sociais. Paralelamente, o próprio Estado sofria as consequências de um desmonte neoliberal, promovido há décadas no país, que havia enfraquecido em grande medida a democracia, a luta por igualdade e as questões relacionadas à justiça social. Elementos que culminaram na sinergia entre o conservadorismo cristão branco heterossexual, carregado de ressentimento, e a característica antissistema do neoliberalismo. (BROWN, 2019, p. 10-17) Em outras palavras, o abandono da classe média branca trabalhadora gerou um forte ressentimento racial e um sentimento de aversão à política institucional. Este, um prato cheio para o populismo; aquele, um elemento-chave em retóricas autoritárias – como a do fascismo.

Ainda em 2008, os Estados Unidos elegeriam o primeiro presidente negro de sua história, o que alimentaria ainda mais o ressentimento racial que ganhava força. Por trás do suposto fim do racismo tão brutal que acompanhou a história do país, escondia-se uma reorganização etnocêntrica que mais tarde se personificaria na figura de Donald Trump. A partir principalmente de 2010, Trump passou a se apresentar como principal opositor de Obama, espalhando teorias conspiratórias a seu respeito e se apoiando no politicamente incorreto. (EMPOLI, 2020, p. 91-95)

O empresário incorporou a tática *troll* da internet à sua política, uma estratégia bem-sucedida que resultou em uma ascensão meteórica. Enquanto os candidatos convencionais se mostravam sem vida, pragmáticos, como se apresenta normalmente um político tradicional, explica Giuliano da Empoli (2020, p. 110-114), Trump surgia com autenticidade, destilando declarações e insultos que chocavam o *establishment*, algo atrativo para uma imensa classe insatisfeita com os homens de preto de Washington. Antes de seus concorrentes, Trump entendeu as demandas que estavam postas à sua frente e a forma como deveria ser feita sua comunicação com as massas ressentidas e saturadas da política e dos políticos tradicionais.

Donald é, com certeza, um pouco louco, mas é uma pessoa de verdade, não a montagem artificial de conselhos de assessores. Ele diz as coisas como elas são. Não tem tempo para o politicamente correto e para essa América que, afirma, se perde em tagarelices sobre os banheiros transgênero e as hortas biológicas enquanto as fábricas fecham e os empregos são transferidos para o México e o extremo-orient. O estilo agressivo de Trump transmite um sentimento de força. De que ele, sem medo de desafiar as convenções, lutará com a mesma energia para mudar as coisas. (EMPOLI, 2020, p. 114)

Os populistas têm como ponto de partida serem *antiestablishment*. Como descrevem Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p. 32), são figuras que, “afirmando representar a ‘voz do povo’, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora”. Eles atacam a política tradicional, a classificam como antidemocrática e antipatriótica; desacreditam o sistema eleitoral e prometem devolver o poder ao povo. Quando eleitos, atacam as instituições para expandir sua própria influência. O populismo é incompatível com as democracias liberais e a qualquer momento pode tentar suplantá-las.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33-34), quatro são os principais indicadores de comportamentos autoritários dos líderes populistas: i) rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); ii) negação da legitimidade dos oponentes políticos; iii) tolerância ou encorajamento à violência; iv) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Nos Estados Unidos, no Brasil e em outras nações ocidentais, tais indicadores foram (e ainda são) sistematicamente desafiados.

Polarização, ressentimento e liberdade de expressão

Os motivos por trás dessa escalada ultraconservadora são muitos, o que impossibilita uma abordagem mais atenta neste texto. Mas, entre eles, podemos destacar e nos aprofundar minimamente no eficiente modelo de comunicação adotado pela nova extrema-direita, tanto para atingir seu público-alvo como para ocupar o

debate público. Quanto mais polarizadas as discussões, mais efetiva a estratégia.

Uma das práticas fundamentais dos regimes autoritários da primeira metade do século XX, e que foi recuperada e reconfigurada na última década, foi a divisão da sociedade em “nós” e “eles”. A política fascista apela para “distinções étnicas, religiosas ou raciais” e usa “essa divisão para moldar a ideologia e, em última análise, a política. Todo o mecanismo da política fascista trabalha para criar ou solidificar essa distinção” (STANLEY, 2020, p. 15). Vale reforçar que o ponto de reflexão aqui não tem por objetivo determinar se a extrema-direita atual é ou não fascista, mas demonstrar que estratégias que foram empregadas por governos fascistas (e não só por eles) estão sendo emuladas na política atual.

De acordo com a ideologia fascista, a natureza impõe hierarquias de poder e dominância, uma ideia totalmente oposta à teoria liberal democrática. A política fascista se aproveita dessa tendência humana de criar cisões e apresenta mitos que legitimam as divisões como fatos imutáveis. A justificativa para essa hierarquia é a própria natureza, que coloca os homens acima das mulheres, os cidadãos da nação escolhida como superiores aos de outros lugares, os brancos acima dos negros, uma religião acima das outras, o “civilizado” acima do “primitivo”. (STANLEY, 2020, p. 85-87)

Na política fascista as noções de igualdade e discriminação se misturam intencionalmente para causar confusão. Um exemplo é a Lei dos Direitos Civis de 1966 dos Estados Unidos, que buscou garantir proteção aos negros após décadas de segregação impostas pelas Leis de Jim Crow.⁷ No entanto, o então presidente norte-americano Andrew Johnson barrou a legislação alegando que ela garantiria aos negros coisas que nunca tinham sido garantidas aos brancos. Em outras palavras, ele utilizou a técnica da vitimização para, de maneira indireta, alimentar a discriminação racial. Como consequência, mais de meio século depois, ainda é possível observar os reflexos dessa medida. Nos Estados Unidos de hoje, para cada 100 dólares ganhos por uma família branca, apenas cinco são ganhos por uma negra. Ainda assim, diz Stanley (2020, p. 97-98), sustentado por um estudo de 2017, os norte-americanos acreditam que a desigualdade racial caiu drasticamente com o passar dos anos.

A polarização norte-americana, da mesma forma que a brasileira, ultrapassou as diferenças políticas. Ela se apoia cada vez mais em embates étnicos, culturais, religiosos e de classe. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018, p. 20), os “esforços dos EUA para alcançar a igualdade racial alimentaram uma reação insidiosa e a

⁷ Uma série de medidas sancionadas alguns anos após a Guerra de Secessão que impunham segregação racial no sul dos Estados Unidos.

intensificação da polarização. E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias”.

A intensificação da polarização partidária também provocou um enrijecimento do eleitorado norte-americano, especialmente a partir de 2016. Além de contribuir para divisões ideológicas e políticas cada vez mais extremas, as pessoas se tornaram mais leais a seus partidos políticos. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 74) O mesmo fenômeno foi observado no Brasil em 2018, mas, em vez de Democratas de um lado e Republicanos do outro, a cisão foi entre petistas e antipetistas.

É comum que demagogos sejam vistos simplesmente como falastrões com discursos que não devem ser levados a sério. No entanto, é cada vez menos incomum que as palavras de um líder populista se materializem através de ações próprias ou de seus seguidores. A ascensão de um líder demagogo tende a polarizar a sociedade, “pois cria uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua”. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 79) Mais do que isso, quando “diferenças socioeconômicas, raciais e religiosas dão lugar a sectarismo extremo, situação em que as sociedades se dividem em campos políticos cujas visões são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes, torna-se difícil sustentar a tolerância” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 115).

Dentro desse cenário, um conceito que tem cada vez mais se convertido em ferramenta política é a liberdade de expressão. A racionalidade neoliberal, que enxerga o estado social e a justiça social como coercitivos e inimigos das liberdades individuais e de mercado, tem promovido gradativamente o esvaziamento do espaço público – fundamental no debate das demandas coletivas e responsável pela atenuação das desigualdades políticas e econômicas. A redução da liberdade à concepção pessoal valida o ressentimento de uma branquitude masculina que acredita estar perdendo sua posição de destaque social. Como substrato conjuntural, surge uma reação ressentida, carregada de preconceitos, que é apresentada por seus adeptos como “liberdade de expressão”. Uma estratégia que, por meio de legítimas ferramentas responsáveis por defender os direitos individuais, transforma-se em instrumento ideológico de propagação de ódio e preconceitos.

A deslegitimação da busca por igualdade através do Estado e da justiça social, esvaziada pela racionalidade neoliberal, somada à liberdade de expressão como aparato político-ideológica, abre espaço então para, por exemplo, supremacistas raciais. Segundo Brown (2019, p. 58), com “[...] a igualdade e a solidariedade social desacreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas,

o supremacismo masculino branco ganha assim nova voz e legitimidade no século XXI”. A autora segue:

Agora estamos em posição de entender como os nazistas, membros da Ku Klux Klan e outros nacionalistas brancos se reúnem publicamente em “comícios de liberdade de expressão”, por que um supremacista masculino, branco e autoritário na Casa Branca é identificado com a liberdade por seus apoiadores por ser ‘politicamente incorreto’ e como décadas de políticas e princípios de inclusão social, de combate à discriminação e de igualdade racial, sexual e de gênero vêm a ser tachados como normas e regras tirânicas [...]. (BROWN, 2019, p. 58)

Nos Estados Unidos, a Primeira Emenda, tão importante por garantir a liberdade de expressão de minorias frente aos grupos hegemônicos durante boa parte do século passado, tem sido cada vez mais utilizada para gerar uma ampla desregulamentação que busca atender em grande medida a “interesses corporativos e religiosos”. As corporações e os conservadores cristãos, descreve Brown (2019, p. 152), passaram a empregar a Primeira Emenda com o objetivo de “reforçar as normas sexuais e de gênero tradicionais contra as cotações impostas por leis a favor da igualdade e antidiscriminação”. Por meio da justificativa de liberdade de expressão e do livre exercício religioso, a busca por igualdade social tem sido solapada e o ressentimento contra as minorias legitimado.

Tecnopopulismo, algoritmos e WhatsApp

Atualmente, a polarização como ferramenta política ganhou novos elementos se comparada à política adotada na primeira metade do século passado. Entre eles, é possível destacar o avanço da tecnologia digital e o advento das redes sociais. Hoje, o tecnopopulismo se utiliza dos algoritmos não mais para unificar – característica da política institucional tradicional –, mas para arrastar o debate público aos extremos. “[...] o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum”, descreve Empoli (2020, p. 21), “mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia. Para conquistar uma maioria, eles não vão convergir para o centro, e sim unir-se aos extremos”.

Esse método polarizador tem nos novos meios de comunicação a plataforma responsável por reverberar sua mensagem. Os políticos, antes reféns dos veículos tradicionais, agora se utilizam das redes sociais para criar um canal direto e sem interferências com seu eleitorado. Os veículos tradicionais praticamente monopolizavam o caminho de um indivíduo do anonimato para o reconhecimento público. Um mecanismo que favorecia os políticos do *establishment*, em detrimento dos extremistas. Hoje, o cenário é bem diferente, o “novo ambiente midiático facilita que celebridades

alcancem o reconhecimento de seus nomes – e apoio público – praticamente da noite para o dia” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 61-62).

A jornalista Patrícia Campos Mello, no livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, demonstrou a importância determinante dos aplicativos de mensagens e das redes sociais na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Mello faz uma comparação interessante entre os Volksempfänger⁸ nazistas e o WhatsApp. “Em 1941, 65% dos lares na Alemanha tinham um Volksempfänger”, aponta a jornalista; hoje, a estimativa é que cerca de 136 milhões, ou seja, “mais de 60% dos brasileiros se servem do aplicativo de troca de mensagens” (MELLO, 2020, p. 22).

Através do WhatsApp e do Facebook, Bolsonaro fez no Brasil o que já havia dado certo em outros lugares, isso porque os grupos nacionalistas de todo o mundo demonstram extrema eficiência ao desenvolver uma cadeia global capaz “de conduzir operações de desinformação de um canto a outro do planeta”. “Além do mais”, diz Empoli (2020, p. 39), eles geram “relações e trocas de experiências que permitem aos nacionais-populistas replicar, por diversos países, os modelos de campanhas mais eficazes”. O *Brexit Party* da Inglaterra foi criado praticamente como uma cópia do Movimento 5 Estrelas da Itália; o bolsonarismo brasileiro emulou com eficiência o trampismo norte-americano.

O que está em jogo neste momento é muito mais profundo do que uma volta ao fascismo. Esse novo movimento político tecnopopulista, que se utiliza dos algoritmos e das redes sociais, e que coloca em risco a democracia, não tem ideologia. Apesar de sua utilização maciça pela extrema-direita atual, ele é pós-ideológico. É uma plataforma que pode ser utilizada por qualquer populista, tanto de direita como de esquerda. É um “tecnopopulismo pós-ideológico, fundado não em ideias, mas em algoritmos” (EMPOLI, 2020, p. 40-41). Qualquer um com o conhecimento técnico apropriado tem condições de unir a retórica populista e as novas plataformas tecnológicas para atender a seus interesses.

Desinformação, irreabilidade e pós-verdade

Os métodos autoritários do início do século XX tinham na criação de uma irreabilidade o ambiente propício para a propagação de suas ideias. Para que essa realidade alternativa ganhasse vida, era preciso que um líder fosse alçado a um status superior de legitimidade, no qual suas ações não poderiam ser contestadas e suas ideias precisariam ser seguidas pelo bem do povo e da nação.

⁸ Em alemão, significa “rádio do povo”. Era vendido por um preço extremamente baixo, cerca de 20% do valor de um aparelho de rádio médio da época.

A política fascista troca a realidade pelos pronunciamentos de um único indivíduo, ou talvez de um partido político. Mentiras óbvias e repetidas fazem parte do processo pelo qual a política fascista destrói o espaço de informação. Um líder fascista pode substituir a verdade pelo poder, chegando a mentir de forma inconsequente. Ao substituir o mundo por uma pessoa, a política fascista nos torna incapazes de avaliar argumentos com base num padrão comum. O político fascista possui técnicas específicas para destruir os espaços de informação e quebrar a realidade. (STANLEY, 2020, p. 66-67)

Dentro de um ambiente de irrealidade, as teorias conspiratórias se apresentam como uma das principais ferramentas de desinformação e distorção da verdade. Ferramentas que têm por objetivo levantar suspeitas sobre a credibilidade e a decência de seus alvos – o “eles” dentro da lógica polarizadora. As teorias também servem para deslegitimar a grande mídia e atacar as universidades. (STANLEY, 2020, p. 66-67) Tudo que coloque em dúvida o que é apresentado pelo líder “legítimo” é visto como subversivo e precisa ser combatido. “O objetivo das conspirações”, explica Stanley (2020, p. 71), “é causar desconfiança generalizada e paranoia, justificando medidas drásticas, como censurar ou fechar a mídia ‘liberal’ e aprisionar os ‘inimigos do Estado’”.

A forma como as irrealidades são formadas para fins políticos, apesar de permanências importantes em relação às adotadas no século passado, modificou-se com o passar do tempo. Em uma sociedade conectada quase que integralmente às redes digitais, a oferta de informações é infinitamente maior do que a capacidade de consumi-las. Assim, a já comum cacofonia de informações passou a ser estimulada ainda mais com o objetivo de gerar saturação e confusão. Por trás da saturação de informações e acontecimentos promovida pelos tecnopopulistas, tudo é muito bem calculado.

No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura cena midiática. [...] No entanto, por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de *spin doctors*⁹, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teriam chegado ao poder. (EMPOLI, 2020, p. 18)

Há uma lógica por trás das *fake news* e das teorias conspiratórias. Ao contrário das informações verdadeiras, as “verdades alternativas” constituem um formidável vetor de coesão, capaz de agrupar pessoas dentro de ideias em comum e engajá-las. (EMPOLI, 2020, p. 23) Como disse Mancius Moldburg, um

⁹ Consultores políticos responsáveis por identificar situações de crise e redirecioná-las a favor de um candidato ou de uma campanha específica.

influenciador da direita “alternativa” norte-americana, “qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade – e que possui um uniforme, um exército” (apud EMPOLI, 2020, p. 24).

O fato é que, dentro da conjuntura atual, o líder populista leva imensa vantagem em relação ao político tradicional. Através das *fake news* e das teorias conspiratórias, ele cria uma realidade fabricada sob medida para atender aos anseios de seu eleitorado. Como explica Empoli (2020, p. 24),

[...] o líder de um movimento que agregue as *fake news* à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Não é um burocrata pragmático e fatalista como os outros, mas um homem de ação, que constrói sua própria realidade para responder aos anseios de seus discípulos. Na Europa, como no resto do mundo, as mentiras têm a dianteira, pois são inseridas numa narrativa política que capta os temores e as aspirações de uma massa crescente do eleitorado, enquanto os fatos dos que as combatem inserem-se em um discurso que não é mais tido como crível. Na prática, para os adeptos dos populistas, a verdade dos fatos tomados um a um, não conta. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações.

As teorias conspiratórias são eficazes porque apresentam explicações simplistas para as emoções irracionais de um grupo ressentido. Ao adicionar à equação a descredibilização de instituições educacionais e dos meios de comunicação tradicionais, a “realidade alternativa”, conduzida por um líder forte, torna-se viável. Como consequência, é produzida uma desconfiança mútua e constante. A confiança entre os concidadãos se enfraquece, enquanto a confiança no líder se fortalece. Ele passa a ser para seus seguidores o único representante verdadeiramente confiável. As declarações desonestas, por exemplo, ganham legitimidade e passam a ser vistas como manifestações de autenticidade. (STANLEY, 2020, p. 77-79)

Nos Estados Unidos, o ano de 2008 foi um divisor em relação à intolerância partidária e ao uso de *fake news* e teorias conspiratórias. A partir da corrida eleitoral norte-americana, mas não só nela, o candidato democrata Barack Obama foi classificado como marxista, antipatriótico, muçulmano, entre outras falácias que tinham por objetivo impactá-lo politicamente. Após sua eleição, as acusações não diminuíram. “A gestão Obama foi marcada por extremismo crescente e guerra sectária. Questionamentos da legitimidade do presidente, que começaram com jornalistas conservadores secundários, personalidades de rádio e comentaristas de televisão, logo foram incorporados num movimento de massa”, explicam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 153). O movimento *Birther*, que questionava se Obama tinha de fato nascido nos Estados Unidos, foi suportado por inúmeros republicanos e, inclusive, Donald Trump.

Por mais levianas que fossem as acusações, e por maior que fosse a ausência de evidências, elas ressoavam fortemente entre a população.

No Brasil, o cenário das eleições de 2018 não seria muito diferente. Uma série de notícias falsas foi associada a Fernando Haddad e ao Partido dos Trabalhadores (PT), adversários de Jair Bolsonaro à presidência. Pouco antes do segundo turno, que definiria o novo representante máximo do executivo brasileiro, a desinformação via redes sociais se intensificou. “Vimos a desinformação contra os adversários de Bolsonaro aumentar, em geral em torno de duas temáticas: colocar em dúvida, com teorias conspiratórias, a segurança do voto eletrônico no Brasil, e uma constante relação dos outros candidatos com pautas das minorias, como a agenda LGBT e o direito ao aborto”, disse à época a diretora de uma plataforma de checagem de notícias. (BARRAGÁN, 19/10/2018)

Entre as notícias falsas mais populares estavam o “kit gay”, que teria sido distribuído nas escolas pelo governo petista a crianças de 6 anos; a filiação de Adélio Bispo, homem que apunhalou Bolsonaro, ao PT; a imagem de uma senhora que teria sido agredida por ser eleitora de Bolsonaro, mas que de fato era a foto antiga de uma atriz brasileira que havia se acidentado; a alegação de que Fernando Haddad defendeu o incesto e o comunismo em seus livros; além da acusação de que o então concorrente de Bolsonaro pretendia legalizar a pedofilia. (BARRAGÁN, 19/10/2018)

Dois anos mais tarde, nos Estados Unidos, o método de desinformação se repetiu. Donald Trump aguardava a definição da contagem de votos das eleições norte-americanas de 2020 e percebia que sua reeleição estava comprometida. Como resposta, Trump passou a proferir uma série de ataques e declarações falsas que colocavam em xeque a legitimidade do pleito. O site de checagem norte-americano PolitiFact, que realiza apurações em tempo real, apontava no dia 6 de dezembro de 2020 – período em que Trump começou a intensificar a propagação de notícias falsas – que, das últimas 900 falas do presidente, apenas 3% eram integralmente verdadeiras, enquanto 72% eram parcialmente falsas, falsas ou extremamente falsas. (POLITIFACT, 2020)

A tentativa de Trump teve por objetivo minar a confiança pública nas eleições, pois, “[...] quando cidadãos não confiam no processo eleitoral, muitas vezes perdem a fé na própria democracia” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 187). Sem fé na democracia, é gerado um ambiente hostil capaz de viabilizar alternativas antidemocráticas. Trump, porém, não conquistou o engajamento desejado e, pouco depois, sua derrota foi sacramentada.

A nova direita e o coronavírus no Brasil

A nova direita global, tecnopopulista, que se apoia em polarização ideológica e desinformação, manteve sua forma de atuar mesmo com o caos pandêmico proporcionado pela Covid-19. No Brasil, Jair Bolsonaro adotou como postura, desde o início, minimizar o potencial do vírus. Nos primeiros meses de pandemia, o presidente fez declarações como “Não é tudo isso que dizem”, “Está havendo uma histeria”, “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”, “Raros são os casos fatais” e “Não estou acreditando nesse número [de mortos em São Paulo]”. (FOLHA DE S. PAULO, 30/04/2020)

Segundo levantamento do site de checagem Aos Fatos, até o início de setembro de 2020, cerca de seis meses após o primeiro caso de coronavírus no Brasil, Bolsonaro havia concedido 653 declarações falsas ou distorcidas sobre a doença. De acordo com o site, “Bolsonaro usou desinformação principalmente para defender a cloroquina e para atacar a OMS (Organização Mundial da Saúde), governadores, prefeitos e o STF (Supremo Tribunal Federal)” (AMANDA RIBEIRO, 11/09/2020). A declaração falsa mais utilizada no período foi a de que o STF teria impedido o presidente de tomar decisões para combater a Covid-19.

O efeito da retórica de Bolsonaro foi abordado em um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o Instituto Francês de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD), publicado em outubro de 2020. Segundo o levantamento, há uma relação entre a expansão do coronavírus e a quantidade de eleitores bolsonaristas em determinada região. “O estudo mostrou que a Covid-19 causa mais estragos nos municípios mais favoráveis ao presidente”, diz o texto da pesquisa, que segue: “Podemos pensar que o discurso ambíguo do presidente induz seus partidários a adotarem com mais frequência comportamentos de risco.” (GARCIA, 12/10/2020) Em síntese, o estudo indica que, para cada dez pontos percentuais a mais de votos em Bolsonaro em determinada região, há um acréscimo de 11% no número de casos e 12% no número de óbitos.

Um artigo de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade de Cambridge analisou o impacto das falas de Jair Bolsonaro no início da pandemia e como elas influenciaram o comportamento dos brasileiros em relação ao isolamento social. Segundo o estudo, em locais onde o presidente teve mais votos, e a população tinha razoável acesso à informação, as falas de Bolsonaro contra as medidas de segurança se mostraram intimamente ligadas à redução do nível de isolamento. O estudo utilizou como base de dados cerca de 60 milhões de celulares e, através de sua geolocalização, mapeou o nível de distanciamento social praticado no país. Dois eventos específicos foram analisados. O primeiro, no dia 15 de março, quando Bolsonaro participou de atos pró-

Governo e contra o Congresso Nacional em Brasília. O segundo, no dia 24 de março, quando o presidente fez um pronunciamento em cadeia nacional criticando a postura dos governadores ao impor a quarentena em seus estados, e pedindo a volta à normalidade. De acordo com os pesquisadores, antes desses dois eventos, a diferença de isolamento entre as cidades pró e contra Bolsonaro não era significativa. Porém, após as declarações, a diferença passou a ser perceptível e persistiu por ao menos uma semana. (AJZENMAN, CAVALCANTI, MATA, 2020)

Na mesma linha, uma pesquisa do Datafolha, de maio de 2020, analisou a opinião dos brasileiros em relação à adesão ou não ao isolamento social. Segundo o levantamento, na ocasião, 52% dos entrevistados se mostravam a favor do isolamento amplo, enquanto 46% se posicionavam contra a medida. No entanto, um dos dados que mais chamaram a atenção foi o que apontava que 67% dos que defendiam o afrouxamento do isolamento avaliavam o governo Bolsonaro como bom/ótimo, contra 26% dos que consideravam ruim ou péssimo. Em outras palavras, as falas anti-isolamento proferidas por Bolsonaro, desde o início da pandemia, ressoavam mais fortemente entre seus apoiadores. (PINHO, 19/04/2020)

Considerações finais

Este artigo buscou levantar problematizações sobre as disputas ideológicas que ocupam intensamente o debate público atual e verificar como elas têm gerado impactos cada vez mais significativos em questões sociais importantes. No desenrolar do texto, tentamos mostrar como a nova direita global flerta com questões autoritárias ao se apropriar de ferramentas utilizadas por líderes antidemocráticos do início do século XX, ao mesmo tempo que se apodera da retórica populista *antiestablishment* e a alia às novas potencialidades tecnológicas. O resultado desse cenário é a intensificação da polarização político-social e uma guerra de narrativas ferrenha. Um cenário que ultrapassa os limites da virtualidade e se materializa de maneira intensa em nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

AJZENMAN, N.; CAVALCANTI, T.; MATA, D. D. More than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic. **SSRN**. New York, out. 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908>. Acesso em: 06/11/2020.

AMANDA RIBEIRO, A. R. C. Bolsonaro deu 653 declarações falsas ou distorcidas sobre Covid-19 em seis meses de pandemia. **Aos Fatos**. Rio de Janeiro, 11 set. 2020. Disponível em: <[https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-](https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou)

distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em: 03/11/2020.

BARRAGÁN, A. Cinco 'fake news' que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. **El País**. Madrid, 19 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html>. Acesso em: 19/10/2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

EMPOLI, G. D. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Veja declarações de Bolsonaro minimizando coronavírus diante de escalada de mortes. São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/04/veja-declaracoes-de-bolsonaro-minimizando-coronavirus-diante-de-escalada-de-mortes.shtml>>. Acesso em: 06/11/2020.

GARCIA, D. 'Efeito Bolsonaro' sobre alta nos casos de coronavírus surpreende pesquisadores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/efeito-bolsonaro-sobre-alta-nos-casos-de-coronavirus-surpreende-pesquisadores.shtml>>. Acesso em: 06/11/2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PINHO, A. Apoio a isolamento social amplo para conter o coronavírus cai 8 pontos, mostra Datafolha. **Folha de S. Paulo**. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/04/apoio-a-isolamento-social-amplo-para-conter-o-coronavirus-cai-8-pontos-mostra-datafolha.shtml>>. Acesso em: 06/11/2020.

POLITIFACT. Donald Trump. 2020. Disponível em: <<https://www.politifact.com/personalities/donald-trump/>>. Acesso em: 06/11/2020.

RIBEIRO, D. Sobre o óbvio. **Biolinguagem**. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <http://www.biolinguagem.com/ling_cog_cult/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf>. Acesso em: 22/09/2020.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.

O vírus como dispositivo biopolítico de distanciamento socioeconômico e socioemocional em tempos de pandemia e pandemônio

Wesley Espinosa Santana¹⁰

A História nos mostra que as transformações sociais se apresentam em temporalidades diferentes – ora de forma rápida, ora de forma mais lenta ou longuíssima –, evidenciando que a práxis dessas relações se origina nas disputas de grupos e classes pela sobrevivência e por garantias ligadas à representatividade do Estado e ao controle dos meios de produção, que, traduzindo para a realidade brasileira, são as disputas entre brancos e pretos, homens e mulheres, centro e periferia, urbano e campo, imperialismo e *neoescravidão*¹¹, ricos e pobres.

A nossa desigualdade nasceu do Pacto Colonial, e os privilégios sempre foram mantidos, mesmo em tempos de afloramento dos direitos políticos, civis e sociais dados aos trabalhadores, às mulheres e aos pobres em geral. O Estado biopolítico veio com a Era Vargas e o tripé liturgia cristã-monárquica, ideologia liberal-burguesa e narcisismo das pequenas diferenças, que ratifica a manutenção dos privilégios e caracteriza a formação da nossa sociedade, que é, hegemonicamente, vislumbrada pela *biomídia*¹² como advinda de um processo natural e condicionado às

¹⁰ Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do Colégio e da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da EJA-PMSP. E-mail: wesley.santana1@mackenzie.br

¹¹ Conceito para designar as novas formas de trabalhos forçados, isentos de direitos constituídos e em que o trabalhador torna-se uma mercadoria, um objeto que, moldado pela antropológica, desumaniza-se e torna-se máquina da lógica capitalista e da hegemonia ideológica neoliberal-imperialista dos centros do capital. Esse trabalhador recebe em troca um salário que o coloca na subserviência da condição de *homo sacer* ou cidadão nacional dentro dessa lógica econômica. Sobrevive do subconsumo, sem escolha, sem direitos, sem utopia.

¹² No Brasil atual, a imprensa é controlada por poucos conglomerados familiares de milionários, que dominam a comunicação escrita, falada e assistida, com um poder de barganha sobre a opinião pública e de compra de interesses que dialogam com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as instâncias, como também com governos e instituições estrangeiras e os seus interesses imperialistas. Dessa forma, a imprensa chamada de *biomídia* significa o uso da sua onipresença e capacidade de tornar algo espetacular pelo uso do biopoder como forma de produção de padrões de consumo e da crença em valores e na culpabilidade pelo fracasso e morte como algo fatídico do próprio indivíduo e de suas subjetividades. A *biomídia*, por exemplo, denuncia a violência de jovens pretos e a destruição da Amazônia e, no instante seguinte, anuncia governos e empresas que colaboram para a morte de jovens e para o desmatamento como algo separado da crítica que foi feita – por exemplo, notícia o presidente da república em suas declarações racistas e homofóbicas, mas recebe verbas publicitárias do governo federal; exalta o agronegócio (*O agro é pop*), que garante a balança comercial favorável, mas desmata nossas florestas.

subjetividades neoliberais, que hoje sacramentam a natureza como infinita diante da exploração e do acúmulo dos lucros do *capitalismo fictício*¹³ (MARX, 2017, p. 454).

A pobreza, o papel social da mulher e o controle do Estado imperam numa justificativa dos interesses dos polos centrais do sistema capitalista e nos mostram que a nossa posição de país periférico deve se traduzir em todas as esferas e campos da sociedade, da ideologia à cultura-ciência, do governo às casas, do público ao privado, do trabalho à educação. Essa amplitude da capacidade de controle vai além das diferenças de classes, culturas e organizações, pois age pelo *uso do corpo*, no indivíduo e em sua subjetividade sobre a escolha, o consumo e, sobretudo, o modo de vida. Segundo Agamben (2017, p. 41),

[...] o uso do corpo define uma zona de indiferença entre o corpo próprio e corpo de outro. O senhor, usando o corpo do escravo, usa o próprio corpo, e o escravo, ao usar o próprio corpo, é usado pelo senhor. [...] O escravo, que se define por intermédio desse “uso do corpo”, é o homem sem obra que torna possível a realização da obra do homem, aquele ser vivo que, embora sendo humano, é excluído da humanidade – e, por essa exclusão, incluído nela – para que os homens possam ter uma vida humana, ou seja, política.

É permitido ao indivíduo desejar as capas de revistas e os programas televisivos como apreciação da vida utópica da nobreza, do que se poderia ter, mas não se tem por sua condição real e natural, por uma culpa de quem deseja, por seu destino de nascer para ser isso, para ser *neoescravo* daqueles que foram glorificados com a potência da realização, do poder e da capacidade de se estabelecer numa *sociedade do desempenho* (HAN, 2019). “O corpo é uma força contida que reflete as instituições que o forjaram” (GUIRADO, 2020, p. 43), uma construção sócio-histórica-ideológica que nunca está terminada, pois ser belo ou ser idoso depende da historicidade das relações de biopoder de cada Estado, governo e sociedade. Segundo Han (2019, p. 45-46),

[...] mais desnuda que a vida do homo sacer é a vida de hoje. Homo sacer é originalmente alguém que foi excluído da sociedade em virtude de um delito. Ele pode ser morto, sem que o autor seja penalizado por isso. Segundo Agamben, o homo sacer representa uma vida absolutamente passível de ser morta. Ele descreve como homines sacri também os judeus nos campos de concentração, os prisioneiros de Guantánamo, os que pedem asilo, que aguardam em um local neutro para sua deportação ou também os doentes em estágio terminal das UTIs, que apenas ainda vegetam presos aos seus tubos. (HAN, 2019, p. 45-46)

¹³ Referência marxiana sobre a transformação do capitalismo industrial em capitalismo financeiro, cenário em que o fetiche da mercadoria e a troca de dinheiro por dinheiro tornam-se o ápice da exploração capitalista e da reificação do trabalhador. Para Karl Marx, o negócio dos banqueiros é concentrar nas próprias mãos o capital monetário emprestável.

É nesse contexto que o tripé se realiza, pois a ritualística cristã-monárquica vislumbra os diferenciados como herdeiros do Reino dos Céus, o liberalismo à concorrência como a vitória dos mais dedicados, hábeis e fortes e o narcisismo como forma de se olhar para dentro, comparando o que se tem em volta como referência de fracasso ou sucesso em sua vida ou na vida do outro. É assim que vemos a formação das sociedades modernas diante de tanto progresso e tecnologia, indivíduos amalgamados pela condição de incluídos/excluídos dada pelo Estado biopolítico, que sobrevaloriza e acentua a realidade das desigualdades de oportunidade e consumo entre grupos e classes sociais. Esse Estado está condicionado ao

[...] estado de exceção (que) não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou uma zona de indiferença, em que dentro e fora não se excluem mas se indeterminam. (AGAMBEN, 2004, p. 39)

Em nossa sociedade, o que nos resta diante de metade da população como *cidadão nacional*¹⁴? Ou seja, como *homo sacer* (AGAMBEN, 2010), destituído (BOBBIO, 2004), indesejável (CASARA, 2017) ou marginalizado (SAVIANI, 2012), sem a condição de consumidores e desejosos dos espaços privados das elites do poder econômico e político e seus séquitos. Diante do Estado biopolítico, como controlador da vida, em um cenário em que a democracia liberal consente a desigualdade como algo inevitável, os assassinatos de jovens pretos e meninas e mulheres estupradas e violentadas como força do acaso, forja-se um normal simbólico, que, segundo Guirado, é onde

[...] o opressor estabelece as estruturas de repressão e submissão até que tais aspectos sejam incorporados pela sociedade, por meio da repetição e transmissão de tais hábitos, até que a dominação seja integrada aos costumes e absorvida pela cultura, passando a ser aceita como normal, deixando de ser pensada como um ato de violência, a ponto de se tornar uma conformidade, uma dependência, uma ação inconsciente de sujeição. (GUIRADO, 2020, p. 41)

É nesse universo real do simbólico como normal que vemos o estado de exceção como regra e o governante inoperoso determinado pela representação de suas elites, condicionadas, por sua vez, ao imperialismo vigente do centro do capitalismo e da garantia dos privilégios. O poder está nas relações –como diria

¹⁴ É o cidadão com os seus direitos constituídos, mas não praticados por conta de uma ordem das relações de biopoder no mundo, em que permanece o privilégio como algo de poucos em detrimento da maioria, que se torna referência dele, sem corpo, sem escolha, sem consumo, sem utopia.

Foucault – e, assim, nos valores estabelecidos por uma *biomídia* que produz a simbologia dessa garantia.

É diante dessa condição real que nos indetermina – dentro/fora, incluído/excluído, ordenado/matável – e nos remete ao poder das biopolíticas, adornadas pela ideologia hegemônica do neoliberalismo, que encontramos o ambiente propício à transformação de uma cápsula proteica (traduzida do latim por *fluido venenoso* ou *toxina*) num autômato, num ser sociável que ameaça, incondicionalmente, as outras vidas sem interesse de dominá-las, mas simplesmente de sobreviver. O vírus, como ser simples de 200 nanômetros de diâmetro, torna-se o vilão que tem em seu papel social e político a transubstanciação da luta de classes em progressão geométrica, como nunca visto em nossa sociedade moderna dos tempos da alta tecnologia e da virtualização das próprias relações sociais. Em seu refúgio, ele se apoderou de um corpo e se proliferou como que nos humanizando e nos lembrando de nossa fragilidade e de nossa subserviência ao mundo natural e, sobretudo, ao mundo dos homens. Cósmico ou religiosamente, o vírus torna-se profético, mágico, empoderado, devastador, espetacular, ideológico, lucrativo e neutro, no sentido de que sua ação sobre o indivíduo independe da origem ou classe social, da cor da pele, do território ou da religião.

Analisado nessa perspectiva biológica, vemos sua neutra expansão, entretanto, o vírus só se torna viável para a nossa análise sociológica e biopolítica quando ele trafega territorialmente e se torna um ser social, um membro da sociedade, como um perigoso inimigo ou incontrolável e heroico aliado, como um dispositivo biopolítico de distanciamento que mudará a rotina dos indivíduos e a sua maneira de viver, acreditar e consumir. E é nesse momento que ele perde a sua neutralidade, a sua origem biológica e bestial e, por contingências das relações sociais, torna-se dispositivo biopolítico responsável pelo direcionamento do *fazer viver ou deixar morrer* (FOUCAULT, 2019), como condição humana de perpetuação social das desigualdades no mundo capitalista, matando inicialmente o cidadão-mundo, turista ou homem de negócios, mas, posteriormente, condenando ao risco maior, ao preconceito e à morte a maioria como cidadão nacional – pobre, incluído/excluído, apátrida, refugiado. Daí pensarmos que o vírus não escolhe suas vítimas é totalmente viável, mas o caminho que ele percorre é oriundo de um processo histórico que coloca os mais vulneráveis e a maior parte da população desassistida de direitos como probabilidade numérica de contaminação.

Esse risco ao cidadão nacional, na esfera privada, pode se referir, por exemplo, à questão do gênero com o aumento da violência contra a mulher ou, na esfera pública, ao/à vendedor/a de rua, à empregada doméstica, enfim, trabalhadores que frequentam

espaços e transportes públicos, moram em casas e barracos na periferia, não têm acesso a informações sobre a pandemia, não acreditam na possibilidade de existir algo invisível a olho nu que os ataque nem que estão à mercê de crenças e sugestões do senso comum contrárias às recomendações médicas e científicas. É nesse caso que o vírus se torna um objeto de estudo da Filosofia Política e das Ciências Sociais como mais-valia social e práxis de permanência das desigualdades.

Em seu artigo “*La invención de una epidemia*”, Giorgio Agamben (2020, p. 18) ressalta que, “*en primer lugar, hay una tendencia creciente a utilizar el estado de excepción como paradigma normal de gobierno*”. E isso, por um lado, marcou uma imensa quantidade de críticas feitas ao filósofo italiano, pois ficou subentendido que, em suas previsões, ele estava ignorando e profetizando de forma equivocada o verdadeiro problema da disseminação e do poderio de mortalidade do vírus pelo mundo. As críticas chegavam a descrever como um exagero do filósofo o fato de colocar a biopolítica e o estado de exceção como regra numa visão distorcida por algo que ocorreu de forma natural, ou seja, originado da natureza viva das cavernas de Wuhan.

A ideia de que o filósofo subestimou a potência e o ato do vírus não se concretiza, pois ele não nega a sua capacidade de ataque, a sua potência biológica, mas sim o seu uso como dispositivo de distanciamento, como ato socioeconômico e socioemocional. Como diria Hegel, a função do pensamento filosófico deve ocorrer durante o *voo da coruja de minerva*, ou seja, no entardecer e no final dos acontecimentos. Por isso, a escrita do filósofo foi política, como ao abordar a questão da liberdade restringida pelo perigo do vírus como uma biopolítica determinada pelo *uso do corpo* que se resume em onde se esconder, como se comunicar, o que consumir, por onde ir, transformando o vírus em potencializador do estado de exceção. O prejuízo é material e mental. Da falta de oportunidade e de renda ao *atropelamento de si mesmo* pela efemeridade da informação e pela exigência de sucesso, o estresse, a síndrome de *burnout*, o cansaço e os traumas de uma nova rotina são ampliados na realidade pandêmica. Segundo Fernandez,

[...] cada vez mais clínicas e hospitais recebem pessoas fraturadas, quebradas, enfartadas, angustiadas, surtadas ... E, após uma anamnese, fica nítido que se trata de mais um “atropelamento de si mesmo”, cansaço e sobrecarga da vida. (FERNANDEZ, 2020, p. 204)

Dessa forma, o que fazer para sobreviver num contexto em que, com a conversão da exceção em regra, vemos a ampliação da vulnerabilidade da maioria da população? O excesso ou a falta de informação, como numa ambivalência baumanniana, foi protagonizado pela *biomídia* tanto das empresas de telecomunicação

nacionais como das redes sociais, e percebemos que não havia apenas a pós-verdade, mas sim a estratégia de fazer com que tudo que ocorra tenha um culpado, um vilão e, conseqüentemente, um herói, colocando de lado as questões implícitas na eficácia do sistema capitalista ao promover a destruição do planeta e da humanidade – criando biopolíticas à sobrevivência ou tanatopolíticas ao extermínio –, que garante a sua existência em detrimento do resto, do comum, do povo, da maioria da população, que precisa produzir para girar a roda do capitalismo no mundo hegemônico da globalização. O vírus é natural e, quando vivo em roedores e morcegos nas cavernas, ele está no campo biológico, mas, no momento em que chega à sociedade, subjetiviza-se e se torna parte da relação de biopoder, diferenciando ainda mais os que têm dos que não têm, e por isso torna-se uma biopolítica perpetuadora do estado de exceção.

Não há dúvida, o vírus é real, mesmo que isso contrarie as intenções de líderes políticos que fazem sua leitura equivocada e irresponsável dele. De biológico a social, tornou-se um dispositivo socioeconômico-socioemocional-político-ideológico, na medida em que saiu de seu habitat natural e se infiltrou na sociedade globalizada, onde a política de investimentos no capital, em detrimento dos direitos dos trabalhadores e do cidadão nacional, está espalhando a morte e criando mecanismos antropotécnicos (SLOTERDIJK, 2016) para a tentativa de garantir a sobrevivência dos que realmente podem e devem sobreviver e a morte dos que precisam morrer.

Ou seja, o vírus não foi o responsável pela disseminação da doença, da morte e da crise no mundo, mas sim a escolha de investidores, a lógica capitalista usada por líderes políticos e setores da economia que produzem a vulnerabilidade e viram ali se consolidar a chance de uma estratégia que, implacavelmente, promove a concentração de renda, a destruição do meio ambiente e a distopia da saúde e educação públicas para assegurar o extermínio das minorias sociológicas e a intermitente ação da democracia liberal.

O vírus se configurou como uma epidemia e, na sequência, como uma pandemia que garantiu a potencialização das diferentes realidades sociais no mundo – ocidente e oriente –, com o sistema capitalista expandindo a dependência entre os países, a maioria pobre das sociedades e sua dependência de seus Estados, bem como os apátridas e refugiados como sem destinos. A partir da espetacularização da solidariedade de países centrais do capitalismo mundial, governos e empresários, vimos os primeiros ricos serem contaminados e morrerem de forma cruel e a *biomídia* declarar: *“Olhem, essa pandemia não escolhe ricos ou pobres.”* Será?

A jornalista Rosana Pinheiro-Machado (17 mar. 2020) denuncia que

[...] precisamos urgentemente tratar a pandemia do coronavírus como uma questão relacionada à opressão social. O vírus escolhe, sim, classe, raça e gênero. [...] Em nosso apartheid sanitário, podemos falar em racismo epidêmico? Creio que sim. A grande maioria dos mais vulneráveis é negra. Como mostra a reportagem do UOL, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento em 2018, são quase 35 milhões de pessoas vivendo sem acesso à água tratada e 100 milhões sem esgoto. Somente em São Paulo, são 7 mil pessoas em situação de rua. Soma-se à falta de moradia e à má nutrição, o fato que pessoas em situação de pobreza extrema estão mais vulneráveis a transtornos mentais, o que também baixa a imunidade.

O vírus atingiu moradores de Wuhan e, depois, os que viajavam para lá, que, conectados ao mundo globalizado, o disseminaram. Num segundo momento, o vírus resplandeceu a realidade de desigualdade vivida no mundo, onde os governos resolviam investir em aparelhos respiradores para conter a doença que prejudicaria o comércio mundial, enquanto empresas lucravam e distribuía seus dividendos. Os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro esbravejavam que o vírus foi trabalhado como algo vindo dos céus ou das cavernas comunistas de Wuhan a propósito de uma política de extermínio do governo chinês, mas o que vimos, na verdade, foi o vírus como algo real, vivo em nosso planeta, como milhões de outros que já enfrentamos e enfrentaremos, sem alusões a teorias conspiratórias alucinantes de líderes populistas conservadores, mas sim à biopolítica, encaminhando a conduta dos indivíduos na sociedade, garantindo a reorganização da exploração do capitalismo por instituições mais avançadas que ganharam muito dinheiro com *e-commerce*, tecnologia sanitária e a especulação na reprodução das sensações e desejos que orientaram o indivíduo na pandemia. Novamente, os desassistidos de seus direitos – que vivem em sua *vida nua* à margem do que poderia parecer como dignidade humana em nosso tempo – foram os mais atingidos. Entre os desassistidos, a mulher, já que, como Pinheiro-Machado (17 mar. 2020) comenta ao citar fonte da ONU Mulheres,

[...] o vírus também escolhe gênero. A ONU Mulheres tem feito diversos alertas sobre como a epidemia afeta mulheres de diferentes maneiras. Na China, há apelos de ativistas para dar importância ao fato de que a violência doméstica cresceu durante a quarentena, que coloca as pessoas em pressão psicológica extrema. Segundo a Organização Mundial da Saúde, as mulheres representam 70% dos profissionais na linha de frente de combate ao vírus, sendo vulneráveis à infecção e ao estresse.

Como diria minha professora Eneida de Geografia da 5ª série do 1º Grau, a mola que move o mundo é a economia, e o ser metafísico que reconhece e amplifica essa força é o dinheiro, que agora se virtualiza e se elitiza, de forma que as classes médias no mundo buscam saídas financeiras para sua sobrevivência como grupo e sua garantia em continuar sonhando com o paraíso dos milionários, que são 1% da população mundial.

Agamben diria que, em tempos contemporâneos, *o dinheiro é deus* e que, na atual circunstância, toda a produção humana estaria voltada para o lucro, para o enriquecimento, que deve ser feito à custa da pobreza e da miséria física, mental ou espiritual da maioria. Os mecanismos criados para manter a maioria como cidadão nacional se reforçaram pela pandemia de Covid-19. Da mesma forma que se manipulam os interesses dos privilegiados pelos governos e sua *biomídia*, vemos que a confusão se estabeleceu na decisão sobre quem deve trabalhar ou não. A questão da aglomeração, das escolas, bares e praias. Quem deve trabalhar de casa? Quem deve sair às ruas? Qual o papel da polícia nessa pandemia? Por que abrir bares e não escolas?

A política no mundo é biopolítica, por conta de que a única forma de garantir o desenvolvimento do capitalismo é incluir todos na sociedade sob a esfera pública e, a partir daí, excluir, paulatinamente, ao ponto de exterminar parte do que não poderá mais consumir nem desejar pelo próprio mercado. A vida deve ser controlada, seja pelos panópticos foucaultianos e pelos dispositivos atuais dos aplicativos e da tecnologia virtual ou pelas superempresas que subjetivizam os desejos e escolhas do indivíduo no mercado pelo hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007). A liberdade é a grande questão de Agamben em seu artigo “*La invención de una epidemia*”, pois, mesmo escrevendo em 26 de fevereiro de 2020, e sem adivinhar a morte de mais de um milhão de pessoas no mundo, visualiza a prática biopolítica sob o vírus, quando escreve que

[...] el otro factor, no menos inquietante, es el estado de miedo que evidentemente se ha extendido en los últimos años en las conciencias de los individuos y que se traduce en la necesidad real de estados de pánico colectivo, a los que la epidemia vuelve a ofrecer el pretexto ideal. (AGAMBEN, 2020, p. 19)

A liberdade é posta em xeque quando se fala em segurança, e isso é o que chamamos de *paradoxo da felicidade*¹⁵, ou seja,

¹⁵ Partindo da concepção freudiana, a felicidade é passageira e emerge das cinzas como o voo da fênix. Ela é episódica e parcial, afeita a contrastes e nunca contínua. A felicidade é do momento e determinada pelas subjetividades do indivíduo, dos sentidos e do desejo, da ausência de dor e da superação. O *paradoxo da felicidade* nos mostra, conceitualmente, que, num mundo dito globalizado sob a lógica capitalista, o indivíduo ganha um corpo moldado às relações de biopoder com subjetividades neoliberais da personalidade aistórica, efêmera, meritocrática e individualista. Nessa

não há como garantir a felicidade ao vermos que a liberdade, o desejo e o consumo nos enclausuram na condição de estarmos em segurança, seja por um governo, seja por uma compra na internet ou pela destruição do meio ambiente em escala mundial. E, dessa segurança garantida, apenas a menor parte da sociedade nos mostra que a busca da igualdade de condições e oportunidades está longe de se tornar um direito civil real e positivo. Com a pandemia, vimos o agravamento da falta de liberdade, da escassez de segurança e da excrescência da desigualdade produzida pelo homem no mundo. A maioria da população mundial vive sob o *paradoxo da felicidade*, que não permite utopias e em que sua *vida nua* é a única condição para a sobrevivência. Ela vive sem liberdade, sem segurança e sem direitos.

A segurança dos cidadãos-mundo depende da falta de liberdade daqueles que consomem menos, pois não podemos consumir igualmente o que se consome no mundo hoje, primeiro porque não há de fato necessidade, e porque é muito mais fácil dentro da lógica capitalista ampliar a concentração de renda e lucro para poucos, consolidando o 1% da população do planeta como dona da liberdade e, ao mesmo tempo, garantida pela segurança como herança da naturalização da desigualdade por um viés torto chamado de *darwinismo social* ou, como diriam Pierre Dardot e Christian Laval, o *concorrencialismo social* de um liberalismo que se originou no *laissez-faire* e que se prolongou ao liberalismo social ou neoliberalismo, dando o arcabouço teórico-político-ideológico da lógica capitalista e da condição de vida social no mundo moderno. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 54),

[...] a adaptação a uma situação de concorrência vista como natural tornou-se, assim, a palavra de ordem da conduta individual, assimilada a um combate pela sobrevivência. Prolongando o malthusianismo que, na grande época vitoriana, fazia da pobreza um efeito fatal da fecundidade irresponsável das classes populares, esse concorrencialismo fez muito sucesso na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos.

A hegemonia neoliberal é a ideologia que se reproduz como projeto de vida através do capitalismo financeiro e da individualização, transformando o indivíduo em liso, sem contradições, único, inquestionável, pois a verdade não existe, e sim a possibilidade de consumir e conquistar. As arestas sociais tornam-se uma narrativa do normal, do comum, de forma que o próprio indivíduo precisa estar livre de imperfeições, de obstáculos e do outro como forma de obstáculo e de incompatibilidade de desejos e consumos. A sua ideia é garantir o direito individual, ou melhor, o seu direito em detrimento

condição, a liberdade, a segurança e a igualdade são paradoxos da garantia de uma vida de oportunidade aos momentos felizes, que se esvaem na realidade biopolítica da maioria.

do direito de todos, pois a vida torna-se um espetáculo pela sua própria publicização, sem se preocupar com o outro, desnudando sua intimidade para si mesmo. Segundo Han (2018, p. 80-82),

[...] hoje o mundo não é um teatro no qual são representadas e lidas ações e sentimentos, mas um mercado onde se expõem, vendem e consomem intimidades. O teatro é um lugar de representação, enquanto que o mercado é um lugar de exposição. [...] A tirania da intimidade psicologiza e personaliza tudo, e até mesmo a esfera política não escapa desse processo. Assim, os políticos não são avaliados por suas ações. Seu interesse está voltado para a pessoa, o que provoca neles coerção por encenação. A perda do caráter público deixa atrás de si um vazio, onde se derramam a intimidade e as estâncias privadas. No lugar do caráter público, entra publicização da pessoa; o público se transforma em espaço de exposição, afastando-se cada vez mais do espaço de agir comum.

A pandemia tornou-se a aparição de si mesmo como forma de garantia dos direitos. O hiperconsumo (LIPOVESTKY, 2007) é outra evidência de que o vírus será responsável por uma transformação obrigatória dos meios de produção e consumo, de trabalho e de desejo, de sobrevivência e da garantia da desigualdade pela uberização do trabalho e pela compra via internet. Essa sociedade do hiperconsumo não vive apenas o *carpe diem*. Segundo Lipovetsky (2007, p. 241),

[...] a verdade é que os indivíduos, bombardeados por informações mais ou menos alarmistas e divididos entre normas conflitantes, vivem cada vez menos na despreocupação do instante. De um lado, as solicitações hedonísticas; de outro, torrentes de informações sobre os riscos que nos ameaçam. Aqui, a exaltação dos prazeres imediatos; ali, normas incitando a vigiar-se, perder peso, eliminar os excessos, proteger-se dos fatores de risco. A sociedade de hiperconsumo leva a tudo, menos à plena coincidência do presente consigo próprio.

A moradia, o *home office*, os direitos trabalhistas, os gastos públicos com as novas doenças, as relações virtuais, o distanciamento como um isolamento público e familiar, o *homo sacer* como destituído da higienização do mundo privado e do saneamento básico, enfim, a pandemia espetacularizou o público como indesejável, não sendo mais necessária a circulação do dinheiro material, pois agora temos o vírus que mata como a ignorância, a fome, a miséria e a violência. E essas possibilidades tornam-se inclusas no estado de exceção e na biopolítica que transforma o indivíduo em *homo sacer*, matável e, ritualisticamente, insacrificável, “que tem seu lugar em uma zona que precede a distinção entre sacro e profano, entre religioso e jurídico” (AGAMBEN, 2010, p. 76), pois ele é pobre e deve se manter vivo para que se reproduza o capitalismo e se mantenha a sociedade dos privilégios.

Em “*Contágio*”, outro artigo de Agamben na mesma obra, de 11 de março de 2020, a ideia que aparece é de que o contágio é irreversível e, sobretudo, cruelmente manipulado pelo território digital. Ele comenta a necessidade de resgatar a trágica peste negra, que, em 1576, na novela de Alessandro Manzoni, *Los Novios*, trazia a imagem de *del untore* ou *el untador* como responsável por transmitir o pânico da peste ao ambiente privado quando besuntava as portas e fechaduras das casas em busca de recompensa financeira, ocasionando terror nos distritos de Milão. *El untador* é hoje o representante da *biomídia* e do Estado como transmissor do caos ao pedir para ficar em casa quem não tem casa, para estudar em casa quem não tem luz elétrica, muito menos uma conta de celular. O pobre e o preto são condicionados a serem *untores* do século XXI pela justificativa *biomidática* da falta de conhecimento, de cultura, de preparo, de discernimento, enfim, de base. A pestilenta transmissão virótica da Covid-19 ficou fora de controle e, mesmo sabendo dos seus danos e da forma de contágio, vimos que as medidas protocolares justificavam o cenário do distanciamento e das suas irreversíveis consequências tanto socioeconômicas como socioemocionais. Segundo Agamben (2020, p. 33),

[...] aún más tristes que las limitaciones de las libertades implícitas em las disposiciones es, em mi opinión, la degeneración de las relaciones entre los hombres que llas pueden producir.

Nós, brasileiros, vimos os discursos desencontrados de governantes, da *biomídia* e até de especialistas. A opinião partidário-ideológica assumiu o foco da pandemia e das formas de transmissão, da quantidade de contaminados e até de mortos. As *fake news* e as afirmações anedóticas tomaram conta das redes sociais, dando a ideia de fracasso do adversário político, substituindo a informação por desinformação.

Segundo Agamben (2020), a transmissão da doença e a morte de pessoas produziram algo tão cruel quanto os sintomas da Covid-19, como o fim da rotina e da necessidade do contato físico entre os indivíduos no processo de humanização e socialização. Era evidente que o contexto da doença tornaria as relações entre familiares, colegas de escola e de trabalho menos tolerantes e sem alteridade. Os indivíduos tornar-se-iam mais dispostos ao estado de exceção e resignados diante da falta de sorte da *vida nua* da maioria.

Es posible, dada la inconsistencia ética de nuestros gobernantes, que estas disposiciones se dicten em quienes las han tomado por el mismo temor que pretenden provocar, pero es difícil no pensar que la situación que crean es exactamente la que los que nos gobiernan han tratado de realizar repetidamente: que las universidades y las escuelas se cierren de una vez por todas y que las lecciones sólo se den em línea, que

dejemos de reunirnos e hablar por razones políticas o culturales e sólo intercambiamos mensajes digitales, que em la medida de lo posible las máquinas sustituyan todo contacto – todo contagio – entre los seres humanos. (AGAMBEN, 2020, p. 33)

O contato transformou-se em contágio, e podemos ver que não se trata simplesmente de menosprezar o vírus ou mitigar a pandemia, mas sim de olhar pela lente da filosofia política e da história, por exemplo, e observar que todas as pestes foram sociais e que os seus hospedeiros, vírus e bactérias, transformaram indivíduos em *untadores* indesejáveis e marginalizados sob o olhar atento do tripé detentor da narrativa oficial, dando como regra a exceção na biopolítica que produz aparelhos e antropológicas que ampliam a margem de cidadãos nacionais desnudos e sobreviventes sem direitos, além de concentrarem os privilégios entre os imunizados e higienizados da destruição pelo contágio e pela condição de consumidores.

A subjetividade neoliberal garante a disputa pela vida através do mercado, na condição de poder desejar e conseguir o que está padronizado como consumo de classe, desprendendo-se dos que sonham em consumir, mas não podem e dos que nem sonham e nem sabem o que consumir. A sociedade dos privilégios é a sociedade do hiperconsumo, do cansaço, da transparência e da intimidade. O indivíduo se individualiza a ponto de se satisfazer sabendo que ele pode consumir mesmo sem que ninguém saiba. É a autossuficiência sobre o social, acreditando não precisar de um *setting* como

território que acolhe o indivíduo, sua identidade/território, (que) permite que este seja capaz de perceber, dialogar e elaborar sentimentos e comportamentos muitas vezes incompreendidos, inaceitáveis, por si mesmo e ou por aqueles que o cercam, como familiares, colegas de trabalho, comunidades, espaços educacionais... (FERNANDEZ, 2020, p. 207)

A pressão psicológica, o estado emocional e o hiperconsumo ora anestesiado, ora justificam *overdoses* produzidas pelas subjetividades neoliberais, trazendo a autossuficiência, misantropia, racismo, misoginia. A pandemia da Covid-19 está aí para mostrar que essa condição apenas se ampliou no decorrer dos meses que se seguiram ao ano de 2020 e que o poder de comunicação e da informação como condição à vida é controlado por países e empresas centrais do capitalismo e por grupos ou classes de privilegiados que se sustentam da ignorância, do medo e da vulnerabilidade da maioria. O vírus mata biológica e socialmente. Física e psicologicamente. Individual e subjetivamente. A passagem do vírus como ser social nos mostra que a morte não é apenas o fim da vida, mas também a permanência dos dispositivos

biopolíticos da falta de escolha e de oportunidade mergulhados na ignorância e na desinformação da maioria como projeto neoliberal. É a pandemia social retroalimentada pelo pandemônio político da ideologia dominante.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer** - o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **O uso dos corpos**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. La invención de una epidemia. In: Idem (et al.). **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Madrid: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), mar. 2020.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDEZ, Jane Botelho. Setting, um território da diversidade. In: SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato; ABIORANA, Dângela Nunes (Orgs.). **Território feminino**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1 - A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GUIRADO, Vanessa Zinderski. O feminino entre a culpa e o pecado: reflexos da exploração, opressão e dominação da mulher. In: SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato; ABIORANA, Dângela Nunes (Orgs.). **Território feminino**. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III - O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres vão sofrer mais. **The Intercept Brasil**. 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/>>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Coleção Polêmicas do nosso tempo. 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SLOTERDIJK, Peter. **O desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. Tradução de Claudia Cavalcanti. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

Entre extremos: algumas considerações sobre violência, tolerância e respeito em um contexto pandêmico

Vanessa Zinderski Guirado¹⁶

Introdução

Observando os significados habitualmente atribuídos aos termos “violência”, “tolerância” e “respeito”, haveria a possibilidade de supor e, por vezes, até de se traçar uma relação antagônica em que a violência poderia ser considerada como o oposto do respeito, uma vez que um ato violento representa um desrespeito com a pessoa, com os animais ou com o que quer que esteja sendo agredido, e nesse caso a tolerância estaria classificada como um meio-termo, guiada por uma atitude de moderação e controle. Mas será que esses termos significam realmente isso? E será que os seus significados podem ser modificados diante de algum tipo de situação específica? Como, por exemplo, em uma pandemia?

Buscando refletir sobre essas questões, a presente pesquisa propõe algumas considerações sobre os termos “violência”, “tolerância” e “respeito”, com a finalidade de estabelecer um diálogo que possa apresentar alguns limites e perspectivas que permeiam esses conceitos, de forma a contextualizar seus significados, para seguir com a proposta de pensar se a interpretação desses conceitos pode ou não ser modificada e até deturpada de acordo com as situações e o contexto histórico vivenciado e, nesse aspecto, abordá-los em tempos de pandemia de Covid-19.

Para tanto, inicialmente são apresentadas algumas definições acerca desses termos, com base em autores que discutem essas questões. Em um segundo momento, são abordados alguns aspectos sobre a sociedade contemporânea, de forma que seja possível estabelecer relações entre as perspectivas que envolvem os termos trabalhados – violência, tolerância e respeito – por meio do resgate das percepções quanto a esses conceitos no pré-pandemia e também ao longo dos meses de confinamento, em virtude da situação sanitária.

Destaca-se que a presente pesquisa não tem a intenção de esgotar nem as possibilidades reflexivas nem as discussões geradas sobre as questões tratadas, haja vista a amplitude do

¹⁶ Mestre e Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Especialista em Formação de Professores com Ênfase no Magistério Superior pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP-SPO). Graduada em Letras Português-Inglês (FMU) e Automação de Escritórios e Secretariado (FATEC-SP). É integrante dos Grupos de Estudo e Pesquisa de: Formação de Educadores e Políticas Públicas; Perceber; e Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias. É pesquisadora da Rede de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo. Trabalha com ensino superior e pós-graduação desde 2008. E-mail: guiradovz@gmail.com

debate proposto. Portanto, a intenção é promover um diálogo crítico-reflexivo e, se possível, contribuir para que, em tempos nos quais as sociedades ao redor do mundo parecem cada vez mais impulsionadas a viver entre extremos, o afastamento que estamos vivenciando possa ser apenas em virtude das necessidades sanitárias, durante o período de pandemia, e não porque as sociedades cederam à violência, à intolerância e ao desrespeito, afinal, enquanto seres humanos, devemos acreditar em nossa própria humanidade, empatia, compreensão e disposição para dialogar.

De contexto em contexto: tecendo os conceitos sobre violência, tolerância e respeito

Para que seja possível realizar qualquer tipo de discussão, primeiramente, é necessário entender os conceitos trabalhados. Logo, torna-se essencial compreender que qualquer definição é resultado de uma série de processos históricos que ocorrem ininterruptamente, em um movimento contínuo, que exerce ações para direcionar as situações cotidianas conforme as disposições e exigências sociais de uma determinada época e local, de forma a atender às necessidades específicas de um momento histórico e moldar a compreensão individual e coletiva sobre os mais variados aspectos da vida em uma dada sociedade.

Consequentemente, os termos “violência”, “tolerância” e “respeito” também sofreram modificações ao longo da história, e aquilo que consideramos inaceitável hoje e que expressa formas de agressão, intransigência e desrespeito trata-se, na verdade, de uma compreensão adquirida em virtude de uma série de processos históricos. Processos esses que, ao moldar as ações humanas, também originaram a lógica de estruturação das instituições, dos governos e das sociedades, sendo que todos esses aspectos são forjados e continuamente redimensionados por meio das trocas de experiências, de vivências, de conflitos e de concessões estabelecidas entre os seres humanos.

Segundo Durozoi e Roussel (1993), o termo “violência” tem origem no latim, na palavra *violentia*, sendo o seu significado vinculado à índole violenta e ao uso da força. Por sua vez, o vocábulo latino que originou o substantivo “violência” deriva do verbo *violare*, que significa vingar, transgredir, profanar. E tanto o substantivo *violentia* como o verbo *violare* também fazem menção à ideia de vigor e potência.

De acordo com Chauí (2000), a questão da violência e a preocupação quanto às medidas necessárias para impedir que ela ocorra, ou quais seriam as melhores maneiras de controlá-la, são temas recorrentes desde a Antiguidade clássica, frente ao imperativo de garantir a integridade física e psicológica, tanto individual como

coletivamente. A autora também aponta que a definição de violência surge quando a sociedade estabelece uma compreensão quanto àquilo que considera como sendo uma maldade, transgressão, violação, criminalidade, atrocidade, perversidade etc., sendo que

[...] as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros. [...] A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUI, 2000, p. 432-433)

Segundo a plataforma digital de filosofia da *Stanford University*, a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*¹⁷, a palavra “tolerância” vem do vocábulo do latim *tolerare*, que significa tolerar, suportar ou sofrer. Ou seja, trata-se da aceitação de alguma coisa, atitude ou situação que estabelece um tipo de condição que é tolerável perante a sociedade. Dessa forma, a tolerância é compreendida como um ato pessoal e voluntário, condicionado à percepção de quem tolera, diante de uma circunstância específica.

Ainda de acordo com a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, a questão da tolerância acaba se tornando muito complexa, em virtude da necessidade de distinguir características que a definem. Para compreender o conceito de tolerância, tem-se a premissa de que o aspecto a ser tolerado é algo considerado questionável, mau ou errado, o que leva à condição de aceitação de alguém ou alguma coisa que poderia ser motivo de objeção, sendo que o ato de tolerar não descarta o julgamento negativo sobre a questão tolerada. A tolerância também exige um limite, visto que existem situações em que a rejeição supera qualquer atitude de aceitação, uma vez que é exatamente essa fronteira entre o aceitar e o rejeitar um dos aspectos mais controversos do sentido de tolerância.

A *Stanford Encyclopedia of Philosophy* também afirma que a origem da palavra “respeito” deriva do termo do latim *respicere*, que possui o sentido de “olhar para trás” ou “olhar novamente”, com o objetivo de levar à compreensão e percepção daquilo que se respeita. Logo, aquele que é respeitador age com respeito com alguém ou alguma coisa. Nesse sentido, o respeito é sempre uma

¹⁷ Plataforma digital de filosofia *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em: <https://plato.stanford.edu/>

ação humana autoconsciente e dirigida, de reconhecimento ao valor de alguma coisa ou alguém, pois o respeitador identifica o que é respeitado com consideração, atenção e cuidado.

Conforme a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, é possível identificar diferentes tipos de respeito no comportamento e na forma de agir dos seres humanos. Porém, na perspectiva filosófica, o conceito adquire a característica de uma conduta, sendo até apontado como uma virtude moral, que demonstra uma maneira de tratar tanto as pessoas como os animais ou as coisas, em razão da valorização e atenção que é projetada para aquele ou aquilo que é respeitado. Isso implica uma relação que expressa valor entre as partes envolvidas, assim, gerando uma atitude de respeito diante de determinada situação, de forma consciente e no intuito de promover um reconhecimento, que pode ser direcionado tanto aos outros seres vivos como também ao entorno, como, por exemplo, no caso do respeito para com a natureza, as obras de arte, as representações artísticas, o patrimônio histórico etc.

Portanto, a partir da reflexão sobre os apontamentos acerca do significado de “violência”, “tolerância” e “respeito”, é possível deduzir que violência é uma ação de força com o objetivo de submeter, obrigar, agredir; que a tolerância refere-se à convivência com a diversidade; e que o respeito estabelece uma relação de valorização. Porém, como destacado anteriormente, os significados atribuídos a esses termos são resultado de um processo histórico. E, como tal, as noções de violência, tolerância e respeito são perpassadas e desdobradas por outros tantos conceitos, gerando um encadeamento de definições próprias dos movimentos e necessidades das sociedades, que levaram a formular um sentido para justiça, democracia, igualdade, cidadania etc.

Segundo Elias (1993; 1994), o desenvolvimento histórico e social é denominado como processo civilizador, sendo que, ao estabelecer uma determinada regra, a sua influência é exercida de uma maneira diferente para cada um, visto que o sucesso de uma norma social está associado ao nível de exposição e à eficiência das estratégias utilizadas para operar os recursos disciplinadores. O autor também destaca que as formas de condicionamento são praticadas no indivíduo, mas os resultados podem ser observados no coletivo que compõe a sociedade.

Portanto, o conceito de processo civilizador de Elias (1993; 1994) está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento e ação das condições necessárias para a criação de um ser civilizado, que é exatamente aquele que consegue conter os seus impulsos animais e que é condicionado, de modo a aceitar a doutrinação, disciplina e domesticação do seu corpo, hábitos e práticas, de forma a atender às condições estabelecidas como adequadas dentro de

uma determinada sociedade, em um momento histórico específico, refletindo assim as normas sociais compreendidas como aceitáveis.

Consequentemente, pensar em uma sociedade que possa ser considerada como civilizada remete ao reconhecimento e à compreensão de uma série de outras questões, por exemplo, a da cidadania, que está vinculada à condição de cidadão e ao estabelecimento de direitos adquiridos e deveres a serem cumpridos. Portanto, pode-se ainda concluir que, em uma sociedade civilizada, há o entendimento e o desenvolvimento da prática do conceito de justiça, uma vez que existe cidadania e atribuição de direitos e deveres, sendo que a discussão do conceito de justiça ora trabalhado não se estenderá para as possíveis implicações da questão ética vinculadas ao tema.

Portanto, à vista das reflexões feitas até o momento, torna-se possível considerar ainda que os termos “tolerância”, “respeito”, “cidadania” e “justiça” são aspectos essenciais para a constituição de um regime democrático, considerando que a democracia refere-se à prática de optar por determinados aspectos em âmbito coletivo. Portanto, se existe uma escolha coletiva, que deve ser seguida por todos para haver uma harmonia no regime democrático, isso requer uma noção de disciplina, que é desenvolvida no intuito de ensinar as regras sociais.

Nesse aspecto, de acordo com Bobbio (1986), para haver democracia é necessário que existam quatro princípios básicos: tolerância, não violência, uma contínua reestruturação da sociedade por meio de um debate isento de preconceitos e, por fim, fraternidade. Ainda segundo o autor, o conceito de regime democrático envolve todo o conjunto de normas e processos que favoreçam a tomada coletiva de decisões, de forma a contemplar o máximo possível de participantes interessados.

Com relação à tolerância, Bobbio (2002; 2004) destaca que esse conceito pode ter diferentes usos, dependendo do contexto em que está sendo utilizado, o que acaba repercutindo na forma como a ação de tolerar é compreendida e desenvolvida. Porém, adverte que a tolerância possui um significado histórico relacionado com a convivência com o outro, com o diferente, sendo que, a princípio, tais aspectos estavam atrelados a questões religiosas. Posteriormente, o ato de tolerar foi ampliado, de forma a atender às mais variadas perspectivas e visões de mundo, passando a significar coexistência, convívio, convivência dos diferentes em harmonia.

Ainda segundo Bobbio (2002; 2004), quando a tolerância é praticada tanto no âmbito pessoal como no coletivo, ela possibilita uma perspectiva ampliada da visão de mundo, o que dificulta o desenvolvimento da intolerância e de concepções que preguem determinadas questões como sendo absolutas. Assim, pode-se

ponderar que o ser tolerante suscita a empatia pelos demais e a reflexão sobre si mesmo, o outro e o seu entorno. Dessa forma, a tolerância tem a capacidade de oferecer uma defesa, por exemplo, contra discursos com tendência ao fanatismo, como também pode gerar uma contestação e/ou rejeição ao surgimento de regimes totalitários.

O autor também pondera que a tolerância estabelece outras duas questões controversas, a respeito do significado de “verdade” e de “diversidade”. Porém,

[...] Se somos iguais, entra em jogo o princípio da reciprocidade, sobre o qual se fundam todas as transações, todos os compromissos, todos os acordos, que estão na base de qualquer convivência pacífica (toda convivência se baseia ou sobre o compromisso ou sobre a imposição): a tolerância, nesse caso, é o efeito de uma troca, [...], sob a égide do “se tu me toleras, eu te tolero”. É bastante evidente que, se me atribuo o direito de perseguir os outros, atribuo a eles o direito de me perseguirem. Hoje é você, amanhã sou eu. Em todos esses casos, a tolerância é, evidentemente, conscientemente, utilitaristicamente, o resultado de um cálculo e, como tal, nada tem a ver com o problema da verdade. (BOBBIO, 2004, p. 87)

Diante disso, e partindo do princípio de que todos são iguais, Rancière (2014), ao abordar a questão da igualdade nas relações humanas enquanto um elemento fundante da democracia, aponta que quando o poder público, por meio de instâncias administrativas e/ou organizações específicas que trabalham com questões sociais, promove ações que objetivam o desenvolvimento e a ampliação da equidade, o ato de impulsionar práticas que contribuam para a igualdade acaba sendo apontado como uma ameaça aos privilégios historicamente adquiridos por aqueles que os detêm, quer essas vantagens sejam políticas, econômicas ou sociais.

Ainda de acordo com Rancière (2014), as relações humanas são definidas por múltiplos e variados embates, sendo que o sentimento de ódio simboliza a expressão máxima de um conflito, pois revela a violência contra a existência do outro, daquele que é diferente, o que, segundo o autor, serve para demonstrar o impasse entre democracia e o princípio de igualdade para todos, uma vez que há a contraposição daqueles que defendem uma sociedade mais igualitária e dos que visam manter os privilégios adquiridos.

Dessa maneira, assim como Elias (1993; 1994), também Bobbio (1986; 2002; 2004) e Rancière (2014) consideram que as desigualdades e os privilégios nascem dentro da própria sociedade, no decorrer de seu processo histórico, de acordo com um momento e um local específicos. Consideram ainda que os mecanismos que geram essas distinções e esses desequilíbrios procuram respaldo tanto por meio de dispositivos oficiais, como ocorre no caso de leis que regulamentam uma situação, como em aspectos sociais,

tais como crenças, hábitos e costumes. Sendo que em ambos os casos esses recursos servem para garantir um reconhecimento e a validação dessas diferenças, assim, fazendo com que algo não natural e criado para favorecer determinado grupo seja aceito, sem grandes contestações, de modo individual e coletivo em uma sociedade.

Portanto, também é possível deduzir que os sentidos atribuídos aos termos “violência”, “tolerância” e “respeito” estão entrelaçados com a lógica adotada para desenvolver o exercício do poder sobre os indivíduos e a sociedade. Dessa forma, a análise remete tanto à discussão de Bourdieu (2011), acerca do poder simbólico e da violência simbólica, como à de Foucault (2004; 2008; 2014), com a disciplina sobre os corpos e as relações de força, visto que ambos os autores definem a maneira como o poder exerce a sua força tanto no aspecto individual como no coletivo.

Para Bourdieu (2011), as relações de poder são estabelecidas por meio da ação do poder simbólico, de forma a constituir uma dominação de alguém ou de alguma instância sobre um ou mais indivíduos, sendo que, para tanto, é definida uma relação de convivência e aceitação entre as partes, dominantes e dominados. Logo, para o autor, a dominação está embasada na preservação de privilégios específicos para determinados grupos do corpo social, que ocorrem pelo exercício da violência simbólica, ao se determinar como válido aquilo que o dominante compreende como sendo o adequado, assim, criando uma visão de mundo e uma lógica de práticas sociais que atendem às necessidades e aos desejos daqueles que detêm os recursos necessários para exercer um ou vários tipos de dominação, sejam elas materiais ou imateriais, dos mais variados aspectos políticos, econômicos, ideológicos, sociais, religiosos, culturais, históricos etc., de modo que

[...] a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (BOURDIEU, 2002, p. 10)

Segundo Foucault (2004; 2008; 2014), as relações sociais são simultaneamente relações de poder, logo, elas são constituídas por meio do uso da força, estabelecendo um controle que se estende a todas as questões envolvidas na dinâmica da vida dos indivíduos. Consequentemente, a influência por tal poder exercida não pode ser identificada em uma esfera específica, considerando ainda que, ao ser fragmentado em microinstâncias do poder, isso faz com que a sua ação seja potencializada, o que o torna mais

eficiente e dinâmico, visto que se transforma em algo onipresente e ininterrupto, uma vez que

[...] o poder é o conjunto de mecanismos e procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. [...] Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de urna maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado. (FOUCAULT, 2008, p. 4-5)

Porém, para Foucault (2008; 2014), as relações de poder não são propriamente más, tampouco negativas, uma vez que exercem uma força que leva à criação e modificação das situações tal qual elas se apresentam. Logo, para o autor, no momento em que essas relações de poder atuam, além da manifestação das formas de uso da força, tais como influência, coerção, imposição, dominação, violência etc., há também um direcionamento produtivo, afinal, os indivíduos e a realidade tangível que eles vivenciam diariamente também são produzidos.

Para Arendt (1985; 2009), a violência surge como uma reação à diminuição do poder de um determinado grupo, considerando que um indivíduo obtém uma posição que lhe ofereça controle por meio do apoio de outros, que sustentam o seu poderio, conseqüentemente, o controle adquirido somente pode ser mantido enquanto o grupo está coeso. A autora compreende ainda que o poder e a violência são opostos um ao outro, afirmando que somente existe violência quando o poderio está desaparecendo, sendo que a violência, além de aniquilar o poder, não possui a capacidade para criá-lo.

O poder é realmente parte da essência de todo governo, mas o mesmo não se dá com a violência. A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma. [...] O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir. A legitimidade, quando desafiada, baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em legítima defesa, pois o perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato. (ARENDT, 1985, p. 28)

Nesse aspecto, por exemplo, a força dos discursos de ódio e de segregação, bem como a violência e intolerância cultuadas em regimes totalitários, como ocorreu na Itália fascista e na Alemanha

nazista, contribuíram para que, após a finalização da Segunda Guerra Mundial, as nações pensassem tanto na criação de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como na divulgação de documentos que tinham por objetivo manter a ordem e a paz mundial, visando evitar que os horrores vivenciados ao longo dos anos de guerras fossem repetidos novamente, visto que o terror das tenebrosas cenas presenciadas serviu para revelar toda a crueldade, degeneração e monstruosidade a que podem chegar alguns seres supostamente humanos.

Um dos documentos produzidos no período pós-guerra foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas do dia 10 de dezembro de 1948, publicada por meio da Resolução nº 217 A (III). A DUDH define que o significado de respeito está vinculado à prática dos direitos humanos, sendo assim garantidas as liberdades básicas de cada indivíduo, de acordo com a legislação vigente, observando-se ainda o bem-estar coletivo e as responsabilidades morais e cívicas.

A DUDH também alinha a questão da tolerância com o desenvolvimento de ações educacionais, considerando que a educação escolar é capaz de contribuir para a preservação dos direitos e das liberdades individuais e coletivas em uma sociedade, já que os ambientes escolares proporcionam a socialização e o convívio com a diversidade, favorecendo o diálogo e o conhecimento dos mais variados aspectos socioculturais presentes no corpo social.

Consequentemente, o sentido de respeito e tolerância apresentado pela DUDH está relacionado com a cidadania, compreendendo que ela está inserida em um sistema jurídico e nos poderes que o representam, o que implica o exercício dos direitos e deveres que um cidadão possui individual e coletivamente em uma sociedade específica, levando em conta que nos regimes democráticos todos são iguais perante a lei. Torna-se necessário destacar ainda que os direitos civis e políticos adquiridos não devem ser considerados absolutos, afinal, a humanidade continua estruturando e reestruturando os seus processos ao longo da história.

Portanto, tendo em vista os conceitos trabalhados e os desdobramentos apontados a partir deles, é possível considerar que todas as relações estabelecidas em uma sociedade, bem como a promulgação de suas leis, normas, diretrizes e os mais diversos aspectos relacionados ao comportamento dos indivíduos são resultado de processos elaborados e difundidos pelos próprios seres humanos, durante o curso civilizatório, na história da humanidade, sendo que os mecanismos desenvolvidos revelam as

práticas, crenças, costumes, privilégios, mudanças, permanências e continuidades do momento histórico em que foram originados.

Dessa forma, a situação de isolamento social imposta pela Covid-19 no início de 2020 e vivenciada nos longos meses posteriores, bem como as impressões pré-pandemia acerca das definições trabalhadas nesta pesquisa podem revelar alguns indícios do que representam as noções de violência, tolerância e respeito nas sociedades contemporâneas. Portanto, resta analisar um pouco mais essas indicações e seguir com a proposta de contextualizar os significados dos termos discutidos e as possíveis interpretações atribuídas a esses conceitos de acordo com o contexto histórico em que são apresentados.

Os extremos invisíveis: breves considerações sobre uma sociedade distópica

Falar da pandemia ao mesmo tempo que ela está acontecendo proporciona uma observação em perspectiva das relações humanas desenvolvidas nas sociedades contemporâneas até a chegada do vírus, oferece ainda um panorama único sobre a experiência do isolamento, sobre o saber conviver consigo mesmo, com o outro e com o entorno, com todas as incertezas e também todas as possibilidades. Esse é o momento propício para pensar e repensar sobre todos os sistemas, estruturas, organizações e mecanismos que conduziram a humanidade para dentro dessa lógica cruel em que o ser humano é o alçôz do próprio ser humano.¹⁸

E isso remete às primeiras concepções acerca do que estava por vir: quando a pandemia de Covid-19 teve início e as notícias sobre o “novo coronavírus” começaram a circular, a impressão era de que essa doença estava muito distante, afinal, o foco estava na China, na cidade de Wuhan, e o país asiático já havia enfrentado anteriormente outras situações sanitárias, como a gripe aviária, em 1997, e a SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave), em 2003. Tudo levava a crer que se tratava de um surto local, que provavelmente seria contido e não se alastraria para o restante do mundo. Portanto, por mais que as notícias do país asiático fossem alarmantes, parecia que tudo ficaria bem.

Diante dessa percepção, os demais países do mundo continuaram desenvolvendo todas as suas atividades normalmente, como se não houvesse a necessidade de se preocupar com algo que, até aquele momento, estava ocorrendo pontualmente em um único lugar. Porém, essa falsa sensação de segurança fez com que ninguém fosse capaz de imaginar o que ainda estava por acontecer,

¹⁸ A frase apresentada faz uma analogia à sentença “O homem é o lobo do próprio homem”, apresentada ao longo das discussões de Thomas Hobbes, nas obras “Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil” (Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1979) e “Do cidadão” (Martin Claret, 2013).

e foi assim que um vírus desconhecido se alastrou rapidamente por todas as partes do globo – e aquela ideia de um elemento estranho se espalhar por todo o mundo, que parecia ser algo possível apenas em filmes hollywoodianos, transformou-se em uma pandemia.

Aos poucos, a incredulidade na possibilidade de algo assim acontecer na sociedade contemporânea cedeu lugar ao inacreditável, pois nem todo o nosso desenvolvimento científico, conhecimento ou inteligência, nem toda a nossa modernização, automatização, novas tecnologias ou a capacidade de inovar, bem como nem toda a riqueza que circula nos mercados financeiros globais ou o poder de influência político-econômico-social de certos grupos e países conseguiu prever ou conter um evento de proporções mundiais, que fez e continua fazendo com que as relações humanas sejam alteradas, talvez para sempre.

A humanidade se viu forçada a tomar uma série de medidas para tentar preservar tanto a vida das pessoas como as estruturas sociais tal qual as conhecemos na contemporaneidade, ou seja, uma sociedade que tem as suas engrenagens alinhadas com os preceitos do capital, cheia de estratificações sociais, educacionais, culturais, econômicas etc., sendo que essas divisões transformaram boa parte da população mundial nos invisíveis do sistema. Eles historicamente constituíram uma massa de ignorados, que costuma ser considerada útil enquanto estiver em condições de trabalhar e de produzir a riqueza para os donos do poder. Os invisíveis são todos aqueles considerados dispensáveis dentro dos processos produtivos – se um invisível é mandado embora, existem outros tantos invisíveis para assumir o seu lugar, possivelmente ganhando menos.

E não queira se enganar quanto à violência da invisibilidade presente nas sociedades atuais, pois, se as engrenagens estão alicerçadas no capital, qualquer tipo de respeito é visando o lucro, levando à necessidade de encontrar caminhos para minimizar a crise econômica. Para os desdobramentos dos problemas sociais, resta a tolerância.

Na lógica social atuante na dinâmica do capital, os invisíveis são o combustível do capitalismo selvagem, quer ele esteja representado em seu significado clássico, como apresentado na obra de Marx, ou em seu significado contemporâneo, que desde o final da Segunda Guerra Mundial foi sendo direcionado dentro de um sistema neoliberal, que prevê a livre concorrência do mercado, com a mínima intervenção do Estado, em um ambiente globalizado.

Com o tempo, o pânico inicial gerado pela pandemia e por toda a incerteza, que levaram a uma corrida em busca de suprimentos e medicamentos para que fosse possível seguir em confinamento, foi cedendo às pressões do sistema e o que passou a invadir tanto os noticiários como as redes sociais e demais mídias

de comunicação em massa foram os crescentes aspectos de uma polarização, o que nos remete novamente às questões principais dessa discussão, ou seja, os conceitos e percepções quanto ao significado de violência, tolerância e respeito. Afinal, o pânico e a perda de controle são grandes incentivadores de atitudes impensadas e precipitadas, o que facilmente pode levar à violência, à intolerância e ao desrespeito.

À medida que a pandemia ia se alastrando, os veículos de comunicação e os mais diversos segmentos da sociedade nos mais variados países ao redor do mundo ficaram surpresos com a violência do vírus e sua rápida propagação, sendo que, em um curto espaço de tempo, as notícias cediam lugar às atualizações sobre a pandemia. As mídias falavam que o mundo estava em uma “guerra contra o vírus”. Inicialmente, essa guerra também foi sentida na busca dos países por equipamentos médicos e recursos que pudessem salvar vidas, seguida de uma avalanche de notícias que iam desde pesquisas científicas e alertas sanitários até negacionismo e ideias conspiracionistas, em uma contraposição distópica entre a preservação de vidas ou a proteção do sistema produtivo.

Logicamente que, ao longo do processo civilizador, que forjou as estruturas tal qual as conhecemos, a questão do trabalho é primordial, pois entra no âmbito do desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres humanos. Afinal, em condições adequadas de uma atividade laboral, ou seja, sem que o trabalho se desenvolva por meio de uma violência, como no caso da escravidão ou exploração de qualquer ordem, além de a atividade produtiva garantir o sustento individual e familiar, aquilo que é produzido possui um valor próprio, tanto na linha de execução das atividades como subjetivamente, na satisfação de realizar alguma coisa.

Consequentemente, com toda a instabilidade gerada pela pandemia, tornou-se inevitável que isso levasse a uma série de conjecturas sobre os rumos que a economia e as sociedades teriam. Pois, se as empresas e os mais variados negócios deveriam permanecer fechados por um período de tempo desconhecido e todos deveriam manter um afastamento social, a curto e longo prazo, isso significa que os setores produtivos estão produzindo menos ou estão totalmente parados, como foi o caso dos setores envolvidos com o turismo, por exemplo. Essa situação também significa que as pessoas estão consumindo apenas o essencial, consequentemente, há uma diminuição dos lucros e uma redução de mão de obra, levando a crises e desemprego.

Portanto, se a motriz que faz o mundo girar é o capital, toda essa situação significa que a sociedade está à deriva, em plena pandemia. Logo, surgiram alegações de que as pessoas não poderiam permanecer paradas, que aquilo representaria a quebra

de todo o sistema produtivo, levando ao fechamento de negócios e a demissões em massa, em todas as áreas, o que comprometia a capacidade tanto dos mais diversos ramos de atividade como das pessoas de arcar com os seus compromissos. Isso posto, é possível considerar que a lógica do sistema é violenta, pois não é preparado para preservar a engrenagem mais importante, que é o ser humano.

Ouvia-se também por todo lado que as pessoas não podiam parar, senão elas morreriam de fome, pois não teriam nem como comprar comida, elas não conseguiriam pagar seus aluguéis e ficariam sem casa, nem poderiam quitar as contas de água, luz, gás e tantas outras. Porém, todas essas violências, essa mesma fome, falta de habitação, de água encanada, de saneamento básico e de condições mínimas de sobrevivência sempre estiveram presentes, ao longo da história da humanidade, nos mais diversos países do mundo e foram continuamente ignoradas, provando que a desigualdade e a condição de pobreza não são questões novas e que sempre houve tolerância, desrespeito e indiferença de uma significativa parte da sociedade quanto às condições mínimas de sobrevivência para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

Que a situação pandêmica contribuiu para que os flagelos sociais fossem aprofundados, fazendo com que os desprotegidos e vulneráveis fossem empurrados de forma mais aguda para as margens da sociedade, isso é um fato! Porém, a sociedade não pode ser hipócrita a ponto de fingir que a miséria nunca havia existido anteriormente e continuar ignorando as profundas diferenças sociais que são perpetuadas há décadas. A violência da miséria, da pobreza extrema não é resultado da ação do vírus, haja vista que, segundo informações da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹, por meio do relatório *Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo*, lançado em 2019, apenas no ano de 2018, mais de 820 milhões de pessoas ao redor de todo o mundo passavam fome, sendo que quando o número salta para 2 bilhões de pessoas é considerada situação de insegurança alimentar severa. Ainda de acordo com a ONU, 780 milhões de pessoas morrem anualmente no mundo por falta de água potável.

Logo, será o vírus violento ou violenta é a situação de preservação de milhares de pessoas em situação de pobreza extrema? E o que vem a ser respeito, em um mundo em que existem pessoas que ainda morrem de fome e de sede? Talvez a tolerância seja a força de quem resiste contra todas as possibilidades? Enfim, a intolerância e falta de respeito com os milhares de pessoas que

¹⁹ As informações da ONU sobre o relatório *Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo* estão disponíveis nos links: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>; <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>.

vivem na pobreza extrema servem para revelar a face da hipocrisia de quem finge que nada disso existe.

A Covid-19 expôs as fragilidades das sociedades contemporâneas ao redor do mundo, revelando cruelmente as suas entranhas, evidenciando o quanto os mais vulneráveis e desprotegidos foram continuamente ignorados e deixados à margem da cidadania, isentos de justiça, à parte da civilização. Os invisíveis foram postos à luz pela doença e pela morte, lotando hospitais e preenchendo covas prematuramente.

Nesse aspecto, a pandemia expôs de forma brutal as mais variadas diferenças sociais, revelando ainda toda a dinâmica de violência, intolerância e desrespeito que existe quando são analisadas as camadas sobrepostas de exclusão, que, além da falta de habitação, trabalho, segurança, saúde, educação, cultura etc., passa por questões de preconceito, de racismo, de sexismo, de machismo e tantas outras maneiras de discriminação enfrentadas. Percebe-se assim que as ações excludentes perpassam tanto pelas condições físicas como pelas psicológicas, interferindo no estabelecimento e na manutenção de um Estado de Bem-Estar Social, conseqüentemente, impactando também o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido,

[...] observamos que o estado de exceção permanente – como definiu Walter Benjamin – que forma este *homo sacer*, desprendido da indignação por estar incluído/excluído da lógica capitalista é resultante da atual crise de legitimidade que vivemos nesta democracia liberal. Os serviços públicos como educação e saúde estão direcionados para os indesejáveis-não-consumidores-marginalizados fixados em seus territórios por uma política de Estado de permanências de castas [...]. (SANTANA, 2019, p. 201)

Aprópria história da humanidade prova que justiça e igualdade social não são características usuais nas sociedades constituídas pelos seres humanos. Segundo informações da organização não governamental britânica Oxfam²⁰ apresentadas em um relatório intitulado *“Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”*, de 20 de janeiro de 2020, publicado antes de a pandemia tomar conta de todo o mundo e também antes do início do Fórum Econômico Mundial de 2020, em Davos, na Suíça, a fortuna acumulada por 1% da população mais rica do mundo equivalia a mais do que o dobro da riqueza reunida pelos outros 6,9 bilhões de pessoas existentes no planeta. Ainda de acordo com o relatório, no ano de 2019, apenas 2.153 pessoas

²⁰ As informações referentes ao estudo da Oxfam estão disponíveis no site da organização, pelos endereços eletrônicos: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf>; <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>.

foram consideradas bilionárias, e juntas concentravam mais riqueza do que os outros 4,6 bilhões de pessoas existentes no mundo.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (BM) *World Development Indicators 2019*²¹, o Brasil aparece na nona posição entre os países mais desiguais do mundo, em relação à distribuição de renda *per capita*. No mesmo relatório há a informação de que a taxa média de informalidade nas atividades produtivas, nas economias emergentes, é de 64,7% dos trabalhadores. As estimativas do BM para o ano de 2021 é de que 150 milhões de pessoas devem ultrapassar a linha de pobreza extrema, o que significa que cada um desses indivíduos terá de tentar sobreviver com apenas US\$ 1,90 por dia, sendo que, de cada dez pessoas que irão cruzar a marca de pobreza extrema, oito delas estarão em países considerados de renda média.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²², por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, em 2017, a média salarial de 50% dos trabalhadores com menor rendimento *per capita* ficou em R\$ 754,00. No mesmo período foi constatado que a média salarial entre os homens foi de R\$ 2.410,00, sendo que as mulheres receberam 22,5% a menos que o sexo masculino, recebendo uma média salarial de R\$ 1.868,00. A mesma pesquisa também destaca que pessoas brancas recebem salários 29,2% maiores, comparados à média nacional.

Logo, é possível considerar que violência também é haver distinção em virtude do sexo de uma pessoa. E, segundo informações da ONU Mulheres²³, “[...] *mesmo antes da existência da Covid-19, a violência doméstica já era uma das maiores violações dos direitos humanos. Nos 12 meses anteriores, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo*”. Destacamos que esses são os números oficiais divulgados, pois, ainda conforme informações da ONU Mulheres, existe uma super-subnotificação

²¹ As informações referentes ao relatório do Banco Mundial, *World Development Indicators 2019*, estão disponíveis nos links: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/816281518818814423/pdf/2019-WDR-Report.pdf>>; <<http://pubdocs.worldbank.org/en/195181530913257957/2019-WDR-PPT.pdf>>

²² As informações referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão disponíveis nos links: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>>; <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf>; <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf>; <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>.

²³ As informações da ONU Mulheres estão disponíveis nos links: <<http://www.onumulheres.org.br/>>; <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>>; <<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1726642>>; <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres>>.

acerca da violência contra a mulher, sendo que menos de 40% das vítimas procuram alguma ajuda ou denunciam os crimes sofridos, e menos de 10% das que buscam ajuda vão à polícia.

Quando a análise é direcionada para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), torna-se evidente o quanto o mundo ainda está distante de garantir condições adequadas de vida para todas as pessoas do planeta, visto que no Artigo XXV temos que:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Portanto, se em sua essência todos somos iguais e, teoricamente, deveríamos ter acesso a todas as questões apontadas na DUDH, é plausível concluir que as diferenças que vemos na sociedade, toda a violência, a intolerância e o desrespeito, toda a miséria e a fome, todo o sofrimento e o desespero são resultados das ações humanas, e não do vírus. Talvez a real pandemia sejam os extremos provocados pelo individualismo presente no comportamento desses seres que se dizem humanos.

Conclusão

Não há dúvidas de que a capacidade humana é imensa, tanto que criamos tudo o que nos cerca, desenvolvemos as mais variadas tecnologias, fomos para o espaço e enviamos um robô para desbravar o cosmos, mergulhamos nos mais profundos abismos dos oceanos, erguemos construções fabulosas, criamos a arte, a pintura, a dança, a música, o teatro, temos a capacidade de criar, emocionar e amar, mas também de destruir, não apenas nós mesmos, mas o planeta inteiro.

A pandemia criou uma oportunidade única de reflexão sobre tudo o que já conseguimos criar enquanto humanidade, bem como oferece a chance de repensarmos acerca do que deve ser modificado, de toda a violência que devemos deixar de cultivar, da tolerância que temos de exercitar, sempre dentro dos limites daquilo que não nos agrida enquanto seres humanos. Afinal, se somos a raça pensante na Terra, que o nosso legado seja de respeito à vida, a todas as vidas!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Síntese de Indicadores Sociais:** em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. 12 nov. 2020. Disponível

em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>>.

ANGÊNCIA BRASIL; FIUZA, Elza. Banco Mundial analisa aumento de violência de gênero durante Covid-19 no Brasil. **ONU News**. 19 set. 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1726642>>.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Coleção Pensamento crítico, Vol. 63. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Elogio da serenidade e outros ensaios morais**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. **A era dos direitos**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A dominação masculina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. Campinas: Papyrus, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **O Processo civilizador**: Uma História dos Costumes. 2ª. ed., Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 29ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rendimento de todas as fontes 2017. Informativo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Informativo. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 01/09/2020.

ONU MULHERES BRASIL. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/>>.

_____. Documentos de referência. s/d. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>>.

_____. **Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres**. 07 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres>>.

ONU NEWS. **ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo.** 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>>.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar** - O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. São Paulo, jan. 2020. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf>.

_____. **Tempo de cuidar.** São Paulo, s/d. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTANA, Wesley Espinosa. O estado biopolítico e os dispositivos educacionais/midiáticos de permanência do estado de exceção na Era Vargas. In: SCHWARTZ, Rosana M. P. B.; BETTINI, Lúcia Helena; GARCIA, Bethina Oger. **Territórios e territorialidades: estudos interdisciplinares.** São Paulo: Gênio Criador, 2019.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância.** 1997. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%ADpios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 01/09/2020.

WORLD BANK. **World Development Report 2019: The Changing Nature of Work.** Washington, 2019. doi: 10.1596/978-1-4648-1328-3. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/816281518818814423/pdf/2019-WDR-Report.pdf>>; <<https://pubdocs.worldbank.org/en/195181530913257957/2019-WDR-PPT.pdf>>.

Pinturas que evocam silêncio - ações que buscam a escuta: relações entre Hopper e a violência doméstica em época de coronavírus

Mirtes de Moraes²⁴

Apresentação

A presente pesquisa busca delinear relações entre arte, subjetividade e contemporaneidade. No que se refere a arte, optou-se por trabalhar com algumas obras do artista gráfico e ilustrador norte-americano Edward Hopper. O artista é conhecido por suas representações realistas da solidão na contemporaneidade. Foram selecionadas três obras do artista, nelas se busca pensar questões relacionadas a subjetividade, solidão urbana e mundo contemporâneo.

As obras escolhidas foram: *Janelas na noite* (1928) (I); *Quarto em Brooklyn* (1932) (II); *Morning Sun* (1952) (III). Na escolha das imagens se observam figuras femininas próximas à janela que de alguma maneira nos transmitem sensação de solidão, vazio, desolação e estagnação da vida humana. Além desses aspectos que as aglutinam, a pesquisa também busca tecer relações com categorias de análise que trabalham com a questão do tempo, memória e gênero.

No que se refere à categoria de análise gênero, a pesquisa busca pensar o isolamento de mulheres em época da Covid-19, assim como prescrevem as autoridades médicas. A indicação é para ficar em casa, porém, nesse caso, muitas delas encontram-se num contratempo ao conviverem com o agressor.

De acordo com os dados do Fórum Nacional de Segurança Pública, há um aumento no número de ocorrências de violência contra a mulher. Com o isolamento social causado pela pandemia, o número de denúncias a casos de violência doméstica aumentou cerca de 14%, de acordo com o Governo Federal. A convivência forçada, a dependência financeira e a falta de contato com outras pessoas são algumas das caudas da vulnerabilidade de mulheres que sofrem violência dentro de suas próprias casas.

Busca-se com este trabalho estabelecer uma articulação entre a situação de vulnerabilidade de mulheres que sofrem violência doméstica e a produção de sentimentos que as obras destacadas de Hopper possibilitam ao serem interpretadas.

Dessa forma, este trabalho busca primeiramente produzir três contos ficcionais baseados nas observações iconográficas

²⁴ Pós-Doutora - Pesquisadora Colaboradora da ECA-USP - Departamento Jornalismo e Editoração (CJE). Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) - Centro de Comunicação e Letras, Cursos de Graduação de Jornalismo e de Publicidade. E-mail: mirtes@mackenzie.br

e suas respectivas produções de sentidos, condicionadas pelas relações do cotidiano e também pelas estruturas patriarcais, em que se concedeu ao gênero masculino uma superioridade diante das mulheres, suscitando relações de poder que possibilitaram por muito tempo definir o feminino como submisso e passível de controle, chegando ao ponto de o homem sentir-se autorizado a praticar repressões violentas contra a mulher.

O artigo finaliza com dados obtidos mediante o Instituto Maria da Penha e a Agência Senado que desempenham papel importante no enfrentamento da violência contra a mulheres por meio do acolhimento e da escuta.



"A janela aberta". *Night Windows*, de Edward Hopper.
Óleo sobre tela, 73,7 x 86,4 cm, 1928. Museum of Modern Art, New York.

Era uma noite de outono, o vento fazia com que as cortinas da janela se movimentassem de forma rápida e brusca. E nessa agitação Tereza também se encontrava, tentando achar uma saída. Abriu uma gaveta e se deparou com um bilhete esquecido, de um tempo não tão distante, mas que a fez sentar, parar e pensar no que estava escrito: "O amor é quando a gente mora um no outro".

Naquela noite, ela e Jonas foram comemorar seis meses de namoro, o bilhete acompanhado de um colar simbolizaram um pedido informal de casamento. Começaram a partir de então a viver juntos, dividindo espaços, opiniões e experiências. Tereza trabalhava numa empresa multinacional e Jonas, numa empresa farmacêutica, ganhavam bem o suficiente para fazer alguns planos. Um deles era uma viagem à cidade do Porto, em Portugal.

De malas prontas, Tereza recebeu no dia anterior à viagem a notícia de que seu parceiro tinha sido demitido. Passagens compradas, hotéis reservados, foram. No trajeto da viagem ele se

demonstrava inquieto, irritado e ela, tentando de todas as maneiras possíveis transformar aquele terrível momento em algo mais agradável, afinal de contas, esse era um sonho do casal.

Chegando lá, a irritação se direcionou para o lado de Tereza, começou a implicar primeiramente com o seu vestido, achando-o muito curto, no outro dia a proibiu de sair com uma blusa que ele alegava que estava muito decotada... E para evitar maiores transtornos ela resolveu ceder e trocar as roupas, acatando a reclamação. Num outro dia, estava ansiosa para conhecer a livraria Lello, mas ele foi bem brusco na resposta: “Que ridícula essa sua fascinação por Harry Potter, você não acha que já passou da idade?” Sentiu-se um tanto quanto envergonhada por esse desejo e novamente acatou o seu clamor.

Voltaram para o Brasil, e na semana seguinte ele conseguiu um novo emprego, embora o seu salário fosse bem menor do que o anterior. Nos primeiros dias, ele chegava em casa bem antes dela e a aguardava para o jantar, em outros dias, ele começou a questionar que ficar esperando não era exatamente o seu sonho da vida. E foi pressionando-a para que chegasse mais cedo em casa. Ela tentou algumas vezes, mas nem todas deram certo, e ele começou a pressionar de outra maneira: “Se você não voltar até as 17h, vou sair com a rapaziada e só volto depois da meia-noite.” Pensou que seria uma brincadeira, mas não. Isso aconteceu uma, duas, várias vezes, e ele voltava bêbado querendo fazer sexo. Todas as vezes ela cedia, afinal de contas, era sua esposa.

E numa noite dessas ele perdeu a chave e começou a apertar a campainha, Tereza demorou um pouco para atender, pois eram 3h00 da manhã, e ele começou a esmurrar a porta. Ficou preocupada com os vizinhos, desceu os degraus da escada o mais rápido que podia para evitar escândalos e, quando abriu a porta, viu seu rosto machucado. “Onde você estava?”, perguntou aflita, e ele responde: “Pra que você quer saber? Você não cuida de mim! Você me abandonou!”

A situação começou a perder o controle e Tereza se sentia muito culpada, resolveu então largar seu emprego e tentar tirar o marido dessa vida noturna. Ficou a primeira noite em casa, fez um jantar especial, ele não apareceu. No dia seguinte, perguntou sobre sua ausência, ele apenas disse “Você não entende nada!” e saiu. Essa cena persistiu por várias semanas, até que um dia Tereza resolveu falar o que a incomodava e recebeu como resposta um tapa na cara. “Você fez por merecer.” Jonas saiu para trabalhar deixando-a no meio da sala, no chão.

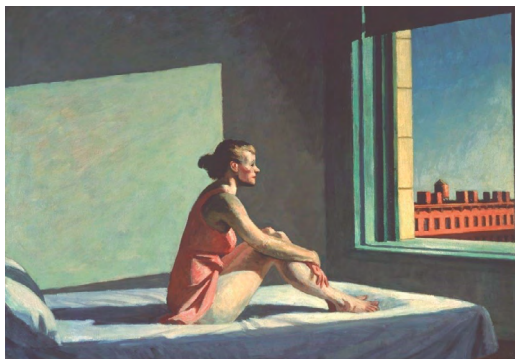
Ele chegou em casa, nesse mesmo dia, arrependido. Nos seus braços, um buquê de rosas amarelas, e disse: “Desculpa, não foi minha intenção”. Tereza entendeu e atendeu suas desculpas. Meses se passaram e tudo ficou muito tranquilo, Tereza parara de

trabalhar, cuidava da casa, e ele se tornou um homem perfeito. O dinheiro não era muito, mas o suficiente.

O mês de março se iniciava e os jornais começaram a noticiar insistentemente uma doença avassaladora, chamada Covid-19. Medidas sanitárias para conter o surto da epidemia eram televisionadas. O isolamento foi uma das medidas tomadas, muitas empresas, comércio e escolas foram fechadas.

Todos em casa, assim era a recomendação. Assim a seguiram. Passaram a conviver todos os períodos do dia, da tarde e da noite juntos. No começo, parecia até que estavam em lua de mel, mas um mês se passou, o dinheiro começou a faltar e a irritação ocupou um lugar especial. Discussões eram frequentes, xingamentos eram constantes.

Naquele momento, tocou a campainha que a fez acordar da lembrança de um bilhete em que tudo parecia um sonho, mas que depois, pouco a pouco, transformou-se num pesadelo.



“Esperando as horas passarem”. *Morning Sun*, de Edward Hopper. Óleo sobre tela, 101,98 x 71,5 cm, 1952. Columbus Museum of Art, Columbus, OH, US.

O final da tarde se aproximava e Ana aguardava pelo pronunciamento diário na televisão do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta. Naquele dia o ministro afirmou que o sistema de saúde do Brasil iria entrar em colapso no final de abril, por conta do aumento de casos do coronavírus. No mesmo momento em que Mandetta estava dizendo que seria necessário segurar a movimentação da sociedade para diminuir a transmissão do vírus, Nelson entra na sala, pedindo para que Ana desligasse a televisão e não ficasse ouvindo bobagens.

Ana havia percebido que ele estava alterado, e ficava ainda mais quando a televisão estava ligada. Ele, exaltado, gritava: “Imagina se eu parar de trabalhar? Você vai comer o quê? Imagina se o Brasil parar? Você acha que vai acontecer o quê? Mulher, desliga logo isso aí e vai preparar a minha janta que eu estou com fome!”

Ana tentou falar mais alguma coisa, mostrando que o número de mortes crescia e que ela estava preocupada, e ele interrompeu: “As pessoas que morrem é porque já estão doentes, são velhas, são fracas, por isso adoecem. Eu, como sou forte, com corpo atlético, essa gripezinha não vai me pegar!” Mas Ana estava impactada com o pronunciamento do ministro e ainda ficou mais alguns minutos com o olhar fixo na televisão. Nelson desliga o aparelho e diz em tom alto o objetivo: “Vai pra cozinha!”

No jantar, um silêncio se instaurou. Depois do jantar, enquanto Ana lavava a louça, ela escutava o som do telejornal que vinha da sala. Sentia-se confusa com opiniões tão controversas. Na sala, tentou puxar conversa perguntando se ele não tinha medo da doença, e ele falou “Tenho medo de perder meu emprego, só isso”.

No dia seguinte, Nelson foi para o trabalho como de costume, mas naquele dia voltou pra casa por volta das 14h00. Ana estava ao telefone quando escutou a fechadura da porta se abrir. Desligou rapidamente e correu para ver quem era. Alterado, ele a empurra no chão e fala: “Agora quero ver o que você vai comer! Defendendo seu ministrozinho!” Nelson de alguma forma direcionou a culpa da sua demissão à sua esposa.

Foram momentos tensos, tristes e desesperadores, mas Ana queria tanto que desse certo o relacionamento deles que aceitou calada. Sua televisão agora era a janela, e através dela Ana esperava que as horas passassem e tudo voltasse a ser como era antes.



“De olho na vidraça, esperando um mundo melhor”. *Room in Brooklyn*, de Edward Hopper. Óleo sobre tela, 68.36 x 73.98 cm, 1932. Museum of Fine Arts, Boston, Estados Unidos.

Maria Heloísa morava sozinha, solteira, 61 anos. Aposentara-se havia um ano, funcionária pública, federal, tinha uma vida

confortável, mas sem muito luxo. Gostava de ir ao cinema, ao teatro, comer fora, coisas habituais para uma moradora da cidade de São Paulo. Em todos esses lugares que frequentava ia sozinha, sentia-se bem consigo mesma. Mas, assim que os jornais começaram a noticiar sobre a pandemia que avassalava várias cidades, seu comportamento mudou. Os lugares que frequentara antes estavam fechados, e desde então começou a se sentir muito sozinha no seu apartamento, localizado no centro de São Paulo.

Foi então que, numa busca no Google, ela procurou por aplicativos de relacionamentos amorosos. “Será?” Um grande ponto de interrogação se formou em sua mente, mas ao mesmo tempo uma vontade movida por uma curiosidade fez de Maria corajosa e motivada para sair da situação que a entediava.

Depois de dois dias, Edgard chamou sua atenção. Ele também era funcionário público, aposentado, carioca e, para completar, a aparência de atleta e o corpo bronzeado despertaram nela um antigo e adormecido desejo. Conheceram-se e perceberam que tinham muito em comum, conversas online se tornaram constantes, deixando seu mundo mais leve e colorido.

Helô nos últimos meses se sentia mais bonita, começou a prestar atenção no seu corpo, na sua alimentação, e o ritmo de suas músicas também mudou de tom. Os vizinhos, um casal de idosos, estranharam e perguntaram se ela estava com visitas, pois estava mais alegre e bonita. Esse comentário fez despertar a ideia de convidá-lo para se hospedar num final de semana em seu apartamento.

Fez cabelo, unha e depilação. Passou no supermercado e comprou *um pinot noir* e chocolates. Passou na rotisseria famosa e pediu um canelone com molho branco. Achou que era uma boa pedida para um jantar numa noite fria de agosto. Passou em frente à floricultura e arrumou nos seus braços um buquê de gardênia.

O interfone tocou 20h30, meia hora antes do esperado. Falou ao zelador que a pessoa podia subir, escovou rapidamente os dentes e o aguardou na porta. Nos seus braços, um espumante e um maço de girassóis; enquanto ela se apresentava com um pretinho básico e salto alto, ele foi de tênis. Sentiu nesse primeiro contato pessoal uma pequena diferença entre os dois. Mas pensou: “Uma mulher depois de muitos anos sem relacionamento pode errar fácil no tema”. Pensou imediatamente no jantar: “Será que vai dar certo?”

Ele entrou e a agarrou com força. Sua empolgação a atraía, mas também a assustava. Pensou: “Ofereço álcool gel? Peço para tirar os calçados?” Mas essas perguntas se perderam com a explosão do espumante e seu grito de comemoração.

Depois do espumante, o *pinot noir*, depois um whisky que estava na adega há anos. O canelone ficou esquecido.

No dia seguinte, completamente enjoada, foi se olhar no espelho, viu umas duas manchas vermelhas no seu braço e uma roxa no pescoço. Ele havia saído quando Inês ainda estava dormindo. Esperou ele para o café da manhã, para o almoço, resolveu então comer o jantar de ontem.

O celular, ele não atendia. Ficou preocupada, mas acabou pegando no sono no sofá da sala. Acordou às 5h30 com o interfone tocando, mandou subir. Ele trouxe um espumante nos braços, a puxou pela cintura e gritou “Viva”, estourando um outro espumante.

Nessa noite, estava mais sóbria e pôde perceber sua agressividade. Ele sentia prazer em bater, e ela vergonha em ter se envolvido com uma pessoa desse jeito, apaixonando-se e não sabendo dizer a ele que não gostava dessas coisas.

No dia seguinte, olhando no espelho, localizou outras marcas, cobriu-as com um cachecol de lã. Colocou sua máscara e saiu para comprar pão na padaria da esquina. Enquanto caminhava pela fria General Jardim, pensava na vergonha que sentia de si, das marcas deixadas no seu corpo.

Chegou em casa, o cheiro de café trazia um aconchego, assim como o seu abraço. De repente Inês se esqueceu da noite anterior e viu no parceiro uma pessoa confiável. Leram juntos o jornal e comentaram sobre a notícia de que as mortes pela Covid-19 estavam diminuindo, quem sabe tudo agora poderia ser diferente, pensou ela.

Terezas, Anas e Marias

As personagens Tereza, Ana e Maria Heloísa são fictícias, mas suas histórias se repetem em muitas casas. Algumas características dessas três mulheres, como a aceitação da situação em que se encontram esperando por dias melhores, podem ser relacionadas a um processo de uma longa construção histórica e social.

Desde criança, as meninas são ensinadas a serem delicadas, cuidadosas e vaidosas. Brincar com bonecas e desempenhar atividades atreladas ao cuidado doméstico são práticas enraizadas na estrutura do feminino e, embora sejam brincadeiras, fazem parte de processo de construção social, fixando-lhes uma identidade. Percebe-se, então, uma educação específica para as mulheres que destaca as características como próprias do feminino, questões que dizem respeito ao papel da mulher dentro do lar, como mãe e esposa.

Além da educação, podem-se perceber outros discursos que enlaçam a fabricação do comportamento feminino, como a religiosidade e a sua sexualidade. Assim, pode-se observar um enquadramento do feminino nas molduras dos discursos, que, concomitantemente, exercem uma função despolitizadora, fazendo

com que a mulher não participe do mundo público e político, uma vez que as práticas femininas estão prescritas no espaço doméstico e, conseqüentemente, privado.

Numa dicotomia, esse processo de construção social pode ser pensado entre os gêneros masculino e feminino. Enquanto que as características femininas estiveram ligadas à emoção e ao recato, por outro lado, a construção da masculinidade foi demarcada pela ação, virilidade e força. Todo esse posicionamento trouxe conseqüências pesadas tanto para o feminino como para o masculino. Dessa forma, pode-se perceber a formação de dois mundos: um de dominação, externo e produtor; e outro de submissão, interno e reproduzidor.

Muitas mulheres ainda hoje sofrem influências dessa enraizada estrutura, mas cabe aqui destacar que esse modelo serviu de base para a edição do Código Civil de 1916. Com essa legislação consolidava-se a dependência da mulher ao marido, já que a esposa não poderia sem a autorização do marido ser curadora. Também não lhe era permitido exercer uma profissão nem adquirir obrigações. Ao homem era dado o pátrio poder e, conseqüentemente, o direito de administração legal dos bens dos filhos, sendo inerente ao pátrio poder o direito de usufruto desses bens. Desse modo, é possível perceber um processo de normatização da inferioridade feminina que, além de transformá-la em um ser dependente, colocava-a também como incapaz.

Estava presente no Código Civil de 1916 que o homem poderia pedir a anulação do casamento, no prazo de dez dias, contados da data da sua realização, se a sua esposa apresentasse “defeito”, legitimando à defesa que a preservação da virgindade feminina significava sobretudo a honra do pai e do marido.

O Código Civil de 1916 manteve, assim, a marca da superioridade do *pater familias*, do patriarca. O artigo 233 deixava evidente a posição do marido como o chefe da sociedade conjugal, cabendo-lhe a representação legal da família, a manutenção do lar, o direito de fixar domicílio, bem como a autorização da profissão e a administração dos bens da mulher.

O Código Penal de 1940, que teve a sua origem na Era Vargas, ao tratar “dos crimes contra os costumes”, utiliza o termo “honesta” como uma mulher do lar, obediente e fiel ao marido. Logo, os artigos da lei penal que se referiam às mulheres “honestas” excluíam da proteção jurisdicional aquelas que possuísem um comportamento sexual “liberal”, as prostitutas e as adúlteras.

Ainda, “dos crimes contra os costumes”, o artigo 217 protegia a virgindade. O jurista Nelson Hungria sustentava a impossibilidade de o marido cometer crime de estupro contra a própria esposa, pois, para o jurista, o homem casado teria o direito de exigir que a mulher tivesse conjunção carnal com ele, tendo em vista que era uma das

obrigações do casamento. Nesse sentido, para a doutrina clássica, “o marido que constrangesse a esposa, mediante violência ou grave ameaça, a ter com ele relação sexual, estaria acobertado pela excludente de ilicitude do exercício regular de seu direito” (NUCCI, 2002).

Com isso, podemos perceber que o discurso civil e penal reforça a construção discursiva sobre as mulheres e também sobre o corpo feminino, permitindo formas de controle, que, por sua vez, podem ser tratadas como formas de violência. Desse modo, as leis civis e penais estimularam e ainda estimulam uma ideologia machista vinda do patriarcalismo que faz com que indivíduos defendam, em pleno século XXI, a subjugação da mulher, em nome de um modelo de família patriarcal e violento.

Por tudo que foi exposto, podemos compreender que os nossos legisladores e intérpretes, ao construir e interpretar os textos jurídicos, reproduziram uma ideologia violenta, estimulando uma cultura extremamente misógina, positivando a inferioridade feminina na relação com o masculino.

Cabe destacar que apenas em 2006 a violência doméstica foi reconhecida como crime, após a implementação da Lei Maria da Penha. A lei não está relacionada apenas a agressão física, mas também a ameaça, calúnia, dano, difamação, estupro consumado, tentativa de estupro, injúria, lesão corporal, tentativa de feminicídio e feminicídio.

Ações que buscam a escuta

No dia 22 de setembro de 2006 entrou em vigor a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria Penha. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer atentado com arma de fogo, em 1983. O marido de Maria da Penha ainda tentou matá-la por meio de afogamento e eletrocussão, e só foi punido depois de 19 anos de julgamento, ficando apenas dois anos em regime fechado.

A Lei Maria da Penha altera o Código Penal e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico e familiar sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Com essa medida, os agressores não podem mais ser punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas básicas, como era usual. A lei também aumenta o tempo de detenção de um para três anos, estabelecendo ainda medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade com a mulher agredida e os filhos. (SENADO NOTÍCIAS, s/d)

Segundo o Instituto Maria da Penha, a lei também tipifica como crime cinco tipos de violência:

- Física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal. Exemplo: tapa, soco, chute, empurrão, atirar objetos, apertar e sacudir membros, sufocamento, lesão com objeto perfurante, ferimentos provocados por objeto quente, arma de fogo, etc
- Psicológica: conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima por meio de ações que visam degradar a pessoa ou controlar comportamentos, crenças e decisões. Exemplo: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, ridicularização, insultos, chantagem, distorcer e omitir fatos para deixar a mulher com dúvida de sua memória e sanidade, etc
- Sexual: caracteriza-se por obrigar a vítima a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada. Induzir a comercializar a sua sexualidade, impedir o uso de método contraceptivo ou forçar gravidez. Exemplo: sexo não consensual, exigir práticas sexuais que causem desconforto ou repulsa, etc
- Patrimonial: retenção ou subtração de recursos econômicos, destruição parcial ou total de objetos e documentos pessoais, instrumentos de trabalho e bens. Exemplo: controlar o dinheiro, confiscar cartão de crédito, não dar acesso aos recursos econômicos que suprem as necessidades básicas, não deixar trabalhar, etc
- Moral: conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Exemplo: expor a vida íntima, disseminar críticas que desvalorizem a vítima, rebaixar por meio de xingamentos que incidem sobre a índole, acusação de fatos que atentam contra a honra e a reputação de alguém, com a intenção de torná-lo passível de descrédito na opinião pública, etc (INSTITUTO MARIA DA PENHA, s/d)

Fundado em 2009, com sede em Fortaleza e representação em Recife, o Instituto Maria da Penha (IMP) é uma organização não governamental sem fins lucrativos. O papel da entidade é estimular e contribuir para a aplicação integral da lei, bem como monitorar a implementação e o desenvolvimento das melhores práticas e políticas públicas para o seu cumprimento, promovendo a construção de uma sociedade sem violência doméstica e familiar contra a mulher. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, s/d)

Dessa forma, o Instituto Maria da Penha (IMP) visa:

Promover e apoiar ações sociais que elevem o nível de qualidade da vida física, emocional e intelectual das mulheres.

Contribuir para diminuir as ações de indiferença, banalização e omissão nas questões de gênero, as quais reforcem a cultura da violência contra a mulher.

Desenvolver um trabalho estratégico de conscientização sobre os conceitos ligados à cultura de gênero e violência sexista, bem como incentivar o debate para promoção de investimento social capaz de garantir os direitos de cidadania, justiça, trabalho, emprego e geração de renda da mulher e da família. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, s/d)

Diante das inúmeras questões que surgem no debate público, o IMP busca a aplicabilidade da Lei n. 11.340/2006 e o avanço das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, além de evitar retrocessos em relação aos direitos já conquistados. O instituto ainda funciona como espaço de pesquisa, publica boletins

de dados sobre violência contra a mulher, atua na promoção de cursos e também em programas educacionais. Além dos projetos destacados, o IMP promove workshops, consultorias, cursos de capacitação e palestras que visam levar a empresas, instituições públicas e à sociedade em geral um conteúdo abrangente sobre a Lei Maria da Penha, bem como mecanismos importantes para prevenir, enfrentar e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Esta parte do trabalho, além da divulgação de dados, tem também a pretensão de apresentar formas de denúncia. Leitores que estejam passando por alguma das violências descritas ou que conheçam alguém que esteja podem fazer a denúncia das seguintes formas:

- De modo virtual, mediante o Boletim Eletrônico de Ocorrência, com campo específico para a violência doméstica. Para acessá-lo, busque por Boletim Eletrônico de Ocorrência + o nome do seu estado em um buscador online. (SENADO NOTÍCIAS, s/d)
- Ainda é possível acessar o site www.humanizaredes.gov.br e fazer a sua denúncia virtualmente através da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Ela pode ser feita de forma anônima.
- De forma presencial, nas delegacias da mulher ou em qualquer delegacia de polícia.
- Por meio de ligação telefônica para o número 180, um serviço de denúncias de violência doméstica e familiar e orientação das vítimas. As ligações são gratuitas e confidenciais; a Central funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil através de telefone fixo ou celular.
- O Ligue 190 está disponível de forma gratuita em todo o território nacional para acionar emergência policial.

Além desses canais oficiais, há também várias iniciativas privadas que procuram facilitar a queixa.

Considerações finais

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
[...]
Mão, cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de moa? Jamé, mané!

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
(Douglas Germano, *Maria da Vila Matilde*, 2015)

A canção de Douglas Germano, *Maria da Vila Matilde*, ganha voz na interpretação de Elza Soares, contestando vários ditados populares. “Mulher gosta de apanhar” – Percebe-se através da construção narrativa que muitas mulheres passam muito tempo protelando a denúncia das violências em nome da família e dos filhos. Como foi aqui demonstrado, houve todo um processo de construção histórica e social que delimitou o espaço da casa como reservado para as mulheres.

“Em briga de marido e mulher não se mete a colher” – Em desacordo com a expressão, é necessário não se calar quando a violência existe em uma relação. Todavia, vizinhos, parentes e amigos muitas vezes não interferem na briga alheia, pois o lar foi construído socialmente como um espaço de sacralização, e nele a família se institui como nuclear.

“Roupa suja se lava em casa” – Também se percebe a importância do espaço privado como um lugar a ser preservado e reservado dos olhares estranhos à família.

Além desses preceitos populares, há também vários mitos que devem ser quebrados para se entender que a violência doméstica atinge indistintamente várias classes sociais. “A violência doméstica só acontece em famílias de baixa renda e pouca instrução”: segundo o Instituto Maria da Penha, a violência doméstica é um fenômeno que não distingue classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade ou grau de escolaridade. Todos os dias somos impactados por notícias de mulheres que foram assassinadas por seus companheiros ou ex-parceiros. Na maioria dos casos, elas já vinham sofrendo diversos tipos de violência há algum tempo, mas a situação só chega ao conhecimento de outras pessoas quando as agressões crescem a ponto de culminar no feminicídio. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, s/d)

Nesse sentido, este artigo buscou mostrar que o espaço privado deve ser politizado no sentido de se ter consciência de direitos e experiências relativas a esse âmbito que foram sistematicamente apagados, silenciados. É preciso mostrar e ouvir essas vozes para desnaturalizar essas formas de violência.

REFERÊNCIAS

AGACINSKI, Sylviane. **Política dos sexos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BELEZA, Teresa. **Direito das mulheres e da igualdade social:** a construção jurídica das relações de gênero - Uma proposta de estudo e de ensino. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Código Civil de 1916**. Rio de Janeiro, 1º jan. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm>. Acesso em: 08/11/2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In: COSTA, A.; BRUSCHIN, C. (Orgs.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOPPER, Edward. **Night Windows**. 1928. Pintura, óleo sobre tela, 86.36 x 73.66 cm. Disponível em: <<http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/7408>>.

_____. **Room in Brooklyn**. 1932. Pintura, óleo sobre tela, 68.36 x 73.98 cm. Disponível em: <<http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/7432>>.

_____. **Morning Sun**. 1952. Pintura, óleo sobre tela, 101.98 x 71.5 cm. Disponível em: <<https://www.wikiart.org/en/edward-hopper/morning-sun>>.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/>>. Acesso em: 10/11/2020.

LASCH, Christoper. **A mulher e a vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Por uma história das mulheres**. Bauru: Edusc, 2000.

MORAES, Mirtes de. **Tramas de um Destino: Maternidade e Aleitamento - São Paulo, 1899-1930**. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, 2005.

NUCCI, Guilherme Souza. **Código Penal comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NUNES, S. A. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <www.humanizaredes.gov.br>.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Z. L. da **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995.

SAFFIOTTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2010.

SCOTT, J. “História das Mulheres”. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1994.

SENADO NOTÍCIAS. Lei Maria da Penha. s/d. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 09/11/2020.

Território e trabalho: paradoxos na pandemia

Jane Botelho Fernandez²⁵

*“No princípio, Deus criou os céus e a terra”
(Gênesis 1:1)*

Nos últimos meses testemunhamos um acontecimento sem precedentes e que tem abalado as esferas da natureza humana e o ecossistema mundial. Algumas pessoas que já estavam em busca de um sentido de vida entraram em alerta, e a Covid-19 nos obriga a refletir sobre o que é essencial. Partindo disso, surge um questionamento: O vírus já é resultado dos efeitos que o nosso “trabalho” provoca nas esferas humanas e na natureza?

Este capítulo focará particularmente nas influências da pandemia nos territórios relacionados ao trabalho. Para isso, podemos revisitar o momento inicial, quando foi noticiado, em novembro de 2019, um vírus encontrado na China denominado Coronavírus. O primeiro caso desse novo vírus no Brasil foi confirmado no ano seguinte: um homem vindo da Itália testou positivo, e a notícia foi dada na quarta-feira de cinzas de 2020. Era o fim de mais um carnaval, que certamente será lembrado pela mudança de clima em todo o país, responsável por marcar o início de um período que se estende até os dias de hoje. Muita apreensão e tristeza caracterizam o momento atual, e o carnaval nunca pareceu tão longe tamanha a falta de perspectivas diante das incertezas quanto à existência de uma vacina em 2021.

Desde então, temos sentido, direta ou indiretamente, o que significa uma pandemia, e como o território do trabalho está sendo afetado. Segundo cientistas e pesquisadores, as consequências perpetuarão nas próximas décadas.

Trabalhar na organização deste livro tem sido uma realização pessoal e uma produção coletiva, pautada na realização de encontros em território virtual através do *home office*. Essa experiência tem liderado as relações de trabalho, principalmente com o atravessamento da pandemia, em que o isolamento social e as restrições de contato se fazem extremamente necessárias para a diminuição do contágio. Na primavera de 2020 a triste notícia da OMS é que já temos mais de um milhão de mortes no mundo causadas pela Covid-19. Todavia, fica registrado também que em todo o mundo temos notícias de que a humanidade tem

²⁵ Doutoranda e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Psicóloga, licenciatura/bacharelado, clínica psicanalítica. Membro plena do Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos - CPPC. Focalizadora em Dança Circular Sagrada. Pesquisadora CNPq, do Grupo de História, Cultura e Mídias. Formação em curso “Crise e Sofrimento” - Unifesp. E-mail: janebfz@terra.com.br

experienciado e publicado narrativas de superação. Através da literatura, da arte e da poesia, o homem reflete sobre o seu tempo:

A poesia é esse movimento do olhar para trás operado do poema e, portanto, um olhar para o não-vivido, tal como a vida do contemporâneo. O voltar para trás, suspender o passo, ver o escuro na luz, entrever um limiar inapreensível entre um ainda não e um não mais e compreender a modernidade como imemorial e pré-histórico são algumas das fraturas, das cisões no tempo com as quais o sujeito, o poeta, tem que lidar. (AGAMBEN, 2009, p. 20)

Ao refletir sobre esse tempo, permanecemos aqui, escrevendo, decidindo continuar com a “arte” de pesquisar, realizar atendimentos, participar remotamente dos cursos, dando continuidade ao trabalho das mais diferentes formas, buscando alternativas até já existentes, mas agora imprescindíveis para a realização de algumas atividades.

Dessa forma, é preciso atentar para as próprias ações, tomando bastante cuidado para não regredir nessa luta de poder, em que poucos – diria até muito poucos – se beneficiam financeiramente em detrimento do trabalho de muitos. É hora de construirmos projetos de resistência, pensar na conquista do valor do nosso trabalho, e não apenas servir à lógica do capital. Acredito que em muitos territórios estão sendo desenvolvidos projetos que envolvem as pessoas e as fazem recuperar a noção do valor de seu trabalho. A práxis das rodas de conversa, o compartilhar das necessidades, pode ser uma experiência muito eficaz a fim de acharmos caminhos para contar nossas histórias de maneira que nos faça mais fortes.

Dar continuidade ao pragmático se tornou uma ação preventiva de saúde mental, que pode servir como uma forma de compensar as fraturas e cisões que atualmente estamos passando, ou seja, a busca por encontrar sentido de vida diante de uma realidade que não podemos alterar. O sistema atual está fazendo muito mal às pessoas, por isso proponho a abertura de um espaço em nossas mentes e corações para ouvir a voz que não se cala e considerar que esse sistema que faz tão mal para pessoas existe desde a origem da humanidade.

Um sistema de opressão e desumano não é uma característica ocidental atual, porém, com o aceleração provocado desde a globalização e atualmente pelo mundo virtual e pela pandemia, o sistema parece uma bomba nuclear se compararmos o seu alcance e a destruição em massa. As mazelas e fraquezas humanas tendem a ser tratadas como um “volumoso estado atual de desagregação”, e de fato pode ser que exista um acúmulo de horror chegando mais rapidamente em nossas casas, trabalhos e mentes, afetando individualmente e coletivamente cada um de nós. O curioso é que

é exatamente assim que o vírus sobrevive e se prolifera: o novo coronavírus entra pelas vias respiratórias e ao sair contamina o outro. Não é isso que acontece nas entranhas inflamadas do ser humano, o que sai de dentro é o que contamina? Espero que essa reflexão possa repercutir e reverberar a ponto de provocar uma revolução, individual e coletiva, nos cuidados e nas prevenções das nossas “contaminações”, como também nos efeitos delas sobre si e sobre os que estão mais próximos.

Ademais, é importante lembrar que sempre existiu um outro sistema que influencia os humanos e que é capaz de produzir o oposto: a unidade, a fraternidade, a evolução pessoal ligadas aos sistemas privados e do Estado. Acreditar que existe um Soberano que nos influencia para o bem não faz mal a ninguém, tendo sempre cuidado com as restrições excludentes e nada produtivas das ideias binárias, pois os processos, humanos e da natureza, estão em constante transformação. Saber que essas transformações estão acontecendo pode fortalecer pessoas, laços, comunidades, tornando a sociedade mais rica no que diz respeito aos valores humanos e materiais em todos seus aspectos. Vários teóricos e pesquisadores apontam para o diálogo como uma ferramenta de transformação das adversidades em apenas diversidades, buscando unidade no que é essencial, respeitando as diferenças e mantendo o amor.

Todavia, o trabalho para ser feito com amor e dedicação requer cuidados com a mente e o corpo. Não basta uma assistência só de médicos para possíveis doenças físicas, é preciso cuidar da mente e da alma também. É um equívoco do Estado, das empresas e mais terrível ainda do próprio trabalhador buscar somente saúde física. O território “trabalho” é o resultado das subjetividades de pessoas e de grupos que ali convivem, sendo a atmosfera uma construção coletiva que afeta toda a sociedade. A práxis das clínicas públicas de Freud em 1918 pode ser um modelo para a atualidade, pois é notório o quanto se considerava relevante e sério o tratamento das emoções de todas as pessoas, independentemente de classe social.

É preciso prever que a consciência da sociedade irá se despertar, e fará com que se lembre que o pobre deve ter tanto direito à assistência para a sua mente quanto dispõe agora do auxílio oferecido pela cirurgia a fim de salvar a sua vida, de que a neurose ameaça à saúde pública não menos que a tuberculose, e tampouco podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. [...] de forma que homens que de outra forma cederiam a bebida, mulheres que sucumbiram sob o peso de suas privações, crianças para as quais não há escolha a não ser se converterem em selvagens ou em neuróticas, possam se tornar capazes, por meio da análise, de resistência e de trabalho eficiente. Tais tratamentos serão gratuitos. (FREUD, 1918, p. 299, apud DANTO, 2019, p. 9)

Cem anos após essa constatação, estamos aqui lutando para que essa assistência seja ampliada a pessoas das mais diversas áreas de trabalho; que elas tenham a oportunidade e compreendam a responsabilidade social de refletir sobre as próprias vidas. Para além disso, que o sistema atual que marginaliza alguns trabalhadores e não se responsabiliza pelo cuidado seja combatido e enfraquecido em nosso país.

Adam Smith, filósofo e economista que viveu no século XVIII, publicou em 1759 “A Teoria dos Sentimentos Morais”, e seguiu fazendo revisões até o seu falecimento. Apesar de “A Riqueza das Nações” ser considerada a obra mais influente de Smith, ele também considerava “A Teoria dos Sentimentos Morais” uma obra superior. Nela o filósofo examina criticamente o pensamento moral do seu tempo e sugere que a consciência surge das relações sociais. A partir dessa obra, ele visa explicar a origem da capacidade da humanidade em formar juízos morais, apesar da tendência dos homens ao autointeresse. Smith propõe uma teoria da simpatia, em que o ato de se imaginar no lugar dos outros torna as pessoas conscientes de si e da moralidade de seu comportamento.

Esse é um exemplo de teoria que escutamos e sobre a qual falamos que está na hora de colocarmos em prática, juntamente com a força da criatividade. Podemos aproveitar o momento atual para vivermos ações criativas munidas de otimismo. Acreditar no futuro é a obra-prima da alma de um educador, médico, engenheiro, sapateiro, manicure ou dona de casa. Talvez como nunca visto, vem à tona a visibilidade do “homem ordinário”, fazendo dos garis, catadores de lixo, personagens importantíssimos na pandemia, tendo em vista que em alguns momentos só eles transitavam pelas ruas das maiores cidades do mundo, merecendo a consideração de toda a sociedade. “Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminado. Andarilho inumerável” (CERTEAU, 1998, p. 28)

Diante da atual realidade imposta pela pandemia, meses depois, é sentido um mal-estar global, presente e persistente. Estamos como que assistindo “A ultrapassagem das especialidades pela banalidade, e a recondução do saber a seu pressuposto geral: não sei nada de sério. Sou como todo mundo” (CERTEAU, 1998, p. 63).

Definidamente o vírus iguala a todos sem distinção de cor e classe social. Diferentemente das “leis” da sociedade, que insistem nas diferenças para a manutenção de toda forma de opressão aos mais fracos e vulneráveis, levando a maioria da população mundial, em maior ou menor escala, a vivenciar um destino comum: ser ludibriada, frustrada e forçada a um trabalho cansativo e inútil. Entretanto, sempre existiu e existirá um número de pessoas que são os **pensadores**, esses que pensam e elaboram a dor de forma

diferente. Os artistas, pessoas capazes de transformar tragédias do cotidiano em música, dança, obras de artes, como temos visto durante toda a pandemia.

Ademais, as técnicas terapêuticas em geral também podem contribuir, promovendo a resiliência e o ressignificar na elaboração do trauma atual. O processo terapêutico se faz necessário e oportuno na condução da sociedade e do legado que deixaremos. Vivemos em uma sociedade cheia de contradições, temos os que fracassam ao triunfar, as patologias da mente e as sociopatologias, e no meio disso tudo seguimos em busca de ambientes mais arejados. Evidencia-se, assim, como todos temos em comum a necessidade inerente de uma busca interior, visando uma experiência de transformação e aperfeiçoamento existencial. Dessa forma, como no mundo entre as guerras, hoje também é preciso que todos tenham acesso a territórios que favoreçam essa experiência: ambientes menos tóxicos e mais arejados.

Foi essa visão de Freud, desde a origem da psicanálise, que a tornou uma ferramenta de trabalho promissora para toda a população, mas, como muitas outras informações, o que chegou ao Brasil e infelizmente permanece até hoje é a elitização do processo de análise, ou seja, é acessível para poucos. Todavia, essa realidade vai de encontro à verdade da psicanálise, e por isso espero que a pandemia possibilite a visibilidade desse trabalho realizado por muitos colegas em suas clínicas, que visam tornar as pessoas mais produtivas e saudáveis.

“Entre 1918 e 1938, a psicanálise não era um tratamento inacessível aos trabalhadores, não estava rigidamente estruturada, nem se prolongava excessivamente.” (DANTO, 2019, p. XXX). Pelo contrário, a obra de Elizabeth Ann Danto “As clínicas públicas de Freud (Psicanálise e justiça)” evidencia que na mesma sala de atendimento encontravam-se o indigente, os estudantes, os elitistas, os professores de escola pública, os agricultores, as empregadas domésticas, os artesões e os operários.

A natureza relativamente descontraída dessa troca combinada com a mentalidade aberta da cultura política entre guerras, marcava uma pauta que possibilitava a pessoas de mundos sociais totalmente opostos se encontrarem na sala de espera de um psicanalista. (DANTO, 2019, p. XXXI)

Cabe lembrar que, assim como a pandemia atravessa a humanidade atualmente, o texto citado sobre as clínicas públicas do Freud se refere aos anos próximos da Segunda Guerra Mundial, quando esses trabalhadores clínicos foram emergidos pelo

holocausto e suas clínicas passaram inclusive a ser territórios de nazistas, o que obrigou dezenas de psicanalistas judeus a fugirem, como registrado no capítulo “Psicanálise Social” desse mesmo livro. Assim como pessoas, as clínicas que sobreviveram partiram em busca de seus propósitos e sentido de vida.

A Logoterapia, criada por Viktor E. Frankl, psiquiatra judeu sobrevivente do holocausto, é também um exemplo de resiliência, um legado em que o amor e a crença em um propósito sagrado prevaleceram. São trabalhos que ofereceram alternativas iluminadas em meio a tensas trevas da época e que chegam até nós, neste tempo de pandemia. Tempo sombrio, que tem acelerado muitos processos relacionados ao território e ao trabalho, agregando aliados que colaboram tanto para o bem como para o mal dos trabalhadores. Afinal, a notícia hoje é que: o futuro do trabalho chegou! Dessa forma, com a pandemia, houve um aceleração do cenário em que milhões de empregos são exterminados e outros são criados e intensificados no mercado. A característica fundamental dos trabalhadores pós-Covid consiste em pessoas ***mais criativas, flexíveis e com pensamento analítico.***

Ademais, acredito que propor reflexões que contemplem diferentes leituras, inclusive as Escrituras, sobre valores que realmente importam para uma vida de qualidade, mais criativa, flexível e capacitando um pensamento analítico pode auxiliar na pragmática de todo trabalhador. A partir desse despertamento que a pandemia provoca, tem sido possível dar importância ao que realmente é essencial. Buscar ter consciência de que Deus existe e de que essa verdade não diminui o Homem, pelo contrário, pode dar a ele um sentido eterno.

Desde o Renascimento, Deus se retirou do mundo e a escritura não é mais a intérprete do sentido oculto da sua Palavra. Assim ela se tornou a grande fabricante, a fonte de todo poder. (CERTEAU, 1998, p. 32)

Encontraremos inspiração e resgate em lindas obras de arte como esta, que deve ser analisada dando uma atenção especial para o primeiro painel, da direita para a esquerda, que representa a luz sendo separada das trevas; o segundo, que retrata a criação do sol, da lua e dos planetas; e o terceiro, que representa a terra sendo separada do mar. O trabalho de Michelangelo inclui elementos pintados à semelhança de itens arquitetônicos reais, sendo uma obra-prima em alusão à criação. O criador é um gênio a nos inspirar.



O teto da Capela Sistina. Afresco, 1508-1512.

A obra nos remete à epígrafe deste capítulo, que aborda a criação dos céus e da terra. Poder investigar e apreciar uma obra como essa no computador de casa, e quase nos transportar para aquele tempo, nos convida a imaginar como ela foi sendo construída ao longo dos anos, possivelmente anos marcados por tensão, sofrimento e realização vividos por Michelangelo. Essa perspectiva contribui para um despertar sobre o nosso trabalho, que pode ser realizado com muita dedicação e perseverança, como se fosse nossa própria obra de arte. Convida-nos ainda a comparar textos seculares e sagrados e observar o que permanece, tendo consciência de que atualmente é preciso perguntar: em que mundo estou? Indo além, o que será do mundo pós-Covid? E depois de questionar, sair em busca de resoluções diante das diversidades e adversidades que a realidade coloca.

Segundo a neurociência, muitas vezes não conseguimos lembrar das palavras ouvidas até de amigos, mas o sentimento que sentimos pode ser lembrado de imediato. Ou seja, nossos sentimentos têm memória. Essas lembranças são importantes para nossa saúde emocional, interferindo no nosso cognitivo e, consequentemente, em nossa produtividade. Dessa forma, nosso trabalho será muito mais produtivo se os sentimentos bons prevalecerem em si e para com amigos. É essencial as amizades no trabalho e nos territórios que habitamos, muito mais agora, quando tudo está tão sensível, fortalecer vínculos dentro de uma comunidade em que a política seja a amizade pode trazer um sentido existencial.

[...] o texto aristotélico fala de equivalências, por assim dizer, sensitivas entre ser e viver, entre um sentir-se existir e sentir-se viver. Com uma leitura e tradução muito próprias, Agamben diz: nessa sensação de existir insiste uma outra sensação, especificamente humana, que tem a forma de um com-sentir (*synaisthanesthai*) a existência do amigo. A amizade é a instância desse com-sentimento da existência do amigo no sentimento da existência própria. Mas isso significa que a amizade tem um estatuto ontológico e, ao mesmo tempo, político. A sensação do ser é, de fato,

já sempre dividida e com-dividida, e amizade nomeia essa divisibilidade.
(AGAMBEN, 2009, p. 15-16)

Todavia, como cultivar laços de amizade se ninguém tem tempo? O que presenciamos logo nos primeiros meses de confinamento em virtude da pandemia foi uma alteração radical da rotina. Uma revolução autêntica estava acontecendo não visando apenas mudar o mundo, mas antes mudar a experiência do tempo (AGAMBEN, 2009). Tempo esse em que coexistir exige uma nova forma de lidar com o território do trabalho e com a vida afetiva, no caso, as amizades. Cabe lembrar que, numa visão ontológica, vitórias e realizações podem ter outra lógica, pois o sucesso não precisa ser somente resultado de bens materiais. Lutas e sofrimentos gerados por uma missão em que amigos se comprometem a viver e morrer por uma causa e têm seu trabalho reconhecido, apreciado e valorizado pode significar sucesso. Considerando que, para atingir a libertação de forma integral de pessoas e comunidades, muitas vezes são necessários sacrifícios e amor incondicional, como no caso de um trabalho permeado de resistência diante do racismo, ideologias e de sistemas demoníacos.

A obra de arte a seguir pode ser interpretada como retrato de um trabalho em que a cumplicidade fica como legado de uma amizade que se eternizou.



Encontro dos apóstolos Pedro e Paulo na entrada do martírio, de Giovanni Serodine, séc. XVII. Galeria Nacional de Arte Antiga em Roma.

Sempre me pareceu que esse quadro continha uma perfeita alegoria da amizade. O que é, de fato, a amizade senão uma proximidade tal que dela não é possível fazer nem uma representação, nem um conceito? Reconhecer alguém como amigo significa não poder reconhecê-lo como algo. (AGAMBEN, 2009, p. 84)

Neste capítulo a ênfase consiste em refletir se a pandemia poderá ser um dispositivo para tal revolução, em que o ontológico, a amizade, a política e a arte façam a diferença diante dos paradoxos

estabelecidos. Considerando que paradoxos são para serem vividos, e não compreendidos, podemos auxiliar pessoas para que diante dos paradoxos elas sejam capazes de vivenciá-los e transformá-los em aprendizado.

Dessa forma, como lidar com tantas injustiças, desde sempre existentes na humanidade? “Como ser justo numa sociedade injusta?”, já questionava Platão. Para contextualizar o tema trabalhado e suas potencialidades no combate à injustiças, segue um breve resumo da aula ministrada – através de uma *live* – pela Dr. Úrsula Elin Huws²⁶, professora e pesquisadora que tem se dedicado nos últimos anos a pensar, escrever e ensinar sobre trabalho. Tive a oportunidade de conhecê-la em um encontro virtual realizado no mês de agosto de 2020, pelo grupo de formação do curso “Crise e Sofrimento”, uma parceria entre a USP e a UNIFESP.

Foi emocionante ouvir a Professora Úrsula iniciar sua fala expressando seu sentimento de preocupação por nós trabalhadores brasileiros, que, além da pandemia, estamos lidando com uma onda de corrupção e confusão. Como se não bastasse ter de lidar com as nossas impotências diante de um vírus que não escolhe classe social e posição familiar, temos de ouvir diariamente sobre atitudes de um governo que tem desgovernado o país. Úrsula também expressou sua admiração pelo trabalhador brasileiro, destacando sua alegria nata, sua garra e criatividade para superar todo esse sofrimento. Por isso, ela acredita que podemos nos tornar uma sociedade mais forte, mais humana e mais ecológica, mesmo diante das complexidades do território brasileiro.

Entretanto, é interessante refletirmos sobre como o trabalho é uma palavra com duplo significado, podendo estar relacionado tanto a algo pesado como à criatividade. Percebe-se, assim, dois aspectos conflitantes entre si e que agem ao mesmo tempo.

Partindo disso, é necessário evidenciar uma fusão que o capitalismo acelera chamada de mais-valia: o que se produz é tirado da pessoa para gerar lucro. Entretanto, por outro lado, há também a realização que o trabalho fornece à pessoa. Essa divisão do trabalho está expressa na questão do trabalho mental e do trabalho corporal. Talvez, muito tempo atrás, a alienação se desse devido ao fato de os trabalhadores usarem apenas o aspecto físico. Hoje, pesquisadores, acadêmicos e trabalhadores são proletarizados,

²⁶ Úrsula Elin Huws é professora de Trabalho e Globalização na Universidade de Hertfordshire, no Reino Unido. Tem pesquisado os impactos econômicos e sociais da mudança tecnológica, a reestruturação do emprego e a mudança na divisão internacional do trabalho desde os anos 1970. Dirigiu muitos projetos de pesquisa interdisciplinares internacionais e é editora da revista interdisciplinar revisada por pares *Work Organization, Labor and Globalization*. Seu trabalho apareceu em tradução em vários idiomas. Atualmente, realiza pesquisas sobre o trabalho na economia de plataforma na Europa. Seu livro mais recente é “Labor in Contemporary Capitalism: What Next?”, publicado pela Palgrave Macmillan, em 2019.

evidenciando o quão interessante para o capitalismo é o sujeito contemporâneo. O sistema precisa de todas as categorias de trabalhadores, principalmente os capazes de produzir novidades, caracterizados como trabalhadores criativos. São necessárias pessoas que pensem fora da caixa e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de criticar o trabalho que realizam, pois para pensar fora da caixa uma pessoa precisa ter uma visão global, e isso tende a gerar críticas e riscos ao capitalismo. Dessa forma, a autonomia é encorajada ao mesmo tempo que se tenta controlá-la, num processo simultâneo, regado por questões que suscitam contradições, mas que também possibilitam aos trabalhadores dizerem *não*.

Ademais, existem algumas características que diferem o trabalho criativo, sendo a primeira delas a necessidade de identificação, por parte do trabalhador, com o que se produz. É válido ainda destacar as seguintes idiossincrasias: esses trabalhadores desejam produzir valor de uso; possuem uma ideologia consciente e tomam decisões éticas como resposta a essa ideologia; podem inclusive se recusar a produzir algo que gere danos a outras pessoas. Os trabalhadores com essas características criativas são remunerados, ganham reconhecimento e são pagos por determinada ideia. Esse processo cria tensões e competições, mas também colaboração entre eles. Seguem algumas categorias em que trabalhadores criativos servem ao capitalismo:

- trabalhador científico, que através da extração do conhecimento consegue fazer acumulação primitiva – por exemplo, biólogos que estudam as plantas e a partir de pesquisas produzem substâncias que produzem commodities;
- invenção de novas commodities;
- customização e adaptação de produtos e ideias para um novo mercado;
- trabalhadores da indústria cultural, indústria do entretenimento e a produção de conteúdos e de mídias digitais – livros, música;
- pessoas que treinam as próximas gerações de trabalhadores e produzem informação para o público em geral;
- produzir sistemas e processos, incluindo novos sistemas de exploração do trabalhador.

Com as devidas ressalvas, e ainda sem uma noção clara do que permanecerá após a pandemia, ou seja, o que será alterado e o que será exterminado no mercado de trabalho, a realidade é que no trabalho convencional há uma regra simples de relação entre quantidade de trabalho e o que é pago. Já na indústria criativa, há uma tensão entre trabalhador e empregador, e num balanço geral entre capitalismo e trabalho. Encontraremos trabalhadores dispostos a ganhar menos dinheiro em troca de experiência profissional ou

pela experiência de trabalhar com alguém renomado. A relação de trabalho e remuneração pode se dar de várias maneiras, e esses fatores fazem com que a organização desses trabalhadores seja mais difícil, principalmente devido à sua heterogeneidade – por exemplo, um artista que vende sua pintura no mercado, faz um show, um recital ou toca em eventos; ou alguém que é contratado para pequenos trabalhos e recebe por hora ou período para fazer algo específico, como a criação de um site. Quando se é autônomo, há uma disputa maior sobre o produto do trabalho, pois existem diferentes contratos e modelos de organização da hora de trabalho. Dessa forma, fica o questionamento: de quem é a propriedade do produto que é produzido, tendo em vista que não existe um empregador-dono?

Formas diferentes de contrato estão associadas a formas diferentes de controle da autonomia, e cada controle está associado a formas diferentes de resistência. Algumas dessas formas de controle são:

- Controle pessoal - Geralmente está baseado num tipo de controle patriarcal e paternalista, muito comum em sociedades organizadas em casta. Com a decadência das formas tradicionais de trabalho, esse paternalismo vem crescendo, principalmente no mundo do trabalho criativo, em que, mesmo existindo uma pessoa certa para cada tipo de trabalho, fica difícil pleitear uma vaga, afinal uma pessoa indicada pode acabar conseguindo aquele espaço não necessariamente devido às suas habilidades.
- Controle burocrático - Visto em organizações, hospitais e universidades. Sistema ao qual o trabalhador deve se adaptar. A forma de resistir é criando mais leis e regulamentação, o que significa mais burocracia.
- Taylorismo - Modelo de administração científica que surgiu na Revolução Industrial e que visava a otimização do trabalho e máxima produtividade em detrimento do trabalhador. Hoje em dia, a universidade, que parece tão burocrática, está se tornando cada vez mais taylorista, ao transformar a produção de conhecimento em uma atividade mecanizada e esvaziada de sentido, devido à necessidade de se produzir mais em menos tempo. Além disso, considerando o processo histórico das universidades, vimos que, quando foram introduzidos os computadores nas instituições, surgiram diversas formas de doenças ocupacionais. Os sindicatos exigiram, então, que algo fosse feito a respeito, e assim foram incluídas aulas de ginástica e intervalos para evitar essas doenças.

Lembrando que hoje contamos com várias empresas como Netshoes, Mercado Livre, Facebook e Google que oferecem trabalho + diversão, contando com espaço de lazer dentro do

escritório. Porém, o paradoxo é: o que será que existe por trás de todas essas vantagens? Mesmo assim, devemos reconhecer que muitos, ou até a maioria das pessoas trabalhadoras, desejariam trabalhar em um território com essas características.

Nessas formas de controle há diversas estratégias, e o que empodera o trabalhador por um lado o fragiliza por outro. Não obstante, além do controle, é necessário evidenciar algumas tendências de exploração do trabalho: a intensificação do trabalho, que ultrapassa os limites antes impostos por áreas da vida, que se veem invadidas pela laboral; a aceleração do trabalho e intensificação da pressão para que as pessoas sejam atores ativos e funcionais no mercado, advindas tanto do desenvolvimento tecnológico e da globalização como da necessidade de criar produtos; a padronização, ou seja, o processo através do qual se pode descrever como fazer o trabalho – isso torna o trabalhador mais cambiável e as formas de trabalho mais precárias e mais mal remuneradas; e a “plataformização” do trabalho.

Uma pesquisa feita entre 2016 e 2019 em 13 países europeus relata que o número de pessoas trabalhando em plataformas nesse período dobrou, assim como a demanda por esses trabalhos. Isso poderia ser um novo exemplo de exploração da burguesia com o trabalhador, mas há algo muito diferente, pois a própria classe trabalhadora aceita essas plataformas e busca cada vez mais os serviços oferecidos. É um círculo vicioso que se cria: a pessoa trabalha por longas jornadas para sobreviver, e por isso não consegue realizar coisas que fazia antes, como cozinhar, encontrando como saída os *deliveries* de comida em plataformas. Isso faz com que o explorado indiretamente explore outros trabalhadores e faz com que a plataforma aumente. É importante ressaltar que esse processo já estava instalado e cresceu exponencialmente com a chegada e permanência da pandemia.

Os aplicativos (*app*'s) impactam a vida do trabalhador mesmo que de forma imperceptível, influenciando o seu próprio desempenho no trabalho. Um exemplo são os aplicativos que geram avaliações de desempenho e que estão dominando o mercado de trabalho. Eles acabam controlando o trabalhador e o usuário, tornando visível a emergência de uma nova forma de exploração. Os *app*'s obrigam o trabalhador a estar disponível 24 horas à espera de uma mensagem que o chame para um trabalho, tornando obsoleta a comunicação face a face. No lugar disso, tem-se a avaliação objetiva e impessoal, que escancara os preconceitos de quem está avaliando, como mostram as pesquisas: os motoristas negros têm notas menores que os brancos, assim como as professoras negras nas universidades têm notas menores que as brancas.

Outra questão diz respeito às grandes corporações, que já vinham se expandindo e, com a pandemia, expandiram-se ainda

mais. Trabalhos que antes eram feitos por uma pessoa ou por alguém próximo agora são feitos por grandes conglomerados. Infelizmente, existem mercearias e pequenos comércios que não voltarão a abrir, pois perderam espaço para grandes corporações. Cada um desses serviços feitos por plataformas é debitado em 25% no mercado global, indo esse montante diretamente para as grandes corporações sem pagar impostos.

Na sociedade capitalista existe o mito de que tudo se dá no mercado e o Estado seria desnecessário. Entretanto, a pandemia expôs a importância da intervenção do Estado e a necessidade de uma consciência de classe em escala global. Fica cada vez mais evidente que o papel do mercado não é cuidar das pessoas, e vemos que nos lugares onde o Estado não interferiu corretamente houve um aumento de *miséria* e de *morte*.

Ademais, da mesma forma que a tecnologia é usada para explorar e controlar, ela também pode ser usada como forma de resistência. Por exemplo, no século XIX precisava-se de trabalhadores que soubessem ler e escrever, posteriormente esses mesmos trabalhadores usaram essa conquista e lutaram pelo direito ao voto. No século XX trabalhadores usaram o telefone para se organizar e formar sindicatos. Atualmente, vemos a tecnologia sendo usada para coletar evidência policial, auxiliar em cirurgias a distância, promover encontros familiares e de trabalho. Vemos, assim, uma aproximação entre a tecnologia e a vida cotidiana, sendo possível utilizar o termo *glocal*: uma visão global com uma intervenção local.

Úrsula conta que conversou com pessoas da Índia, onde foi desenvolvido um aplicativo que organiza barracas de rua. Trata-se de uma iniciativa simples, mas que gerou resultados muito positivos para a população local. Isso é fruto de trabalhadores criativos que criam conteúdo em plataforma e detêm o poder de decidir e dizer não, além de poderem escolher para quem vão vender seu conhecimento. Úrsula encerra sua fala nos fazendo uma pergunta, a qual deixo para todos os nossos leitores também: Como organizar esses trabalhadores criativos no século XXI, tendo em vista que essas plataformas de serviços não podem ser municipais, de modo que a porcentagem coletada fique no território? Em suma, a organização de trabalhadores, desenvolvedores de aplicativos e cidadãos para criar uma comunidade é a base de onde partirão as ideias otimistas que a professora vislumbra para uma sociedade pós-Covid.

Nos últimos meses, os trabalhadores criativos ligados às maiores plataformas existentes na atualidade lançaram um filme denominado “Dilema das redes”, cujo conteúdo demonstra a preocupação com a dimensão do controle que as redes sociais possuem nas nossas vidas, em um processo sem volta e sem

precedente. O que se expõe no documentário é justamente a forma como os dados são utilizados por uma inteligência artificial com o objetivo único de influenciar conscientemente e até inconscientemente o consumidor, sugerindo a compra de produtos e serviços. Dessa forma, podemos dizer que vivemos uma espécie de cúmulo do capitalismo, ao passo que trabalhadores criativos criam formas de atingir centenas de milhares de consumidores, nos fazendo acreditar que, quanto mais eles sabem sobre nós, mais eficiente e assertivo é o serviço. Uma lógica perversa, pois na superfície aparenta ser apenas benéfica e cada vez mais pessoal, quando na verdade uma análise mais profunda revela o quão prejudicial, viciante e perverso esse movimento realmente é. Exerce-se um controle sem controle nenhum, pois o território virtual não é bem amparado por lei, ficando a cargo do mercado o ato de cuidar e estabelecer limites, o que já sabemos que não é confiável, já que o lucro é sempre o fim. Está posto, o território virtual é uma ferramenta do contemporâneo:

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 1999, p. 7)

Apostar que podemos não só ser usados, mas usar todos esses aparatos tecnológicos para benefício próprio, e acreditar que através de muitos trabalhadores criativos seja possível proporcionar esse benefício a toda a sociedade, suscita uma esperança: construirmos uma sociedade mais justa com compromisso social e ecológico.

Diante dessa necessidade, me atrevo, principalmente diante desta pandemia, a escrever sobre a existência de um território e um trabalho que se deram no início da criação e nos quais, segundo a cosmovisão cristã, estamos inseridos desde o momento em que nascemos até a hora de nossa morte, pois foram criados para nós (eu e você): o céu e a terra.

Se o trabalho como considerado neste capítulo é uma das manifestações mais arcaicas do homem, temos como um modelo de trabalho “a criação” e os territórios estabelecidos: “**céus e terra**”. Basta estar sensível para um despertar e considerar o mimético que ocorre entre criação e criador, reconhecendo que essa perspectiva pode fazer muita diferença em nosso cotidiano. O Criador pode ser a nossa inspiração, e podemos usufruir dos céus e da terra, e de tudo que há entre eles: florestas, mares, animais, como sendo territórios de realização de nossos trabalhos.

Devemos nos deixar surpreender por obras como a pintura *Campo de amapolas*, de Claude Monet, numa interação belíssima: a terra, o céu e os camponeses.



Campo de Papoulas em Argenteuil, de Claude Monet.
Óleo sobre tela, 65 x 50 cm, 1873. Museu de Orsay, Paris.

É uma honra poder te convidar no momento desta leitura a simplesmente olhar pela sua janela e constatar os territórios constituídos e permanentes; constatar os céus e a terra. Como também ser capaz de assumir a responsabilidade de usar o trabalho e o território de maneira que possamos não somente viver, mas conviver bem uns com os outros e com a natureza. Ultimamente a destruição e a desigualdade social parecem ter aumentado, gerando desemprego, tristeza e dor, devido à má interferência do homem através de seu “trabalho”. Processos denunciados por todas as mídias, noticiários impressos e virtuais nos lembram cotidianamente de que as más notícias geram lucro e visibilidade, causando pavor e mais doenças emocionais em milhares de pessoas. Por isso, é imprescindível que resoluções também sejam noticiadas.

Saber que todo indivíduo pode ser capacitado a aperfeiçoar seus territórios e trabalhos a partir das experiências, subjetividades e conquistas interna e externa, é algo que deveria ser disseminado como uma notícia, apesar de a realidade atual ser uma pandemia que etimologicamente atinge “todo o povo” (SANTOS, 2020, p. 7). Assim como os céus e a terra estão sobre todos, a pandemia carrega em seu significado essa abrangência, que cada dia mais escancara seu impacto nas relações pessoais, interpessoais e os paradoxos existentes.

A origem da palavra “trabalho”²⁷ em algumas culturas dos povos antigos, como os egípcios e os romanos, diz respeito a tortura, o que é bem diferente da descrição até aqui narrada. Entretanto, encontramos atualmente muitas ideias e exemplos

²⁷ A palavra “trabalho” originalmente significa “ser torturado”. Vem do latim *propalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa três, e *paluium*, que quer dizer madeira. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas.

reais do trabalhador que sofre, prevalecendo sempre a dor e os conflitos desencadeados tanto na esfera pessoal como na coletiva. Esse contexto se faz presente em todas as camadas da sociedade, dizendo respeito ao universo do trabalho. Dessa forma, um dilema se faz cada vez mais notório: afinal, trabalhar traz felicidade ou não? Diante de questões complexas não existem respostas fáceis, porém ressalto uma proposição já levantada por Walter Benjamin no período da Segunda Guerra Mundial: “como só agora que estamos compreendendo uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho”.

O que as mais variadas terapias propõem aos seus pacientes é que busquem realização, que poderá vir através de seus trabalhos, e não apenas dos ganhos financeiros propriamente. Ainda, é importante alertar para o consumo como sendo uma “faca afiada” que, se não usada corretamente, pode causar feridas que geram um sentimento de esvaziamento pessoal e infelicidade. Trabalhar para ressignificar o “ter” e o “ser” faz parte dos processos terapêuticos.

Nos territórios da educação, da arte e da cultura, todos estão em busca de alternativas, tendo em vista que todos se viram obrigados a trabalhar de casa, o que certamente tem e terá um impacto no próximo ano escolar. Além de se tornar uma história escrita nos livros, se tornará conteúdo a ser ensinado nas salas de aula nas diversas faixas etárias e classes sociais. Atualmente, estamos tendo de aprender a melhor forma de realizar o trabalho remoto, e o mundo discute sobre quando e como poderão voltar as aulas presenciais.

A casa se tornou o território do cinema e do teatro, agora substituídos pela tela da televisão, que, além de uma vasta programação, tem sido veículo de informações e alertas para que todos cuidem de sua saúde, inclusive a mental. A orientação dada pelos profissionais é que os telespectadores escolham bem as notícias e a quantidade dessas, para que não fiquem adoecidos diante de cenas de pânico sobre o número de contaminados e mortes.

De forma inteligente e humilde, tentamos entender que estamos aprendendo e ensinando uns aos outros. Aprendendo como é possível lidar com a “cruel pedagogia do vírus”, como bem coloca Boaventura no título de seu livro escrito em março de 2020, enquanto acompanhava os efeitos do vírus em Portugal.

A realidade é cruel, mas quando iríamos ter uma experiência em que os pais também fazem parte da equipe interdisciplinar? Afinal, eles foram convocados a participar diretamente do processo de aprendizagem, e o que temos visto, a par de todas as dificuldades, é que estar mais junto tornou esse processo educacional vivenciado hoje algo singular e significativo, que certamente será lembrado e considerado no futuro.

Além de ficar em casa, foi preciso aprender como estudar. É certo que o ano de 2020 será marcado pelo conteúdo aprendido, que tem muito mais a ver com relações do que com conteúdos pragmáticos, gramaticais, conceitos de matemática e a complexa experiência da alfabetização. Esse é o ano em que todos, e cada um, escreverão uma “nova história”, lembrando uma fala de Paulo Freire: a nossa primeira escola é a nossa casa. Dessa forma, com a pandemia, a sala de casa é tanto a sala de aula como a sala do cinema. A leitura via chamadas de vídeo e áudios sustenta a afetividade e harmonia necessárias, mesmo que o interesse e a participação dessa comunidade solicitem a presença física e emocional de todos: isso *dá trabalho*.

Tem sido precioso investir tempo, tesouro e talento para que aconteça a tessitura das relações de amizade entre os que estão dentro e fora de casa. Num país com tamanha desigualdade social, sinto a necessidade de registrar nestas páginas o sentimento de tristeza despertado por essa realidade nefasta e fortemente denunciada pela população e pelos agentes sociais, educadores, jornalistas e artistas. Por isso, a possibilidade de reconhecer e valer-se dos paradoxos que permeiam a situação global atual deve ser considerada, afinal, como uma oportunidade.

Podemos “aproveitar” as alterações profundas causadas pela pandemia e colocar em pauta a importância dos princípios da educação humanizada, para que a pedagogia social seja a práxis de muitos outros territórios da educação. Propostas em que os alunos sejam acolhidos e, dentro do possível, socorridos no seu desenvolvimento integral (corpo, alma e espírito). Espaços onde a relação ensino e aprendizado seja sustentada pela criatividade, expandindo as possibilidades nesses territórios colocados entre a terra e o céu. Terra e céu pintados, cantados e retratados nas mais lindas obras de arte, só que agora com um diferencial: o ambiente familiar da casa é o palco de todos esses encontros, e deve ser aperfeiçoado por cada família nos seus territórios de convivência.

Se os profissionais da educação e artistas entraram em nossas casas, simultaneamente os trabalhos, projetos e atendimentos saíram de nossas casas. Afinal, é nos cômodos que vamos nos organizando, adaptando cada cantinho em escritórios, consultórios, salas de aula e assim transformando nossa Casa com Arte.

O slogan “Fique em casa” com certeza se tornará tema de livros e músicas em todos os idiomas, marcando esta e as futuras gerações como uma nova forma de estar em casa. Alteramos até a maneira de sair e voltar para casa, incluindo máscaras e álcool em gel como etapas tão importantes quanto vestir uma roupa. O “novo

normal” gerou centenas de trabalhos na confecção de máscaras e higienização. Estamos certamente aprendendo a aderir a “esse tempo” e a viver como um cidadão contemporâneo precisa viver:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, a que adere a este e, ao mesmo tempo, dela toma distância; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. (AGAMBEN, 2009, p. 59)

O ano de 2020 será marcado por um tempo singular. Para evitar a perplexidade diante do impacto que a pandemia está provocando no mundo, é preciso que, além de aprendermos juntos, sejamos capazes de buscar coletivamente alternativas que visem a sustentabilidade do Ser, considerando que o impacto sobre o trabalho atingiu sobretudo os mais desfavorecidos e vulneráveis.

O trabalho voluntário também tem feito a diferença há muito tempo, e com a pandemia a oportunidade de realizá-lo cresceu, aumentando tanto a procura como a oferta. Essa é uma boa notícia, pois se trata de um tipo de trabalho que favorece ambos os envolvidos, sugerido até como complemento no tratamento de doenças, sendo que o voluntário acometido muitas vezes relata o quanto foi beneficiado. No Brasil, o trabalho voluntário é definido pela Lei 9.698/1998 e diz respeito a atividade não remunerada prestada por pessoa física, entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Consideremos também o trabalho dos coveiros, que, por seu teor tão triste e “pesado”, ficam em sua maioria na invisibilidade, embora sejam responsáveis por cuidar e transportar corpos para então serem enterrados. Foram dias e noites abrindo covas, jogando terra, sem a companhia dos familiares, sem flores, sem a vida dos entes queridos que não mais podiam enterrar seus mortos. Corpos que chegavam aos cemitérios em ambulâncias ou carros de bombeiros, os condutores da última viagem de milhões de pessoas que, por vezes, além de mortas, não tinham mais nem identidade para reconhecimento. Identidade perdida ainda nos quartos dos hospitais, pois o isolamento e o distanciamento familiar iniciavam ali. Espaços percorridos por infectologistas, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, todos desafiando o risco de contaminação, e alguns infelizmente indo a óbito junto com seus pacientes. Histórias e cenas de catástrofe a que só através das mídias tivemos um pouco de acesso.



Foto do maior cemitério da América Latina, Vila Formosa, no UOL Notícias.

Como ocorrido após as grandes tragédias da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, e as guerras “veladas” que continuam acontecendo, podemos lembrar que a ciência é uma ferramenta de trabalho e, como tal, tem prevalecido e colaborado para a superação, a continuidade e o surgimento de novas formas de viver, de conviver e até de morrer. A tecnologia tem sido realmente uma grande aliada, mas, como já abordado, tudo que é demais pode causar danos individuais e coletivos.

Somos seres humanos únicos, tecidos individualmente, mas só sobrevivemos e alcançamos vida independente através do cuidado e da influência do meio em que vivemos, quase como ovelhas de um rebanho. Nascermos em um tempo contemporâneo, num “berço” ocidental, muito influenciados pelo cristianismo. Dessa forma, vale a pena saber o que está registrado na Bíblia (Salmo 139.15) sobre a forma singular como fomos formados: “Os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formada e entretecido como nas profundezas da terra.” (SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2019, p. 986). A partir disso, resgato uma frase de Foucault, que discorre justamente sobre esse berço ocidental cristão que vivemos:

O paradoxo, sobre o qual eu gostaria de me deter nas próximas aulas: é que, de todas as civilizações, a do Ocidente cristão foi sem dúvida, ao mesmo tempo a mais criativa a mais conquistadora, a mais arrogante e, sem dúvida, uma das mais sangrentas. (FOUCAULT, 2008, p. 174)

Enfim, esse resgate ontológico que nos remete ao tecer de cada um e ao movimento paradoxal vivido individualmente e no coletivo traduz nossa proposta de reflexão, de sugestões, de ação e de práxis no que diz respeito ao território, ao trabalho e aos paradoxos da pandemia.

Considerações finais

Ainda estamos na travessia dessa experiência mundial que tem como cenário a pandemia causada pelo novo vírus da Covid-19. Entretanto, a chegada da primavera de 2020 no Brasil (momento em que este texto está sendo escrito) também é real e o florescimento nacional se faz presente graciosamente em todas as cidades com o colorido e o perfume característicos da estação. Como se o território “terra” continuasse a cumprir seu trabalho em conexão com o território “céu”, em um movimento cíclico, sagrado e mimético. Ele convida a todos a continuarem cuidando, zelando e apreciando o florescimento. Nesse clima colorido próprio dessa estação – que não foi impedida de chegar –, se formos sensíveis, encontraremos o riso e seremos surpreendidos ao olhar pela janela ou passear pelas ruas e praças.

O homem contemporâneo pode se beneficiar da beleza da natureza e concomitantemente usufruir de todo o aparato tecnológico oferecido. O tema deste capítulo se baseia nessa metáfora e se desenvolve a partir de um paradoxo sobre essa potência e, ao mesmo tempo, impotência de lidar com as vicissitudes da vida. Vivemos em busca de um concreto dentro de nós em meio às nossas fragilidades, e assim estamos em constante tensão e paz. No trabalho essa condição humana é exposta. Por isso, temos a necessidade de um resgate diário das maravilhas que estão ao nosso redor. Como um artista “pintando” nossa vida. “O dia a dia se acha semeado de maravilhas, escuma tão brilhante [...] como a dos escritores ou dos artistas.” (CERTAU, 1998, p. 18)

Os escritores continuaram escrevendo livros, os poetas, fazendo suas poesias, os músicos, reinventando-se e os artistas, criando através de novas telas. Esses trabalhadores, através de suas vocações, também chegaram às nossas casas, nos inspirando e nos fortalecendo, sendo uma das armas mais eficientes contra um sentimento de profunda tristeza e vulnerabilidade. Tudo isso graças aos milhares de trabalhadores que atuam no universo midiático e possibilitaram esse acesso em nossos computadores e celulares.

Apesar do luto nacional que marcará o ano de 2020, é preciso seguir **amando e trabalhando** (FREUD, 1920, apud DANTO, Elizabeth Ann, 2019, p.XLI). Nessa jornada por novos céus e nova terra, é preciso aprender a andar devagar, pois já tivemos pressa, atentos aos milagres do cotidiano, uma vez que tudo passa, até os céus e a terra passarão. Entre isso e aquilo, cantemos e dancemos esta canção de Almir Sater e Renato Teixeira (*Tocando em frente*, 1992):

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte mais feliz quem sabe

Eu só levo a certeza de que muito pouco sei
Ou nada sei

Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor para poder pulsar
É preciso paz para poder sorrir
É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou

Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor para poder pulsar
É preciso paz para poder sorrir
É preciso a chuva para florir

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora
Um dia a gente chega, o outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz

Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor para poder pulsar
É preciso paz para poder sorrir
É preciso a chuva para florir

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud**. Psicanálise e Justiça Social. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o território. **Geographia**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 7-13, 1999.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Bíblia de Estudo Conselheira**. São Paulo, 2019.

A contação de histórias para crianças nos territórios da internet

Isabel Orestes Silveira²⁸

Laíza Maria Guedes dos Santos²⁹

Flávio Lima Ponzio³⁰

Introdução

Vivencia-se um momento atribulado na História da humanidade, e muitos produtos simbólicos estão sendo produzidos como artefatos culturais, são textos escritos sobre as consequências da pandemia de Covid-19. Por conta do número elevado de óbitos, que no Brasil já ultrapassa 183.735³¹ mortes, as pesquisas relacionadas com as consequências provocadas pelo distanciamento social crescem. A área da saúde vem mantendo atualizados os relatórios médicos e as investigações científicas sobre a corrida pela vacina e sua eficácia. Textos acadêmicos e seculares estão disponíveis na internet tratando do problema global e atualizando informações do ponto de vista histórico, econômico, social e ambiental.

“A história não é apenas um acúmulo sucessivo de fatos, mas a articulação de acontecimentos, produzidos pelas ações dos homens em sua interação social, no seu relacionamento com a natureza, com os seus semelhantes e com os seus próprios produtos simbólicos.” (SEVERINO, 1994, p. 111) É nesse sentido que se percebe na área da educação uma grande preocupação em registrar os acontecimentos. Pesquisas acadêmicas estão sendo desenvolvidas sobre o ensino e a aprendizagem, uma vez que as escolas, à semelhança de muitas instituições e do comércio, também foram afetadas por conta do coronavírus. As crianças se

²⁸ Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2010), Mestre em Artes Visuais pelo IA - Instituto de Artes da UNESP (2006). Docente da UPM (1986) vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Arte e História da Cultura (2019). Docente da FAPCOM - Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (2008). Líder do grupo de pesquisa “Linguagem, sociedade e identidade: estudos sobre a mídia” - Mackenzie/SP. Pós-doutoramento em andamento pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. E-mail: isasilveira@mackenzie.br

²⁹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Publicidade e Propaganda pelo Mackenzie. Licenciada em Pedagogia pela Universidade da Cidade de São Paulo. Atua como professora da Educação Infantil e Ensino Médio do Colégio Presbiteriano Mackenzie São Paulo. E-mail: laiza.santos@mackenzie.br

³⁰ Psicólogo com Pós-Graduação em Administração de Empresas pela FAAP e Especialização em Marketing pela Business School São Paulo. Atualmente é Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor da Fundação Vanzolini (USP). Possui 30 anos de experiência como gerente de RH. E-mail: flavio.ponzio@globo.com

³¹ Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 17/12/2020.

ausentaram das aulas e o novo “território” para a aprendizagem se tornou a internet.

Nota-se que o ensino e o aprendizado a distância acentuaram as desigualdades sociais que afetam muitos lares e colocaram em evidência a falta de acesso de muitas crianças ao espaço virtual. Apesar do esforço dos professores por continuar ensinando, o cenário caótico da doença imprime desesperança devido às desigualdades, à falta de recurso tecnológico, à desmotivação, ao desinteresse e tantas outras variáveis que afetam os lares de inúmeras famílias.

Nós estamos falando de uma realidade em que a gente acha que todo mundo tem acesso à internet. Não é verdade. Nós temos pesquisas que apontam, aqui no Distrito Federal, onde está a capital do país, 90% dos estudantes têm acesso e fazem uso do WhatsApp. Que tenha uma internet, não significa que seja uma boa internet para acessar a plataforma do EaD. Muitas famílias não têm sequer televisão em casa, imagina ter uma boa internet.³²

Não obstante a importância de investigar tantos assuntos críticos, o objetivo deste texto é propor uma reflexão modesta. Intenta pensar o conceito de “território” para além do espaço geográfico ao lançar luz sobre o fenômeno da comunicação globalizada, isto é, o conceito de território neste texto deve ser entendido sob o prisma de que há um espaço composto por redes informacionais – o ciberespaço, dimensão formada pela conexão de computadores em rede que se agrega ao espaço físico, ou geográfico, território povoado por internautas.

“Os anos 80 viram o prenúncio do horizonte contemporâneo da multimídia. A informática perdeu, pouco a pouco, seu status de técnica e de setor industrial particular para começar a fundir-se com as telecomunicações, a editoração, o cinema e a televisão.” Esse pressuposto de Lévy (1999, p.320) considera que a “[...] digitalização penetrou primeiro na produção e gravação de músicas, mas os microprocessadores e as memórias digitais tendiam a tornar-se a infraestrutura de produção de todo o domínio da comunicação”.

E de fato a comunicação via internet modificou o modo de relacionar-se, especialmente em tempos de pandemia. As infraestruturas e os avanços na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foram favorecendo a divisão da internet e possibilitando o acesso à manipulação do conhecimento e à comunicação.

Mediante a comunicação mediada por computadores conectados em uma grande rede (Internet), imagina-se que o surgimento de uma nova realidade ou espaço, onde a Internet não mais figura como instrumento,

³² Depoimento de Rosilene Corrêa Lima, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE). Cf.: RICARDO, 13/04/2020.

mas como suporte físico-material que permite que se incrementem as relações dos seres humanos com a tecnologia e com outros seres humanos através da tecnologia. (RANDOLPH, 2005, pp. 138-139)

Esse local imaterial, conhecido como ciberespaço, é uma nova dimensão que carece ainda de mais pesquisas, todavia, o recorte proposto para esta pesquisa é observar como a internet possibilitou o consolo para muitas crianças e para as famílias em tempo de quarentena, uma vez que favoreceu a comunicação, tornando-se uma alternativa de interação em rede, mas também um espaço para a transmissão de esperança. Esta pesquisa se justifica pela importância das tecnologias digitais, as quais fazem parte da sociedade contemporânea, pois as interações sociais, o consumo de produtos e serviços e produções culturais passam por processos interativos e *online*, transformando o modo como o ser humano vive a experiência de sua rotina diária (LÉVY, 1999).

Diante disso, o consumo e a produção de histórias também permeiam a vida digital, permitindo que o indivíduo acesse histórias por dispositivos fixos, móveis, em diversas situações e contextos. Pode-se, através da internet, assistir a um filme, a uma série ou a um desenho mais de uma vez e no momento em que se desejar, além de muitas outras ações possíveis em rede. Nesse arcabouço de consumo, o ser humano torna-se também um produto, torna-se, pelo algoritmo, um alvo fácil para as marcas e empresas, as quais o induzem à compra. Por isso, Bauman (2008, p. 37) trata o consumo como um fenômeno intrincado, condicionado à espécie humana, e diz:

Se reduzido à forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção, o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. Visto dessa maneira, o fenômeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos – e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos.

O consumo de imagens e da interação em rede envolve também a comunicação humana, que se amplifica em novos formatos e possibilita o compartilhamento em tempo real das opiniões, ideias, conteúdos. Diante desse contexto abrangente, percebe-se que a criança, de igual modo, é alvo de inúmeras mídias que disputam sua atenção e seu interesse.

Por isso, as diferentes formas de comunicação motivam a busca por responder à problemática proposta: Quais são as estratégias necessárias para a construção de argumentos narrativos que despertem a atenção de crianças de 4 a 8 anos e possam ser utilizadas em suportes midiáticos como a internet?

Parte-se da hipótese de que a produção de programas audiovisuais para crianças agrega o potencial de despertar o seu interesse, especialmente as narrativas que contenham histórias. É importante que os conteúdos sejam adequados, isto é, saudáveis, interativos e educativos, e levem em conta o desenvolvimento infantil.

As crianças que assistem às programações planejadas, nas diferentes mídias, para sua faixa etária, absorvem o que veem, o que ouvem e o comportamento do mediador/comunicador. Por isso, uma programação planejada com bons argumentos narrativos pode potencializar o raciocínio, a visão crítica e ampliar o repertório imaginativo das crianças.

Um importante pensador que considera fundamental o processo de mediação³³ (ato de interação que ocorre entre um mediador e um mediado) é Vygotsky (1998). Seus argumentos reflexivos levam em conta as experiências vividas pelas crianças como fundamentais para seu desenvolvimento e, portanto, cabe ao adulto conhecer suas relações sociais e históricas. Dito de outro modo, a criança, na concepção de Vygotsky, desenvolve-se em uma perspectiva histórico-cultural, isso significa que todo o seu desenvolvimento se dá a partir das experiências com o brincar, do seu envolvimento com o ambiente e, conseqüentemente, seu desenvolvimento envolve as funções psicológicas e de aprendizagem.

Por isso, valoriza-se a mediação para a aquisição do conhecimento. Vygotsky, sobre isso, diz que as interações levam ao aprendizado partindo de dois elementos: os instrumentos e os signos (representações mentais que servem para substituir os objetos do mundo real). Assim, o teórico sustenta que as interações são necessárias para que a criança consiga construir seu conhecimento, primeiro no plano social e posteriormente no plano interno e individual. Nesse sentido, o seu entorno, a sociedade, por exemplo, são fundamentais para a estruturação da aprendizagem da criança. Suas ideias coincidem com as de Dewey (1959, p. 53) sobre o fato de considerar a importância de possibilitar que as crianças tenham as condições e os meios para projetar e buscar a realização de seus projetos.

Nesse sentido, a mídia pode ser considerada como um instrumento de mediação: "Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento." (OLIVEIRA, 2002, p. 26)

Entende-se que as crianças estão vivenciando a era digital e aprendem de modo diferente das gerações que as precederam.

³³ Dada a impossibilidade de realizar um retorno às bases conceituais do termo "mediações", caro para os estudos da recepção, na reflexão que segue o termo adquire abrangência no que diz respeito à sua definição, possibilidades e limites.

Todavia, o que permanece é a força comunicativa dos meios, uma vez que as mídias continuam a exercer influência positiva ou ao contrário. Exposta a programações violentas ou de conteúdos duvidosos, a criança fica sujeita a informações de todos os tipos, sem ter o necessário embasamento para processá-las e, conseqüentemente, questioná-las.

Sem a pretensão de esgotar tais assuntos, a intenção deste texto é primeiramente adotar uma metodologia qualitativa de caráter exploratório e, através de estudos de alguns pressupostos teóricos, como as obras de Bussatto (2007) e Campbell (1990), valorizar o ato de contar história. Em um segundo momento, intenta-se apresentar um programa audiovisual para crianças, que está sendo desenvolvido como uma estratégia comunicativa eficiente que pode promover ânimo e restaurar a saúde psíquica e espiritual das crianças em tempos de crise.

Assim, esta investigação não se esgota, ao contrário, abre-se para novos desdobramentos e possibilidades investigativas.

Sherazade e tantas histórias

O subtítulo desta reflexão pretende valorizar o ato de contar histórias e relembra uma lenda da Pérsia antiga. O rei Sharir, ao descobrir a traição de sua esposa, aterrorizou o reino, pois, furioso e tomado pela ira, matou a esposa e seu amante, como também passou a casar-se e a matar pela manhã cada mulher que desposava, uma vez que temia ser traído novamente. Por três anos, o assassinato de muitas mulheres aconteceu. Todavia, Sherazade, no dia das bodas, planejou contar histórias. Sua estratégia foi contar histórias para se salvar e acabar com a série de mortes. Contou, na presença do rei, uma história para sua irmã. O rei consentiu no ato, pois Sherazade alegou que morreria na manhã seguinte. Então na noite de núpcias, na presença do rei, começou a contar: “Era uma vez um homem muito malvado...” O rei gostou e ordenou que Sherazade passasse a contar todas as noites uma nova história e, assim, foi poupada da morte; quanto à amargura do rei, desapareceu.

Quando Sherazade contava, quem ouvia se esquecia de tudo, de quem era, do que era, se sentia fome ou sono. Podia a terra tremer ou o nariz coçar, nada importava quando Sherazade contava. Era tão gostoso como comer uma tâmara de olhos fechados [...] tudo se encaixava, se esclarecia e se turvava, desenhos e melodias surgiam em quem ouvia. (ALPHEN, 1998, p.16)

Percebe-se, através dessa lenda, que as histórias encantam adultos. É nesse sentido que podemos “[...] compreender que aquilo que os seres humanos têm em comum se revela nos mitos.

Mitos são histórias da nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos” (CAMPBELL, 1990, p.16).

Essa atitude humana de contar e ouvir história é uma atitude ancestral, desde tempos remotos agrupamentos humanos sentavam à roda da fogueira, no final do dia, e passavam a relatar experiências. A oralidade de muitas histórias se transformou em contos pelos escritores, como Charles Perrault e os irmãos Grimm, no início do século XIX.

Até hoje, contar histórias tem sido uma estratégia cativante, ao ponto de chamar a atenção de adultos e crianças. No ambiente organizacional, por exemplo, muitas empresas passaram a contar histórias, inclusive como um recurso metodológico para a promoção dos treinamentos técnicos e comportamentais que visam assegurar a melhoria dos profissionais. Na década de 2010, essa nova modalidade de treinamento comportamental começou a ser discutida nas reuniões dos profissionais de treinamento. O que se chamou de *storytelling* (ou contação de histórias, em português) tornou-se um novo modo de se ensinar comportamentos.

Nesses ambientes corporativos, a ideia proposta pela contação de histórias não é, de modo algum, nova. Trata-se apenas de se colocar um profissional que tenha sido bem-sucedido em suas ações profissionais para contar sua história de vida a outros que estejam interessados em aprimorar seus comportamentos profissionais. As histórias pessoais, nesses espaços, tratavam de temas como as dificuldades e as diversas formas de superação dos desafios durante a carreira, com o intuito de contribuir para a evolução das pessoas que as assistiam.

Diante dessa forma de aprendizado que os profissionais de treinamento das empresas vêm experienciando³⁴, é interessante perceber que a contação de histórias tem contribuído para o desenvolvimento profissional direcionado ao aprendizado comportamental. Por isso, algumas instituições já estão ofertando cursos para a formação de contadores de histórias (ou *story tellers*), como o SESC e a Endeavor, para citar algumas. Individualmente ou coletivamente, histórias nos ajudam a criar um senso sobre nosso passado e pensar em futuros possíveis. “Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história. [...] precisamos tocar o eterno, compreender o misterioso, descobrir o que somos.” (CAMPBELL, 1990, p.16)

³⁴ Nos EUA existe uma instituição já com 77 anos de existência chamada ATD - *Association for Talent Development* (Associação para o Desenvolvimento de Talentos, em português) que organiza um congresso capaz de concentrar mais de 12.000 participantes de todos os lugares do mundo em uma cidade americana diferente a cada ano. No encontro da ATD de 2014, em Orlando, na abertura do evento, o presidente da ATD, Mr. Tony Bingham, disse que, com o sucesso que o *Storytelling* estava tendo, em breve mudariam o nome da ATD para AST (*Association for Storytelling* – Associação para a Contação de Histórias, em português).

O que se quis valorizar até aqui foi o fato de que as histórias seduzem adultos e aquecem seu imaginário. Se esse argumento pode ser tido como válido, consideraremos a seguir o fato de que as histórias contadas às crianças, que estão em fase de formação, de igual modo podem ser uma estratégia oportuna para o ensino e a aprendizagem. Vale lembrar que: “A criança é feita de cem.” (MALAGUZZI, 1999) O número cem é uma analogia ou um modo simbólico de dizer que cada criança tem infinitas maneiras de se manifestar, e todas elas são singulares e, conseqüentemente, expressam cem linguagens comunicativas. Malaguzzi é defensor da pedagogia da escuta ativa e das ideias sobre os processos de aprendizagem de Dewey (1859-1952).

A criança é feita de cem.

A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar.

Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar.

Cem alegrias para cantar e compreender.

Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar.

Cem mundos para sonhar.

A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem), mas roubaram-lhe noventa e nove.

A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.

Dizem-lhe: de pensar sem as mãos, de fazer sem a cabeça, de escutar e de não falar,

De compreender sem alegrias, de amar e maravilhar-se só na Páscoa e no Natal.

Dizem-lhe: de descobrir o mundo que já existe e, de cem, roubaram-lhe noventa e nove.

Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a ciência e a imaginação,

O céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão juntas.

Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário, as cem existem. (MALAGUZZI 1999, p. 67)

A criança em fase de desenvolvimento e aprendizagem é um ser social que necessita de mediadores. Por isso, o ato de educar é uma atividade de grande importância, uma vez que os conhecimentos historicamente acumulados devem ser transmitidos pela família, pela igreja, pela instituição educacional e pela “tecnologia atual”, para usar um termo de Lévy (1999), quando o autor se refere à apropriação do conhecimento pelas tecnologias. Os dispositivos informacionais se tornam no mundo contemporâneo, especialmente no contexto atual de isolamento social, uma alternativa para a manutenção do aprendizado.

Narrativas audiovisuais para crianças

Construir histórias e transformá-las em produtos audiovisuais para que sejam veiculadas para as massas tem sido recorrente no mercado, que cresce e impulsiona o setor de entretenimento. Quer

seja em nível nacional ou internacional, é notório o investimento que se tem feito na área, ao ponto de atrair milhões de telespectadores geradores de lucro. No cinema, na TV e na internet, observam-se tramas envolventes, roteiros chamativos, preocupação com a dramaticidade, com os efeitos especiais, com as trilhas sonoras, entre outros elementos da imagem e do som.

Nesse universo de produções, a arte das histórias virou a principal fonte de inspiração da humanidade, especialmente quando nossa fé nas ideologias tradicionais diminui e viramos a fonte na qual ainda acreditamos: a arte da história. (MCKEE, 2006)

A comunicação acelerada vem alterando o modo como as pessoas se relacionam e utilizam diferentes plataformas de redes sociais, de compartilhamento de vídeos, fotos e conteúdo.

Os computadores em rede permitiram maior interação entre os seres humanos e facilitou a difusão do compartilhamento de informações pelo boca a boca. Tornou as informações onipresentes, e não mais escassas. Os consumidores tornaram-se bem conectados e, assim, bem informados. (KOTLER, 2010, p. 31)

Boa parte das relações sociais se dá de maneira digital. Da mesma forma, o modo de acompanhar histórias se modificou, e muitos assistem a diferentes enredos em séries e filmes disponíveis na internet ou a vídeos no *Youtube*, uma plataforma de *streaming* que surgiu no ano de 2005. “Atualmente possui mais de dois bilhões de usuários em mais de 100 países, os quais assistem a um bilhão de horas de vídeos por dia.”³⁵ Muitos escolhem ouvir histórias pelo *smartphone* ou pelo computador, e a TV, antes detentora de toda a atenção e audiência, vem perdendo espaço nesse universo midiático.

Ao olhar para essa gama de mídias, é possível perceber que elas se entrelaçam e, atualmente, uma mesma história pode percorrer mais de uma mídia para alcançar seu público consumidor. Foi nesse território pleno de possibilidades relacionais que algumas igrejas encontraram modos de se comunicar com adultos e crianças. A iniciativa de gravação de cultos para adultos e de criação de programas para as crianças para transmissão via internet foi uma tentativa de estabelecer com os membros das comunidades e com os interessados uma comunicação amorosa, através de mensagens de consolo, devido à impossibilidade de reuniões presenciais nos templos, que foram fechados por causa da pandemia.

³⁵ Fonte: YOUTUBE. YouTube About. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>>. Acesso em: 24/12/2020.

A amostra que segue é um programa infantil idealizado pela Igreja Presbiteriana³⁶ de Pinheiros (São Paulo) e se chama “Pinheirinhos TV” – foi divulgado no período da quarentena. Percebe-se que, através de narrativas orais, visuais, diálogos simples, animação, orações, músicas, entre outros elementos comunicativos, os participantes voluntários³⁷ se prontificaram a planejar uma série de mensagens para o público infantil, especificamente, crianças de 2 a 8 anos.

O roteiro narrativo contempla ensinamentos diversificados no tempo aproximado de 20 minutos. Há perguntas, gestos, canções, memorização de versículos bíblicos, os quais podem ser lidos na tela e visualizados pela língua de sinais. Esse conjunto de ações estimula o aprendizado e destaca a programação³⁸ lúdica.



Pinheirinhos TV.³⁹

Embora o roteiro destine um momento específico para contação de história bíblica, toda a produção pretende transmitir uma mensagem de cunho cristão. Afinal, “[...] o fantástico, o maravilhoso e a reticência, características das narrações orais” se encarregam “de gerar encantamento [...] prolongando a história com divagações” (BUSATTO, 2007, p. 21).

Resultados obtidos

Ao observar esse programa audiovisual para crianças, foi possível encontrar algumas respostas para a problemática inicial, que diz respeito às estratégias necessárias para a construção de argumentos narrativos que despertem a atenção de crianças de 4 a 8 anos. Percebe-se que o programa Pinheirinhos TV utiliza o espaço da internet como território alternativo em tempos de distanciamento social e está fazendo uso de estratégias comunicativas para despertar a atenção dos receptores. Tem havido uma preocupação

³⁶ A Igreja Presbiteriana é uma protestante, fundada no Brasil no ano de 1862, pelo missionário norte-americano Reverendo Ashbel Green Simonton.

³⁷ Uma das autoras, *Laiza Maria Guedes dos Santos*, participou da idealização do Programa, divulgado em canal no Youtube. Planejou o roteiro e a criação do evento e seu quadro é a “Contação de história”.

³⁸ Programa da Igreja Presbiteriana de Pinheiros - São Paulo.

³⁹ Fonte: IGREJA PRESBITERIANA DE PINHEIROS. Pinheirinhos TV - Episódio 02 - IPP TV - Programa na íntegra. YouTube. 09/07/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ApN9pDAKQ0Q>>. Acesso em: 17/12/2020.

com o uso de cores, objetos, ambientação e detalhes relacionados à visualidade. Além disso, a trilha sonora envolve cânticos e contém elementos rítmicos que podem empolgar e contagiar, ao ponto de animar o receptor infantil.

Percebe-se o esforço dos protagonistas em buscar estabelecer uma oralidade simples e atraente para as crianças. A comunicação oral para a faixa etária de 4 a 8 anos é simples, com entonações e gestos que traduzem os sentimentos contidos na fala. Os que estão invisíveis à câmera são profissionais remunerados, os quais cuidam da captação da imagem antes, durante e na fase da pós-produção.

É interessante ressaltar que a plataforma do *Youtube* permite que o espectador faça comentários. Todavia, no programa supracitado não há uma participação dos que consomem o produto, quer sejam as famílias ou as crianças. Há “curtidas” – recurso que expressa o contentamento com a narrativa.

A possibilidade de interagir com o programa poderia ser uma alternativa interessante, apesar de ser gravado e posteriormente editado e publicado. A interação do público poderia dar pistas e dicas para a elaboração de uma programação, visto que, ao expor suas opiniões, o consumidor ajuda os produtores na criação de conteúdos adequados que contenham mensagens de maior interesse. Essa estratégia de interação acontece no meio publicitário, a fim de que haja satisfação do público/consumidor.

É nesse sentido que o consumidor é chamado a atuar, mesmo antes do processo de consumir – sendo agente do processo, torna-se responsável por ele (a ideia do *prossumidor* – produtor e consumidor indistinta e simultaneamente). As narrativas são construídas, cada vez mais, no sentido de envolver o outro por elementos que estão além do consumo material e quanto mais esse consumidor se vê na narrativa, mais se volta para o processo. (GALINDO, GONÇALVES, 2015, p.2)

Nota-se que o programa transmitido para as crianças que foi observado necessita ainda encontrar diferentes formas de interação, de participação, uma vez que cada vez mais as tecnologias de comunicação facilitam a interação entre os sujeitos. Bakhtin (1997) alega ser o dialogismo a base constitutiva para que haja o estabelecimento do diálogo entre diferentes instâncias enunciativas, dando sustentação à interação verbal. Bakhtin considera o fato de uma narrativa ser um processo enunciativo. Afirmar também que o texto estabelece as condições de sentido da mensagem em um ambiente único e irreproduzível. (GALINDO, GONÇALVES, 2015, p.4) O autor prossegue afirmando:

Assim, o efeito dialógico da linguagem (seja entre textos, seja entre sujeitos) está na base do processo comunicacional, ainda que a troca efetiva entre sujeitos não se concretize, ou seja, o ato de tomar a palavra

implica em uma responsabilidade com o outro e determina o que dizer e a forma de dizer; o enunciado é elaborado considerando as condições de produção e tendo em vista uma possível condição da recepção, o conhecimento do que o outro espera daquele contexto de comunicação.

Por isso, apesar de a interação via *Youtube* ser limitada, o programa transmitido, para ser efetivo, deve conhecer esse “outro” a quem se destina a mensagem, e isso pode acontecer, entre tantos modos, conhecendo-se a criança e seu desenvolvimento. Não basta ter uma equipe de voluntários interessados e comunicativos, se os atores desconhecem quem e o que interessa à criança e quais são suas reais necessidades. É nesse sentido que consideramos a importância de se estudar e levar em conta o desenvolvimento infantil.

O Desenvolvimento Infantil é parte fundamental do desenvolvimento humano, um processo ativo e único de cada criança, expresso por continuidade e mudanças nas habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, com aquisições progressivamente mais complexas nas funções da vida diária e no exercício de seu papel social. O período pré-natal e os anos iniciais da infância são decisivos no processo de desenvolvimento, que é constituído pela interação das características biopsicológicas, herdadas geneticamente, e experiências oferecidas pelo meio ambiente. O alcance do potencial de cada criança depende do cuidado responsivo às suas necessidades de desenvolvimento. (SOUZA, VERISSIMO, 2015)

Assim, o desenvolvimento infantil deve ser uma preocupação da equipe envolvida com o preparo das narrativas audiovisuais, pois ainda existe uma relação entre o que produz e o que recebe a mensagem. Ao se produzir uma comunicação, estabelece-se uma prática social mediada pela cultura. Assim,

[...] entre a produção e a recepção há um espaço em que a cultura cotidiana se concretiza. Martín-Barbero (1987, p. 233) sugere três lugares de mediação que interferem e alteram a maneira como os receptores recebem os conteúdos midiáticos. São eles, a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

A cotidianidade é o espaço em que as pessoas se confrontam e mostram como verdadeiramente são, através das relações sociais e da interação dos indivíduos com as instituições. A cotidianidade familiar é uma das mais importantes mediações para a recepção dos meios de comunicação, pois a família representa um lugar de conflitos e tensões que, reproduzindo as relações de poder da sociedade, faz com que os indivíduos manifestem seus anseios e inquietações. A temporalidade social contrapõe o tempo do cotidiano ao tempo produtivo. Este é o tempo valorizado pelo capital, o que se mede. Aquele é o tempo repetitivo. Para Martín-Barbero (1987, p. 236), a televisão também é organizada pelo tempo da repetição e do fragmento, incorporando-se assim ao cotidiano dos receptores. (WOTTRICH et al., 2009, p. 03)

Em Martín-Barbero, interessa como o sentido da mensagem é compartilhado e apreendido por meio das práticas de recepção. Por isso, descreve as competências da recepção e atualiza o conceito de mediação. O pensador se aprofunda em temas que buscam explicar as mediações culturais da comunicação e, posteriormente, as mediações comunicativas da cultura (assuntos relevantes para os estudiosos em comunicação). Expõe o conceito de “tecnicidade” como novo paradigma de mediação.

O desenvolvimento e a expansão das chamadas novas mídias, da convergência digital e das tecnologias móveis, aliadas à possibilidade de fruição de bens culturais em múltiplas telas e ambientes, além da interatividade, e a associação desses elementos a uma nova dinâmica cultural globalizada fizeram com que Martín-Barbero procurasse dar maior atenção àquilo que chamou de tecnicidade – um tipo novo e particular de mediação. (GIRARDI JÚNIOR, 2018)

Essa tecnicidade pode ser considerada um novo modo de mediação entre lógica da produção, formatos industriais e matrizes culturais/competências de recepção.

Neste curto espaço, importa pensar que a temática da mediação tratada em Martín-Barbero envolve a perspectiva informacional e cultural, ao passo que em Vygotsky a perspectiva de mediação envolve abordagens educacionais e pedagógicas. Com base nisso, percebe-se o caráter interdisciplinar do termo mediação. Em Martín-Barbero, quem usa os aparatos tecnológicos é ativo e recebe influências do contexto a que está exposto, ao ponto de desenvolver hábitos e comportamentos a partir da percepção e do modo como ocorre a apropriação da informação. Em Vygotsky, a mediação ocorre no sentido de proporcionar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores do indivíduo.

Essa visão ampla contribui para pensar o programa infantil “Pinheirinhos TV” sob dois enfoques: em primeiro lugar, a mediação relativa aos protagonistas, que podem ser considerados mediadores no sentido de exercerem uma ação pedagógica com vistas a influenciar; em segundo lugar, há uma intenção, no uso adicional da tecnologia, pelo canal *Youtube*, do exercício de uma mediação de natureza simbólica, que visa promover um relacionamento ou aproximação com o público infantil. Os enunciadores e os receptores já interagiam no espaço social eclesialístico e, com o isolamento social forçado pelo contexto da pandemia, passaram a outra forma de compartilhamento e comunhão.

As narrativas comunicacionais, antes presenciais, agora necessitam de uma nova atualização, dada a materialidade do suporte em que a comunicação será vinculada. São convocados novos modos de atuação dos mediadores em que os gestos e a fala exigem criatividade.

Notam-se na tabela que segue abordagens sobre o conteúdo do programa observado.

Conteúdo informativo da programação observada - Episódio 2

Estrutura	Mediadores	Conteúdo	Imagem	Som
Apresentação	Tia Victória	Abertura e chamada da vinheta, da oração e da programação	Fragmentos do que está por vir	Trilha
Oração	Ana Júlia	Gratidão	Fundo amarelo e azul	Sem som
Fantoches	Milton e Nina	Depois da vinheta, os fantoches dialogam sobre a criação de Deus	Casa de boneca, brinquedo de plástico resistente e colorido	Trilha inicial e canção no começo e no final da história
Bíblia para todos	Tia Alessandra	Gestos em libras do veículo de Dt. 6:5	Fundo de parede de tijolinho	Voz de fundo lendo o versículo
Hora da história	Tia Laíza	História de Caim e Abel	Fundo preto e objetos manipulados como recurso visual para contar a história	Trilha sonora de baixo volume
Curiosidades bíblicas	Antonieta	Pergunta: Quantos dias durou o dilúvio?	Fundo laranja. Crianças aparecem pensando	Trilha
Vamos louvar a Deus	Samuel Nobrega	As letras das duas canções foram projetadas na tela	Paisagem ao ar livre – casa de campo	Canção tocada com violão

A apresentadora Victória, ao chamar a Ana Julia para orar, diz: “Hoje vamos orar por nossa igreja, que saudades, né?” Nota-se que a nostalgia verbalizada expressa o desejo de regresso, de retorno ao “normal”, em que dominicalmente havia o encontro com o público infantil de forma presencial. A oração de gratidão feita pela “Tia Ana Júlia” ressalta o ano de aniversário da Igreja Presbiteriana de Pinheiros, que completa 114 anos. Os fantoches Milton e Nina são apresentados em meio à canção: “Meu melhor amigo tem um nome: Jesus”. E, em seguida, contam a história bíblica sobre a criação que envolve Adão e Eva, com voz infantilizada. Um narrador interrompe a história para citar os versículos bíblicos em

que “Deus comunica” sua ação de criar. Os fantoches perguntam se as crianças gostaram da história e pedem para que os pais e as crianças emitam um comentário.

Na hora do ensino do versículo, que é feito de forma narrada, visualizado na tela e em libras, percebe-se que há um interesse em que as crianças aprendam a linguagem dos sinais. Ademais, no momento da história em que a Tia Laíza faz uso de materiais como substitutos da imagem, percebe-se que a criança deve usar a imaginação para associar os objetos aos personagens. Carretéis de linha são pessoas, algodão vira ovelha, botões são frutos da terra etc.

No quadro “Curiosidades bíblicas”, a pergunta sobre a duração do dilúvio é feita por Antonieta, que aparece com nariz de palhaço, bochechas vermelhas, faixa no pescoço e cabelo preso, um tanto desarrumado, e faz voz anasalada. Nesse quadro, cinco crianças em seus ambientes domésticos aparecem pensando, e duas delas seguram a bíblia na tentativa de encontrar a resposta. Uma das crianças lê texto de Gênesis 7:17: “quarenta dias e quarenta noites”. Após alguns segundos, outra pergunta é feita, sobre o tempo que demorou para abaixarem as águas do dilúvio. A arca repousa no monte Ararati. Novamente crianças pensam na resposta e a garotinha lê Gênesis 8:04: “150 dias”.

As canções tocadas e cantadas por Samuel Nobrega são diferentes. A primeira canção traz uma complexidade na letra sobre amor, fé e destaca a necessidade de se ter um comportamento exemplar. A segunda canção, com letras repetidas, “Por dentro, alto, fora, embaixo, sempre sou feliz”, é simples e pode ser dinâmica no uso dos gestos e ritmos.

Muitos outros elementos poderiam ser citados, mas na amostra observada, com aspectos referentes a um programa para o público infantil, foi possível constatar que se trata de um esforço para continuar transmitindo às crianças conteúdos que tragam alento em tempos difíceis. Pela veiculação via internet, a programação Pinheirinhos TV pode atingir um público amplo e, pela experiência dos jovens voluntários que participam, tem potencial para se aperfeiçoar e ser uma alternativa de transmissão de histórias, encontrando nos territórios da internet possibilidades de desenvolvimento de esperança e fé.

Considerações finais

Vivemos uma realidade em que se produz uma vasta gama de conteúdos audiovisuais direcionados ao público infantil, distribuídos através da internet, por serviços de *streaming*, pelas plataformas de vídeo como *Youtube* e através dos canais de televisão, abertos e fechados.

Ao olhar para o universo infantil, entende-se que os conteúdos consumidos pelas crianças fazem parte da formação subjetiva do seu caráter. Usando seus sentidos para explorar o mundo que a rodeia, uma criança interage com o meio que a cerca através do paladar, do tato, da visão, da audição e do olfato. Nesse processo de descobertas, ela vai atribuindo significado a tudo e, nessa interação, passa a conhecer cada vez mais sobre o mundo e sobre si mesma, se expressando e desenvolvendo sua subjetividade.

Diante dessa realidade, faz-se necessária a produção de conteúdos audiovisuais que respeitem o processo de desenvolvimento infantil e que permitam à criança se desenvolver e compreender as linguagens tecnológicas de sua geração de forma natural através de uma experiência de entretenimento. A Igreja Presbiteriana de Pinheiros, mediante uma programação interessante, conseguiu promover experiências como o consumo de conteúdos audiovisuais e comunicar ensinamentos por meio de narrativas lúdicas que destacam histórias bíblicas.

REFERÊNCIAS

ALPHEN, Pauline. **A odalisca e o elefante**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAUMAN, Z. **Vidas para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em: 17/12/2020.

BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

GALINDO, Daniel Santos; GONÇALVES, Elizabeth Moraes. A comunicação publicitária humanizada: o consumidor da contemporaneidade. **Razón y Palabra**. Quito, n. 89, mar./mai.

2015. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N89/M89/08_DosSantosMoraes_M89.pdf>. Acesso em: 24/12/2020.

GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. De mediações em mediações: a questão da tecnicidade em Martín-Barbero. MATRIZES. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 155-172, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/36564451/De_media%C3%A7%C3%B5es_em_media%C3%A7%C3%B5es_a_quest%C3%A3o_da_tecnicidade_em_Mart%C3%ADn_Barbero?auto=download>. Acesso em: 26/12/2020.

IGREJA PRESBITERIANA DE PINHEIROS. Pinheirinhos TV - Episódio 02 - IPP TV - Programa na íntegra. YouTube. 09/07/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ApN9pDAKQ0Q>>. Acesso em: 17/12/2020.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0** - As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artes Médica, 1999.

MCKEE, Robert. **Story**: Substância, estrutura, estilo e princípios da escrita de roteiros. Curitiba: Arte e Letra, 2006.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky** - Aprendizado e desenvolvimento - Um processo sócio-histórico. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 2002.

RANDOLPH, Rainer. Tecnologias de informação e comunicação, redes de computadores e transformações socioespaciais contemporâneas. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RICARDO, Luis. EAD na educação pública ignora que 42% das casas não têm computador. SINPRO-DF. Sindicato dos Professores no DF. Brasília, 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/ead-na-educacao-publica-ignora-que-42-das-casas-nao-tem-computador/>>. Acesso em 24/12/2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SOUZA, Juliana Martins de; VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 23, n. 6, p. 1097-1104, nov./dez. 2015. doi: 10.1590/0104-1169.0462.2654. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n6/pt_0104-1169-rlae-23-06-01097.pdf>. Acesso em: 24/12/2020.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug; SILVA, Renata Córdova da; RONSINI, Veneza V. Mayora. A Perspectiva das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 4 a 7 set. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>>. Acesso em: 26/12/2020.

YOUTUBE. YouTube About. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>>. Acesso em: 24/12/2020.

História e arte na pandemia - Uma experiência didática em tempos de quarentena

Enio Everton Vieira⁴⁰

Introdução

O ano de 2020 será lembrado por crises. Crise de saúde, crise econômica e crise na educação, entre outras. Todas essas crises decorrentes, basicamente, da Covid-19, doença causada por uma mutação do coronavírus.

Enquanto educadores, a crise na educação e a obrigação à adaptação a formatos de aula não necessariamente novos – as aulas a distância, possibilitadas pelas tecnologias da internet – provaram (e seguem provando) ser um desafio de mão dupla, tanto para nós educadores como para os educandos. Um desafio não apenas para professores pouco acostumados a utilizar recursos tecnológicos em suas aulas, também para estudantes do ensino fundamental, que estão desenvolvendo suas habilidades cognitivas e sociais.

Em entrevista concedida à Rede Globo de Pernambuco, o midiático historiador Leandro Karnal afirma que em 2020 as crianças não teriam exposição de conteúdos de forma linear, mas sim um “aprendizado extraordinário de como enfrentar uma crise” (CASTRO, 05/05/2020). Na mesma entrevista, Karnal ainda enfatiza que os pais devem ajudar seus filhos a obter uma autonomia maior em gerenciar seu tempo e seus estudos.

Pensando em questões de prática docente, cabe levantar o seguinte questionamento: qual seria o papel do professor em ajudar os educandos a desenvolver suas habilidades cognitivas, sociais e gerenciais em um ano de crise? Para tentar dar uma possível resposta a essa pergunta, o autor deste artigo focará em sua prática docente como professor de História, descrevendo sua experiência em uma sequência didática nascida da necessidade de adaptação ao que está sendo pejorativamente descrito como o “novo normal”.

A sequência didática em questão tem como tema macro “As revoluções do século XIX através de imagens”, idealizada para o oitavo ano do ensino fundamental. Partimos de uma lição introdutória sobre o Iluminismo e descrevemos a experiência revolucionária, chegando às revoltas ocorridas durante o Período Regencial no Brasil, entre 1831 a 1840. O momento de encerramento da sequência é relevante por se tratar de um período de transição entre os reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II, no qual o Brasil foi

⁴⁰ Historiador, com Mestrado pelo programa interdisciplinar em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. E-mail: teacherenio@gmail.com

palco de diversas revoltas que tiveram ainda influência das ideias iluministas e de “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Iniciamos nossas reflexões de um modo mais descritivo e ensaístico, nos limitando a traçar um rápido perfil dos alunos com os quais trabalhamos, e os recursos eletrônicos utilizados para as aulas durante o período de distanciamento social. Passamos então para a base teórica que nos acompanha no preparo de aulas, nos apoiando nos escritos de autores como Paulo Freire, Edgar Morin, Yuval Harari e Boaventura do Souza Santos. No que diz respeito ao uso de mídia, nos baseamos nas teorias de John B. Thompson sobre os modos de interação. Ao fim deste artigo, voltamos para um estilo de escrita mais ensaístico, quando descrevemos algumas das atividades trabalhadas ao longo de 2020 e como tais atividades buscavam seguir os direcionamentos teóricos expostos.

Sobre os alunos e o ambiente virtual de aprendizagem

Primeiramente, é relevante esclarecer que o presente artigo não nasce de um estudo prévio com possível aplicação didática, mas sim *a posteriori*. A sequência didática aqui observada, trabalhada no ambiente virtual, surgiu devido à situação emergencial de distanciamento social causada pelo coronavírus. Em diversos momentos as atividades eram planejadas sem um grande fio condutor, no calor do momento e da necessidade de preparar algo adaptado ao ambiente virtual para os alunos.

Ao longo dos dias de quarentena, e conforme ela se alargava cada vez mais, notou-se que havia, ainda que não intencionalmente no início, um fio condutor pedagógico e temático que unia as atividades: o trabalho de interpretação artística dentro dos contextos históricos verificados antes, durante e depois da Revolução Francesa em 1789. Quando notamos que havia uma unidade nessas atividades, foi então iniciado um trabalho de planejamento mais aprofundado, no qual se buscou incluir referências interdisciplinares, nos mostrando a possibilidade de trabalho interdisciplinar também no ensino virtual e a distância.

Trabalhamos com duas turmas de oitavo ano do ensino fundamental, ambas de uma mesma escola. A escola pertence à rede privada, sendo um colégio bilíngue e internacional, direcionado às classes mais abastadas na cidade de São Paulo. Uma das turmas possui 16 e a outra 17 alunos e, sendo crianças de classes altas, já estavam devidamente familiarizadas com as plataformas digitais. Por serem apenas duas turmas, e de número reduzido de alunos, os estudantes de ambos os grupos se conhecem e existem diversos vínculos de amizade entre eles. Por conta disso, os alunos eram sempre motivados a trabalhar em conjunto quando tivessem dúvidas, podendo muitas vezes fazer as atividades juntos (ainda que cada um devesse entregar seus trabalhos individualmente,

para registro no sistema da escola de quais alunos haviam feito suas tarefas).

A escola utiliza, essencialmente, a plataforma *Google Classroom* para atividades e anúncios diversos para os alunos (dias de provas, textos extras, tema das próximas aulas etc.). A escola fornece a todos os seus alunos e professores um e-mail *Google*, para garantir o acesso à plataforma. O autor deste artigo utiliza, além disso (e ocasionalmente), plataformas como o *Kahoot* (para jogos) e o *Padlet* (para trabalhos colaborativos). Tais plataformas, inclusive, já eram utilizadas antes mesmo da pandemia de 2020, mas de forma pontual e complementar às classes presenciais. Assim que nem professor nem alunos tiveram o trabalho de aprender a utilizar essas ferramentas, e o período de distanciamento social nos possibilitou aprofundar os conhecimentos das possibilidades por elas oferecidas, além de, forçosamente, termos de utilizar ferramentas de comunicação por videoconferência, como o *Google Meets* e o *Zoom*.

As aulas por videoconferência ocorriam, em ambas as turmas, uma vez por semana, às quintas-feiras. Eram encontros de 20 a 30 minutos semanais, que funcionavam como paliativos para as aulas expositivas e para discussão de dúvidas que poderiam ter surgido. Quanto às atividades, elas eram carregadas na plataforma *Google Classroom* duas vezes por semana (nas terças e nas quintas, por volta das 8h00 da manhã). Por fim, o professor estava sempre disponível para responder a dúvidas dos alunos por e-mail, dispositivo do tipo “bate-papo” (*Google Hangouts*) e, se necessário, videochamadas emergenciais (o que nenhuma vez ocorreu para as turmas aqui estudadas durante o período descrito).

Decidiu-se por um formato diferente do que ocorria nas aulas presenciais (três aulas de História de 50 minutos cada uma por semana), pois a escola acredita que alunos e professores não iriam render tanto no formato virtual, deixando mais tempo livre para os alunos trabalharem por conta própria em atividades, em vez de focar em aulas expositivas por videoconferência. Desde o início do distanciamento social foi decidido fomentar a autonomia dos alunos, incentivando-os a trabalhar, o máximo possível, por conta própria.

Compreensão intelectual e subjetiva

Enfatizamos, antes de qualquer coisa, que uma melhor transmissão dos conteúdos didáticos independe do meio de comunicação utilizado, seja de modo virtual ou em aulas presenciais. Como já aponta Morin, “nenhuma técnica de comunicação, do telefone à internet, traz por si mesma a compreensão. A compreensão não pode ser quantificada” (MORIN, 2000, p. 93). Morin ainda destaca que a missão espiritual da educação seria ensinar a compreensão

entre as pessoas como condição de solidariedade e intelectual e moral da humanidade.

Morin define que há dois tipos de compreensão: uma intelectual e objetiva e outra subjetiva. A compreensão intelectual concerne ao entendimento factual, em nosso caso, o ensino de História, informações como nomes, datas e a sequência de acontecimentos de um determinado episódio estudado, passando pela inteligibilidade e explicação. “A explicação é, bem entendido, necessária para a compreensão intelectual ou objetiva.” (MORIN, 2000, p. 94) Enquanto que a compreensão subjetiva diz respeito ao conhecimento do sujeito. Para tal ato, o autor afirma que compreender inclui, “necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade” (MORIN, 2000, p. 95).

Morin destaca o potencial das artes para uma compreensão subjetiva, pois as expressões artísticas são capazes de nos fazer simpatizar e compreender os que nos seriam estranhos ou antipáticos. Usando o exemplo do cinema, nos diz que “aquele que sente repugnância pelo vagabundo encontrado na rua simpatiza de todo coração, no cinema, com o vagabundo Carlitos” (MORIN, 2000, p. 101). Segundo o mesmo autor, em um mundo globalizado, as expressões artísticas escapam à homogeneização do sistema capitalista, ainda que estejam submetidas aos limites do Estado-nação, o que, de fato, ajuda a compreender as idiossincrasias de distintas culturas, auxiliando no desenvolvimento das compreensões intelectuais e subjetivas.

Quando se trata de arte, de música, de literatura, de pensamento, a mundialização cultural não é homogeneizadora. Formam-se grandes ondas transnacionais que favorecem ao mesmo tempo a expressão das originalidades nacionais em seu seio. Foi assim na Europa no Classicismo, nas Luzes, no Romantismo, no Realismo, no Surrealismo. Hoje, os romances japoneses, latino-americanos, africanos são publicados nas grandes línguas europeias e os romances europeus são publicados na Ásia, no Oriente, na África e nas Américas. As traduções dos romances, ensaios, livros filosóficos de uma língua para outra permitem a cada país ter acesso às obras dos outros países e de nutrir-se das culturas do mundo, alimentando ao mesmo tempo, com suas obras, o caldo de cultura planetária. Com certeza, aquele que recolhe as contribuições originais de múltiplas culturas está ainda limitado às esferas restritas de cada nação; mas seu desenvolvimento é um traço marcante da segunda metade do século XX e deveria estender-se até o século XXI, o que seria triunfal para a compreensão entre os humanos. (MORIN, 2000, p. 103)

Em nossa sequência didática, partimos de exposições factuais até a compreensão subjetiva, momento na qual os educandos podem demonstrar o entendimento dos conteúdos se expressando artisticamente. Busca-se, assim, o desenvolvimento cognitivo tanto de suas capacidades intelectuais como das subjetivas.

Tipos de interação

Antes de adentrarmos a experiência didática em si, é relevante destacarmos as teorias de interação em matéria de comunicação. Estamos em constante diálogo com os tipos de interação dos consumidores de mídia e a própria mídia, teorizados por John B. Thompson (1998) em *"A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia"*. Segundo esse autor, nenhum tipo de interação com as formas de mídia é inteiramente passiva, sempre havendo algum tipo de resposta dos que recebem a informação em relação aos que a fornecem, e essas interações foram possibilitadas pelo desenvolvimento das modernas formas de comunicação.

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno, e que alteraram o caráter simbólico da vida social tão profundamente que qualquer comparação entre política mediada de hoje e práticas teatrais das cortes feudais é, no mínimo, superficial. Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do "caráter público" hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 1998, p. 72)

Ao descrever as formas de interação possibilitadas pelos meios de comunicação, John B. Thompson as classifica em três tipos: a interação face a face, a interação mediada, e a quase-interação mediada. As interações mediadas implicam o uso de um meio técnico (papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas etc.) que possibilita a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo ou em ambos, transmitidos, necessariamente, para um receptor específico. Trata-se, pois, de uma mensagem personalizada e com destinatário particular. A interação quase-mediada é caracterizada por se dar nos meios de comunicação de massa, como livros, revistas, jornais, televisão etc., não sendo destinada a um receptor particular, mas detém um número indeterminado de destinatários.

No que diz respeito ao ensino virtual, podemos considerar dois tipos de interação teorizados por Thompson: a interação mediada e uma variação da interação quase-mediada. No caso de nossa sequência didática, as aulas por videoconferência se caracterizaram por serem do tipo de interação mediada, pois continham conteúdo personalizado e destinatários particulares. Quanto à variação quase-mediada, consideramos as atividades realizadas em diversas extensões (slides, documentos, vídeos) e que eram postadas aos alunos nas plataformas da escola. Essas atividades são destinadas a um número específico de destinatários particulares (como o caso dos alunos matriculados nas turmas

do oitavo ano com quem trabalhamos) e, ainda que em muitos casos pudessem ter uma mensagem personalizada, específica para as necessidades da turma, ficam disponíveis na plataforma, e podem ser trocadas entre os alunos, seus pais e mesmo entre pessoas fora da comunidade escolar para a qual foi originalmente destinada, saindo, assim, do âmbito restrito da plataforma na qual foram inicialmente pensadas. O próprio Thompson havia previsto as possíveis limitações de sua teoria, e complementa:

Uma ulterior qualificação poder-se-ia acrescentar a esta altura: os três tipos acima não esgotam os possíveis cenários de interação. Outras formas de interação podem ser criadas, por exemplo, pelo desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação que permitem um maior grau de receptividade. A estrutura analítica acima [dos três tipos de interação] deve ser entendida como um dispositivo heurístico cujo valor deveria ser julgado por sua utilidade: pode-se deixar aberta a possibilidade de que uma estrutura analítica mais elaborada venha a ser requerida para finalidades específicas. (THOMPSON, 1998, p. 81)

Além disso, os alunos sempre foram tratados, dentro ainda das teorias de Thompson, como indivíduos receptores e produtores de conteúdo (THOMPSON, 1998, p. 106), sendo a relação professor-aluno, mesmo dentro de um ou mais ambientes virtuais, constantemente dialética e dialógica.

Educando para a autonomia e a contemporaneidade

Lembremos que nossa sequência didática foi criada, inicialmente, na base do improviso, para apenas depois ser mais bem trabalhada através de um fio condutor que unia História e Arte de um modo interdisciplinar, visando a autonomia dos alunos e conectando os assuntos estudados com as necessidades educacionais contemporâneas. No entanto, certos parâmetros sempre nos guiam no que diz respeito ao planejamento de atividades, seja em época de pandemia, em educação presencial ou a distância. Entre os autores que mais guiam nosso entendimento de mundo e direcionamento didático, destacamos Zygmunt Bauman, Boaventura do Souza Santos e Paulo Freire.

As relações sociais, econômicas, políticas e até mesmo culturais no século XXI se caracterizam pela constante mudança. Bauman define os tempos atuais como uma sociedade líquida, na qual as realizações individuais “envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente” (BAUMAN, 2009, p. 07). Tal liquidez se torna um problema para nós educadores, sobretudo no que diz respeito ao ensino de História, pois, segundo Harari (2018), não sabemos que tipo de mundo nossos educandos encontrarão em sua idade adulta. Nas sociedades sólidas de tempos anteriores (desde os tempos mais remotos até o fim do século XIX), os professores tinham uma

relativa certeza do tipo de emprego e de relações pessoais que os alunos poderiam exercer no futuro, pois

[...] a maioria das pessoas ainda estaria trabalhando como agricultores e tecelões, governantes ainda contariam com humanos para equipar seus exércitos e suas burocracias, os homens ainda dominariam as mulheres, a expectativa de vida ainda seria de mais ou menos quarenta anos e o corpo humano seria exatamente o mesmo. (HARARI, 2018, p. 320)

No mundo em que vivemos, ademais de um estado constante de transformações e incertezas, as tecnologias atuais nos inundam o tempo todo com informações. Por conta disso, “a última coisa que um professor precisa dar a seus alunos é informação. [...] As pessoas precisam da capacidade para extrair um sentido da informação, perceber a diferença entre o que é importante e o que não é” (HARARI, 2018, p. 322). Ainda segundo Yuval Noah Harari:

Muitos especialistas em pedagogia alegam que as escolas deveriam passar a ensinar “os quatro Cs” – pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade. Num sentido mais amplo, as escolas deveriam minimizar habilidades técnicas e enfatizar habilidades para propósitos genéricos na vida. O mais importante de tudo será a habilidade para lidar com mudanças, aprender coisas novas e preservar seu equilíbrio mental em situações que não lhe são familiares. (HARARI, 2018, p. 323)

Por isso, entendemos aqui a necessidade de educar para um quinto “C”. Além do pensamento crítico, da comunicação, da colaboração e da criatividade, o professor deve educar também para a contemporaneidade. Isso levanta o questionamento: como ser um sujeito contemporâneo em uma modernidade líquida? Compreendemos que um ser contemporâneo é alguém em constante estado de desconexão e dissociação com o tempo no qual vive. Um sujeito contemporâneo é aquele que não coincide perfeitamente com seu tempo, e “exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais que os outros, de perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

Através dessa definição, o ensino de História se faz essencial para a formação de cidadãos contemporâneos. Agamben (2009) complementa que esse estado de deslocamento em relação ao presente permite que o indivíduo mantenha seu olhar fixo no tempo no qual vive, para perceber não apenas as luzes, mas o escuro. Ao perceber o escuro de seu tempo, o indivíduo é capaz de interpretá-lo e transformá-lo:

Isso significa que contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de

maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora. (AGAMBEN, 2009, p. 72)

Entre as mais variadas “trevas do agora” existentes no mundo moderno, o foco de nossas sequências didáticas está na superação do chamado “pensamento abissal”, definido por Boaventura do Souza Santos como um sistema de distinções visíveis e invisíveis (SANTOS, 2009). Tal pensamento se resume na expressão popularmente conhecida como “síndrome do vira-lata”, que compreende que todas as expressões culturais, intelectuais, econômicas, políticas, tecnológicas, religiosas e sociais dos países do sul geográfico, países que foram outrora colônias dos países situados ao norte ocidental do planeta, são expressões de qualidade inferior. Os conhecimentos produzidos no sul global, em especial aqueles de origem de populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas, não são relevantes ou válidos como forma de conhecimento real, sendo tratados como expressões culturais de menor valor. Segundo Santos, o pensamento abissal define que no sul global:

Não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica. Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus ‘outros’ modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2009, p. 25-26)⁴¹

A superação do pensamento abissal se daria através de reconhecimento das “trevas do agora”, pois o primeiro passo para superá-lo é reconhecê-lo.

Sem este reconhecimento, o pensamento crítico permanecerá um pensamento derivativo que continuará a reproduzir as linhas abissais, por mais anti-abissal que se autoproclame. Pelo contrário, o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação. [...] A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos a nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global. (SANTOS, 2009, p. 44)

⁴¹ Para facilitar o entendimento e dar maior unidade a este artigo, tomamos a liberdade de escrever o texto de Boaventura de Souza Santos segundo o acordo ortográfico em vigor desde 2009. Palavras como “subjetivo” ou “objetos” aparecem, no texto original, escritas como “subjectivo” e “objectos”.

Por essas razões, buscamos, enquanto educadores, nos apropriar dos conhecimentos produzidos por teóricos do norte global e aplicar, em nossas aulas, métodos e diretrizes teorizados por um dos maiores nomes da educação, e de origem do sul: Paulo Freire.

Acreditamos que educar não se resume à simples transferência de conhecimentos, mas sim em uma troca constante de saberes, com o professor aprendendo enquanto ensina e alunos que ensinam enquanto aprendem. Em outras palavras, que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro” (FREIRE, 1996, p. 25). Por conta disso, em nossas atividades, buscamos sempre aguçar a curiosidade dos educandos, estimulando, sempre que possível, sua capacidade de arriscar-se para assim transformá-los em “reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 29).

Por esses motivos, buscamos incluir em nossas atividades não tão somente perguntas de caráter conteudista, cujas respostas os alunos podem buscar em seus livros didáticos e/ou em sites na internet – mesmo que algumas atividades tenham o conteúdo como foco da aprendizagem. Procuramos sempre fazer perguntas de caráter pessoal, como por exemplo sobre a opinião dos alunos a respeito de uma obra de arte que servirá de ponto de partida para um assunto (uma adaptação da ideia de “palavra geradora”, conceito também freiriano), ou questões que possam proporcionar um debate, fazendo associações com assuntos do presente, buscando assim alunos capazes de se enxergar como agentes transformadores da realidade, fomentando sua capacidade de se assumirem como seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos (FREIRE, 1996, p. 46).

Para Freire, o ensino de História tem uma importância fundamental, pois é a matéria que possibilita a capacidade de sonhar, através da problematização do tempo e do resgate da utopia de um mundo que supere as práticas neoliberais (FREIRE, 1996, p. 130). Ademais, nossa escolha em incluir muitas perguntas de cunho pessoal em nossas atividades nos permite conhecer a “leitura de mundo” do educando, leitura que se dá através da escuta ou, no caso de atividades feitas de forma emergencial a distância, da escrita. Segundo Freire, respeitar a leitura de mundo do educando:

É a maneira correta que tem o educador de, *com* o educando e não *sobre* ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da *curiosidade*, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixa claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história. (FREIRE, 1996, p. 138-139, grifos originais)

Por isso, nossas atividades enfatizam muitas vezes questões pessoais que fomentam a curiosidade. Mais do que apenas perguntas diagnósticas de conhecimento prévio e/ou perguntas de caráter formativo, tais questões abertas buscam fomentar a curiosidade dos educandos e lhes oferecem uma oportunidade de serem agentes produtores de conhecimento, ensinando ao educador suas visões de mundo e permitindo que o educador aprenda enquanto ensina, ou seja, uma prática docente enquanto discente.

A interdisciplinaridade entre Artes e a História

A definição do que é uma disciplina escolar é ampla e ultrapassa os objetivos deste artigo. No entanto, lembremos que as disciplinas escolares, como História, Matemática, Geografia, Artes Visuais, entre outras, têm “feito parte do cotidiano de milhares de alunos e professores de tal forma que acabamos por achar natural essa organização curricular” por disciplinas ou matérias (BITTENCOURT, 2011, p. 34). Por conta dessa concepção naturalizada de divisão das ciências (exatas, humanas, biológicas) e suas disciplinas, qualquer tentativa de transposição didática que busque unir diferentes áreas do conhecimento é entendida como uma atividade interdisciplinar. Entendemos o conceito de transposição didática como a adaptação do conhecimento científico ou erudito para seu ensino escolar (BITTENCOURT, 2011, p. 36).

No caso específico do ensino de História, a ciência é tradicionalmente associada ao trabalho com documentos escritos considerados oficiais (tais como leis, decretos, discursos etc.) e análise da vida política, sucessão de governantes e seus feitos. Tal noção nasce sobretudo durante a sistematização da História no que concerne à produção científica durante o século XIX. É somente ao longo do século XX que uma diferente abordagem sobre essa ciência ganha força, e o conceito de documento histórico se amplia, indo além de fontes escritas que informam exclusivamente sobre a vida política de uma sociedade. De acordo com Kátia Abud:

Obras de arte, como pinturas e esculturas, documentos escritos de natureza diversa, como registros particulares, anotações domésticas, tipos variados de correspondência, formas de manifestação literária e musical, imagens fixas e em movimento, peças da vida cotidiana, enfim, tudo o que fornecesse informação sobre a vida humana aos poucos foi incorporado ao universo das fontes históricas. (ABUD, 2010, p. XI)

É essa percepção mais ampla do conhecimento histórico que nos interessa aqui, pois ela conversa diretamente com as concepções de Freire e Morin expostas anteriormente. O conceito de História como expressão cultural e a possibilidade de utilizar qualquer tipo de fonte material como uma fonte que permite compreender as sociedades humanas, além das concepções tradicionais de História. Não vemos o estudo de História como um estudo que visa fomentar o patriotismo através da memorização de datas e biografias de pessoas tidas como importantes.

Em oposição a essa linha conteudista, os defensores da “educação popular”, baseados em Paulo Freire, entendiam que a escola não podia ser apenas o local de transmissão de conteúdos valorizados pelos setores dominantes, mas deveria se ater a *conteúdos significativos*. Estes incorporam parte do conteúdo tradicional, mas enfatizam temas capazes de proporcionar uma leitura do mundo social, econômico e cultural das camadas populares, para que os conteúdos possam se transformar em instrumentos de ações políticas no processo de democratização do país. (BITTENCOURT, 2011, p. 105, grifos originais)

No caso do trabalho específico do ensino de História através de artes visuais, devemos interpretar além da simples observação de imagens, analisando os documentos históricos (sejam eles pinturas, esculturas, fotos etc.) através de uma metodologia de interpretação da cultura material:

Ao nos depararmos com evidências materiais de outros tempos, sinais preservados ou em ruínas deixados pelas pessoas do passado, somos impelidos a imaginar: quem os produziu? Para quê? Como foram utilizados? Por quem foram usados? Perguntas que intrigam o olhar e mobilizam os atos de ensinar e aprender História na escola e em outros espaços. (ABUD, 2010, p. 136)

Ao longo de nossas atividades, notamos a necessidade de sempre perguntar aos alunos, além das perguntas mencionadas (Quem os produziu? Para quê? Como e por quem foram usados?), *quando* as obras foram produzidas. Muitas obras de arte com as quais trabalhamos, como veremos adiante, foram produzidas muito depois do evento que buscam retratar, o que torna a visão do autor ainda mais limitada, sendo uma interpretação de um

evento que não presenciou (e mesmo que o houvesse presenciado, seguiria sendo uma visão limitada e subjetiva). Notamos que, especialmente no início de nossa proposta de ensino de História através da arte, muitos alunos entendiam os quadros como retratos fiéis dos acontecimentos históricos, noção que foi, pouco a pouco, desconstruída ao longo das atividades.

Descrição das atividades

Esta seção do artigo é mais descritiva que teórica. Por conta disso, a escrita a partir daqui assume um caráter mais ensaístico. Comentamos quatro, de um total de 44, atividades trabalhadas ao longo do ano de 2020 com o oitavo ano. Nossa descrição se concentra em atividades feitas durante o período de distanciamento social, sendo que a primeira delas foi feita no início da quarentena (em março), a segunda pouco antes das férias escolares (por volta do mês de junho), a terceira atividade em pleno auge da pandemia (em agosto) e a última quando já fazíamos planos para uma possível volta às aulas presenciais, em outubro de 2020. Buscamos assim demonstrar como iniciamos o trabalho, por onde passamos e qual foi a produção final dos alunos ao longo do processo. Paralelamente, os professores de artes visuais também buscaram interpretar as imagens que veremos do ponto de vista de sua disciplina. Por questões éticas e legais, não iremos expor as respostas dos alunos, estando cientes da limitação de utilizar descrições mais genéricas dos objetivos das atividades.

Logo que iniciamos o distanciamento social, havíamos trabalhado em sala de aula com a Revolução Industrial, e caminhávamos para uma visão panorâmica das ideias dos filósofos iluministas. Uma imagem clássica que está presente em muitos livros didáticos é o retrato de Luís XIV, ao lado da frase "*Le moi c'est l'État*" ("O Estado sou eu"), representando a expressão máxima do Estado Absolutista e a contradição entre a monarquia francesa e os ideais pregados pelos filósofos do século XVIII. Além de perguntas de cunho conteudista, às quais os alunos poderiam responder depois de pesquisar em seus livros didáticos e/ou em sites da internet (perguntas como "Qual a famosa frase atribuída ao rei Luís XIV?", "O que significa dizer que ele foi um 'Déspota Esclarecido'?" etc.), iniciamos a nossa série de atividades com duas perguntas sobre a imagem:

- Quais aspectos do quadro te impressionaram?
- Em sua opinião, quais objetos do quadro representam nobreza e poder?

Através dessas duas perguntas, buscou-se entender o conhecimento prévio dos alunos no que diz respeito à simbologia artística (o cetro, a peruca, a coroa, a flor de lis, entre outros símbolos) e também conhecer o interesse e o gosto dos educandos no que diz respeito à arte de um modo geral. Nesse primeiro momento, as respostas dos alunos foram bem simples e descritivas. Os alunos em momento algum foram proibidos e pesquisar as respostas online. Entretanto, eram estimulados a especular e expor suas opiniões nas atividades, sempre lembrados de que a pesquisa não era obrigatória, e a ideia era exercitar sua imaginação e interpretação de imagens por conta própria.



Retrato de Luís XIV com trajes de coroação, por Hyacinthe Rigaud. Óleo sobre tela, 2,77 m x 1,94 m, 1701. Museu do Louvre, Paris. (Imagem 1)

Alguns meses depois, trabalhamos o Império Napoleônico. Entre as inúmeras imagens de Napoleão Bonaparte que estão disponíveis na internet, vimos desde charges que o retratam como um louco (chapéu de lado e mão dentro da casaca, muitas vezes vestindo uma camisa de força) até quadros nos quais Bonaparte posa em trajes grandiosos típicos de imperadores romanos. Com o intuito de ampliar a visão de mundo dos alunos, e fomentar uma atitude democrática em relação às interpretações distintas sobre um mesmo tema, destacamos duas obras, produzidas por artistas diferentes em momentos distantes um do outro, mas com a mesma temática: Napoleão cruzando os Alpes Suíços.



Napoleão cruzando os Alpes, por Jacques-Louis David.
Óleo sobre tela, 260 cm x 221 cm, 1801. Musée National des Châteaux de Malmaison et de Bois - Préau. (Imagem 2)



Bonaparte cruzando os Alpes, por Paul Delaroche. Óleo sobre tela, 279,4 cm x 214,5 cm, 1848. Walker Art Gallery, Liverpool. (Imagem 3)

Nesse momento de nosso cronograma, já havíamos trabalhado com os principais aspectos do governo napoleônico, sendo a comparação das imagens 2 e 3 a atividade de encerramento da unidade. Além de explicar qual das duas obras eles mais gostaram, os alunos tiveram de responder algumas perguntas comparando-as:

- Quais as semelhanças e diferenças entre os quadros representando Napoleão nos Alpes?
- Observando as informações técnicas das imagens, explique qual delas foi encomendada pelo próprio Napoleão.
- Quais são as limitações de um pintor ao realizar uma pintura encomendada?
- O que teria levado o pintor Paul Delaroche a reinterpretar o quadro de Jacques-Louis David?

Como já havia previsto Benjamin, “a reprodutibilidade técnica da obra de arte altera a relação das massas com a arte” (BENJAMIN, 2012 p. 27). Ao trabalharmos com educandos acostumados a posar para fotografias em seus smartphones, temos uma dificuldade a ser superada no trabalho com retratos pintados. Muitos estudantes percebem as pinturas como fotos instantâneas, e não têm a percepção inicial de que um retrato pintado em uma tela pode levar até meses para ficar pronto. Por conta da facilidade técnica dos dias de hoje, os alunos do século XXI pensam nas imagens como fotografias, e não como quadros.

Outra dificuldade que os alunos podem encontrar ao associar pinturas com fotografias vem do errôneo entendimento de que as fotografias apresentam uma interpretação da verdade. É necessário que o professor constantemente lembre aos alunos que, “embora haja um sentido em que a câmera realmente captura a realidade, não apenas a interpreta, as fotos são tanto uma interpretação do mundo como as pinturas e os desenhos” (SONTAG, 2005, p. 04).

Ao destacarmos que um dos quadros (o de David) foi encomendado, e o outro (de Delaroche) foi pintado 20 anos após a morte do retratado, estamos conscientizando nossos estudantes de que as imagens são documentos históricos, produzidos em distintos tempos, por diferentes agentes e com intencionalidades próprias. No que diz respeito a esses dois quadros de Napoleão, buscamos destacar a existência de agentes históricos, e como a História, enquanto conhecimento interpretativo, pode ser manipulada de acordo com interesses políticos. Ao utilizarmos a arte, nos afastamos da História política tradicional para nos reaproximarmos dos aspectos políticos pela e através da arte, entendendo tanto a política como a arte como expressões distintas, mas não dissociadas, das culturas humanas.

Em um momento posterior, utilizamos também dois quadros com o mesmo tema, mas dessa vez no que diz respeito à História nacional. Após estudarmos a Fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, e todas as transformações que tal evento acarretou no Brasil, comparamos dois quadros de Dom Pedro I que interpretam de modo distinto a declaração da Independência em 7 de Setembro de 1822.



A proclamação da Independência, por François-René Moreau. Óleo sobre tela, 244 × 383 cm, 1844. Museu Imperial, Petrópolis - RJ. (Imagem 4)



Independência ou morte (ou O Grito do Ipiranga), por Pedro Américo. Óleo sobre tela, 415 x 760 cm, 1888. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. (Imagem 5)

Semelhante à atividade anterior com as imagens 2 e 3 (quadros de Napoleão), fizemos uma série de cinco perguntas, sendo as mesmas questões para cada uma das pinturas representando o momento da Independência. O objetivo, mais do que o processo que levou à emancipação política do Brasil, é a construção da memória em torno do 7 de Setembro, com foco no momento em que cada imagem foi produzida e na intencionalidade presente na pintura. As perguntas foram:

- Quais elementos do quadro sugerem seu valor histórico?
- Qual ideia da personalidade de Dom Pedro I cada pintor quis passar?
- Qual ideia de participação popular na declaração da Independência cada pintor quis passar?

- Quais traços de civilização europeia e/ou africana podemos ver nas pinturas?
- Observe a data na qual cada obra foi feita. Podemos dizer que os quadros são uma representação fiel do momento da declaração de Independência do Brasil?

As perguntas procuram deixar espaço para a especulação e a imaginação do aluno, além da observação empírica. Quando perguntamos os traços de civilização europeia e/ou africana nas pinturas, a intenção é levá-lo a comparar as imagens com os dados da população brasileira no século XIX (majoritariamente de origem africana na época, e com presença quase totalmente ignorada nas imagens). Através de pinturas produzidas no Brasil sobre episódios da História do país, buscamos fomentar a superação do pensamento abissal, destacando e estimulando formas de pensamento que colocam o sul global no centro da produção, o que nos encaminha para a última atividade descrita neste artigo.

Nossa última atividade desse ciclo se dá após o estudo do Período Regencial (1831-1840), antes de iniciarmos o estudo do longo reinado de Dom Pedro II (1840-1889). Em trabalho interdisciplinar com os professores de artes visuais (que, relembremos, também trabalharam as imagens apresentadas ao longo do ano letivo), os alunos prepararam uma obra inspirada em uma revolta de sua preferência entre as que ocorreram entre 1822 e 1840, sendo elas:

- Confederação do Equador (1825)
- Guerra da Cisplatina (1828)
- Noite das Garrafadas (1831)
- Cabanagem (1835-1840)
- Balaiada (1838-1841)
- Sabinada (1837-1838)
- Farroupilha (1835-1845)
- Malês (1835)

O estudo dessas revoltas (também chamadas de levantes ou revoluções, dependendo dos manuais didáticos e suas intencionalidades) visa também a superação do pensamento abissal. Ao serem expostos a esse conteúdo, os alunos comparam tais eventos com o estudo anterior da Revolução Francesa, e podem notar que, diferentemente das obras de arte estudadas ao longo do ano (como no caso das imagens 4 e 5, com as representações da Independência), a participação popular foi uma constante no Brasil do século XIX, sendo comparável às revoluções europeias do mesmo período. Ao se expressar artisticamente, o aluno poderá, como anteriormente explicado por Morin, demonstrar seu

entendimento dos conteúdos de modo subjetivo, além do trabalho com os cinco C's – pensamento crítico, comunicação, colaboração, criatividade e, na definição de Agamben, contemporaneidade (se deslocando do presente ao passado, para compreender as trevas do momento atual).

Além disso, buscamos enfatizar o histórico de revoltas populares no Brasil, desconstruindo o senso comum perpetuado pelas mídias atuais que divulgam que os protestos políticos são um fenômeno recente de nossa História, praticamente ignorando toda a participação popular no Brasil antes das Jornadas de 2013. Destacamos que o que se viu durante as Jornadas foi uma “nação furiosa em 2013, não decifrada pelas autoridades, [que] trazia em suas raízes sígnicas questões históricas referentes à construção do espaço urbano não resolvidas pelos governos Lula e Dilma” (PAIERO, SCHWARTZ, 2019, p. 83).

Tais questões históricas podem ser alargadas em suas raízes segundo os critérios de interpretação do historiador que trabalha com elas, e em nosso recorte temporal e pedagógico buscamos conectar os problemas de representação e representatividade popular ao início do “longo século XIX”, segundo a interpretação temporal clássica de Eric Hobsbawm (1996).

Reflexões finais

Iniciamos este artigo falando em crises. Terminamos falando em oportunidades. As relações entre os termos “crise” e “oportunidade” são facilmente encontradas nos sites de busca *online*. Não nos alongaremos em conceituar esses termos, mas destacamos a seguinte definição: “Existe uma longa e antiga polêmica entre os estudiosos de linguística a respeito das origens do ideograma utilizado em chinês mandarim para algo próximo ao conceito ocidental corrente de ‘crise’. Para alguns, ele seria uma síntese do ideograma usado para ‘perigo’ ou ‘risco’ com outro relativo ao termo ‘oportunidade’.” (KLIASS, 2020)

O distanciamento social por conta da pandemia da Covid-19 foi, sem dúvida, uma grande crise. Simultaneamente, a pandemia criou oportunidades para reflexão e redefinição das práticas pedagógicas, da autonomia dos alunos e do papel dos docentes em face das tecnologias e dos desafios da modernidade líquida.

Muitos professores que tinham receio de experimentar e utilizar as plataformas de ensino e jogos em rede não viram outra opção para tentar cumprir com seus cronogramas além de aprender a usar as (já não tão novas) tecnologias. Não nos arriscamos a fazer previsões de como serão as relações entre alunos, professores e tecnologias nos próximos anos, mas a prática docente se expandiu de um modo que dificilmente voltará à tríade “lousa, saliva e giz” (expressão popularmente conhecida entre os professores para

descrever uma aula o mais simples possível, sem nenhum recurso virtual).

Tomando a liberdade de finalizar dando um pouco de minha perspectiva pessoal neste parágrafo, vi o ano de 2020 como uma grande oportunidade de colocar em prática várias das ideias que vinha alimentando há muito tempo, mas, devido à rotina extenuante da escola (rotina essa não menos cansativa durante o afastamento), raramente conseguia ter tempo para aplicar muitas dessas ideias, em especial na busca por fontes, tanto imagéticas como escritas, para trabalhar em sala de aula (real ou virtual). Foram utilizados os mais variados tipos de fontes, desde literárias, jornalísticas (notícias atuais e das épocas estudadas), mapas, poemas, músicas, além de obras de arte, claro. As atividades foram concebidas, desde o início, visando sua fácil adaptação às classes presenciais. Fica, assim, a expectativa de saber como elas funcionarão nos próximos anos.

No âmbito das artes plásticas, não foram utilizadas apenas pinturas, mas também esculturas, vasos, quadrinhos, vídeos, enfim, qualquer tipo de produção artística que pudesse ser associada aos temas estudados. Meu objetivo com este artigo foi dar uma pequena contribuição ao tema e, quem sabe, inspirar colegas de profissão a criar suas sequências didáticas e divulgá-las para a comunidade docente no futuro.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Beatriz. Historiador Leandro Karnal diz que pandemia pode significar uma oportunidade de crescimento. **G1** – Pernambuco. 05 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/05/05/historiador-leandro-karnal-diz-que-pandemia-pode-significar-uma-oportunidade-de-crescimento.ghtml>>. Acesso em: 13/09/2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Revolution** (1789-1848). New York: First Vintage Books, 1996.

KLIASS, Paulo. Crise e oportunidade. **Carta Maior**. Economia Política. 10 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Crise-e-oportunidade/7/46731>>. Acesso em: 4 out. 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAIERO, Denise Cristina; SCHWARTZ, Rosana M. P. B. **Atos que viraram fatos**: olhar do jornalismo e da história sobre os protestos de 2013 a 2016. São Paulo: Mackenzie, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SONTAG, Susan. **On Photography**. New York: Rosetta Books, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

Democracia, infância e educação em tempos de pandemia

Érica de Souza Paixão⁴²

“Mas faltava qualquer coisa. Qualquer coisa importante que me fizesse voltar a ser o mesmo, talvez a acreditar nas pessoas, na bondade delas.”
(José Mauro de Vasconcelos -
“O Meu Pé de Laranja Lima”)

Sabemos que o ano de 2020 foi marcado pela drástica pandemia que ocorreu no Brasil e no mundo e trouxe inúmeras reflexões relacionadas à sociedade e às desigualdades sociais e econômicas. O objetivo deste artigo é refletir sobre as situações de violência em relação ao público infanto-juvenil. Relacionamos dados sobre a violência infantil de antes desse momento caótico comparando com a situação atual do país. Verificamos que existe uma urgência na criação de políticas públicas para atendimento desse público, principalmente no que tange ao direito de educação. A violência estrutural cresceu nesses últimos dois anos, e com a pandemia os dados reforçam esse cenário, principalmente no que diz respeito ao território onde moram crianças e jovens mais vulneráveis. Território que marca também o valor do cidadão, de acordo com Santos (2014).

Realizamos uma pesquisa com professores da rede pública com o intuito de verificar as dificuldades que esses profissionais e os alunos enfrentam nesse período de quarentena. Utilizamos como base para discutir o tema os autores Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí e Michel Foucault, os quais contribuem para compreendermos o que é um Estado Democrático de Direito.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a infância e a educação sob os reflexos da pandemia. No primeiro momento realizamos uma reflexão sobre a infância e a violência. Utilizamos conceitos de Diógenes, que entende que a violência está vinculada a fatores sociais, ressaltando duplas conceituais como, por exemplo, “segurança e violência” e “pobreza e violência” que,

⁴² Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Literatura (lato sensu) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em História, Sociedade e Cultura (lato sensu) pela PUC-SP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Aluna do curso de Direito no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Professora na Secretaria Municipal de Caieiras-SP. Participante do grupo de pesquisa “O passado/presente: territórios, territorialidades, deslocamentos, memórias e história” da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

assim, suscitam um olhar estereotipado sobre o que é a violência, sendo esse um fenômeno de ampla definição.

Também levamos em consideração as ideias de Qvortrup⁴³. Para o autor, a criança tem um papel importante na sociedade, seja considerando o aspecto do *participacionismo*, uma vez que ajuda a compor o cenário político, cultural, entre outros, ou o *protecionista*, tendo em vista que precisa de cuidados e de proteção.

A seguir refletimos sobre o que é a democracia à luz do pensamento da pesquisadora Marilena Chauí e do professor Boaventura de Sousa Santos, que entendem que o Estado Democrático não é apenas a garantia do voto, e sim a garantia dos direitos fundamentais. Para finalizar, pensamos se realmente a democracia estaria sendo atendida durante este período de pandemia no que tange à educação, área que mesmo antes desse drástico cenário já necessitava de uma reforma.

Infância e violência

De acordo com Diógenes (2011), a violência surge de forma recorrente a partir da década de 1990 no Brasil, agregada a outros fatores sociais, vinculada na maioria das vezes a duplas conceituais, como por exemplo “segurança e violência”, “pobreza e violência” e “drogas e violência”, de forma que foi aos poucos se tornando um fenômeno, principalmente com o surgimento de programas sensacionalistas policiais exibidos em redes televisivas. Com a metropolização e a intensa migração do campo para a cidade, a violência assume traços e dinâmicas diferentes.

Tratava-se de uma geografia que até então inspirava o planejamento urbano nas cidades e ativava seus fluxos. Tentativas de zoneamento pretendiam definir usos e ocupações do espaço e acabavam produzindo cidades paridas e desiguais, compondo o mesmo cenário. A segregação espacial, a separação entre o lugar dos ricos e os espaços reservados para o confinamento da pobreza, subsistiu por décadas no Brasil. Em quase todas as grandes metrópoles brasileiras, podia-se identificar facilmente os limites dessas fronteiras. (DIÓGENES, 2011, p. 210)

Nesse sentido, a violência foi associada à segurança, sendo necessário o estado de alerta para não ultrapassar as fronteiras geográficas consideradas de risco. O discurso passa a dar ênfase ao medo do outro, e o enfrentamento da violência estaria no campo da política urbana e da segurança pública (DIÓGENES, 2011).

O modo como são disseminadas as informações a respeito da violência nos meios de comunicação impacta profundamente o inconsciente infantil. Segundo Assis (2002), além de reforçar a visão de perigo, atinge instituições como a escola e a família, criando dificuldades cotidianas e até mesmo gerando relações

⁴³ Precursor dos estudos sobre a infância. Foi presidente da seção International Sociological Association na sociologia da infância.

violentas entre essas crianças, sobretudo se essa violência está próxima de sua comunidade. As instituições, como por exemplo a escola e a família, por sua vez, transformam essa violência social em patamares mais violentos – de acordo com a autora, a violência é potencializada numa relação contínua de retroalimentação.

Para Azevedo e Guerra (2015), as crianças vítimas de violências no Brasil podem ser distribuídas em cinco categorias. Na primeira encontramos a *infância pobre*, na qual temos crianças vítimas da violência social, compõem a infância em dificuldade. Essa categoria foi descoberta como um problema social no final do século XIX e início do século XX. Alguns rótulos foram construídos ao longo do século XX, como “menores carentes”, “menores abandonados” e “menores infratores”. A segunda categoria é a da *infância explorada*, são aquelas crianças que sofrem a violência no trabalho. Essa infância explorada atinge crianças que buscam sobreviver por meio do mercado formal e informal. Geralmente essas crianças e adolescentes são vítimas de relações abusivas no trabalho.

Na terceira categoria temos a *infância torturada*, aqui temos vítimas institucionais, que sofrem maus-tratos nas instituições “seja de *assistência*, seja de *repressão*, seja de *tratamento*” (AZEVEDO, GUERRA, 2015, p. 252). A quarta categoria é a da *infância fracassada*, aqui encontramos crianças vítimas da violência escolar, sendo a exclusão a expressão dessa violência. A exclusão se dá por meio do próprio acesso à escolarização (falta de vagas, por exemplo), da reprovação e da evasão da escolar. E a *infância vitimizada* são as vítimas da violência doméstica. Azevedo e Guerra (2015) definem essa última categoria como a violência praticada no lar. Essa categoria pode ser dividida em violência sexual, violência física, negligência e violência fatal.

O sociólogo Qvortrup (2007) considera que, para entender esse bem ou mal-estar infantil, é preciso pensar a respeito do papel da criança na sociedade. Para o autor, é importante compreender o que as crianças têm a falar sobre esses mecanismos. Expõe dois modelos para caracterizar a criança: o *protecionista* e o *participacionista*. Um não retira a importância do outro, tanto as crianças necessitam de proteção como de participação em sua comunidade e sociedade, visto que são sujeitos de direitos. Precisam reagir e responder aos papéis que lhes são impostos. Essa ideia é expressa no Artigo 17º da Convenção dos Direitos das Crianças (1989), conforme estudaremos mais à frente.

ARTIGO 17.º Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física

e mental. Para esse efeito, os Estados Partes devem: a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança e se enquadrem no espírito do artigo 29º. (apud TASCA, MACHADO, REICHERT, 1997)

O autor destaca que para se compreender o bem ou mal-estar infantil também é importante observar a influência da relação entre o Estado e a ordem, o mercado e irregularidades. Nesse mecanismo, a criança ou seus pais têm pouco ou nada a dizer²:

Com base em evidências disponíveis, há o direito de temer que, no reino dos inimigos invisíveis, nos países, em desenvolvimento, em geral, e suas crianças, em particular, estejam sofrendo mais, que a pobreza esteja aumentando, as condições de saúde deteriorando e, conseqüentemente, também fertilizando o solo que produz mais trabalho infantil, trazendo tensões nas quais crianças são não somente vítimas, mas também parte como soldados ou combatentes. (QVORTRUP, 2007, p. 51)

No entanto, há muitos desafios para os pesquisadores que desejam compreender o tema da infância. O inimigo invisível está relacionado à pobreza e ao mercado, que não tem rosto, mas gera riquezas para os empresários e para as nações e ninguém se responsabiliza pelas suas conseqüências. “A mão invisível não pertence a ninguém. Ninguém requer aplausos pelas conseqüências, ninguém pode ser culpado. O mercado não tem rosto, é um amigo ou inimigo invisível, de acordo com o momento.” (QVORTRUP, 2007, p. 49)

Qvortrup ainda ressalta que é necessária uma abordagem que dê rosto aos inimigos invisíveis, que por muito tempo tiraram vantagens da vida das crianças. Quando houver uma luta simultânea contra a violência estrutural e contra a violência intraclasse para minimizar os efeitos da violência, poderemos perceber a melhoria da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes deixando de ser uma realidade apenas no papel.

[...] só deixará de ser uma realidade de papel se e quando a luta contra a violência entre classes sociais (violência estrutura de que a infância pobre, prostituída explorada no trabalho etc. são alguns frutos) e a luta contra a violência intraclasse sociais (de que a infância vitimizada no lar é uma conseqüência) forem levadas simultaneamente. (AZEVEDO, 2002, p. 126)

Nesse sentido, seria necessário construir possibilidades para os sujeitos extraírem forças emancipatórias dessa realidade contraditória e desafiadora.

Conforme dados examinados por pesquisadores (JORGE, GOTLIEB, LAURENTI, 2002), a criança tornou-se objeto de preocupação e de estudo há pouco tempo, iniciando pela Declaração de Genebra, em 1924. No entanto, somente em 1959 que a ONU

reconheceu que a criança necessita de proteção e cuidados especiais, e foi a partir da Convenção dos Direitos das Crianças (1989) que as ações em prol da sua defesa, principalmente do ponto de vista internacional, passaram a ser colocadas em prática por governos e entidades sociais. Em seu primeiro artigo, a Convenção declara que criança é todo ser humano menor de 18 anos, a menos que sua maioridade seja alcançada antes conforme a legislação. No segundo artigo é assegurado o direito à proteção pelo Estado independentemente da raça, cor, sexo, religião ou opinião política da criança ou de seus pais.

Agora vejamos que as desigualdades sociais e a pobreza na sociedade brasileira, conforme os dados do IBGE, têm aumentado. Em pesquisa realizada no segundo semestre de 2019, verificou-se que a concentração de renda durante o ano de 2018 reforçou a desigualdade social no país. A população rica, que representava 1%, chegou a ter um rendimento 34 vezes maior que metade da população – seu ganho médio mensal variava em torno de R\$ 27.744, enquanto os menos favorecidos tinham renda de cerca de R\$ 820. A pesquisa ainda enfatiza em seu título que 43% da massa de rendimentos do país encontra-se na mão de apenas 10% da população.

Vejamos a seguir os dados analisados por Paixão (2020), recolhidos no ano de 2019 pela organização Save the Children:

2019					
<i>Country</i>	<i>Index Rank</i>	<i>Children out of school</i>	<i>Under-5 Mortality - Deaths per 1,000 births</i>	<i>Malnutrition Stunted growth before age 5</i>	<i>Child Homicide - Deaths per 100,000 population</i>
<i>Bolivia</i>	116	11.7%	34.9	16.1%	6.0
<i>Brazil</i>	99	7.2%	14.8	7.1%	17.7
<i>Mexico</i>	96	10.4%	13.4	12.4%	4.9
<i>Argentina</i>	74	2.9%	10.4	8.2%	3.1
<i>Chile</i>	55	6.2%	7.4	1.8%	1.9

Fonte: PAIXÃO, 2020, p. 24.

No estudo que Paixão (2020) realizou houve a constatação de que, no ano de 2018, o Brasil ocupava a 93ª posição no *ranking* que avalia fatores referentes à qualidade de vida na infância, em 2019 caiu para a 99ª, e agora no ano de 2020, fazendo uma comparação entre as mesmas variáveis – criança fora da escola, mortalidade infantil, desnutrição e homicídio –, verificamos que o Brasil se encontra na 104ª posição. Isso significa que o Brasil tem oferecido mais riscos para as crianças, e esse fenômeno ocorre, de acordo com a autora, devido à falta de investimento em políticas públicas para atender esse público.

2020					
<i>Country</i>	<i>Index Rank</i>	<i>Children out of school</i>	<i>Under-5 Mortality - Deaths per 1,000 births</i>	<i>Malnutrition Stunted growth before age 5</i>	<i>Child Homicide - Deaths per 100,000 population</i>
<i>Bolivia</i>	118	12.6%	26.8	16.1%	6.0
<i>Brazil</i>	104	7.1%	14.4	7.0%	17.9
<i>Mexico</i>	91	8.4%	12.7	10.0%	5.1
<i>Argentina</i>	78	2.8%	9.9	7.9%	3.1
<i>Chile</i>	54	3.7%	7.2	1.8%	1.9

Fonte: SAVE THE CHILDREN, s/d.

Outro fator de grande relevância é o momento histórico que estamos vivenciando. É nesse cenário do ano de 2020 que vivenciamos uma pandemia global, na qual o Brasil e o mundo sofrem com a perda de milhares de pessoas e com inúmeras consequências para a saúde, a educação e a economia.

Victor Castro (2020), em seu artigo *“A violência que não respeita o isolamento”*, narra o quanto a violência permeia as pessoas em situação mais vulnerável, como moradores de *“favela, na sua maioria preto e pobre”* (p.172), conforme a fala do autor. Observamos na tabela anterior que o homicídio entre os jovens aumentou de 17,7 mortes para 17,9 a cada 100.000 habitantes.

Castro (2020) relata a situação do ativista Raul Santiago, que fez uma declaração em suas redes sociais afirmando que, se o povo da favela não morresse de vírus ou de fome, seria provável uma morte por tiro de fuzil. Um dos exemplos dessa violência ocorreu no Complexo do Alemão, favela no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio, quando o BOPE (Batalhão de Choque da Polícia Militar) deixou 12 mortos em uma chacina. Mais tarde, no dia 18 de maio, um adolescente com o nome João Pedro Matos Pinto, com apenas 14 anos, morador do Morro do Salgueiro, também foi atingido por um tiro de fuzil dentro de casa. Nesse mesmo dia Igor César dos Reis também foi baleado, numa operação do BOPE, na favela Acari. De acordo com Castro (2020), a família relata que Igor foi torturado com saco plástico na cabeça.

Outro relato contido no artigo é do jovem de 18 anos Vítor Gomes da Rocha, assassinado no dia 20 de maio pela polícia. Sua morte ocorreu numa operação policial, o jovem realizava serviço social entregando cesta básica para famílias que estavam passando necessidade devido à pandemia, na região da zona oeste carioca. A seguir o relato de um morador da favela integrante do grupo do qual Vítor Gomes participava:

— A gente nasceu alvo, a gente nasceu alvo! E já era. João Pedro foi ontem. Esse menor foi hoje. Nós é preto mano, nós é preto mano. Então se acalma.

— Eles são genocida, eles entram matando!

— Eles são. Eles são genocida e nós somos alvo do Estado, mano. Sempre foi assim. Nós é preto mano! Nós é preto mano, então se acalma! Você acabou de distribuir 200 cestas básicas. Eu não vou te perder, você é preto. Se acalma meu mano!

— Eles não têm que matar inocente, eles não têm que matar!

— Eles não têm que matar ninguém, mano!

— Eles não têm que chegar dando bala pros outros.

— Meu mano, eles não têm que matar ninguém. Calma. Nós não vai embora, mas se acalma [...] nós não vai sair daqui sem ver quem é, mas calma.

— Eu não vou embora daqui, eles vieram atirando em inocente que estava naquela porta lá. A gente tá fazendo uma ação pra ajudar as pessoas, eles entram atirando, porra! (apud CASTRO, 2020, p. 171)

O autor ainda ressalta que, durante esse período de pandemia e a obrigatoriedade do isolamento social, na favela a quarentena tem sido frequentemente interrompida pelos tiros.

No mês de abril foram registrados 501 tiroteios/disparos por armas de fogo, com 197 pessoas baleadas e 96 mortes. Em 32% desses tiroteios havia a presença de agentes de segurança (no mesmo período do ano anterior, este índice era de 25%). Comparando com o mês de março de 2020, quando teve início a quarentena, os índices são ainda piores: houve um aumento de 12% nos tiroteios e de 34% no índice de pessoas baleadas. (CASTRO, 2020, p. 173)

Castro não deixa de observar que historicamente os moradores de favelas e periferias recebem tratamento diferenciado, como cidadãos de segunda classe. Santos (2014) também reforça que não há como imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial, sendo que a igualdade entre os cidadãos só irá se concretizar quando todos tiverem a mesma acessibilidade a bens e serviços.

Essa reflexão sobre o território evidencia que o valor do indivíduo está diretamente relacionado ao lugar onde vive. Dessa forma, as condições e características de um determinado lugar determinam o valor de cada pessoa. O autor acrescenta que o homem passa a realmente ter um valor determinado em razão do lugar onde vive. Sendo assim, é necessário corrigir esse cenário para que realmente a cidadania possa ser exercida. É importante também corrigir o fato de a morte e a exterminação do povo pobre e negro ser evidenciada apenas como estatística, visto que a vítima é sempre a mesma. (CASTRO, 2020)

Arendt denomina a “banalidade do mal”, onde falta a percepção do mal que se faz aos outros, mesmo que estejam na função do seu dever. A ação violenta do homem está além do controle dos atores, o que pode gerar a consequência que Hannah Arendt observa: o

poder e a força sempre necessitam de implementos, e toda ação violenta é regida pela categoria meio-fim. Para Arendt (2020, p. 18),

[...] a própria substancia da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre que a de o fim corre o perigo de ser suplantado pelos que ele justifica e que são necessários para alcança-los. Visto que o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos são muito frequentemente de mais relevância par ao mundo futuro do que os objetivos pretendidos.

Lembrando que o Estado, de acordo com Weber (2011, p. 67), “reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física”, dessa forma, possui o direito de usar da violência. Só o Estado tem o monopólio da violência e da força física, seja por meio do exército ou da polícia.

“Todo Estado se funda na força física”, disse um dia Trotsky a Brest-Litvsk. E isso é verdade. Se só existe estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado terá também desaparecido e apenas substituiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer duvida –, mas é seu instrumento específico. (WEBER, 2011, p. 66)

Nos agrupamentos políticos, o Estado possui uma relação de dominação “do homem sobre o homem”, dominação essa que tem uma base legítima, ou seja, a violência considerada legítima. Weber ainda afirma que, dessa forma, a existência de um Estado se dá somente quando há homens dominados submetendo-se continuamente aos seus dominadores.

Já em relação ao público infanto-juvenil, a situação é ainda mais agravante. Rizzini e Pilotti (2011) afirmam que, em toda a história da humanidade, em todas as partes do mundo, crianças foram maltratadas e negligenciadas. No Brasil, o cuidado desses pequenos passou por inúmeras mãos, um exemplo foi a criação de reformatórios e casas de correção. Os autores relatam que, no fim do século XIX e início do século XX, havia uma forte corrente de juristas que defendiam a reeducação por meio da punição.

Essa concepção foi levada para a infância e a juventude, que chamavam atenção devido ao número crescente da criminalidade. Na década de 1920 se estabeleceu a fórmula da Justiça e da Assistência para os menores delinquentes. Os jovens eram encaminhados para colônias correccionais ou casas de correção, e a resolução de mantê-los separados dos adultos nem sempre era cumprida. De acordo com os autores, essas medidas não visavam melhorar a vida das crianças e das famílias, tratava-se de uma estratégia de medicalização e criminalização da pobreza. Como no

caso do SAM (Serviço de Assistência ao Menor), que na década de 1960 foi substituído pela FUNABEM (Fundação Federal do Bem-Estar).

E é nesse sentido que Foucault (2015) alega que uma das formas de classificar a sociedade nos séculos XIX e XX seria observando o modo como tratava seus mortos, assim poderia ser denominada como incinerante ou inumerante. Entretanto, o autor ressalta que ele, enquanto estudioso, poderia classificar a sociedade não exatamente pelo destino dos mortos, mas sim pelos vivos dos quais essa sociedade deseja se livrar.

De acordo com o autor, esses indivíduos seriam aqueles que de alguma forma não são considerados “normais” ou que em algum momento não são participantes do sistema de produção e de consumo, sejam eles delinquentes, minorias religiosas, étnicas, sexuais, doentes mentais, entre outros. E, nesse caso, verificamos o quanto nossas crianças e adolescentes foram e ainda são vitimizados.

Portanto, estamos diante de um problema estrutural que o cenário pandêmico do ano de 2020 expôs e enfatizou.

Pandemia no Brasil

De acordo com Hobbes (1971, apud MENDES, BRANCO, 2014), em um determinado momento os indivíduos, para se livrarem dos perigos e das angústias consequentes do estado de natureza, teriam instituído um poder soberano comum, para que os protegesse e pudessem desfrutar da propriedade. Para isso, entregaram-lhe os amplos direitos que possuíam no estado de natureza.

O processo civilizatório, segundo Barroso (2020), é uma aventura longa, errante e inacabada. A princípio a força exercia o poder, sendo que era cada um por si. Logo mais vieram as famílias e a sociedade primitiva. As primeiras leis possuíam aspecto moral, depois veio o caráter jurídico. As regras de conduta contribuíram para a proteção das relações pessoais e da propriedade.

Atualmente quem é responsável por nos garantir esses direitos é o Estado. Quando este não cumpre seu papel, ou quando há necessidade de preservar os direitos, é necessário pleitear pelo que é devido, conforme Matos (2015), seja no campo econômico, político, social, ou seja, os direitos fundamentais.

E a pergunta que fazemos é: como garantir que o Estado proteja os nossos direitos fundamentais, ainda mais diante de uma situação de pandemia, principalmente para o público infanto-juvenil?

O pesquisador Gomes (2020), no seu artigo “*Morte como projeto*”, faz uma reflexão sobre as ações do então Presidente Jair Bolsonaro, que, no início da pandemia, decidiu por não seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim

como diminuiu a gravidade do potencial destrutivo da pandemia, classificando-a como uma “gripezinha”. Houve também falta de ações em relação à preservação de idosos, considerados como grupo de risco.



Profissional da saúde verifica uma casa em Portel, município do Pará. (OSBORN, 07/07/2020)

Gomes (2020) observa que, em seus discursos, Bolsonaro ainda diminuía o trabalho científico, afirmando que a Hidroxicloroquina seria a estratégia mais eficiente para combater o coronavírus, mesmo sem haver nenhuma comprovação científica do uso dessa medicação. Esse discurso deu força às ideias da hegemonia neoliberal, reforçando as desigualdades estruturais.

De acordo com Costa (2020), a pandemia mostrou a falência do modelo neoliberal aqui no Brasil e expôs de forma drástica a dependência econômica e a desigualdade social, bem como o racismo estrutural e o patriarcalismo. O autor observa que, entre os dados apresentados, houve aumento da violência doméstica contra mulheres e crianças, além de ressaltar que 70% dos profissionais da área da saúde são mulheres negras, que, em sua maioria, trabalham sem condições adequadas.

São as favelas que concentram, justamente, esses setores da sociedade. Cerca de 13 milhões de brasileiros moram em favelas, segundo o Data Favela e o Instituto Locomotiva. Essas comunidades, sofrendo com a miséria, alto número de moradores por casa, saneamento básico precário, políticas de saúde pública insuficientes, tornam-se alvos fáceis do vírus e das suas consequências sociais. (COSTA, 2020, p. 162)

Para Sousa Santos e Chauí (2013, p. 35), a característica fundamental de uma sociedade democrática é que esta institui direitos, com a ampliação contínua da cidadania, ou seja, vai além da atribuição do voto, dos partidos políticos e da divisão dos três poderes da república. Os autores explicam que a democracia

é um regime de governo que tem como essência a necessidade do conflito. O conflito é necessário para a expressão da realidade social, cultural, da condição econômica e política. Dessa forma, a elaboração de direitos está diretamente relacionada aos conflitos e às disputas, cada grupo ou classe social tem um tipo particular de interesse, necessidade ou carência.

Sousa Santos e Chauí (2013) esclarecem que é importante diferenciar o direito que é geral e universal dessas necessidades ou carências, pois um grupo tem necessidade de moradia e transporte, mas é expresso pelo direito a condições decentes de vida. Outro exemplo é a necessidade de crianças e adolescentes terem condições favoráveis para estudo, a qual se traduz no direito à educação, que foi muito afetado durante esse período histórico e político. A pandemia trouxe, de acordo com Costa (2020), um agravamento da crise que o Brasil já vivenciava, muitas pessoas ingressaram na extrema pobreza. Evidenciando a ineficácia de programas sociais como o Bolsa Família e o Seguro-Desemprego.

Portanto, conforme os estudos de Sousa Santos e Chauí (2013), e comparando com a pesquisa de Costa, é possível inferir que ainda precisamos lutar para garantir um Estado Democrático no Brasil. Entre esses direitos que precisamos continuar reivindicando para conquistar melhorias e qualidade de vida para todos é o direito à educação, a qual trataremos a seguir.

Sobre a Educação

Foucault (2014) relata que, no século XVIII, o corpo passa a ser um objeto de investimento, ao qual a sociedade imporia limitações, proibições ou obrigações. O comportamento e a linguagem corporal deveriam produzir a ideia de disciplina, e essa disciplina passa a ser fundamental para a organização dos indivíduos nos mais variados espaços. As filas de alunos nas escolas, por exemplo, passaram a individualizar os corpos e os definir na rede de relações. A marcação do tempo e a utilização do quadro de registro também faziam parte das técnicas de repartição disciplinar, ou seja, eram práticas que visavam a docilidade dos corpos. É com base nesses elementos que o objeto vai se compondo e introjetando lentamente e mecanicamente os indivíduos.

O autor observa que se forma uma política de coerções. A mecânica do poder define como é possível ter domínio sobre o corpo do outro, dessa forma, os submissos, além de fazer o que lhes foi ordenado, têm sua força diminuída no que se refere aos termos políticos de obediência, levando o sujeito a desassociar o poder do corpo. Essa técnica, utilizada nas fábricas, também se estendeu aos colégios.

Russell (2018) explica que a escola sempre teve duplo objetivo: o primeiro de treinamento para a boa conduta e o segundo

de instrução. O conceito de boa conduta varia de acordo com as instituições e tradições sociais de cada sociedade. O autor observa que na Idade Média, por exemplo, a virtude mais primordial era a obediência. Recompensas e castigos eram formas de controlar o comportamento.

A instrução oferecida na escola teria o propósito de aumentar a produção, segundo Russell (2018). Sendo que uma população capaz de ler e escrever seria bem mais eficiente do que uma população incapaz. O autor, no entanto, ressalta que existe um incentivo maior governamental no ensino técnico do que na instrução científica e pesquisa. Essa questão está relacionada ao sistema de distribuição da educação, em que classes diferentes recebem qualidade e condições de educação diferentes.



Sala de aula no início do século XX no Brasil.
(RAMOS, 27/06/2011)

Os pesquisadores Branco, Branco, Zanatta e Nagashima (2018), autores da obra *“A implementação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais”*, já alertavam para a necessidade de uma reforma na educação que contemplasse as necessidades de todas as crianças no Brasil. Os autores relatam que a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi entregue no ano de 2017 ao Conselho Nacional de Educação, porém a elaboração do documento está diretamente relacionada à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do ano de 1996.

A Constituição Federal de 1988 previa a criação de uma Base Nacional Comum, na qual seriam fixados conteúdos mínimos para a formação básica de todas as crianças e adolescentes de todas as regiões do Brasil, os quais deveriam contemplar valores culturais e artísticos nacionais e regionais. Entretanto, os autores observam que as reformas que ocorreram na educação não tinham uma finalidade clara da resolução dos problemas do campo educacional e das questões sociais, pois o interesse era mercadológico, de forma que priorizavam a oferta de mão de obra e do desenvolvimento econômico. Os autores alegam que a BNCC não seria suficiente

para superar problemas como “a fragmentação do currículo e do processo de ensino e aprendizagem, o suprimento de demandas locais, a formação de profissionais reflexivos em detrimento da formação de um cidadão emancipado, a descontinuidade das políticas educacionais [...]” (BRANCO, BRANCO, ZANATTA, NAGASHIMA, 2018, p. 122).

Para as crianças em situação de vulnerabilidade, seria necessário o investimento em uma educação libertadora. O trabalho de um educador social, de acordo com Souza Neto (2010), teria como meta garantir o acesso ao diálogo, à criatividade e ensinar a lidar com o contexto social. Destaca que a educação não entende o sujeito como um ser passivo, como um receptor de comandos, entende o sujeito como um ser em desenvolvimento físico, estético e intelectual, necessitando desenvolver processos de convivência e aprendizagem. Westphal (2002) cita a importância do teatro, da música, das manifestações artísticas em geral como forma de expressão e um canal para iniciar o diálogo com a juventude, canal esse que muitas vezes a escola formal não aborda de forma eficaz.

Os jovens e as crianças praticam violência como uma reação à violência a que são submetidos. Isso também observado por Diógenes (2011), que acrescenta:

É dessa forma que as festas, a música, as torcidas organizadas, os jogos em geral parecem mobilizar, concentrar e fazer explodir energias dispersadas, contidas e silenciadas nos espaços padronizados de conduta pública. É possível ler juventude ao seguir pegadas das múltiplas vias e vidas que os jovens experimentam nas cidades. Eles produzem imagens que fazem ver cidade, nem que seja pelo confronto ou pela via da depredação, pichação, pelas tretas incessantes com a polícia. (DIÓGENES, 2011, p. 216)

Nessa perspectiva, Souza Neto (2010) adverte que os valores da solidariedade e do amor se convertem em instrumentos mercadológicos, assim como a escola utiliza da educação para transformar o sujeito em consumidor e produtor a serviço do mercado. As vítimas desse sistema – crianças e adolescentes – são tratadas como coisas. Sendo esse um dos efeitos da violência operacional, que está na esfera do abuso e aniquilamento do outro, conforme mostra Minayo (2002), a coisificação da infância nega a eles o direito de serem tratados como sujeitos. Nesse eixo de violência existe a omissão dos pais, parentes, instituições, que são capazes de causar danos físicos, sexuais e psicológicos à vítima.

Dessa forma, Branco, Branco, Zanatta e Nagashima (2018) afirmam que a reforma educacional deveria ter como função e objetivo a resolução de problemas do campo educacional, das questões sociais, a elevação dos níveis científicos, melhoria da qualidade do ensino, além do desenvolvimento da capacidade de resguardar-se da individualidade e da competitividade. Trabalhando

assim para galgar um cenário social de democracia, qualidade social, igualdade e solidariedade.

O fracasso escolar, de acordo com Pérez Gómez (2015), é reflexo do distanciamento das reais necessidades dos alunos com as exigências do mundo moderno. E quando se fala da era digital, o campo educacional encontra-se em uma fronteira de grandes dificuldades. Há a necessidade de explorar a cultura digital. Para o autor, a era digital requer aprendizagens de ordem superior, cenário em que a valorização da capacidade de organização substitui a memorização. Dessa forma, é preciso promover transformações na prática educacional e investir na infraestrutura escolar com equipamentos apropriados. Essa concepção esbarra justamente no quanto a escola necessita de uma reforma pensando nas necessidades reais dos alunos.

Na semana do dia 4 de julho de 2020 realizamos uma pesquisa com 51 professores. O link do questionário foi enviado via WhatsApp e e-mail. Entre as questões, buscamos saber a idade dos participantes, que em na sua maioria tinham entre 35 e 45 anos (49%), seguidos daqueles com idade entre 50 e 55 anos (29,4%), 56 a 60 anos (5,9%) e 30 a 34 (15,7%). Parte dos docentes atuava na Rede Pública do Município de São Paulo e a outra parte, no Município de Caieiras, sendo que 40% pertenciam ao Ensino Fundamental 1 e 60% à Educação Infantil – nesse caso, não questionamos o município trabalhado, somente o segmento de atuação. Os depoimentos foram colhidos pela plataforma *Survio*.

Questionamos se o participante se sente preparado para as aulas remotas, bem como sobre a participação dos alunos, a formação para trabalhar com tecnologia e metodologias de ensino remoto. O objetivo foi entender como os professores estavam se sentido em relação ao trabalho remoto e quais suas dificuldades.

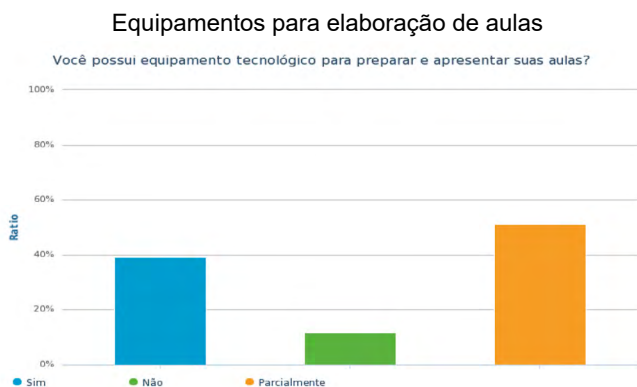


Gráfico elaborado pela autora, 2020.

O início da pandemia

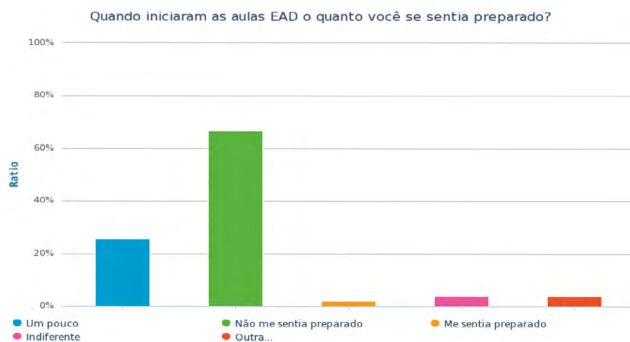


Gráfico elaborado pela autora, 2020.

O preparo do professor

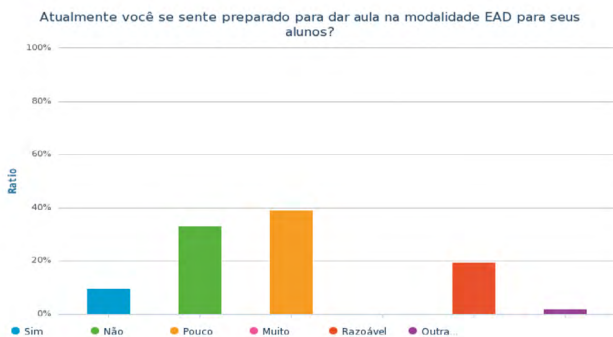


Gráfico elaborado pela autora, 2020.

Participação dos alunos

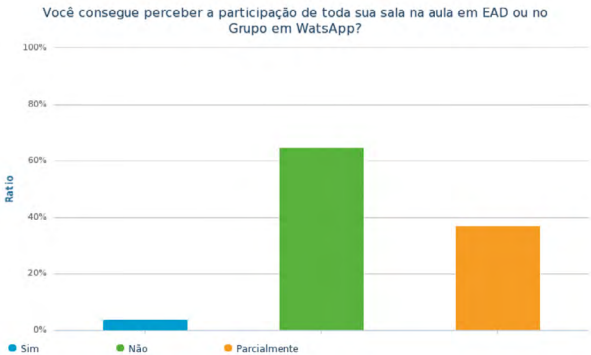


Gráfico elaborado pela autora, 2020.

Dificuldades

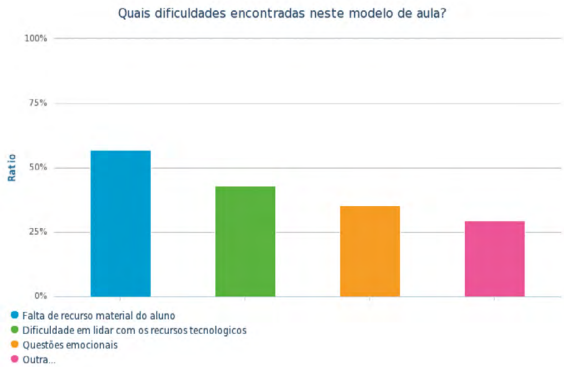


Gráfico elaborado pela autora, 2020.

É importante lembrar que as aulas presenciais foram interrompidas no dia 23 de março de 2020. Os professores tiveram seu recesso de julho antecipado para as duas semanas finais do mesmo mês. As aulas com conteúdo remoto iniciaram no mês de abril com algumas atividades realizadas pelas plataformas Zoom, Google Meet e WhatsApp.

Quando foi questionado se possuíam tecnologia para desenvolver as aulas de forma eficiente, 26 professores responderam que possuíam parcialmente, 66 professores responderam que não possuíam e 20 disseram que sim.

Em relação ao sentimento de capacitação e preparo para o ensino remoto, comparando os gráficos 2 e 3, verificamos no *gráfico 2* que 66,7% dos professores não se sentiam preparados para iniciar as aulas remotas no início da quarentena e, no mês de julho, data da pesquisa, conforme o *gráfico 3* ilustra, 33,3% ainda não se sentiam capacitados para as aulas, 39,2% se sentiam um pouco e 19,6% razoável, somente 9,8% dos professores se sentiam aptos.

Quando questionado se os alunos participavam ativamente das aulas, conforme o *gráfico 4*, 64,7% dos professores responderam que não verificavam a participação dos seus alunos, e esse dado corresponde a 33 dos professores; 19 professores responderam que verificavam parcialmente a presença dos alunos durante as atividades, o que corresponde a 37,3%; e somente dois professores afirmaram que a sua sala conseguia participar ativamente das aulas remotas, o que corresponde a 3,9% dos entrevistados.

Entre as dificuldades que os professores encontravam, de acordo com o *gráfico 5*, algumas alternativas foram colocadas como guia, mas também deixamos um campo para os professores preencherem conforme quisessem. Obtivemos os seguintes resultados: falta de recurso material, que correspondeu a 59% das respostas; dificuldade em lidar com recursos tecnológicos, que correspondeu a 43,1%, ou seja, 22 professores possuíam dificuldades para lidar com os sistemas tecnológicos; 18 professores responderam que possuíam questões emocionais envolvidas; e 15 professores deixaram suas respostas redigidas, elencamos algumas:

"Dificuldades da família em se organizar para acompanhar os alunos nos estudos por demanda de trabalho, cuidado da casa e etc."

"As crianças aprendem através de experiências e interação, pouco possibilidades em casa."

"Muitos pais não estão interessados."

"Falta de acesso à internet aos alunos e a mim como professora que tem um plano de internet que neste momento estou percebendo que também não está apto."

"Todas essas relacionados, muitos desempregados."

Nesse sentido, observamos que os participantes relatam um acesso deficiente à internet tanto para os alunos como para os próprios professores, visto que muitos não possuem um plano de banda larga suficiente para auxiliar os alunos, dar aulas nas plataformas e sanar suas dúvidas. Além disso, foi relatada falta de interesse da família nas atividades.

Desse modo, entendemos que a educação a distância pode contribuir para a formação do aluno, porém o efeito é limitado, inclusive como demonstram Junqueira e Pinto (2020), principalmente no que se refere à educação infantil, na qual é importante a interação de forma lúdica e experimental.

As plataformas de aulas online - com vídeos, apresentações e materiais de leitura - não devem ser vistas como o único meio de ofertar ensino remoto. É possível e fundamental diversificar as experiências de aprendizagem dos estudantes. A diversidade de suportes e métodos pode apoiar a criação de uma rotina positiva para as crianças e os jovens, garantindo alguma estabilidade frente ao cenário de tantas mudanças. (JUNQUEIRA, PINTO, 2020, p. 375)

Principalmente quando consideramos a fala de Souza Neto (2010) ao afirmar que é necessário que a educação não seja um mero instrumento mercadológico. Neste momento, seria fundamental que por meio da educação pudéssemos garantir os valores de solidariedade, o diálogo e a preservação histórico-cultural, para que a criança ou o adolescente possa aprender a lidar com as dificuldades do seu contexto social. Porém, vemos que há um grande obstáculo no campo de recursos materiais e tecnológicos, tanto para professores como para os alunos e suas famílias.

Sendo assim, a pesquisa constata que a pandemia evidenciou problemas que já existiam na educação, como a falta de recursos tanto dos alunos como dos professores, a pouca participação dos pais na vida escolar dos seus filhos e o fato de a educação muitas vezes se moldar para contemplar interesses de uma política liberal – ou seja, como mostra Foucault (2014), ainda temos uma educação voltada para a docilidade dos corpos.

Conclusão

Conforme foi observado com Souza Santos e Chauí (2013), a característica fundamental de uma sociedade que se denomina democrática é a ampliação contínua da cidadania, ou seja, a composição e garantia de direitos que contemplem todas as suas necessidades. Nesse sentido, compreendemos que o território onde se vive determina o valor do sujeito (SANTOS, 2014). E é nesses territórios onde encontramos pessoas vítimas das desigualdades sociais que ainda é preciso lutar para conquistar determinados

direitos; onde encontramos crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; onde existe um alto índice de violência, seja na sua forma doméstica ou estrutural.

Castro (2020) nos mostrou como a pandemia e a quarentena não evitaram as mortes e chacinas nas favelas. Ao analisar as tabelas que apresentam dados sobre a qualidade de vida na infância, percebemos o aumento da taxa de homicídios de jovens no Brasil. Além da violência, a pandemia refletiu muitas diferenças sociais que já existiam, verificamos esse fator inclusive no que se refere à educação. Muitos alunos não tiveram acesso às atividades passadas pelos professores, e esses profissionais também encontraram muitas dificuldades, seja por falta de preparo para lidar com a tecnologia ou por falta de ferramentas para o trabalho.

Desse modo, entendemos o quanto o nosso Estado Democrático necessita pensar em políticas públicas para sanar as lacunas existentes nesse campo da educação. Como foi visto por Branco, Branco, Zanatta e Nagashima (2018), que defendem uma educação que não vise o setor mercadológico, tampouco represente os ideais políticos liberais. Para os autores, é necessária uma educação libertadora, como já defendido por Souza Neto (2010).

REFERÊNCIAS

ARENT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

ASSIS, Simone Gonçalves. Crescendo em meio a violência. In: WESTPHAL, Marcia Faria (Org.). **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Maria Amélia. Contribuições brasileiras à prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, Marcia Faria. **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista G.; ZANATTA, Shalimar Calegari; NAGASHIMA, Lucila Akiko. **A implementação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Sumário Executivo de Medida Provisória**. 2020. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141949>>. Acesso em: 08/11/2020.

CASTRO, Victor. A violência que não respeita o isolamento. In: LOLE, Ana; GOMES, Inez Stampa Rodrigo Lima R. (Orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. In: LOLE, Ana; GOMES, Inez Stampa Rodrigo Lima R. (Orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

DIOGENES, Gloria. Enigmas do medo – juventude afetos e violência. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria I. Costa; STENGEL, Marcia (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. **A sociedade punitiva**. Editora: WMF Martins Fontes, 2015.

GOMES, Victor Leandro Chaves. A morte como projeto. In: LOLE, Ana; GOMES, Inez Stampa Rodrigo Lima R. (Orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

IBGE. Agência de Notícias. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. Estatísticas Sociais. 16 out. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em: 05/04/2020.

JORGE, M. Helena P. M.; GOTLIEB, Sabina L. D.; LAURENTI, Ruy. Crianças, Adolescentes e Jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, Marcia Faria (Org.). **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

JUNQUEIRA, Michelle Asato; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Educação em tempos de pandemia: a integração da liberdade, igualdade e fraternidade para a efetivação dos direitos fundamentais.

In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; ROCHA, Cleide Calgaro Leonel Severo (Orgs). **Covid-19 e os seus paradoxos**. Itajaí - SC: Univali, 2020.

MATOS, George Mazza. **Manifestações de rua no Brasil: criminalização no estado constitucional de direito**. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional), Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza, 2015. Disponível em: <<https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420150921150348141457/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 30/03/2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado Social e para a Saúde da Violência contra a Crianças e Adolescentes. In: WESTPHAL, Marcia Faria (Org.). **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

OSBORN, Catherine. Bolsonaro Made Brazil a Pandemic Pariah. **Foreign Affairs**. 7 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2020-07-07/bolsonaro-made-brazil-pandemic-pariah>>. Acesso em: dez. 2020.

PAIXÃO, Érica de Souza. **A construção de ações educativas de prevenção do abuso sexual na infância**. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4380>>. Acesso em: 03/11/2020.

PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **Educação na era digital: a escola educativa**. Tradução de Marisa Guedes; Revisão técnica de Bartira Costa Neves. Porto Alegre: Penso, 2015.

QVORTRUP, Jeans. Bem-estar infantil em uma era de globalização. In: SEATA, Beatriz Regina; SOUZA NETO, João Clemente, NASCIEMNTO, Mª Leticia B. P. **Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas**. São Paulo: Ed Expressão e Arte, 2007.

RAMOS, Fábio Pestana. **A educação no Brasil na primeira metade do século XX**. 27 jun. 2011. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/06/educacao-no-brasil-na-primeira-metade.html>>. Acesso em: dez. 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2011.

RUSSELL, Bertrand. **Educação e ordem social**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SAITO, Carlos Hiroo; LAQUES, Anne-Elisabeth; AFELT, Aneta. O mundo após o covid-19: vulnerabilidades, incertezas e desafios socioambientais. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo (Coords.). **Covid-19 e seus paradoxos**. Itajaí - SC: Univali, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAVE THE CHILDREN. Interactive map. s/d. Disponível em: <<https://campaigns.savethechildren.net/global-childhood-report#rankings>>. Acesso em: 03/11/2020.

SOUZANETO, João Clemente de. Pedagogia Social: a formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação**. Vitória, n. 32, jul./dez. 2010.

TASCA, Ivaldino; MACHADO, Carlos Alceu; REICHERT, Otávio. **Pactos da Humanidade: 24 documentos que influenciam o presente e o futuro**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1997.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WESTPHAL, Marcia Faria (Org.). **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Docência na pandemia: ouvir professores como ação colaborativa em tempos de crise

Kézia Costa de Oliveira Rocha Carvalho⁴⁴
Thatiana Francelino Guedes Pineda⁴⁵

Introdução

A pandemia de Covid-19 exigiu de professores e alunos uma aceleração e um destemor no enfrentamento do domínio das tecnologias e no engajamento para melhor manejar as possibilidades interativas, já que o isolamento não permitiu aproximação presencial. A escola e o professor necessitaram tomar decisões com o objetivo de superar os desafios, saindo assim de uma posição confortável (se assim podemos considerar) do universo escolar já conhecido, movendo-os para algo totalmente desconhecido na realidade brasileira.

Dia 13 de março de 2020, para muitos professores da Grande São Paulo, ficou marcado como o dia em que trocaram suas salas de aula pelos improvisados locais de trabalho em casa, munidos de celular, câmera e computador (nem todos com esses mesmos recursos), mas provavelmente sentiram-se saudosos do seu quadro negro ou branco de parede, seus gizos ou canetões para ministrar suas aulas, enfim, dos recursos por eles já utilizados. Até o momento, contavam com a proximidade e presença dos alunos dentro da unidade escolar, em pouco tempo precisaram repensar como suas aulas chegariam até seus alunos. Frente a essa situação, contar com os recursos tecnológicos foi a ação mais proposta pelas escolas públicas e particulares.

Os recursos tecnológicos ligados à educação e ao ensino não apareceram na pandemia, na realidade, já faz um tempo que têm feito parte dos cenários que envolvem professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. De um lado havia os que incentivavam e se aprofundavam em pesquisas para comprovar a eficácia, de outro, a resistência, o desconhecido e a desigualdade de condições de acesso. A verdade é que a tecnologia na educação teve olhares e aplicabilidades diversos em todos esses anos.

⁴⁴ Doutora e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil com Graduação em Pedagogia pela mesma Instituição. Atua como professora do curso de Pedagogia da Universidade Nove de Julho e do curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. E-mail: keziarochacarvalho@gmail.com

⁴⁵ Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho. Psicopedagoga clínica e Pedagoga pela UNIFIEO. Atua como docente pelo Colégio Presbiteriano Mackenzie Tamboré, com experiência na gestão e docência na educação básica e no ensino superior. E-mail: th.pineda@gmail.com

Santaella (2013) assinala sobre a importância de os professores dominarem os dispositivos móveis, já que nossos alunos vivem imersos no mundo ubíquo, com conhecimento muito mais flexível, rápido e informal. Sabemos que esse é um desafio que não deve ser encarado como barreira, mas sim como um caminho a ser explorado. A utilização dos dispositivos móveis na educação básica foi ainda mais constante no contexto de isolamento social.

Frente ao cenário observado desde o início do fechamento das escolas por motivo da pandemia, foi desenvolvida uma pesquisa com a proposta de ouvir os professores em situação de crise, uma experiência desafiadora com referência na formação colaborativa. Foi percebido que todas as restrições e mudanças instigaram professores a assumirem novos paradigmas, fazendo-os pensar em escolher entre o velho e o novo, entre o cômodo e o desconcertante, o que geralmente acarreta medo e insegurança.

Foram esses os sentimentos que provocaram as professoras organizadoras da pesquisa no planejamento das *webinars* como meio de divulgação dos dados coletados e, ao mesmo tempo, buscando favorecer uma formação para os docentes que participaram e mostraram interesse pela discussão.

As possibilidades de troca de experiências e a colaboração dos professores participantes de diferentes níveis de ensino, com vivências e habilidades diferentes, porém com objetivos comuns, favoreceram uma rede imensa de aprendizagens, além do crescimento de uma empatia e desejo de enfrentamento dos problemas que os acometeram nesse momento. De acordo com Bacich e Moran (2018, p. 8), a aprendizagem compartilhada oferece ricas oportunidades de aprendizagem. “Segundo a neurociência, nosso cérebro aprende conectando-se em rede [...] sozinhos, podemos aprender a avançar bastante; compartilhando, é uma grande oportunidade de aprendizagem ativa.”

Podemos dizer que este texto é um “ensaio” para a continuidade do diálogo sobre os dados aqui apresentados, assim como as reflexões feitas no grupo, que buscam contribuir para as discussões recentes que cercam o desenvolvimento profissional docente, considerando especificamente os meses vivenciados de ensino remoto nas escolas públicas e privadas. Salientamos que os participantes da pesquisa deram aceite para a publicação deste material.

A pesquisa com os professores e apresentação das análises iniciais

Durante o mês de março de 2020, foi percebido nas realidades escolares e na mídia um movimento de mudança do ensino brasileiro com o fechamento de escolas devido à pandemia. Tal situação que, no início, aparentava ser por curto prazo, ao se

estender, agravou ainda mais a instabilidade de ações por parte das escolas, e isso trouxe ao professor questões de insegurança quanto à sua prática cotidiana.

Logo no início do estudo, em que se pensava uma pesquisa sobre os professores no enfrentamento das novas formas de atuar na pandemia, muitos questionamentos foram feitos, como se os profissionais da educação precisariam continuar trabalhando, se de fato seriam necessárias medidas novas e até mesmo se seria necessária uma pesquisa que coletasse tais dados, uma vez que não sabíamos ao certo por quanto tempo enfrentaríamos esse cenário, a expectativa era de um breve retorno.

Conforme Paiero e Schwartz (2019, p. 17), “O registro do acontecimento, seja do passado, seja do presente, será sempre um testemunho do tempo e do olhar de quem o fixou”. O registro, nesse caso, feito por professores e pesquisadores que estavam imersos na crise que cercava a sociedade como um todo, mais especificamente aqui, na escola, trouxe um olhar de personagens principais da trama. As experiências vivenciadas e compartilhadas de forma colaborativa poderiam ser dialogadas não somente no presente, mas no futuro esperado.

De acordo com o cenário, professoras pesquisadoras que atuam de forma colaborativa para a formação docente desenvolveram uma pesquisa informal para ouvir professores da educação básica e do ensino superior, de instituições públicas e particulares, no período de abril a junho de 2020. O objetivo geral da pesquisa era reunir e analisar dados sobre os principais fatores dos desgastes físico e emocional dos professores durante o período de isolamento social. Outros objetivos eram ouvir quanto às suas dificuldades e sensações considerando as mudanças na educação e nas funções da profissão docente, coletar informações sobre a atual situação deles por ocasião do isolamento social na pandemia e refletir sobre os problemas emocionais mais recorrentes, juntamente com a colaboração de especialistas.

Há anos problemas emocionais têm sido identificados frequentemente entre os professores. As muitas cobranças em relação ao seu trabalho, a rotina exaustiva, as condições de trabalho e o excesso de alunos são os fatores mais comuns que geram esses problemas. Em tempos de isolamento, alguns desses fatores se agravaram e outros, que buscamos descobrir, parecem atormentar a mente do professor em um momento já preocupante, pela própria situação.

A pesquisa foi descritiva e aconteceu por meio de questionário com questões abertas e fechadas, elaborado e enviado para os participantes pelo *Google Forms*. Os participantes receberam um *link* para preenchimento do questionário, responderam e enviaram

suas respostas, que foram compiladas e analisadas pelo grupo de professores pesquisadores.

Durante as duas primeiras semanas de abril, obtivemos ao todo 35 questionários preenchidos voluntariamente pelos professores – com os respectivos aceites para uso dos dados para publicação. Após a organização das respostas, 30 deles foram utilizados na análise por apresentarem respostas mais completas. Desses professores que preencheram a pesquisa, 37% atuavam na educação infantil, a mesma porcentagem no ensino fundamental I, 20% no ensino superior e os demais participantes em outros segmentos da educação básica.

Como a pesquisa buscava um cenário mais genérico da situação, dados como sexo, faixa etária dos professores e tempo de atuação docente não entraram como questões da pesquisa, por se tratar de uma investigação inicial. No entanto, foi percebido que, para ampliarmos a análise, essas questões nos apontariam mais reflexões sobre a profissão docente.

A primeira pergunta abordada questionava se o professor estava sentindo alguma dificuldade no exercício da docência que desejasse compartilhar na pesquisa. Na análise, verifica-se que questões relacionadas às demandas tecnológicas ligadas à profissão docente consistiam na maior dificuldade dos professores, representando 43% dos dados.

Nas respostas foram identificadas como maiores dificuldades frente à tecnologia: a) falta de domínio das ferramentas tecnológicas ligadas à educação; b) necessidade de aprender em pouco tempo novidades tecnológicas; c) sobrecarga de atividades até o momento não executadas; d) produção de vídeos e postura ideal neles; e) excesso de tempo frente ao computador; f) produção de slides adequados à compreensão dos alunos; e g) condutas adequadas nas aulas ao vivo.

Além das dificuldades relacionadas ao uso de tecnologias digitais ainda não vivenciadas até o momento, percebemos nas respostas que os fatores “rotina/tempo” e “demandas na família” também se destacam entre as dificuldades enfrentadas, em decorrência da efetivação de diferentes atividades pessoais e profissionais dentro de um mesmo ambiente, o doméstico. As mudanças na rotina pessoal e familiar também estão somadas, gerando um acúmulo de tarefas aos professores. Entretanto, na pesquisa o destaque foi mesmo a sobrecarga de atividades profissionais.

A falta do ensino presencial nos apontou dificuldades relacionadas principalmente à realidade dos professores da educação básica, os quais estão habituados a uma interação diferenciada. Permitiu perceber também questões referentes à formação docente, visto que mesmo professores que tiveram nos

curso de contato com a tecnologia ligada à educação relataram não se sentir seguros o suficiente para suprir as medidas urgentes tomadas em período de pandemia. A análise apontou ainda outros fatores entre as dificuldades enfrentadas, como burocracia da escola, falta de orientação, infraestrutura, instabilidade de decisões e acompanhamento da aprendizagem do aluno. Apesar da menor incidência, identificar esses fatores possibilita que instituições educacionais e professores pensem em medidas que possam diminuir tais dificuldades.

A segunda pergunta do questionário buscou verificar de que forma o professor conseguia projetar o retorno às aulas presenciais com os alunos. Embora a maioria das respostas revele dúvida e incerteza, foi possível perceber que os professores projetam principalmente que serão necessárias medidas de prevenção e cuidados para evitarmos contaminação no âmbito escolar, tais como uso de máscara, uso de álcool em gel, higiene dos ambientes e distanciamento seguro. O percentual de 13% de professores que não projetaram como será o retorno pós-pandemia nas escolas nos indica a necessidade de as instituições abordarem mais esse assunto, bem como de o professor buscar mais informações a respeito.

Professores também apontaram que se preocupam com a retomada dos conteúdos escolares previstos para cada segmento, além dos aspectos emocionais que os alunos trarão no retorno. Outros apontaram que terão mudanças tecnológicas mesmo com o retorno do ensino presencial, e alguns esperam que a família e a sociedade valorizem mais o trabalho do professor, e que isso melhore as relações da escola com a família. Percebemos também nas respostas preocupação com ações de acolhimento aos alunos e com os hábitos construídos fora da escola.

Uma observação feita na análise é que apenas um dos professores percebeu o possível problema de desemprego na categoria após a pandemia, uma vez que já se vê na mídia nacional que instituições privadas têm se valido dessa justificativa para dispensar grande parte dos seus profissionais. Vemos também na mídia que principalmente escolas que atendem o público da educação infantil têm sofrido com o cancelamento de matrículas, ocasionando a dispensa dos professores.

Na terceira questão perguntamos se o professor tem destinado algum tempo para o ócio criativo e se poderia citar algo que o ajude a aliviar suas tensões no período vivenciado. Das respostas analisadas, 73% dos professores deram resposta positiva, afirmando que buscavam o alívio com o ócio criativo.

Saber sobre o ócio criativo dos professores permite verificar como estão cuidando do próprio bem-estar emocional durante o período de pandemia. Consideramos que 27% dos professores não

terem atividades que valorizem o ócio criativo é um percentual alto, indicando que muitos não estão se cuidando. Entre as justificativas, o tempo preenchido com o trabalho e as demandas domésticas foram os maiores responsáveis por esse índice.

Respostas sobre atividades que ajudam os professores a aliviar a tensão durante a pandemia

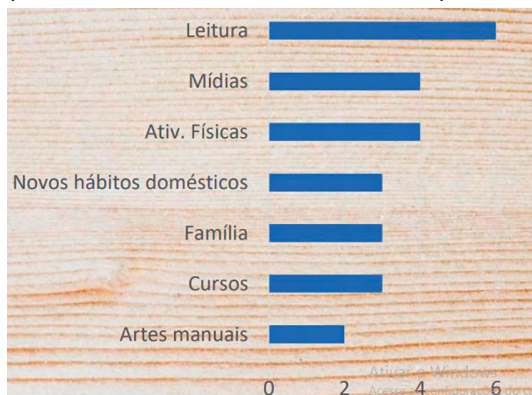


Gráfico elaborado pelos autores, 2020.

O gráfico nos mostra quais são as atividades mais executadas pelos professores, o que nos permite perceber que outras questões seriam válidas na pesquisa, como quais cursos foram buscados (inclusive se foram sobre os novos formatos do ensino remoto), quais leituras (novamente, se abordam o ensino remoto) e quais novos hábitos domésticos estão sendo executados, para nos permitir análises mais precisas.

A quarta pergunta do questionário refletia a preocupação das pesquisadoras com a saúde física e emocional dos professores, sobre como estavam se sentindo no momento de pandemia.

Termos usados pelos professores para definir como estavam se sentindo naquele momento da pandemia



Quadro elaborado pelos autores, 2020.

As palavras maiores e com mais destaque no quadro foram as mais observadas nos depoimentos dos professores. A diminuição da fonte evidencia o menor índice dos termos nas respostas, porém ainda se mostram relevantes para a pesquisa. Eles se dizem preocupados, ansiosos e com medo diante da situação da pandemia e das mudanças na educação para a continuidade ou não dos estudos; confiantes e tranquilos, considerando que retornarão às aulas apenas quando for seguro e que esse período de pandemia é passageiro, portanto, logo retornarão à rotina normalmente; cansados, principalmente quando se referem às demandas do trabalho profissional; sensações de insegurança, tristeza, isolamento, solidão e saudade foram referidas por consequência da pandemia e das orientações de cuidados preventivos sobre o isolamento social; já palavras como “sobrecarregado”, “impotente”, “incompetente” e “estressado” foram destaques ao citarem as demandas profissionais do ensino virtual frente a ações nunca desempenhadas antes.

O depoimento de um dos professores participantes da pesquisa revela suas sensações durante esse período e traz considerações sobre os sentimentos dos seus alunos. Vejamos:

Acredito que será um momento muito especial, pois as crianças estão com muitas saudades e desejam retornar à sua rotina diária, assim como eu também sinto muito a falta da rotina escolar. Por outro lado, acredito que vamos encontrar um cenário ainda mais desafiador, pois muitos alunos têm apresentado dificuldade para a realização das atividades, especialmente aquelas que exigem um grau maior de abstração, tais como atividades que envolvam cálculo mental e raciocínio lógico. Outra dificuldade que tenho observado através dos escritos dos alunos é o alto grau de estresse, medo e ansiedade a qual estão vivenciando neste momento de isolamento social. Pude verificar isso através de expressões em suas produções textuais como: “entediante”, “estou muito triste”, “é muito chato ficar sem meus amigos e familiares”, “quero brincar com meus amigos”. Vamos precisar ter muita sensibilidade e estabilidade emocional para apoiar nossos alunos neste momento tão delicado.

As demais sensações descritas pelos professores surgiram apenas uma vez nas respostas, sem uma ligação específica com questões profissionais e/ou circunstâncias da pandemia.

Percebemos que os sentimentos apontados pelos professores se referem à mudança da sua rotina pessoal e, principalmente, profissional. A inobservância das demandas do professor, assim como a dificuldade em lidar com as novidades do ensino nas escolas públicas e particulares, com novos materiais, novas metodologias, entre outras mudanças, não surgiram por conta da Covid-19, isso já vem de longa data no cenário educacional. No entanto, assim como outros fatores sociais, escancararam-se neste ano. Concordamos com Bárbara Buril (2020) quando afirma que o trabalho se tornou central em nossas vidas.

A saúde mental dos professores na pandemia tem sido objeto de estudo. Em Portugal, pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, do CINTESIS - Centro de Investigação em Tecnologias e da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (P.PORTO, InED), sob a coordenação de Ivone Duarte e Carla Serrão, têm investigado como estão os professores do ensino superior nesse período. Conforme publicado, o estudo revela que

Cerca de metade dos docentes universitários apresenta sinais de exaustão e fadiga elevada no contexto da atual pandemia, enquanto 37% sofrem de *burnout* associado à atividade profissional. A maioria (60%) refere ainda dificuldades relacionadas com o sono e um quarto admite sintomas de ansiedade, agitação e dificuldades de relaxar ou acalmar. (NAVES, 24/10/2020)

A quinta questão era se alguém já havia feito esse tipo de perguntas para os professores participantes antes da pesquisa. A questão era fechada, com as seguintes alternativas de resposta: a) SIM, por pessoas mais próximas como família e/ou amigos; b) SIM, por colegas da mesma profissão; c) SIM, pela própria instituição em que trabalha; e d) NÃO.

Percebemos que perguntas como as realizadas na pesquisa, com relação às sensações e dificuldades dos professores, têm sido feitas mais por colegas da mesma profissão e por pessoas não ligadas à educação, porém próximas pessoalmente, pois as alternativas “a” e “b” somam juntas 33% das respostas. Analisamos que o percentual de 67% de participantes que não foram questionados anteriormente sobre essas questões é consideravelmente elevado, o que nos aponta uma despreocupação ou um descaso da sociedade sobre como os professores têm enfrentado essa situação de pandemia. Quanto às instituições de ensino em que trabalham, não foram citadas pelos participantes da pesquisa, logo, nos traz também um alerta, visto que elas estão diretamente ligadas às ações docentes no ensino remoto, bem como às suas demandas e dificuldades.

A última pergunta do questionário para análise da situação dos professores tinha também respostas fechadas e perguntava se o professor havia se sentido bem ao responder às questões. As alternativas e as respectivas porcentagens obtidas foram: a) SIM, com total tranquilidade de respondê-las – 83%; b) SIM, porém com certo desconforto em respondê-las – 17%; e c) NÃO, me senti totalmente desconfortável em respondê-las – não obteve respostas.

Os dados apontam que os professores se sentiram bem ao responder às questões da pesquisa. O desconforto sentido não foi verificado com profundidade, no entanto, considerando as respostas das questões anteriores, estimamos que tal sensação tenha ocorrido porque ainda não haviam sido questionados sobre suas demandas e dificuldades. Esses dados nos levam a compreender

que é positivo ao professor tratar sobre sua saúde física e emocional durante esse período de pandemia para alcançar mais bem-estar.

Ao término do questionário, incluímos ainda uma pergunta para saber se os professores tinham interesse em dar continuidade ao diálogo sobre o tema. E, das 30 respostas analisadas, 26 delas foram positivas. Dessa forma, foram estudadas possibilidades para lidar com os dados obtidos e analisá-los em conjunto com os participantes. Foi então decidido que seriam realizados *webinars* temáticos com a colaboração de especialistas, no intuito de contribuir para minimizar as aflições desse período.

Para apresentação dos resultados da pesquisa realizada e promoção de diálogo entre os professores e especialistas, foram feitos dois *webinários* pelas pesquisadoras parceiras, visando contribuir para a reflexão sobre o momento atravessado na educação atual.

Os *webinars* com diálogos sobre a educação em tempos de crise

Temos vivido mudanças drásticas não apenas no âmbito educacional, mas em todas as áreas da vida. Já estávamos num processo acelerado de transformação das formas de compartilhar conhecimento, porém, com a rapidez com que a pandemia se alastrou, fomos impulsionados a adotar todos os meios que conhecíamos e não conhecíamos como forma de nos manter conectados com o mundo e com o conhecimento.

Já sabíamos que a informação não tem endereço fixo, nem temos fronteiras de tempo e espaço para a disseminação de conhecimento, não apenas pela contribuição da tecnologia, mas agora pelo impulsionamento da Covid-19. Com esse novo contexto, a educação é forçada a se adequar no sentido de promover o ensino e a aprendizagem em esfera totalmente tecnológica e ubíqua.

Com o objetivo de divulgar a informação e o conhecimento da pesquisa realizada, optamos por oferecer um *webinário* com a participação tanto dos professores participantes da pesquisa como do público em geral. *Webinar* ou *webinário* é um seminário totalmente online e ubíquo que tem como objetivo partilhar, divulgar e socializar algum tema, debater um assunto, compartilhar conhecimentos, refletir sobre alguma temática ou divulgar o resultado de uma pesquisa, como foi o caso. O termo não é tão novo, mas ganhou destaque em tempos de pandemia, pois proporciona o encontro de participantes em diferentes locais num mesmo espaço ou sala digital, oferecendo comodidade e atendendo à necessidade de segurança das pessoas em época de isolamento social.

Segundo o site WIP Content (2018),

Webinar – expressão que surgiu por volta de 1998, também conhecida como webinário (ligação dos termos web + seminário) – consiste em

uma palestra, seminário ou conferência transmitida via Internet, mas que tem todos os aspectos de uma apresentação realizada em um auditório, exceto pela localização e participação do público, acontece por meio de uma plataforma que permite aos espectadores acessar ao vídeo através de um celular, computador ou tablet, sendo que a transmissão pode ser: Aberta ou direcionada a um público específico (pagantes); Ao vivo ou gravada; Compartilhada; Com horário agendado. Essa forma de apresentação permite ao interlocutor interagir com seu público e fornecer conteúdos que geram valor. Os participantes, por sua vez, podem assistir ao evento de qualquer lugar e sua comunicação normalmente se limita ao chat.

Os desafios para a concretização desses *webinars* também foram extremamente significativos para as organizadoras, pois foram impulsionadas a estudar as práticas indicadas para uma boa condução desse tipo de encontro, já que se lançaram na proposta sem nenhum conhecimento da ferramenta tecnológica, até o momento. Viram com isso a necessidade de rearrumar sempre os saberes e fazeres, a fim de buscarem atender à atual demanda educacional, além da necessidade de uma formação do educador que possa contemplar a imersão nas metodologias e linguagens midiáticas. Percebemos o quanto os professores estavam estagnados em relação a esse assunto e o quanto a pandemia movimentou-os para essa capacitação.

Segundo Pérez Gómez (2015, p. 155), “[...] toda a aprendizagem, mas particularmente aquela que é relevante e duradoura, é produzida ligada às vivências, é essencialmente um subproduto da participação do indivíduo nas práticas sociais, por um membro de uma comunidade social”. Nesse sentido, enquanto a motivação era a formação do professor, acabamos por encontrar elementos para a nossa própria formação pessoal, pois, nessa busca por estar alinhado com as mudanças tecnológicas e os novos modelos de aprendizagem, nos voltamos para a nossa formação e nos motivamos em adquirir habilidades e competências que agregam à nossa formação pessoal e profissional, uma vez que esses ajustes foram realizados com consciência formativa, e não apenas por uma exigência ou pressão social.

Dessa maneira, Hargreaves (2003) nos ajuda na reflexão sobre o ensino para além de uma sociedade do conhecimento. É fundamental para a formação contínua do professor que os docentes atentem para a necessidade de aprendizagem profissional constante e contínua e possam olhar também para o seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional, pois, como bem sabemos, o desenvolvimento do professor implica muito mais do que a mera aquisição de conhecimentos e competências. É por meio do desenvolvimento profissional e pessoal que nós, professores, construímos a nós mesmos e, assim, podemos transformar vidas.

Foi justamente pensando na transformação de vidas que nos engajamos nesta pesquisa, durante a qual percebemos que podíamos divulgar os resultados por meio dos *webinars*. Entendemos que uma das competências básicas na função do professor é a de construir contextos educativos que proporcionem engajamento em prol do real conhecimento, pois, como afirma Pérez Gómez (2015, p. 160): “Reduzir o espaço de reprodução e ampliar ao máximo o espaço de produção e aplicação parece ser a chave para favorecer um ensino que eduque e que favoreça o desenvolvimento autônomo dos sujeitos do século XXI.”

Apartir das análises da pesquisa, foram definidos dois grandes enfoques para os diálogos, sendo um sobre a tecnologia e o outro, sobre a saúde emocional dos professores. Ambos os encontros ocorreram em maio de 2020. No primeiro *webinar* tratamos do tema “Tecnologias educacionais na adversidade: a formação contínua na pandemia”. No segundo, abordamos a temática “Saúde emocional do professor: cuidando de mim e do outro”.

Os *webinários* foram divulgados amplamente nas redes sociais das professoras que organizaram a pesquisa (*Facebook* e *Instagram*), com antecedência para que as inscrições acontecessem, de forma que fosse possível promover um diálogo final entre os inscritos e os participantes.

Para explanação dos pontos principais, no primeiro *webinar* foram tratados os seguintes assuntos: a) a importância das tecnologias educacionais na formação do professor; b) as maiores dificuldades do exercício docente atualmente; c) as mudanças que ocorrerão na formação do professor; d) habilidades básicas para o professor pós-pandemia; e e) a função do professor em sua prática no ensino remoto.

O segundo encontro aconteceu na mesma semana, com o intuito de manter os participantes engajados. Os principais pontos que entendemos relevantes para serem discutidos no segundo *webinar* foram: a) prazer no contexto da quarentena em relação à profissão; b) situações mais frequentes que causam incômodo ao professor; c) conciliação entre a demanda do trabalho pedagógico e o lazer; d) dicas práticas para o ócio criativo; e) relações afetivas e emocionais entre professores e alunos; f) doenças que mais acometem o professor; e g) prevenção dessas doenças.

Ambos os encontros seguiram a proposta de apresentar os dados coletados na pesquisa, indicando as análises feitas e interagindo com os especialistas presentes. Diante das colaborações feitas pelas convidadas Sandra Pereira (professora e psicóloga), Kézia Carvalho e Thatiana Pineda (professoras), foi possível organizar um relatório geral com os dados e possíveis orientações aos professores e instituições de ensino interessados no tema. Nesse relatório as considerações para as escolas e os

professores foram descritas separadamente, conforme observado a seguir.

Aos professores
• Atenção ao aproveitamento de cursos <i>online</i> sobre ferramentas virtuais para uso na educação, tais como tutoriais com dicas para elaboração de vídeos e materiais visuais. • Estabelecer uma possível rotina das atividades de trabalho, incluindo a organização do espaço destinado para o trabalho em casa. • Compartilhar suas produções de vídeos ou materiais com colegas para que possam dar <i>feedback</i> com propósito de melhorar seu trabalho. • Buscar aprender ao máximo os recursos disponibilizados na plataforma utilizada para conduzir suas aulas ao vivo com maior tranquilidade. É importante que o professor possa ter alternativas de recursos, caso o programado não dê certo. Importante seguir um roteiro de fala ou <i>checklist</i> do que precisa ser realizado durante o contato com os alunos, para assim otimizar o aproveitamento do tempo em aula. • Atentar para as orientações da instituição sobre o canal de comunicação com os pais e responsáveis e definir horários de atendimento. Buscar respaldo da instituição quanto aos encaminhamentos e orientações, assim como respeitar os horários destinados a tais ocorrências. • Compreender que o ensino <i>online</i> não é intuitivo, que há necessidade de buscar por formação e conhecimento tecnológico específico para as aulas. • Buscar boas informações sobre um possível retorno às aulas presenciais com cuidados e orientações fidedignas. • Compreender que os professores não são os únicos responsáveis pela aprendizagem dos alunos, que depende de todos os envolvidos e também de fatores inatos (considerando genética e questões emocionais). • Os professores estão em atenção constante, expostos fisicamente, com cobranças da escola, dos pais e dos alunos, com um acúmulo de atividades e novidades de ensino. Todos esses fatores somados podem acarretar um desequilíbrio emocional. É essencial ficar atento quanto a essa questão e buscar auxílio quando necessário. • Algumas doenças já conhecidas pelos professores podem ter uma incidência ainda maior durante esse período de ensino remoto. Entre elas, doenças físicas (como em relação à voz e à coluna), emocionais (ansiedade, depressão, Síndrome de <i>Bournout</i>), sociais (isolamento e desvalorização dos contatos sociais), entre outras. Portanto, atente para bons hábitos rotineiros e de trabalho para não ter prejuízos com a saúde. Comunique às instituições de ensino se algo acontecer com sua saúde dentro desse período. • Rever hábitos construídos durante esse período de isolamento social e considerar como boas condutas: a) organizar seu tempo de atividades profissionais, domésticas e pessoais em agendas diárias e/ou calendários semanais; b) fazer algo prazeroso que seja independente do trabalho, buscar o ócio criativo; c) buscar uma vida afetiva pessoal com familiares e amigos, respeitando às orientações dos órgãos competentes; d) permitir-se descansar e ter lazer, mesmo em seu ambiente doméstico; e) fazer uma atividade física, mesmo que leve; e f) buscar ajuda terapêutica se perceber necessidade. • Conversar com outros professores sobre essas questões da pesquisa para ter condições de ajudá-los.

Quadro elaborado pelos autores, 2020.

Às escolas

- Oferecer cursos que apresentem ferramentas virtuais para uso na educação, bem como para auxiliar na produção de vídeos e materiais visuais para utilização nas plataformas escolhidas pela instituição.
- Orientar os professores para que estabeleçam uma possível rotina das atividades, incluindo a organização do espaço de trabalho.
- Possibilitar ações de *feedback* para os professores sobre seus vídeos ou materiais produzidos, considerando melhorias para seu trabalho virtual.
- Promover momentos de formação para que os professores possam conhecer todas as ferramentas disponíveis na plataforma escolhida, com propósito de realizarem uma boa aula ao vivo com os alunos. Vale considerarmos que os professores não estavam habituados a lidar com essa modalidade de ensino, logo, convém a instituição deixar claro quais serão suas expectativas sobre esse momento e os respaldos que serão dados aos professores.
- Estabelecer a forma mais segura para que tanto a instituição como os professores tenham uma comunicação com os pais e responsáveis sobre as propostas apresentadas, assim como fixar horários para que essa comunicação ocorra, não ultrapassando o tempo de trabalho previsto.
- Atenção ao considerar o tempo estimado para as aulas *online*, pois se trata de situação diferente das aulas presenciais. Informar-se sobre o tempo recomendado pelos especialistas para exposição aos dispositivos eletrônicos, atentando para a faixa etária.
- Investigar se a comunidade escolar tem acesso, condições e disponibilidade do ensino remoto.
- Buscar boas informações sobre um possível retorno às aulas presenciais com cuidados e orientações fidedignas. Dialogar com o corpo docente sobre as informações obtidas e desenvolver um projeto de retorno, considerando as ações necessárias para o acolhimento e os cuidados com todos, contemplando os aspectos emocionais.
- Buscar momentos formativos para pensar sobre formas de retomada dos conteúdos trabalhados com os alunos durante o ensino remoto.
- Compreender que os professores não são os únicos responsáveis pela aprendizagem dos alunos, pois essa ação depende de todos envolvidos e é inato (considerando genética e questões emocionais). Proporcionar momentos e/ou ações em que o professor possa refletir sobre isso.
- Os professores estão em atenção constante, expostos fisicamente, com cobrança da escola, dos pais e dos alunos, com um acúmulo de atividades e novidades de ensino. Todos esses fatores somados podem acarretar um desequilíbrio emocional. É essencial que a escola dialogue sobre isso com os professores, promova momentos de trocas com profissionais de outras áreas, momentos de descontração virtual e ofereça auxílio, quando necessário.
- Promover ações que previnam doenças nos professores já conhecidas que podem se agravar com o isolamento social e o trabalho remoto. Entre elas, doenças físicas (como em relação à voz e à coluna), emocionais (ansiedade, depressão, Síndrome de *Bourmout*), sociais (isolamento e desvalorização dos contatos sociais), entre outras. Alertar sobre bons hábitos rotineiros e de trabalho para não terem prejuízos com a saúde. Solicitar que os professores notifiquem às instituições de ensino se algo acontecer com sua saúde dentro desse período.
- Incentivar entre os professores que revejam hábitos construídos durante esse período de isolamento social e considerem como boas condutas: a) organizar o tempo de atividades profissionais, domésticas e pessoais em agendas diárias e/ou calendários semanais; b) fazer algo prazeroso que seja independente do trabalho, estimular o ócio criativo; c) buscar uma vida afetiva pessoal com familiares e amigos, respeitando as orientações dos órgãos competentes; d) permitir-se descansar e ter lazer, mesmo em seu ambiente doméstico; e) fazer uma atividade física, mesmo que leve; e f) buscar ajuda terapêutica, se perceber necessidade. Promover reuniões, criar meios de comunicação e ações para dialogar sobre essas necessidades com o corpo docente.
- Promover momentos específicos para dialogar sobre questões como as desta pesquisa.

Quadro elaborado pelos autores, 2020.

As considerações feitas para professores e escolas, nos quadros apresentados, têm como foco contribuir para a saúde física e mental dos profissionais que atuam na educação. Elas também levam em conta que podemos aprender de forma colaborativa frente ao caos enfrentado nos últimos meses, afinal, professores têm falado o quanto têm aprendido a se organizar de uma forma diferente, o quanto estão lidando com recursos digitais e aplicativos disponibilizados na internet, como têm modificado suas formas de dar aulas. Nesse sentido, ressaltamos as lições de Buril (2020) quando o assunto é aprendizagem no tempo de sofrimento vivenciado:

Pode ser que aprendamos algo com a pandemia, pode ser que não. Só veremos as mudanças *a posteriori*. O sofrimento não necessariamente nos ensina algo: a tendência inclusive é que ele não nos ensine muitas coisas. Não podemos negar, no entanto, que o sofrimento *revela*. O sofrimento *fala* e, principalmente, *fala sobre*. O sofrimento *fala sobre* os conflitos entre o que realmente desejamos e o que dizem que precisamos desejar. (BURIL, 2020, p. 34)

É relevante salientarmos que o relatório elaborado, com tais considerações feitas aos professores e às escolas, foi compartilhado com todos os professores participantes da pesquisa, com os demais que estiveram presentes nos *webinars* e com escolas parceiras representadas por gestores nesses momentos, bem como disponibilizado por intermédio das redes sociais das professoras pesquisadoras.

Está prevista a ampliação da pesquisa em um segundo momento, visando dialogar com todos os que participaram dos encontros ofertados e tiveram acesso ao relatório com análises e considerações feitas a professores e escolas. Esse momento posterior poderá acrescentar análises à pesquisa e novas contribuições aos profissionais e às instituições de ensino.

Considerações finais

Todas as vezes que chegamos ao final de um trabalho, ao olhar para trás, verificamos o quanto crescemos ao longo da caminhada. Ao finalizarmos nossas reflexões, nos deparamos com diversos sentimentos e pensamentos que nos inquietam, possibilitando maior desejo de novas descobertas.

Apesar dos impactos sofridos diante da pandemia, podemos concluir que a necessidade do isolamento provocou uma aceleração da formação contínua do professor. A rápida evolução entre o desenvolvimento da tecnologia e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, assim como no engajamento mesmo em contexto adverso, provou que o professor é capaz de se reinventar e se manter em constante desenvolvimento até em novas áreas que

antes não dominava, como novas tecnologias digitais e ferramentas outrora desconhecidas.

Verificamos que a vivência no contexto de pandemia nos colocou diante de desafios inéditos no que concerne às novas relações sociais nesses ambientes ubíquos e híbridos, o que demandou novos saberes e novas estratégias de relacionamentos entre professores, alunos, família e escola. Como bem vimos com o resultado da pesquisa, são vários os desafios que nos inquietam e nos movem para outras mudanças que se fazem e se farão necessárias, pois em toda inquietude há mudanças. Assim, entendemos que esses desafios geram na aprendizagem global a possibilidade de o professor ser o articulador da sua própria aprendizagem.

Compreendemos também que a formação colaborativa baseada na experiência, nas situações e nos desafios cotidianos, assim como nos conhecimentos trazidos pelos professores e pela comunidade escolar (VAILLANT, MARCELO, 2012) tem resultados positivos no desenvolvimento profissional docente. Acreditamos que a pandemia, ao nos fazer refletir sobre causas e efeitos e nos impulsionar a tentar dominar a tecnologia, afetou fortemente o contexto social e educacional e – seja docente ou discente – tem nos preparado para uma nova relação educacional em que a distância é minimizada, a comunicação é quase imediata, o acesso à informação é profundo e ilimitado, e assim também nos leva a refletir sobre como desejamos estar frente a isso quando tudo passar.

Este texto foi finalizado na primeira quinzena de novembro de 2020, e nós, professoras, percebemos que permanecem entre os docentes a ansiedade e o medo em relação ao retorno das aulas presenciais (algumas escolas já retornaram, mas dia após dia cresce a sensação de que podem fechar a qualquer momento); a preocupação e a insegurança referente ao próximo ano letivo, conscientes de que a permanência do ensino remoto não está descartada; o cansaço, a exaustão e o estresse, com a sobrecarga de trabalho. Quanto à percepção de incompetência frente aos desafios tecnológicos, muito se aprendeu com o estímulo dado diante da necessidade do ensino remoto, porém não se pode fechar os olhos para o comércio por trás desse estímulo e a desigualdade de acesso. Todavia, com o uso das ferramentas tecnológicas, os professores parecem sentir-se mais preparados para lidar com tais desafios, contudo, o sentimento de confiança deve permanecer para que não ocorra o abandono de uma educação de melhor qualidade, mesmo em um cenário de pandemia.

Finalizamos nossas considerações destacando um dos textos escritos para reflexão do grupo sobre o inesperado início

da pandemia, que atingiu a história da educação mundial, como proposta de um diálogo inconcluído, rumo sempre a novas reflexões.

E, SE EU DEIXEI MAÇÃ NO ARMÁRIO?

Todo dia acordo. Me apronto rapidamente. Vejo se peguei tudo. Parto rumo à educação.

Bom dia! Bom dia! Passo na sala dos professores. Assino ponto. Abro armário. Guardo meu lanche. Pego meus materiais. Parto rumo à educação.

Hora do intervalo. Oi gente! Pego meu lanche. Como em minutos. O que sobra, guardo para mais tarde ou amanhã. Fecho o armário. Vou ligeiramente ao banheiro. Parto rumo à educação.

Fim da manhã. Tchau turma! Guardo meus materiais. Pego minha bolsa. Próximo turno. Parto rumo à educação.

PÁRA TUDO!

Não tem próximo turno.

Como assim?

A escola foi fechada.

E, o que faço todo dia sempre igual? Não fiz tudo que precisava. E, se eu deixei minha maçã no armário?

PÁRA TUDO!

Parto rumo à educação.

Será que posso parar?

(PINEDA, 17/05/2020)

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BURIL, Bárbara. A pandemia e o individualismo que nunca existiu. In: REICH, Evânia; BORGES, Maria de Lourdes; XAVIER, Raquel Cipriani (Orgs.). **Reflexões sobre uma pandemia**. Florianópolis: NéfiOnline, 2020.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento**. A educação na era da insegurança. Tradução de Jorge Ávila de Lima. Porto: Editora Porto, 2003.

NAVES, Filomena. Metade dos docentes universitários está em exaustão. **Diário de Notícias**. Lisboa, 24 out. 2020. Disponível em: <<https://www.dn.pt/pais/metade-dos-docentes-universitarios-esta-em-exaustao-12956753.html>>. Acesso em: 10/11/2020.

PAIERO, Denise Cristine; SCHWARTZ, Rosana Maria P. B. **Atos que viraram fatos**: olhar do jornalismo e da história sobre os protestos de 2013 a 2016. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.

PÉREZ GÓMEZ, Angel I. **Educação na era digital**: a escola educativa. Tradução de Marisa Guedes; Revisão técnica de Bartira Costa Neves. Porto Alegre: Penso, 2015.

PINEDA, Thatiana F. Guedes. E, se eu deixei maçã no armário? Facebook. 17 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thatiana.pineda.3/posts/3159849677393384>>. Acesso em: 01/11/2020.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na Educação. São Paulo: Paulus, 2013.

VAILLANT, Denise; MARCELO, Carlos. **Ensinar a ensinar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. 1ª ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

WIP CONTENT. Saiba o que é webinar e por que deve ser usado na sua empresa. 23 out. 2018. Disponível em: <<http://www.wipcontent.com.br/blog/saiba-o-que-e-webinar-e-por-que-deve-ser-usado-na-sua-empresa/>>. Acesso em: 28/07/2020.

Ensinar e aprender em tempos de pandemia

Sheila Cristina Silva Aragão Caetano⁴⁶
Jovanka Mariana de Genova Ferreira⁴⁷

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os processos de ensino-aprendizagem no ambiente universitário e como estão sendo afetados nesse período de pandemia em função da Covid-19. O estudo é feito a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo do tipo exploratória, que, de acordo com Gil (2002), tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, na tentativa de torná-lo mais explícito. Será apresentado o resultado das entrevistas feitas através de questionários com alunos(as) e professores(as) de faculdades públicas e particulares do Brasil, com foco na cidade de São Paulo.

O momento que estamos vivenciando está sendo atípico para todos, inclusive no campo da educação, afinal, não estávamos preparados para tantos desafios. A pandemia se revela um período muito restritivo, que forçou uma mudança de rotinas e costumes não vista ou sentida há muitas décadas. Trata-se de um período em que o emocional e o físico são duramente cobrados e exigidos, além da constante notificação de mortes em grandes quantidades e de pessoas infectadas com o vírus, intensificando o medo da contaminação.

Ao contemplar a análise sobre a educação digital, este estudo faz uma reflexão sobre os desafios do cenário educacional atual, uma vez que a educação digital foi adotada em caráter emergencial devido à pandemia de Covid-19. Toda pesquisa acadêmica e geração de conhecimento sobre esse modelo contribui e apoia os atores da educação nesse momento de exceção, e também no futuro, pois entendemos que muitas das práticas digitais adotadas nesse período serão integradas às estratégias escolares nos próximos anos, resultando em práticas híbridas (presencial e digital).

Com isso, este artigo busca refletir acerca dos processos de ensino-aprendizagem, que foram modificados nesse período pandêmico, por meio de entrevista virtual com docentes e discentes do Brasil, tendo maior concentração na cidade de São Paulo.

Para colaborar para a atuação dos atores envolvidos nesse processo, iremos também abordar a importância da afetividade na educação como propulsora de ações positivas, e como essas

⁴⁶ Mestre e Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora Adjunta I pela Faculdade Zumbi dos Palmares. E-mail: sheila.aragao@icloud.com

⁴⁷ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: jovankadegenova@gmail.com

impactam diretamente a construção de um ambiente favorável para que os alunos possam alcançar seu objeto de aprendizagem.

Do ensino remoto à construção da educação virtual

Em 2020, o Brasil e o mundo foram acometidos pela Covid-19 e, com isso, fizeram-se necessárias diversas adaptações para que pudéssemos fazer isolamento social e conviver com a doença, enquanto se procurava por uma cura e/ou vacina.

Diante desse contexto, o campo da educação encontrou como solução o ensino emergencial por via remota, que entendemos não ser equivalente à educação a distância (EAD), e sim uma adaptação da sala presencial que não consegue refletir as mesmas características de ensino. Instituições, docentes e discentes tiveram de se encaixar nessa modalidade que vem sendo chamada de ensino remoto por muitos, mas também de ensino virtual. As aulas, de modo geral, acontecem de maneira síncrona em plataformas virtuais – Google Meet, Cisco Webex, Microsoft Teams, Zoom, entre outros aplicativos –, sendo necessário um mínimo de habilidade para lidar com as tecnologias digitais, boa conexão de internet e dispositivos eletrônicos como celular, computador ou tablet por parte dos docentes e discentes.

A modalidade remota é algo emergencial, contudo, pode se tornar permanente. Consiste em um processo em construção, e por isso talvez seja uma fase de transição para o ensino se tornar “virtual”, ou ainda algum outro nome mais propício. Para isso, esse tipo de ensino deve ser aprimorado, tanto na questão da didática e do uso de ferramentas digitais como no estabelecimento da afetividade entre docente e discente, que será analisada no próximo item.

Com o ambiente virtual não é possível a presença física, mas é possível a copresença, que é estar junto em um ambiente compartilhado:

A presença e a telepresença, que estabelecemos em diferentes espaços são normalmente compartilhadas com o outro, pois, para se sentir presente, o homem precisa da legitimação da sua presença pelo outro, principalmente quando se fala em espaços digital-virtuais, online e dinâmicos. Quando falamos de presença compartilhada, estamos falando de copresença.

A copresença ocorre, quando, num espaço, se fazem presentes duas ou mais realidades diferentes. Assim, para Lévy e Lussault (2003), nesse espaço, há um conjunto e/ou uma agregação de realidades diferentes que torna possível a interação. (BACKES, BARCHINSKI, MANTOVANI, 2017)

E é a partir da copresença que também pode ser desenvolvido algum tipo de afetividade, o principal é que por meio desse processo

afetivo que docentes e discentes estão sendo capazes de seguir com o processo de ensino-aprendizagem.

Marcelo Moyses (12/11/2020) discorre que a internet tem algumas limitações, bem como ampliações, como no caso de experiências no mundo digital como as visitas 3D a museus. O autor observa que, ao se conectar à internet, não é possível acessar os cinco sentidos, como acontece presencialmente; no mundo digital temos apenas a visão e a audição, e isso de alguma forma interfere no processo de ensino-aprendizagem. Sobre a ampliação, essa ocorre por meio da realidade aumentada e do acesso a situações que presencialmente não seriam possíveis – uma vez que pela internet podemos acessar lugares do mundo todo sem sair de casa, e assim criam-se novos processos de ensino-aprendizagem.

Tudo isso que estamos passando nesse momento é novo, e precisa ser analisado. É um território de incertezas que ainda está sendo construído e certamente deixará marcas permanentes. Podemos afirmar que, diante disso, a educação é um processo em construção: ensino remoto, ensino virtual e educação digital.

Afetividade na educação digital

A afetividade tem sua importância legitimada dentro dos processos tradicionais da educação presencial, e entendemos ser necessário desenvolver esforços acadêmicos para que também seja aplicada aos processos da educação digital. A partir do olhar da teoria de Henri Wallon (1968), compreendemos que “afetividade é a capacidade do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis” (MAHONEY, ALMEIDA, 2014, p. 17).

Ao estabelecer essa conexão entre a afetividade e a educação, partimos do princípio de que a afetividade é parte do processo de aprendizagem e pode facilitar ou dificultar o estabelecimento de relações e diálogos. Nessa perspectiva, a afetividade como uma experiência positiva colabora para trocas e socializações, ações que podem ser estimuladas pelos atores envolvidos no processo educacional.

Estamos diante de uma revolução tecnológica digital que altera de maneira contundente o modo como nos relacionamos, nos comunicamos e estudamos. A cultura digital nos remete a experiências próprias dessa transformação, com novas formas de vínculo, e revela diferentes caminhos de interação que interferem diretamente na geração e no compartilhamento do conhecimento, fato esse que também é percebido entre alunos e professores no ambiente digital.

Em 2020 vivemos um momento em que a educação remota foi adotada em caráter emergencial devido à pandemia de Covid-19. Diante desse desafio, os conceitos de Henri Wallon colaboram

diretamente para o cenário atual, ao abordar o tema da relação entre os campos afetivo e cognitivo no processo de desenvolvimento da pessoa, a mobilização desses pelo meio em que se vive e o processo de constituição do indivíduo a partir da cultura/meio em que está inserido pela integração pessoa, cognitivo, afetivo e ato motor (FERREIRA, VIEIRA, 2020). Esses pontos são a base para o tema afetividade e integram a área da educação em um contexto que permite entender o aluno e seus objetivos dentro do ambiente escolar.

A teoria walloniana coopera para a atuação do professor em sala de aula seja na modalidade presencial e/ou na digital, pois enfatiza a importância do diálogo com o aluno e da mediação para impulsionar o conhecimento e a aprendizagem, criando de modo intencional um ambiente favorável para o processo de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma teoria que conversa com a educação e integra seus princípios.

Wallon entende que o ser humano deve ser considerado como completo, integral, levando em conta sua individualidade, sua formação biológica e as condições em que se deu sua formação. Para ele, a pessoa é um campo que integra as emoções, a razão, o motor, colocados em movimento pelo meio. O meio, hoje, para os processos de ensino e aprendizagem, ganhou novas configurações, novos instrumentos de mediação que necessitam ser considerados (FERREIRA, VIERA, 2020).

O meio é fundamental para a teoria de Wallon. Para o teórico, o homem é resultado do meio em que se insere, o indivíduo é moldado a partir de uma determinada cultura, em uma determinada época. Wallon afirma que o meio define as limitações de qualquer ser vivo (apud ALMEIDA, 2012, p. 15).

Como observa Ferreira (2020), Wallon faleceu em 1962, e por isso não teve a oportunidade de incluir em seus estudos o meio digital e sua influência na constituição da pessoa e suas possíveis consequências. O meio digital, resultado do avanço tecnológico dos tempos contemporâneos, nos oferece um tipo de experiências e costumes muito diferentes dos vividos por outras gerações. Trata-se de um movimento que ainda está em construção, com características mais participativas e diversificadas que questionam as culturas mais tradicionais, com tendências que ampliam as oportunidades econômicas, comunicacionais e sociais (FERREIRA, 2020, p. 38).

Wallon defendeu uma escola antes de tudo acessível a todos. Ele acreditava que esse ambiente era um dos meios para formar o homem-cidadão e que os alunos têm direito à cultura e o professor, a um papel ativo na constituição da pessoa e do aluno (ALMEIDA, 2004, p.138).

A afetividade na educação digital considera a comunicação e o esforço do professor para que o aluno vivencie experiências diversas com o conteúdo. O aluno adulto, jovem ou mais maduro depende dessa interação para ser impulsionado afetivamente para a aprendizagem (FERREIRA, VIEIRA, 2020). Dessa forma, os atores envolvidos no ensino remoto emergencial que, ao implementar suas ações pedagógicas, tiverem a oportunidade e o interesse de construir ações para alavancar a afetividade do grupo, a partir de atividades agregadoras e estimuladoras pensadas para compor um ambiente acolhedor, contribuirão diretamente para o processo de aprendizagem, pois alunos mais confiantes e seguros têm mais chances de se apropriar de um determinado conhecimento.

O processo de desenvolvimento de um ambiente digital afetivo é algo ainda pouco explorado, não temos todas as evidências e caminhos trilhados, trata-se de um assunto novo que emerge dentro desse novo meio que vivemos que é o digital. Porém, sabemos da importância do tema para a educação. Dessa forma, assegurar que a afetividade seja algo constante no processo educacional pode garantir que esse período, em que ainda não é possível voltar para a sala presencial, torne-se uma experiência afetiva positiva e colabore para o sucesso dos envolvidos.

Ensinando em tempos de pandemia

Para fazer uma contextualização de como está sendo para os professores lecionar através do ensino emergencial remoto, foi elaborado um questionário simples via formulário da internet, variando entre respostas dissertativas e de múltipla escolha. Sendo elas:

- Qual o seu nome fictício?
- Qual o seu sexo?
- Quanto anos você tem?
- Há quanto tempo você leciona em faculdades/universidades?
- Você leciona em faculdade () pública () particular () pública e particular
- Você leciona: () na cidade de São Paulo () no interior de São Paulo () em outro estado
- Para você, como está sendo se adaptar às aulas remotas em função da Covid-19? Quais os desafios? O quanto sua rotina mudou?
- Você prefere dar aulas remotas ou presenciais? Justifique a sua resposta.
- Você sente que os alunos perderam um pouco o interesse com as aulas remotas?
() Não () Sim () Um pouco

- Você concorda que eu use suas respostas para escrever meu artigo? () Sim () Não

A pesquisa virtual foi realizada na última semana de outubro de 2020 por 10 professores, sendo 40% homens e 60% mulheres, com idades variando entre 37 e 68 anos, conforme as especificações dispostas no gráfico apresentado a seguir. Desses professores, 60% lecionam em faculdades particulares, enquanto 30% lecionam em faculdades públicas e apenas um professor leciona em faculdade pública e particular.

Idade dos docentes

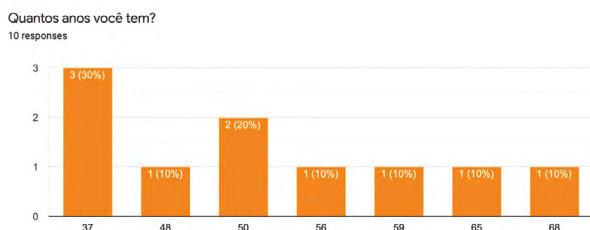


Gráfico elaborado pela autora Sheila Cristina Silva Aragão Caetano, 2020.

O tempo de docência varia entre 2 e 46 anos, sendo a média de 16 anos e 4 meses de experiência de ensino. E a maioria (70%) trabalha na cidade de São Paulo, em oposição a 10% que ensinam no interior de São Paulo e 20% que praticam a docência em outros estados.

Tempo de docência dos professores

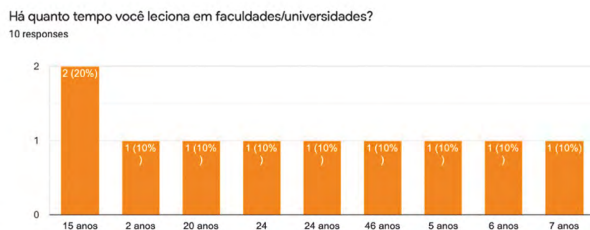


Gráfico elaborado pela autora Sheila Cristina Silva Aragão Caetano, 2020.

No momento em que os docentes responderam ao questionário, já haviam se passado 7 meses em período pandêmico. Dessa forma, suas impressões tiveram algum tipo de amadurecimento, não sendo respostas superficiais.

Dos 10 professores, 6 pontuam que os estudantes perderam um pouco o interesse, enquanto 3 relatam que os educandos perderam sim o interesse e apenas um docente defende que os discentes não perderam o interesse. E a maioria dos educadores discorreu a respeito da dificuldade dos estudantes de participar ativamente das aulas remotas, o que não costumava acontecer com as aulas presenciais, fato que poderá ser notado na observação das respostas individuais a seguir.

Todos os professores concordaram que suas respostas fossem utilizadas no presente artigo, e todos responderam usando um pseudônimo.

Roberta tem 68 anos de idade e leciona há 46 anos em faculdade particular na cidade de São Paulo. Prefere as aulas presenciais pela possibilidade de participação, diálogo e debate crítico, e sente que os alunos perderam um pouco o interesse com as aulas remotas. No início, enfrentou problemas pela falta de familiaridade com as plataformas, seu dia a dia mudou e, para ter produtividade e descanso, precisou criar uma rotina adequada. Além disso, seu fluxo de trabalho aumentou bastante. Como vantagens no sistema remoto vê a agilidade na comunicação e maior objetividade nas reuniões.

Sobre os alunos, para Roberta, “o maior desafio tem sido com as estratégias pedagógicas, a interferência do ambiente doméstico nas aulas e a participação limitada dos alunos pela necessidade do áudio e câmera terem que ficar desligados, o que implica, muitas vezes, a necessidade de diminuir o tempo das aulas sincrônicas”. Relata que as aulas remotas, em geral, são cansativas, e exigem uma criatividade maior no uso de estratégias pedagógicas que estimulem a concentração e a participação dos alunos. E com isso uma aula teórica pode virar um monólogo se não for introduzida uma “‘provocação’ reflexiva, ou um pequeno documentário, até uma música. [E] os alunos respondem melhor quando estimulados visualmente”.

Joana possui 48 anos de idade e leciona há 7 anos em faculdade pública no interior de São Paulo. Prefere as aulas presenciais, por ter contato direto com os alunos, pelo fato de os discentes participarem mais, por poder observar expressões e manifestações no transcorrer das aulas e também por preferir lecionar por meio de diálogos, e não apenas aulas expositivas. Fato esse justificado por Joana, ao afirmar que nas aulas remotas muitas vezes sente que está falando sozinha, pela falta de interação dos estudantes com o microfone e a ausência de câmeras. Fora

isso, sente que os alunos perderam um pouco o interesse nessa modalidade de aula.

Sua maior dificuldade tem sido o aumento significativo de sua jornada de trabalho, que passou de 40 horas para cerca de 70 horas semanais, sem ter tido nenhum tipo de ajuste em sua remuneração. Além disso, o aumento do tempo em frente a uma tela de computador lhe causa cansaço visual, e se ressentido da falta de contato com as pessoas. Em contrapartida, não existe mais o deslocamento casa-trabalho.

A participante Rose tem 37 anos de idade e atua como professora há 2 anos em faculdade particular na cidade de São Paulo. Não tem certeza se prefere as aulas presenciais ou remotas, uma vez que ambas têm vantagens e desvantagens em sua vida. Apesar de as aulas remotas possibilitarem trabalhar no conforto de sua casa, elas também causaram o ensalamento (junção de turmas) e a redução de seu salário. Por isso, reconhece que se sente um tanto desmotivada com a carreira docente. No mais, sente que os alunos não perderam o interesse com as aulas remotas.

Sobre a adaptação para essa modalidade de ensino, relata que no início foi mais complicado devido à adequação das novas atividades: “[...] responder e-mail de aluno, colocar link da aula em avisos, postar a aula gravada, disponibilizar material virtualmente, cadastrar prova online, responder pesquisa e reuniões virtuais.”

Rebeca, 65 anos, leciona há 20 anos em faculdade pública fora do estado de São Paulo e prefere as aulas presenciais. No entanto, entende que nesse momento as aulas remotas são a única alternativa, tendo em vista o momento pandêmico. Percebe que os estudantes perderam um pouco o interesse nas aulas, e a adaptação à modalidade remota está sendo “extremamente cansativa, aflitiva e angustiante”. Enfatiza como desafios do ensino remoto a desigualdade social e o racismo estrutural, mas, apesar disso, atina que os discentes demonstram “capacidade para enfrentar os obstáculos impostos, mesmo sem receber qualquer investimento político e financeiro para permanência no curso e acesso aos recursos digitais para as aulas remotas”.

A próxima inquirida foi Frida, de 50 anos de idade, que leciona há 15 anos em faculdade particular na cidade de São Paulo. Elege as aulas remotas, contudo, não chegou a apontar o motivo; sente que os alunos perderam um pouco o interesse nas aulas. A respeito da sua adaptação a essa modalidade, explica que teve maior dificuldade no começo e que atualmente gosta das aulas online.

Na sequência, Edgard, que tem 37 anos de idade, responde à enquête. Ele é docente há 5 anos em faculdades públicas e particulares na cidade de São Paulo, e revela preferência pelas aulas presenciais em vez das remotas em decorrência das dinâmicas em grupos e discussões que são fundamentais para sua metodologia

de ensino e não são possíveis pelo ensino remoto, em função da pouca participação dos alunos em aula.

Percebe que os alunos perderam sim o interesse nas aulas e discorre que, apesar de sua experiência com o ensino a distância (EAD), “no início na pandemia, o desafio foi maior”, principalmente quanto à necessidade de “ajustar os calendários” e às “dificuldades que muitos/as estudantes possuem em relação às tecnologias”. Outrossim, sua relação com o tempo ficou diferente por não ter mais de se deslocar entre casa e trabalho, entretanto, sua demanda de atividades de trabalho triplicou.

A professora Lívia tem 37 anos de idade e vem lecionando pelos últimos 6 anos em faculdade particular na cidade de São Paulo. No geral, prefere as aulas presenciais, contudo, para as atividades de orientação de trabalhos, iniciação científica e mentoria de projetos, opta pela maneira remota. Sente que os alunos perderam um pouco o interesse com as aulas remotas, nesse sentido, seu principal desafio é desenvolver atividades específicas para esse tipo de plataforma de forma que os alunos possam se engajar e se envolver durante as aulas.

Junior possui 56 anos de idade e trabalha como docente há 15 anos em faculdade pública fora do estado de São Paulo. Observa que os discentes perderam o interesse com as aulas remotas, e talvez por isso prefira as aulas preferenciais, visto que ele não justificou sua escolha. Está tendo muitas dificuldades com as aulas remotas, uma vez que sua casa e sua rotina não foram moldadas para o estilo “home office”.

O penúltimo professor que respondeu ao questionário foi Francisco, com 50 anos, que ensina em faculdade particular há 24 anos na cidade de São Paulo. Prefere as aulas remotas em consequência de não gastar tempo com deslocamento, ter uma alimentação melhor e poder trabalhar vestindo roupas mais confortáveis. Considera que algumas atividades são melhores no meio virtual, e com a volta ao presencial voltarão a ser desenvolvidas presencialmente, o que será ruim para todos. Sente que os alunos perderam um pouco com as aulas remotas, porém é difícil perceber quando o aluno realmente se interessa pela aula ou não, assim como na modalidade presencial.

Apesar de já ter tido contato com o EAD, para ele, “um dos maiores desafios das aulas remotas é manter uma boa relação mediada pela tecnologia”. Com isso, as aulas agora precisam ter pré-produção, produção e até pós-produção, podendo aumentar a qualidade da aula e efetivamente aumentando o esforço e o tempo que o professor precisa dedicar para preparar as aulas.

E por último tivemos o docente Dulga, que tem 59 anos de idade e leciona há 24 anos em faculdade particular na cidade de São Paulo. Escolhe as aulas presenciais, entretanto, não explicou

o motivo, e percebe que os alunos perderam o interesse nas aulas remotas. Para ele, a docência atual tem sido um desafio por ser uma maneira totalmente diferente de dar aulas, inclusive pensa que para os alunos tem sido algo desagradável.

O contingente entrevistado foi um percentual pequeno em comparação com os inúmeros professores que atuam no mercado de ensino; outro ponto é que teve concentração maior na cidade de São Paulo e em faculdades particulares. Cabe notar ainda que a maioria dos respondentes é do sexo feminino, contudo, não foram feitas perguntas específicas para contextualizar a carga de atividades domésticas. Apesar disso, caso as participantes achassem pertinente, poderiam abordar esse assunto na resposta à pergunta “Para você, como está sendo se adaptar às aulas remotas em função da Covid-19? Quais os desafios? O quanto sua rotina mudou?”.

As respostas apresentadas serão analisadas e discutidas no momento da conclusão do artigo.

Aprendendo em tempos de pandemia

Assim como com os docentes, foi feita enquête virtual para se compreender como os estudantes estão sendo afetados pelos processos de aprendizagem do ensino remoto. As perguntas também variaram entre múltipla escolha e dissertativas, sendo elas:

- Qual é o seu nome fictício?
- Qual é o seu sexo? () feminino () masculino
- Quantos anos você tem?
- Você estuda em uma faculdade: () privada () pública () não faço faculdade no momento
- Você estuda: () na cidade de São Paulo () no estado de São Paulo () outros estados
- Para você, quais têm sido os desafios de ter aulas remotas em função da Covid?
- Como a Covid tem impactado a sua vida?
- Você sabe a diferença entre aula remota e aula EAD? () sim () não () não tenho certeza
- Você já fez algum curso a distância (EAD, em que as aulas são previamente gravadas e você não tem contato com o professor nem com a turma)? () sim () não
- As aulas remotas te desmotivaram como aluno? () não () sim () um pouco () muito
- Você prefere ter aulas remotas ou presenciais? Justifique sua escolha.
- Você concorda que eu use suas respostas para escrever meu artigo? () sim () não

Responderam ao questionário virtual 12 participantes, que em sua maioria são mulheres, contabilizando 75%, enquanto 25% são homens, mesmas frequências averiguadas no resultado da questão sobre se estuda em faculdade privada (75%) ou faculdade pública (25%). Todos autorizaram que suas respostas fossem utilizadas no presente artigo. Observa-se ainda que 75% têm até 23 anos, com maior concentração nas idades entre 20 e 21 anos, e apenas uma participante tem mais de 50 anos.

A maioria dos participantes, 8 dos 12, está na sua primeira graduação, enquanto três deles fazem a sua segunda formação e apenas um relata que desistiu de sua primeira área escolhida e estuda um outro curso nesse momento. Apenas 25% estudam fora do estado de São Paulo, ao passo que o restante estuda na cidade de São Paulo, e nenhum no interior.

Quando questionados a respeito de compreenderem ou não a diferença entre aula remota e aula EAD, 83% alegam que sim, em contrapartida um participante informa que não sabe, enquanto outro reconhece não ter certeza. Sobre terem feito algum curso na modalidade EAD, apenas 4 dos 12 participantes já fizeram, enquanto a maioria (66,7%) não teve essa experiência até o momento em que responderam à enquete.

Com relação a se sentirem desmotivados ou não, as respostas variaram conforme ilustrado no próximo gráfico – aqui estamos interpretando “um pouco” como sendo afetados em 25%, “sim” como - 100%, “não” como 100% e “muito” como 150%. Assim sendo, apenas um participante dos 12 não se sente desmotivado em ter aulas na modalidade remota; em contrapartida, todo o restante se percebe afetado, e entre eles 2 dos 12 se sentem muito afetados por essa mudança emergencial.

Resultado “As aulas remotas te desmotivam como aluno?”

As aulas remotas te desmotivaram como alune?

12 responses

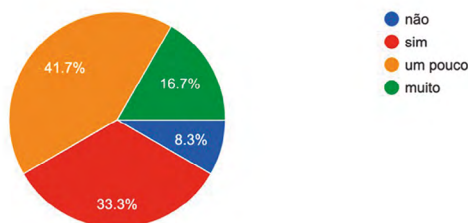


Gráfico elaborado pela autora Sheila Cristina Silva Aragão Caetano, 2020.

Essa enquete foi respondida na primeira semana de novembro, portanto, já haviam se passado quase 8 meses em vivência da pandemia.

A primeira participante foi Érica, que tem 33 anos, estuda em uma faculdade privada na cidade de São Paulo e não está em sua primeira graduação. Nesse momento, para ela, a maior dificuldade com relação à instituição não tem sido o ensino remoto em si, mas “conversar com funcionários da secretaria e coordenação”. Com relação ao impacto da Covid, percebe-se afetada no lado profissional por ser professora do ensino fundamental. Porém, não se observa desmotivada com a modalidade remota, e até prefere essa forma de ensino, uma vez que, no seu caso, as aulas ficam gravadas e, assim, ela pode assistir quando quiser.

Pedro possui 22 anos, estuda em um local privado na cidade de São Paulo, fazendo sua primeira graduação. No tocante a ter aulas remotas, seu maior desafio tem consistido em conseguir se concentrar durante as aulas, dado que existem muitas distrações no computador. Na sua vida pessoal, por ser uma pessoa que passa muito tempo na rua fazendo atividades, o isolamento tem sido um problema, porque não tem frequentado mais a região central da cidade nem andado de bicicleta, tampouco tem ido a exposições ou ao cinema. Conclui que as aulas remotas têm o afetado muito.

Najara está cursando sua primeira graduação, porém anteriormente entrou na faculdade, desistindo do curso para trocar de área. Estuda em faculdade particular na cidade de São Paulo e tem 20 anos de idade. Reconhece que se sente desmotivada e mais dispersa que seu normal na modalidade de ensino remoto, tendo dificuldade de separar o espaço de estudo do espaço de descanso.

Nesse momento pandêmico, teve todas as pessoas de seu convívio abatidas pela Covid, sem que chegassem a falecer ou mesmo ter sequelas da doença. Entretanto, tem medo de que algo possa lhes acontecer. Fora isso, adquiriu fobia de sair à rua, e no mais percebe que as aulas remotas a desmotivam um pouco, preferindo as aulas presenciais. Sobre isso alega que teve:

[...] algumas experiências boas com aulas remotas, de cursos que só seriam possíveis através da mesma, mas sinto falta do espaço de debates. Na internet, sinto que não há sigilo nas discussões feitas e não sei como o conteúdo está sendo absorvido pelos meus colegas. Às vezes um olhar já dizia tudo, e sabia que não era só eu perdida na matéria, ou até mesmo maravilhada. Sinto falta das trocas e de ter um espaço só para estudos.

A próxima participante foi Thalita, que possui 21 anos de idade, estuda em faculdade pública fora do estado de São Paulo e está em sua primeira formação. Percebe que, com o ensino remoto, a qualidade do processo de aprendizagem e das aulas caiu, entretanto, coloca como justificativa a adaptação para esse modelo de ensino. Sobre a Covid afetando sua vida, conclui que a pandemia atrasou seus planos de vida, além de se sentir desmotivada com

a modalidade emergencial de ensino remoto. Revelou preferência pelas aulas presenciais pelo contato com os professores, que para ela deixa as aulas presenciais mais produtivas do que as remotas.

Verne está em sua primeira graduação, tem 21 anos e estuda em faculdade particular na cidade de São Paulo. Como desafios para a adaptação às aulas remotas, aponta dificuldades de comunicação com os colegas de classe e professores, morosidade no esclarecimento de dúvidas por e-mail, além do excesso de trabalho, que atrapalha o aprendizado na faculdade.

Ao longo da pandemia, ele e sua família fizeram isolamento e se protegeram. Entretanto, quando se iniciou o período de flexibilização e, com isso, a retomada de algumas rotinas de trabalho externo, seus familiares adquiriram Covid-19. Considera que a modalidade emergencial o desmotivou um pouco e prefere as aulas presenciais, justificando que seu curso exige conversa direta e roda de debates.

Thawany possui 20 anos de idade, estuda fora do estado de São Paulo em uma faculdade pública e cursa sua primeira formação. Observa que a distância acarreta um pouco de dificuldade no processo de aprendizagem, e considera que a Covid modificou completamente a sua vida. Entre ensino remoto e presencial, elege o presencial, por ter dificuldade de concentração no ambiente virtual, enquanto que presencialmente consegue focar apenas no docente.

Na sequência temos Tais, que é estudante em uma faculdade privada na cidade de São Paulo, com 19 anos de idade, em sua primeira graduação. Para ela, os maiores desafios da modalidade emergencial são ter “aulas didáticas, criar uma rotina de estudos e prestar atenção”. O período da pandemia tem alterado toda a sua rotina e sua saúde mental. Tais discorre que se percebe muito desmotivada com as aulas remotas, e aponta como preferidas as aulas presenciais por considerar importante o contato com o ambiente universitário.

Edna tem 55 anos e essa não é a sua primeira formação. Frequenta uma instituição particular na cidade de São Paulo. Como maiores desafios educacionais trazidos pela Covid, identifica a organização de horário. Além disso, está sendo privada de sua liberdade de ir e vir e, assim, não consegue estar com seus amigos. Compreende que as aulas remotas a desmotivaram como aluna e prefere as aulas presenciais, por lhe proporcionarem interação com os professores e com seus colegas de classe.

Dayneres possui 21 anos, estuda em uma faculdade pública fora do estado de São Paulo e faz sua primeira formação. Em função da Covid, encontra como problema a utilização da internet, por morar em uma localização com sinal fraco. No mais, por ter déficit de atenção, padece para poder acompanhar as aulas remotas. Com

isso, observa-se desmotivada com essa modalidade e opta pelas aulas presenciais na questão sobre sua preferência, por facilitarem, na sua opinião, o acompanhamento dos conteúdos.

A antepenúltima participante é Ana Claudia, com 33 anos de idade, estudante de uma faculdade particular na cidade de São Paulo, sendo que essa não é a sua primeira formação. Percebe que, com as aulas remotas, os professores não têm se engajado; e no seu dia a dia sofre por não poder sair de casa, apenas quando é extremamente necessário. A modalidade de ensino remoto a desmotiva, por isso assinalou a modalidade presencial como sendo melhor para ela, argumentando que “as aulas virtuais nunca acontecem, porque os professores sempre estão com algum problema. Então aprendemos o que pesquisamos”.

Na sequência temos Gael, que possui 23 anos de idade e está em sua primeira graduação, em uma instituição privada, na cidade de São Paulo. Passados quase 8 meses de ensino remoto, já se sentia acostumado com o funcionamento dessa modalidade. Porém, por estar estudando e trabalhando em seu quarto, sente-se mais confortável, e com isso tende a ter mais preguiça – assim, a Covid tem impactado o participante tanto nos estudos como no trabalho. Com relação à sua motivação em aprender nessa modalidade, sente-se um pouco desmotivado. E, apesar de gostar de estar em casa, acredita que as aulas presenciais são mais prazerosas, e por isso opta por essa modalidade.

Por último temos Cintia, 28 anos de idade, está em sua primeira graduação em uma faculdade particular na cidade de São Paulo. Por cursar administração, sente dificuldade de aprendizado em matérias que envolvem cálculos, como é o caso de estatística, uma vez que é necessária mais atenção para assimilar o raciocínio do docente. Sobre a Covid e seus impactos na sua vida, preocupa-se por estar afastada do estágio, e isso afeta sua saúde mental, gerando ansiedade. Ademais, preocupa-se com sua saúde e com a saúde de sua tia, que faz parte do grupo de risco. Nesse momento, também está assumindo afazeres que antes eram somente de sua tia, e se impressiona com o esforço necessário para desenvolver essas atividades. Prefere as aulas presenciais pela convivência com os colegas e professores, bem como pela dinâmica da sala de aula, observando que as aulas remotas a desmotivam um pouco.

Conclusões

Foi percebido que não existe um padrão nas aulas remotas, variando de faculdade para faculdade – algumas têm aulas em tempo real, outras também permitem acessar a gravação dessas aulas e outras, porém, acabam oferecendo aos alunos somente aulas gravadas.

A falta de preparação dos docentes para o momento pandêmico e o ensino emergencial é outra problemática. Dois professores tiveram contato com o ensino a distância e, apesar disso, não estavam preparados para o ensino remoto. De forma geral, muitos enfrentaram desafios tecnológicos e metodológicos pela falta de experiência com essa modalidade. Foi estabelecido como plano de contingência o ensino remoto, mas, ao que tudo indica, o que está sendo construído é o ensino digital, algo inovador para o mercado de educação, visto que é diferente do ensino a distância e do ensino presencial.

Metade dos professores pontuou a respeito do aumento da carga de trabalho, destacando-se uma tarefa específica, o preparo da aula, que demanda dedicação bem superior que na aula presencial, enquanto o restante ressaltou a maior carga de trabalho de modo geral – uma docente em especial explicitou como trabalhar dessa forma emergencial é cansativo, angustiante e aflitivo. O excesso de trabalho traz cansaço mental e físico, e com isso pode interferir no rendimento dos docentes em sala de aula.

A maioria dos professores expõe que ensinar nessa modalidade emergencial diminuiu o contato entre aluno e professor. Alguns docentes explanam que os discentes não ligam a câmera nem o microfone, enquanto poucos pontuam sobre a dificuldade dos alunos para se adaptarem à tecnologia ou para terem acesso a ela (dispondo de computador, celular, conexão com a internet). A maioria dos professores afirma preferir a aula presencial, por poder ter rodas de conversa e diálogos, porém dois professores preferem a aula remota e uma docente não tem mais certeza. Em menor escala, houve uma reclamação de cansaço visual e outra de ensalamento. Alguns educadores declaram ser um desafio desenvolver estratégias pedagógicas que gerem engajamento com os alunos.

Ainda está tudo bem incerto, porém fica em evidência o trabalho excessivo dos docentes e a falta de técnicas pedagógicas para alcançar uma maior participação dos estudantes. No entanto, a partir dessas respostas, é interessante desenvolver um novo formulário para docentes com perguntas, em sua maioria de múltipla escolha, desenvolvidas a partir das respostas analisadas aqui, como por exemplo sobre a questão do cansaço visual e do ensalamento. Apesar do foco em questões de múltipla escolha, seria importante ter ao menos uma pergunta dissertativa, além de deixar o questionário aberto por um tempo maior e propagá-lo para estados e cidades diferentes, para assim perceber as semelhanças e diferenças do processo de ensino-aprendizagem.

Também seria importante explorar os conceitos do ensino a distância e outros que sejam pertinentes para compreender melhor essa modalidade de ensino emergencial. A maioria dos docentes

discorre que os estudantes perderam “um pouco” o interesse nesse tipo de aula, 30% afirmam que perderam “sim” o interesse e apenas um professor diz que os alunos “não” perderam o interesse. Quando os estudantes foram questionados sobre esse mesmo assunto, 91,7% informaram que “sim”, em contrapartida, apenas um participante disse que “não”.

Levando em conta a opinião de professores e alunos, começa a se delinear que os processos de ensino-aprendizagem foram afetados em grande escala. Contudo, pelo fato de a quantidade de participantes não ser significativa, esse resultado pode variar ou não. Focando nas respostas dos estudantes, quase a metade deles sente falta do contato com os professores, com os colegas de classe e com o ambiente universitário. Alguns alegam que foram mais impactados pela pandemia no trabalho – e, se acrescentarmos trabalhos domésticos, a quantidade sobe um pouco.

Duas alunas relatam que sofrem de transtornos mentais em função das mudanças ocorridas pela pandemia. Também dois estudantes discorrem que o isolamento social tem sido um problema, uma outra aluna expõe que a pandemia atrapalhou seus objetivos. Enquanto dois alunos informam que estudar e trabalhar no mesmo ambiente é algo problemático, duas alunas explicitam redução de aproveitamento nos processos de aprendizagem na modalidade remota e outra reclama da falta de didática.

Três dos 12 participantes pontuam problemas com concentração nessa modalidade emergencial, e outros dois enfrentam dificuldade para separar o ambiente de trabalho do ambiente de estudo. E como exceção temos uma aluna que informa que suas aulas remotas acabam não acontecendo por quaisquer dificuldades dos professores, e outra relata dificuldade de acesso à internet.

Assim como verificado com os docentes, esse estudo com os discentes mostrou ser preliminar, e a partir dele será possível elaborar um mais complexo e envolvendo mais participantes.

Mediante essa análise é possível destacar o papel da afetividade no processo educacional, pois, conforme defendido neste estudo, a afetividade colabora diretamente no processo de ensino-aprendizagem, sendo um elemento que permite a construção de um ambiente favorável e potente de geração de conhecimento. No contexto escolar, esse tipo de posicionamento, alinhado com a teoria de Wallon, por meio das atividades pedagógicas, pode contribuir para um clima social propício para a apropriação de conhecimento e o saber fazer, reconhecendo as manifestações emocionais e inspirando os professores com propostas que atendam às diferentes demandas de seus alunos (FERREIRA, 2020, p. 36).

Essa forma de atuar da teoria walloniana demonstra o papel ativo do professor na constituição da pessoa do aluno dentro das

dimensões motora, afetiva e cognitiva. O professor deve ter como base fundamental a premissa de que o aluno deve conquistar, no plano afetivo, um lastro para o desenvolvimento cognitivo (ALMEIDA, 2004, p. 126).

Em um momento de pandemia, em que a educação precisou se transformar de uma forma rápida e emergencial em uma educação digital, a pesquisa sobre essa forma de ensino e os relacionamentos que envolvem esse processo contribui para a prática de professores e outros profissionais envolvidos na disseminação e democratização do conhecimento em um país tão grande, diverso e ainda carente de uma educação formal e acessível a toda a população, principalmente nesse momento de exceção. E saber dos pontos em que os estudantes estão tendo maiores dificuldades ajudará no aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Ser professor: um diálogo com Henri Wallon. In: MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Orgs.). **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Edições Loyola, p. 119-140, 2004.

_____. Introdução. In: Idem (Org.). **Afetividade, aprendizagem e educação de jovens adultos**: relatos de pesquisa na perspectiva de Henri Wallon. São Paulo: Loyola, p. 11-28, 2012.

BACKES, Luciana; BARCHINSKI, Karen; MANTOVANI, Ana Margô. Educação superior em espaços híbridos: a presença e a copresença no processo de cooperação. **Conjectura: Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, v. 22, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/4792>>. Acesso em: 13/11/2020.

FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova. **Afetividade na educação a distância**: estudo sobre a produção acadêmica científica brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

_____; VIEIRA, Marili Moreira da Silva. Afetividade na educação a distância. **Anais do II Seminário Internacional GEICS - Desafios da educação pós-pandemia: impactos da quarentena no currículo e na cultura digital**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; GEICS - CNPq, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/>

anais/geics/298112-afetividade-na-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 14/12/2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. A dimensão afetiva e o processo ensino – aprendizagem. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; ALVARENGA, Abigail (Orgs.). **Afetividade e aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, p. 15 -24, 2014.

MOYSES, Marcelo. Docência durante a pandemia: tempos estranhos e/ou momentos de descobertas? **32º webinar FSP-USP**. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cCpYolQLEwQ>>.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1968.



www.emanuscrito.com.br

Formato do livro - 14cm x 21cm

1ª edição